



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 157 QUARTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2016

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 143ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE SETEMBRO DE 2016	5
1.1 – ABERTURA	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	5
1.2.2 – Oradores	
SENADOR ALVARO DIAS - Alerta para a falta de transparência sobre empréstimos concedidos pelo BNDES	5
SENADORA GLEISI HOFFMANN - Críticas à recente declaração do Ministro da Justiça; e outros assuntos.....	7
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE - Apoio à medida provisória de reforma do ensino médio.....	12
1.2.3 – Requerimentos	
Nº 714/2016, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão em 5 e 6 de outubro próximo. Deferido	16
Nº 715/2016, do Senadora Gleisi Hoffmann, de autorização para desempenho de missão em 6 de outubro próximo. Deferido	16
Nº 716/2016, da Senadora Fátima Bezerra, de autorização para desempenho de missão em 6 de outubro próximo. Deferido	16
Nº 717/2016, do Senador Antonio Carlos Valadares, de autorização para desempenho de missão no período de 5 a 7 de outubro próximo. Deferido	16
Nº 718/2016, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 6 de outubro próximo. Deferido	16
Nº 719/2016, Senadora Lídice da Mata, de autorização para desempenho de missão no período de 5 a 7 de outubro próximo. Deferido	16
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Considerações acerca dos prejuízos causados pelos governos do PT.....	16
1.3 – ENCERRAMENTO	24

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 143ª SESSÃO	
2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Mensagens da Presidência da República	
Nº 91/2016 (nº 503/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação da Srª REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos	25
Nº 92/2016 (nº 504/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.....	60
Nº 93/2016 (nº 505/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.....	105
2.1.2 – Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente	
“S” nº 21/2016 (nº 1.177/2016, na origem), que encaminha o Relatório de Gestão de 2015 do ICMBio	139
2.1.3 – Parecer	
Nº 799/2016, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados nº 5/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 521/2011	261
2.1.4 – Requerimentos	



Nº 711/2016, do Senador Telmário Mota, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39/2015	265
Nº 712/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, de informações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil	267
Nº 713/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann. Informações ao Ministro de Estado da Justiça.....	270
Nº 714/2016, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão em 5 e 6 de outubro próximo.....	273
Nº 715/2016, do Senadora Gleisi Hoffmann, de autorização para desempenho de missão em 6 de outubro próximo.....	276
Nº 716/2016, da Senadora Fátima Bezerra, de autorização para desempenho de missão em 6 de outubro próximo.....	277
Nº 717/2016, do Senador Antonio Carlos Valadares, de autorização para desempenho de missão no período de 5 a 7 de outubro próximo	280
Nº 718/2016, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 6 de outubro próximo.....	281
Nº 719/2016, Senadora Lídice da Mata, de autorização para desempenho de missão no período de 5 a 7 de outubro próximo	286
2.1.5 – Término de prazos	
Término do prazo, em 21 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 50/2016.....	290
Término do prazo, em 22 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 39/2015	290

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	291
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	294
5 – LIDERANÇAS	295
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	298
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	320
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	325
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	378



143ª Sessão, Não Deliberativa, em 27 de Setembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Srª Gleisi Hoffmann, e dos Srs. Cristovam Buarque, Alvaro Dias e José Medeiros.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 14 minutos e encerra-se às 16 horas e 18 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide PARTE II do sumário**)

Iniciamos as nossas falas.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, PV, Paraná, como orador inscrito.

V. Exª tem 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ontem, em mais uma fase da Operação Lava Jato, discutiu-se a forma com que a força-tarefa vem investigando e conduzindo os seus trabalhos.

O que se procurou destacar, além, evidentemente, da prisão de um ex-ministro, foi o pronunciamento de um ministro do atual Governo, o Ministro da Justiça, na tentativa de desviar o foco do fato principal.

Alguns procuraram dar repercussão maior ao que disse o Ministro da Justiça, em Ribeirão Preto, às razões que levaram o Ministro Palocci à prisão. O que nós constatamos é que o Ministro da Justiça pode ter, evidentemente, cometido um ato falho, um equívoco, ao responder questões referentes à Operação Lava Jato, pressionado que foi por um movimento popular. Admite-se o equívoco do Ministro, mas é um equívoco certamente insignificante, diante da grandeza dos fatos que levaram o ex-Ministro Palocci à prisão.

O que nós queremos considerar é a relação dessa prisão com empréstimos concedidos pelo BNDES. Creio que é relevante fazer esta relação. É importante destacar este fato. Desde 2005, se não me falha a memória, nós estamos comparecendo reiteradamente a esta tribuna para abordar aquilo que consideramos desvio de finalidade nas operações de crédito realizadas pelo BNDES. O BNDES tornou-se um instrumento basilar na construção do que se denominou campeãs nacionais à política de fomento, à formação de conglomerados empresariais, multinacionais brasileiras, grandes o suficiente para competir globalmente, que foi levada a cabo por meio de grandes empréstimos do BNDES, subsidiados pelos pagadores de impostos no Brasil, política que hoje já se constata que foi um fracasso.

A imprensa divulgou que uma das razões da prisão do ex-Ministro fora o pagamento de propina em troca da aprovação de uma medida provisória. Divulgou-se equivocadamente que aquela medida provisória autorizava empréstimo ao exterior. Não, aquela medida provisória não autorizava empréstimo ao exterior. Se não me falha a memória, a Medida Provisória nº 460 tratava de desoneração. Ela concedia, portanto, benefícios, no campo da desoneração, a empresas brasileiras. O que autoriza o empréstimo ao exterior é o anexo do Decreto nº 4.418, de 2002, que contém o estatuto social da empresa pública, o BNDES.

Os governos que se sucederam fizeram diversas modificações no estatuto do BNDES. Uma delas o Decreto nº 6.322, de 2007, assinado pelo então Presidente Lula, que modificou o estatuto para incluir como função do Banco – abro aspas –: “[...] financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País.” Uma redação, portanto, subjetiva e abrangente.

Concomitantemente às modificações no estatuto do BNDES, grandes aportes financeiros foram realizados pelo Tesouro Nacional ao banco. De 2008 a 2014, como já destacamos aqui inúmeras vezes, foram repassados ao caixa do BNDES cerca de R\$716 bilhões, sendo R\$470 bilhões do Tesouro Nacional e o restante de recursos do FGTS, do FAT e do PIS/Pasep, portanto recursos dos trabalhadores brasileiros. Foram repassados, no ano de 2008, R\$159 bilhões do FAT, PIS/Pasep e FGTS; em 2014, o valor acumulado chegou a R\$243 bilhões. Já os



aportes do Tesouro foram de R\$43 bilhões, em 2008, e o acumulado, em 2014, chegou a R\$473 bilhões, como afirmou anteriormente. Somadas as duas fontes, portanto, chegamos aos R\$716 bilhões.

Para fazer aportes ao BNDES, o Tesouro Nacional emitiu títulos, pagando juro básico, hoje, de 14,25%. Depois, emprestou ao BNDES com juro igual à TJLP, hoje, de 7,5%, mas, entre 2012 e 2014, ficou entre 5% e 6%. Com esta diferença de 14,25% a 5% e 6%, o Tesouro Nacional, ou melhor, o contribuinte brasileiro sai perdendo. Sai perdendo o trabalhador, porque os recursos que têm origem no FGTS, no FAT e no PIS/Pasep são remunerados muito aquém da remuneração corriqueira no mercado, e perde outra vez o contribuinte brasileiro, porque acaba subsidiando essa diferença entre o juro pago pelo Governo e o juro pago pela empresa beneficiada com empréstimo do BNDES ou pelo país beneficiado com empréstimo do BNDES.

Aliás, é bom dizer o que significa isso em valor, em número. Até 2060, o contribuinte brasileiro pagará em subsídios pelas operações do BNDES, realizadas entre 2008 e 2014, o valor de R\$184 bilhões, montante que poderá ser bem maior, visto que poderá ocorrer que nem todos os que contrataram esses empréstimos, que foram agraciados, portanto, com esses benefícios, pagarão ao banco. Esses recursos não retornarão. Refiro-me não só a empresas como também a países. Nós já temos exemplos de países que não pagam os empréstimos tomados junto ao nosso País. E, recentemente, tivemos o perdão de dívidas de países da África, exatamente para que eles possam contrair conosco novos empréstimos.

Com estrutura normativa aplainada e caixa robusto, o BNDES se tornou uma poderosa instituição de financiamento com alta ingerência do Poder Executivo em suas políticas. Essa característica, somada ao crescente volume de empréstimos subsidiados e liberação dos mesmos, segundo critérios questionáveis, tornou o BNDES um atraente espaço onde instalar a corrupção.

Aproveitando essa estrutura normativa, adotou-se uma política internacional com atuação mais incisiva em países da África e da América Central, que receberam diversos investimentos do BNDES subsidiados pelo contribuinte brasileiro. São tantos os países que se beneficiaram de forma inusitada! Inclusive, alguns deles com a prática do empréstimo sigiloso, até então desconhecido.

Surpreendemo-nos com a informação, em determinado momento, de que Angola e Cuba seriam países beneficiados com empréstimos sigilosos. E essa tentativa de obter informações a respeito desses empréstimos foi uma tentativa sempre frustrada porque se alegava que esses empréstimos foram concedidos sigilosamente em atendimento aos dispositivos legais daqueles países, ou seja, em respeito à legislação daqueles países, evidentemente em desrespeito à legislação do nosso País, já que a nossa Lei Maior, a Constituição Federal, impõe transparência e publicidade dos atos públicos.

Não há paralelo em outras instituições financeiras importantes em outros países. Podemos citar o Banco Mundial (Bird). São bancos que financiam nações, que concedem empréstimos externos, mas nunca sigilosamente. Não há o sigilo bancário para empréstimos celebrados entre nações.

É propósito de um projeto que apresentei, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e que deve ter prosseguimento a sua tramitação; projeto que impõe o fim do sigilo bancário para empréstimos, transações entre nações. Dinheiro público envolvendo a Nação e outro país é dinheiro que tem que ser do conhecimento da população brasileira, do contribuinte, que paga impostos, em relação à sua aplicação e ao seu destino; à sua origem e o seu destino. Não há por que não conferir publicidade a esses atos da Administração Pública, e não há, portanto, por que preservar o sigilo bancário nessas circunstâncias.

Com a 35ª fase da Operação Lava Jato, intitulada Omertà, a população conheceu o conteúdo de uma planilha apreendida pela Polícia Federal, um registro que indica que, entre 2008 e final de 2013, foram pagos mais de R\$128 milhões a partidos políticos, agentes públicos, incluindo o ex-Ministro Antonio Palocci. Curiosamente, o período identificado pela Polícia Federal como profícuo para o pagamento de propinas não difere daquele em que o BNDES funcionou como poderosa instituição de financiamento, com alta ingerência do Poder Executivo.

Nós temos aqui uma tabela que mostra a evolução dos aportes adicionais do Tesouro para o BNDES. Esses aportes aumentaram significativamente, se nós consideramos de 2008 até 2014.

Este gráfico mostra a evolução ascendente desses aportes de forma expressiva, recursos públicos com subsídios que chegarão a R\$160 bilhões, como dissemos, até 2060, bancando esses empréstimos privilegiados grandes empresas amigas dos detentores do poder e nações também amigas dos detentores do poder.

O outro gráfico mostra exatamente o desembolso do BNDES de 1995 a 2014, evolução excepcional que mostra o gráfico. Isso, sobretudo, envolvendo nações amigas dos governantes do Brasil.

Um outro gráfico mostra a evolução dos valores captados por empresas de obras públicas em contratos com o BNDES. Para operações no exterior, entre 2007 e 2014, também há uma evolução excepcional.

Temos um outro gráfico que mostra desonerações tributárias e renúncias fiscais que contribuíram para o desequilíbrio fiscal e que também são suspeitas de servirem de instrumentos de captação de propina por meio de venda de medidas provisórias. E é isso o que está em investigação.



Somados os anos de 2012, 2013 e 2014, as desonerações atingiram R\$104 bilhões. Sem dúvida, uma causa essencial da crise fiscal vivida pelo País e do maior rombo na história da Administração Pública brasileira, nas finanças governamentais.

É essa a referência essencial no que diz respeito a essa fase da Operação Lava Jato, a 35ª fase.

Chega-se aos empréstimos vultosos do BNDES não só a empresas nacionais, mas a outras nações.

Em determinado momento, Senador Cristovam Buarque, após um discurso que pronunciamos desta tribuna sobre empréstimos concedidos à Venezuela, recebi um telefonema do representante da Transparência Internacional no Brasil, e ele alertava para o fato de que esses empréstimos contribuíam para o comprometimento de compromissos assumidos pelo Brasil com outras nações, de combater a corrupção internacional, porque esses empréstimos alimentavam a corrupção em outras nações, já que empréstimos concedidos por meio de empreiteiras de obras públicas que realizavam obras em outros países quase sempre sem o critério rigoroso exigido para as licitações públicas, porque prevalecia, obviamente, quem levava os recursos para a execução da obra. Portanto, compromissos assumidos pelo nosso País com outras nações em eventos internacionais, em documentos celebrados de responsabilidade recíproca, foram desonrados pelo nosso País ao alimentar a corrupção em outras nações com empréstimos favorecidos,...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... empréstimos a Cuba, a Angola, à Venezuela, ao Equador, ao Peru, à Argentina, gerando emprego certamente em outros países, mas alimentando a corrupção internacional em detrimento dos interesses do nosso País, já que mergulhamos o País numa crise sem precedentes, com a inflação, com a recessão, com o desemprego, com o caos na saúde, com o retrocesso na educação, com segurança pública temerária, um crescimento econômico píffio. Enfim, a causa certamente é esse modelo, é esse sistema de governança de promiscuidade que elege o balcão de negócios como caminho para a solução dos problemas nacionais e que determina o aparelhamento do Estado, com o loteamento dos cargos, abrindo as portas para a corrupção desenfreada.

Certamente, esta Operação Lava Jato, aplaudida pela maioria dos brasileiros e criticada por alguns, está estabelecendo o marco de um novo rumo para o Brasil, já que, obviamente, temos razões para acreditar que essa indignação que campeia solta de norte a sul do Brasil, essa revolta que foi contida e que extravasou nas ruas do País depois de muito tempo exige não apenas a substituição de pessoas, mas exige, acima de tudo, a substituição desse modelo, exige a mudança da cultura política no nosso País, exige a mudança em relação a conteúdo, a atitude, a comportamento.

Eu imagino que a classe política tem um papel preponderante agora, na esteira da experiência adquirida com os últimos fatos, especialmente na esteira da experiência que se adquire agora com a revelação de fatos estardalhaçados através da Operação Lava Jato. É responsabilidade da classe política determinar a mudança de rumos em nosso País.

Sr. Presidente, nós acreditamos sim que o Brasil tem jeito e que as mudanças ocorrerão. É um país à espera de reformas, e a reforma essencial e prioritária, eu repito, muito mais do que a reforma do sistema, é a substituição dele, a substituição desse sistema promíscuo de governança por um sistema que estabeleça uma relação republicana entre os Poderes, atendendo as expectativas do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Srª Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado ao senhor, Senador Alvaro.

Eu convido a Senadora Gleisi Hoffmann para fazer seu pronunciamento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quem nos acompanha pela Rádio Senado, pela TV Senado, o motivo que me faz subir à tribuna hoje, de certa forma, é o mesmo motivo que fez o Senador Alvaro Dias vir aqui e discursar, mas, com certeza, com uma visão bastante diferente da que trouxe aqui o Senador Alvaro Dias, a começar pelos procedimentos que estão tomando conta da Operação Lava Jato, pelo *modus operandi*, pela forma em que está enveredando essa operação, que começou com tanta credibilidade na sociedade brasileira e corre o risco agora de se transformar em uma operação absolutamente partidarizada, politizada.

E quero falar sobre a ação que nós tivemos ontem, a prisão do ex-Ministro Antonio Palocci. Na nossa avaliação, mais uma prisão desnecessária e com forte motivação política. Todos sabem que o ex-Ministro Antonio



Palocci está sendo investigado há muito tempo, não é pouco tempo. Eu pergunto: por que prendê-lo temporariamente a uma semana das eleições municipais? Por que esse fato acontecer exatamente na segunda-feira, que era o último dia que poderia haver uma operação de prisão de qualquer pessoa no País porque, a partir de hoje, só prisão em flagrante até a eleição? Por quê? E por que isso se dá exatamente depois da prisão de sastrada do ex-Ministro Guido Mantega, que foi preso na sala de cirurgia quando acompanhava a sua mulher, que ia fazer uma cirurgia de câncer? A mulher do Guido trata de um câncer há mais de três anos ou quatro anos. Era impossível que a Polícia não soubesse, que o juiz que coordena a Lava Jato não soubesse, que o Ministério Público não soubesse.

E por que isso acontecer uma semana depois de terem denunciado o Presidente Lula, num *show* midiático sem precedentes para o Ministério Público? Por que três petistas, exatamente perto das eleições municipais, são levados a esse constrangimento? São só os três sendo investigados pela Operação Lava Jato? É só o PT investigado pela Operação Lava Jato? Aliás, todos os jornais dão conta de que o Partido com o maior número de membros investigados pela Operação Lava Jato é o PP, Partido Progressista, seguido do PMDB. Não é o PT. Mas, não. Antes da eleição, teve de apontar a mídia os seus canhões exatamente para três pessoas do PT que são lideranças importantes neste País.

Eu não preciso aqui falar de novo sobre o que aconteceu com o Presidente Lula. Nós já falamos desta tribuna. Foi um fato escandaloso para o Ministério Público. Foi um fato escandaloso para a Justiça brasileira fazer um discurso político sobre um determinado tema e, na denúncia, não denunciar sobre esse tema.

Sobre o Ministro Guido Mantega, então, fica sem razão de ser. Se ele era um risco à ordem pública, como justificar ser solto algumas horas depois só pelo fato de a mulher estar sendo operada? Que ataque de humanismo teve o Juiz Sérgio Moro nesse sentido? Ora, ele devia saber. E, se Guido era um risco para a ordem pública, ele não podia ter sido liberado nem se sua mulher estivesse fazendo cirurgia.

E hoje ele liberou todos os outros que ele prendeu junto com o ex-Ministro Guido Mantega. É claramente para constranger. É claramente para humilhar. É claramente para expor, assim como o fizeram ontem com o ex-Ministro Palocci. Se Palocci tem de responder, que responda, responda dentro do processo, responda judicialmente. Ele tem seus advogados.

Ou seja, nós temos de ter o Estado democrático de direito preservado. As coisas estão tomando uma dimensão no País, estão indo num direcionamento que agora não é só um ataque a um partido ou um ataque a determinadas pessoas. Isso vai se voltar contra a sociedade brasileira, Senador Cristovam, contra a democracia brasileira.

O que o Ministro da Justiça fez ontem não tem explicação, não tem explicação! Primeiro: ele não poderia saber que havia uma operação sigilosa em andamento. Os ministros da Justiça são informados, como sempre se disse aqui, às seis horas da manhã do dia em que acontece a operação. O fato de ele ser avisado para ficar em Brasília acontecia com todos os outros ministros.

Eu faço uma pergunta aqui: se fosse o Ministro José Eduardo Cardozo que tivesse ido a um evento de campanha de um candidato do Partido dos Trabalhadores e desse aquela entrevista cândida, risonha, uma blague, para falar bem a verdade, dizendo: "Não, tivemos operação nessa semana que passou, tivemos na quinta, na sexta e vamos ter outra. E vocês vão se lembrar de mim quando a operação estiver acontecendo"? Eu pergunto: o que aconteceria se fosse o Ministro José Eduardo Cardozo? E se fosse o Ministro Eugênio Aragão? Aliás, mesmo antes do Ministro José Eduardo Cardozo e mesmo antes do Ministro Aragão, nenhum outro ministro comunicava a ação da Polícia Federal, nenhum outro ministro. Ontem eu fiz, exatamente para a imprensa que me perguntava sobre isso, este desafio: quando um ministro, na véspera, disse que haveria uma operação? Não ocorreu. Mas sabem o que é isso? É querer mostrar comando, é querer mostrar que tem informação, é querer mostrar que tem domínio e, sobretudo, que tem influência sobre as coisas. Colocou sob suspeição a autonomia da Polícia Federal. Não adianta a Polícia Federal soltar nota dizendo que só informa às 6h, se o Ministro foi informado antes.

E aí me desculpem, gente, mas saiu hoje no Estadão *on-line*, no blogue do Matheus Leitão, a seguinte notícia: "Ministro da Justiça teve reunião na Polícia Federal na sexta-feira em São Paulo." Não é interessante? O Ministro se reuniu com a Polícia Federal, na sexta-feira, em São Paulo; no domingo, ele vai fazer campanha para o candidato de Ribeirão Preto coincidentemente – do PSDB de Ribeirão Preto – e, abordado por pessoas que estavam acompanhando a campanha, que querem que as investigações continuem, ele não foi instado a falar sobre a operação, mas não se aguentou e falou!

Eu fico me perguntando se fosse um ministro petista. Sim, há dois pesos e duas medidas. Há dois pesos e duas medidas na imprensa, em relação à cobertura dos fatos, que não colocou isso como tema principal, e teria colocado se fosse o PT. E há dois pesos e duas medidas nesses processos de investigação. Não é possível que as coisas continuem como estão acontecendo. Não é possível! Eu lamento que o Brasil esteja passando por isso.



E nós vamos fazer denúncia internacional, sim, porque temos de mostrar ao mundo que a democracia novinha do Brasil, a frágil democracia brasileira está passando por uma ação continuada de golpe, um golpe que tirou a Presidenta Dilma da Presidência da República, uma mulher eleita com 54 milhões de votos, soberanamente, pelos brasileiros e pelas brasileiras; um golpe que quer proibir o Presidente Lula de ser Presidente em 2018, porque eles sabem que o Presidente Lula, sendo candidato, com certeza, será eleito, pela obra que ele fez neste Brasil, pelo que ele deixou para a população mais pobre. E querem desmoralizar o PT e todos os seus membros, dizendo que é um Partido de ladrão e de corruptos, como se a corrupção tivesse começado com o PT. São 500 anos de história do Brasil, e essas pessoas desconhecem completamente o que aconteceu neste País, inclusive quem veio antes do PT, o que fez, como fez e por que fez.

É muito ruim o que nós estamos vivendo. É ruim para a nossa democracia, é ruim para o nosso Estado democrático de direito. Portanto, eu não poderia deixar de estar no Senado hoje e usar esta tribuna exatamente para falar sobre isso.

E ontem nós tomamos algumas providências contra esse Ministro da Justiça, que, vergonhosamente, o Presidente Temer resolveu não afastar, mas chamou lá para dar uma bronca. Aliás, a coisa que ele mais tem feito, no seu ministério, é dar bronca: dar bronca no Ministro da Justiça, dar bronca no Ministro das Relações Institucionais, dar bronca no Ministro da Saúde, porque têm incontinência oral; não param de falar e de falar besteira. Não sabem se comportar.

Então, não adianta ele querer tapar o sol com a peneira. O que esse Ministro cometeu, Presidente Temer – que, na realidade, não é Presidente legítimo do Brasil –, foi um absurdo, foi um acinte, foi crime. E, por isso, nós fizemos duas representações contra esse Ministro: uma junto ao Ministério Público Federal, exatamente por ele infringir o Código Penal, violação de sigilo funcional, art. 325 do Código Penal, e também por ele infringir a Lei de Improbidade Administrativa, art. 11, inciso III, ou seja, ele revelar fato de que tinha conhecimento em razão das atribuições, e deveria esse fato permanecer em segredo. E pedimos a pena do Código de Processo Penal, art. 319: apuração dos fatos e suspeição do exercício de função pública, que é a pena dada pelo Código de Processo Penal.

Mas há mais. Continuamos: pedimos também, no Conselho de Ética da Presidência da República, com base no Código de Ética da Administração Pública do servidor público, que também ele fosse afastado, porque ele não pode permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos ou paixões, ou interesses de ordem pessoal – que era como ele estava tendo, naquele momento, em Ribeirão Preto – interfiram no seu trabalho, e nem fazer uso de informação privilegiada obtida no âmbito interno de seu serviço.

Ele também infringiu o art. 325 do Código Penal, e, portanto, também colocamos nessa representação o art. 9º, da Lei nº 1.079 – sim, essa lei pela qual a Presidenta foi julgada, a Lei do Impeachment, a Lei nº 1.079. Ela prevê *impeachment* para ministros também. E um dos incisos dos artigos que caracteriza crime de responsabilidade contra probidade da administração, para o Presidente da República e para seus ministros, é proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo. Ele feriu o decoro do cargo.

E também com base na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527: divulgar ou permitir a divulgação ou acesso, ou permitir acesso indevido à informação sigilosa, ou informação pessoal. Ou seja, temos uma farta legislação em que o Ministro pode e deve ser enquadrado.

Espero sinceramente que a Casa Civil e a Presidência da República tomem medidas duras sobre isso.

Aliás, apresentamos também um Requerimento de Informação ao Ministro Padilha, já que o Congresso Nacional não pode fazer ao presidente da República. Por incrível que pareça, Senador Cristovam, o Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar desta Casa, pode arguir, pode inquirir diretamente o Presidente da República, através de perguntas, respostas e esclarecimentos.

Esta Casa, que é o poder ao qual o Tribunal de Contas da União é ligado, submetido, não pode. Só podemos ir até o nível de ministro. Pois bem, fizemos um requerimento ao Ministro Chefe da Casa Civil: quais foram as providências tomadas com relação ao Ministro da Justiça por ele ter infringido essas leis, que citei aqui, e, sobretudo, ter tido conhecimento antecipado de operação da Polícia Federal?

Qual não é nossa surpresa hoje, quando está nos jornais que parece que o Presidente ilegítimo também tem informações privilegiadas das operações da Polícia Federal.

Então, esse pessoal, que queria antes impedir a Lava Jato, agora está usando a Lava Jato, mais especificamente a Polícia Federal, para fazer uma investigação orientada. E orientada contra quem? Contra o Lula, contra a Dilma, contra o PT, porque é isso que eles querem. Se eles não acabarem com o PT, se não tirarem o registro do PT, eles não vão sossegar, porque eles sabem que nós vamos lutar para restabelecer a verdade neste País. Eles sabem que vamos lutar para recompor os direitos dos trabalhadores e das pessoas, esses direitos que eles estão agredindo e retirando. Não vamos nos conformar com esse golpe, que não é um golpe contra a Presidenta Dilma, é um golpe contra a democracia, é um golpe contra o povo brasileiro.



E tem mais: solicitamos também a convocação do Ministro, na Comissão de Constituição e Justiça, para vir explicar aos Senadores, afinal, por que teve essa postura, afinal de contas, o que o levou a ter conhecimento prévio da operação da Polícia Federal, já que ele esteve sexta-feira em São Paulo – era bom inclusive a Polícia Federal também se manifestar sobre isso, esclarecer bem bonitinho, porque aquela nota que soltaram é uma nota genérica –, e por que ele, ainda sabendo de uma informação sigilosa, foi a um evento de campanha e a divulgou. É lamentável isso! É lamentável!

Aí me perguntaram: “E as denúncias e as acusações contra o Ministro Palocci, vocês não vão responder?” Quem tem que responder é o Ministro Palocci, e vai responder no processo. Agora, dizer que, por conta das acusações ao ex-Ministro Palocci, o atual Ministro da Justiça pode cometer ilegalidades, então em que mundo nós estamos? Para onde nós vamos? O Estado democrático de direito não pode olhar a qualidade a qualidade do acusado; o Estado democrático de direito tem que ser para todos. Aliás, a lei a que têm que se submeter todos, principalmente os acusados, é a lei a que também têm que se submeter os acusadores. Não dá para os acusadores agirem fora da lei. E me desculpe, mas essa Operação Lava está começando a sair bastante dos trilhos! Já não estava muito nos trilhos, e agora está completamente fora: fazer aquele *show* contra o Presidente Lula, fazer a prisão do Guido Mantega dentro do hospital, e agora permitir que o Ministro da Justiça tenha informações privilegiadas da Polícia Federal e que use isso em campanha é lamentável! Nós não podemos permitir uma coisa dessas, porque, senão, o objetivo vai ficar viciado, o objetivo não vai ser atingido.

Então, eu queria deixar registrado, hoje, aqui, essa situação, que é muito grave para a nossa democracia. Nós vamos fazer essa denúncia internacionalmente – não vamos parar de fazer essa denúncia – para que o mundo veja o que está acontecendo com a democracia brasileira.

Quero falar que isso tudo tem prejudicado – e muito! – o nosso País, porque, por detrás de toda essa confusão de se tentar acabar com a corrupção no Brasil acabando com o PT, coisa que não vai acontecer, porque a corrupção não nasceu com o PT... Os membros do PT que devem à Justiça têm que pagar, mas não é na ilegalidade que vai se conseguir isso. Têm que pagar – todos! – do PSDB, têm que pagar do PMDB, têm que pagar do PP, têm que pagar do PDT, têm que pagar de todos os partidos, porque não é possível nós termos gente do PSDB delatada nove vezes e esses não vão presos, esses não são sequer inquiridos para prestar depoimento! É um absurdo o que acontece na diferença de tratamento!

Então, se é para acabar com a corrupção, se é para investigar, vamos fazer direito. Vamos levantar o tapete e limpar, porque, se for para varrer uma parte da sujeira para debaixo do tapete, não é certo! Então, nós temos que ter coragem, tanto o Juiz Sérgio Moro, como também os procuradores, como também a Polícia Federal. E coragem é enfrentar todos e não uma parte só – principalmente a parte que está sendo hoje perseguida e não só perseguida por essas investigações, mas perseguida pela mídia: os problemas que estão acontecendo no Governo do Temer, se acontecessem no governo da Presidenta Dilma, seriam uma catástrofe; quer dizer, ia ser Jornal Nacional, do início ao fim, falando disso; com o Temer, não: é como se estivesse tudo tranquilo; ele manda uma série de medidas para cá, seus ministros fazem uma série de bobagens, e não é isso o que toma os telejornais, está tudo certo. E ainda tentaram encobrir o que fez o Ministro da Justiça ontem.

Então, nós temos que lamentar. Está difícil essa situação, está difícil para a democracia brasileira, está difícil para que a gente continue fazendo o debate sobre as coisas que importam. Na realidade, é uma cortina de fumaça para que a gente não discuta a fundo a PEC nº 241, que quer limitar despesas. Limitar despesas é tirar recursos do Orçamento da União para áreas importantes como saúde e educação, mas também para áreas de fomento ao desenvolvimento da atividade econômica.

Nós estamos com a atividade econômica em baixa, porque o Estado brasileiro optou por um programa de austeridade, o que é um erro. Nós vamos errar feio e vamos ter dificuldade de sair dessa crise econômica exatamente porque não cabe fazer austeridade no Orçamento Público em um momento de crise econômica pelo qual passa o País.

Nós vamos ter uma reforma da Previdência que, ao invés de fazer um equilíbrio dos direitos, que são necessários na Previdência Social, vai retirar direitos de trabalhadores.

Eu pergunto: diminuir o salário-mínimo ou não deixar o salário-mínimo ficar atrelado à aposentadoria é um bom resultado para você economizar no Orçamento da União – você tirar R\$ 100 ou R\$ 200 de um aposentado? Esses R\$ 100 ou R\$ 200 têm diferença na compra que esse aposentado vai fazer no mercado.

Aliás, o Presidente Lula diz uma coisa que eu acho muito simbólica, Senador Cristovam. Ele diz o seguinte: “Se a gente fizer com que cada família que tem criança possa comprar um danoninho – ele até faz propaganda para a marca –, nós vamos aumentar o consumo de danoninhos, a fábrica vai ter que produzir mais, vai empregar mais”. Então, essa circulação de mercadorias, esse círculo virtuoso vai melhorar as condições da economia e a qualidade de vida das famílias. É isso que está em jogo, mas nós estamos fazendo o contrário: nós estamos retirando o dinheiro da mão do pobre.



Dinheiro na mão do pobre multiplica, dinheiro na mão do rico vai para fundo de investimento. Fundo de investimento não circula com dinheiro na economia. Ele é restrito, ele circula para apostar em papéis, para apostar em juros altos. É isso que vai acontecer. Nós estamos dando parte da economia brasileira para aqueles que concentram renda, para a classe A, B.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aliás, o IBGE soltou, semana passada, uma pesquisa muito interessante, mostrando que a renda dos mais ricos subiu 2% e a renda dos pobres, dos que ganham inclusive menos de um salário-mínimo, caiu 8%.

Por que isso? Porque nós estamos fazendo uma restrição de recursos. A economia, o setor privado está sem recursos, e o Governo está retirando recursos da economia do setor público. É óbvio que tem que despen-car! Se eu não coloco dinheiro para que programas sociais prosperem ou programas de incentivo econômico prosperem, como é que eu vou fazer a economia circular?

Se eu não coloco dinheiro para melhorar a agricultura, o crédito para a agricultura, que já começou a cair, Senador Cristovam... Não podemos esquecer que este País é um país agrícola. As nossas divisas, o que nós temos hoje de economia internacional se deve muito à produção agrícola, à grande agricultura, mas se deve também à pequena agricultura, à agricultura familiar, que põe a comida na mesa do povo brasileiro. Isso só melhorou – desculpe! – com o governo do Lula e da Dilma, que fez o Pronaf, que entendeu que o agricultor familiar também precisava entrar no Banco do Brasil para pegar crédito, para poder ter um trator, para poder ter uma caminhoneta, para poder plantar, para não precisar vir à cidade esmolar, para ir a São Paulo – principalmente o pessoal do Nordeste.

Não é possível que a gente não enxergue o óbvio! O óbvio está passando na nossa frente, e nós estamos fechando os olhos a ele, dizendo que a austeridade no Orçamento da União é a principal ferramenta para o desenvolvimento econômico. Até o Fundo Monetário Internacional disse que não é, que errou quando orientou alguns países – principalmente países europeus, como a Grécia, como a Espanha – a ter uma política de austeridade.

Então, nós não vamos ver isso? Temos que sofrer na carne, fazer o povo sofrer? Não! Desculpe-me, nós não temos que fazer o povo sofrer. E tudo o que está acontecendo é dentro desta conjuntura: para que esse Governo, que não tem legitimidade, faça mudanças estruturais no País – um Governo que não tem voto. Não adianta dizer que o Temer foi eleito com a Dilma, pois foi eleito com Dilma, mas o programa dele não tem voto, não tem voto, porque a Dilma não se elegeu dizendo que ia fazer uma reforma no ensino médio. A Dilma não se elegeu dizendo que ia mandar uma PEC para cá para limitar recursos da saúde e da educação. A Dilma não se elegeu dizendo que ia fazer uma reforma da Previdência desvinculando o salário mínimo e colocando a idade mínima para 65 anos. Esse é um programa que não passou nas urnas e por isso não é legítimo e é um programa estruturante. Vejam, esse homem vai mudar a Constituição Federal, a Constituição que diz que 18% dos recursos, dos tributos, dos impostos têm que ir para a educação. Não vão mais! Agora a educação – que é a sua área, Senador Cristovam, e que V. Exª tanto defende – vai receber apenas a correção pela inflação, assim como a saúde, assim como a Previdência Social, assim como a assistência. E nós vamos dizer o quê para as pessoas quando baterem à porta e quiserem mais recursos para as nossas universidades, para as nossas creches, para melhorar a qualidade de ensino ou quiserem mais verbas para o posto de saúde ou para a contratação de médicos? Nós vamos fazer o quê com os 12 mil cubanos quando não houver dinheiro para pagá-los ou vamos ter que desmontar o Mais Médicos mesmo com os médicos brasileiros? Dizer o quê para a população? “Não! Nós cortamos o orçamento. Vocês não têm mais direito, porque nós temos um programa de austeridade e a economia só vai funcionar se nós se nós formos austeros”. A economia vai funcionar para quem, cara pálida, para quem?

Nós fizemos essa mesma crítica para a própria Presidenta Dilma, no último ano do seu mandato, em 2015, porque também houve esse discurso. E não é possível que a gente continue a tê-lo. Nós vamos matar o povo brasileiro. Nós vamos voltar a ter miséria neste País, um País que ofereceu ao mundo um programa que tirou 30 milhões de pessoas da miséria! Isso não é pouca coisa. O Brasil foi o único País que assinou com a ONU o acordo de reduzir a fome e a miséria, e que não as reduziu, pois acabou com a fome e com a miséria, acabou! Nós vamos voltar a ter fome e miséria – a preço do quê? De fazer um programa de austeridade para continuar pagando juros de 14,25%? E não venham me dizer que esse é um problema da Dilma, porque quando ela era Presidente da República, e eu estava na Casa Civil, havia uma taxa de juros de 7,25%. E ela começou a cair ali, Senador Cristovam, porque a banca nacional e internacional não aceitou esses juros e porque parte do setor produtivo brasileiro não aceitou esses juros. Sabe por quê? Porque parte do setor produtivo brasileiro – grande parte – não ganhava com a produção. Ganhava com o investimento no mercado financeiro. Colocavam os



seus recursos para os papéis do governo. Aí, quando os juros caem, eles sentem o baque, e todo o mundo fica contra a Dilma.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, eu queria lamentar que tudo isso esteja acontecendo para servir de pano de fundo, de justificativa para que a gente tenha retrocessos nas parcas, parquíssimas conquistas que nós tivemos a partir da Constituição de 1988.

Como disse o Lula, nós subimos um primeiro degrau, mas a elite deste País não admite que nem esse primeiro degrau possa ser subido pelo povo mais pobre do nosso País.

Quero deixar aqui esta crítica, deixar aqui este nosso lamento e dizer que nós vamos continuar lutando, lutando muito e lutando de cabeça erguida. Vamos lutar pelos direitos dos trabalhadores, pelos direitos das pessoas, como sempre lutamos neste País. Venha o que vier, nós vamos continuar lutando, porque é assim que nós nascemos, é assim que nós crescemos, é assim que nós conseguimos implantar um programa de desenvolvimento que levou à maioria do povo pobre deste País um mínimo de dignidade e condições de vida.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada.

(Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)

(Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu levo uma porção de anos tentando convencer o Brasil, os dirigentes, de que o rumo certo para um país, no século XXI, mais até do que antes, é uma educação de qualidade para todos. Vivo anos com a batalha. Cheguei até a ter a ousadia de ser candidato a Presidente da República em 2006, com a ideia de que sim, é possível no Brasil, sim, é necessário no Brasil que o filho do pobre estude numa escola tão boa quanto o filho do rico. Sei que isso beira o desvario, mas é o que já acontece nos países minimamente decentes do mundo hoje – e não só os ricos: países que até eram pobres e ficaram ricos graças a fazerem isso. Isso é possível.

Em tudo isso que faço, Sr. Presidente, em geral, procuro ouvir duas vozes: as vozes das crianças, dos adolescentes, dos jovens e as vozes que chegam do futuro do Brasil. São essas duas vozes que deveriam pautar tudo que a gente faz aqui, não as vozes dos banqueiros, não as vozes dos partidos, não as vozes dos industriais nem dos trabalhadores organizados, adultos de hoje. Nosso papel aqui é ouvir as vozes que chegam do futuro do Brasil e as vozes das crianças, dos adolescentes, dos jovens brasileiros. E essas vozes estão gritando, não estão apenas sussurrando.

Os alunos do ensino médio, Senador Medeiros, estão gritando para nós todos os dias; sabe como? Abandonando a escola. Se um filho de vocês abandonasse o ensino médio, não era como um grito contra vocês, pais, que não fizeram o necessário – ou que não puderam fazer por causa da pobreza – para que eles continuassem estudando? Pois é assim que os adolescentes que estão no ensino médio gritam para nós: abandonando a escola. Isso, os que entram no ensino médio. E os que não chegaram lá? Milhões, milhões, milhões de crianças não chegam ao ensino médio. É um grito que eles fazem, um grito sem perceber, um grito *in conscience*, mas um grito, mesmo assim, que nós não ouvimos.

O outro grito, Senador Medeiros, eles fizeram quando, quinze dias atrás, foi publicado o chamado Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no capítulo do ensino médio. Quando eles tiraram 3,7, estavam gritando para a gente: “Esse ensino é uma porcaria! Não nos ensina, nós tiramos notas baixas”. É um grito, é um grito brutal. Eles gritaram para nós – 3,7. Isso, os que fizeram o exame, porque estavam no ensino médio, mas isso é metade das nossas crianças. Os outros nem o exame fizeram, ficaram gritando fora, pela evasão que eu lhes disse. Os nossos jovens estão gritando: gritando, abandonando a escola; gritando, tirando as notas baixas no Ideb.

Esses são os gritos das crianças que eu escuto há anos, há anos, há anos. Mas, até em função disso, nos chegam vozes do futuro, vozes do Brasil de daqui a 20, 30 anos; vozes que nos chegam do ano 2050. E que di-



zem essas vozes? Essas vozes nos dizem que, por conta do abandono da educação, o Brasil será um País, em 2020, 2030, 2050, de baixíssima produtividade – portanto, com uma renda *per capita* baixa, pobre. Mas elas gritam também lá de longe, as vozes do futuro, dizendo que o Brasil será um País que não acompanhará as necessidades da economia do futuro porque nós não teremos capacidade criativa, inovativa, científica, tecnológica – as vozes do futuro; na boca dos jovens de hoje estão nos dizendo que, lá adiante, a economia brasileira será uma tragédia. Essas vozes estão nos falando e nós não estamos ouvindo.

Essas vozes também estão, lá de longe, dizendo que porque existe uma educação para rico e uma educação para pobre a sociedade daqui a 20, 30 anos será desigual, ainda mais do que é hoje. E uma sociedade desigual já é violenta, e ela ainda induz violência. As vozes do futuro estão dizendo – lá de longe estão nos dizendo – que o Brasil lá é um País ainda mais violento do que hoje. As vozes do futuro estão dizendo que o Brasil caminha para uma desagregação, uma espécie de Síria sem bombas – talvez, talvez – desagregada, cada um no seu condomínio privado fechado, isolado, aprisionado para se proteger, e os outros expulsos, excluídos sem poder entrar; com partidos sem convicções, sem utopias, sem ética. É isso que as vozes do futuro estão dizendo para nós quando as crianças de hoje e os jovens de hoje nos falam – abandonando a escola ou tirando as notas baixas no Ideb. E nós, aqui, Senador, escutando.

É por isso, Senador, que eu recebi com muita satisfação a notícia da medida provisória que tenta reformar o ensino médio. Recebi com muita satisfação. Não com a ilusão de que isso vai fazer do Brasil uma Coreia do Sul, uma Finlândia. Não! Estamos muito longe disso. Isso só quando houver uma radical federalização de todo o sistema educacional, e isso não está previsto nessa medida provisória. Mas essa medida provisória tem a primeira grande vantagem, Senador Medeiros, de trazer a palavra urgente para a educação.

Senador, em 1999 eu fiz parte de um grupo criado pelo candidato a Presidente Lula – derrotado – para a educação e publicamos um trabalho assinado por ele e por mim. O título? “Educação urgente”. Quem assinou um documento, como o Lula assinou, escrito educação urgente não pode ser contra a medida provisória, porque a medida provisória é a manifestação da urgência.

Mas parece que ficaram contra, agora. Como ficar contra a urgência na educação? Vamos deixar que os jovens que estão aí, nos três anos do ensino médio, saiam porque nós não queremos fazer com urgência a reforma? Como pode se imaginar isso? “Não tem pressa”, como eu ouvi gente dizer. Não tem pressa fazer a mudança no ensino médio? Aí outros dizem: “Mas é que precisamos debater!” Senador, eu debato há 20 anos isso! A Câmara debate há cinco anos um projeto de lei que serviu de base para essa medida provisória. Não é diferente! Só que, se ficasse lá, levaria mais um ano ou dois, aí viria para aqui, mais dois ou três anos.

A medida provisória vai exigir o debate rápido. Temos material para isso. Eu já preparei minhas emendas. Chegou antes de ontem, eu já preparei, são só cinco dias! Estavam prontas na cabeça minha e de meus assessores, porque a gente debate isso há décadas.

Então, temos que reconhecer que a medida provisória é a manifestação de ouvir os jovens, urgente. As crianças não querem esperar, porque elas crescem! Elas não crescem no ritmo das eleições, no ritmo da política, mas sim no ritmo da biologia, e elas não esperam. Por isso, eu vi com satisfação a medida provisória, e estou pronto para analisar, emendar, propor, transformar essa medida – porque me dediquei a isso. Mas não sou o único. Milhares de pessoas estão prontas, e quem for da área de educação e nos disser que não está pronto é porque não estava preocupado; é porque não estava preocupado esse tempo todo! Agora que você está despertando?

Por isso, primeira satisfação: ser medida provisória. Segunda satisfação: é que, de fato, ouve o jovem! Porque se tem uma coisa que os jovens estão gritando é que a escola é chata, é incômoda, é inconveniente, aprisiona o jovem em uma grade de disciplinas que, muitas vezes, eles não gostam, não querem. Por que não colocar a escola a serviço do que os jovens querem? E eu não estou falando do ensino fundamental, onde talvez as crianças tenham que ser ouvidas também, escutadas, mas talvez elas não tenham tanto discernimento, ainda. Mas o adolescente? Quinze, dezesseis, dezessete anos? Tem, sim, condições de saber se gosta mais de matemática ou se gosta mais de inglês; se gosta mais de uma disciplina ou outra. Aliás, no meu tempo, eu já tinha dois ensinos médios para escolher: um chamava-se científico, outro chamava-se clássico – se eu queria mais letras ou queria mais matemática. Eu escolhi. Queria ser engenheiro, escolhi a matemática. Não tive que ficar três anos estudando grego ou latim, em que eu teria muita dificuldade. E que, sinceramente, poderia ser útil culturalmente, e eu teria tempo de aprender depois, se quisesse.

Por que não ouvir a criança, o jovem, na hora de fazer o seu currículo, gente? Como é que alguém reage a isso? E se diz discípulo de Paulo Freire! Paulo Freire escreveu que a educação é para a liberdade. E, se a educação é para a liberdade, ela tem que ser libertária desde ela própria, como nos ensinou Paulo Freire. Como é que alguém que se diz discípulo de Paulo Freire é contra o aluno dizer o que ele quer e o que ele não quer estudar?



Não pode. É um contrassenso. É fruto desse Fla-Flu, porque, como veio do Governo Temer, quem é do PT não quer. A Senadora Gleisi acabou de dizer, há pouco, que a Presidente Dilma não propôs fazer uma reforma do ensino médio. Ela estava errada em não propor. Ela falou e falou inclusive isso, em alguns momentos, porque eu lembro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pátria educadora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Além disso, botou o título de Pátria Educadora, um *slogan* marqueteiro, a gente sabe. Mas ela falou da necessidade de a grade escolar do ensino médio ser flexível. Essa é a primeira... A segunda. A primeira é ser medida provisória. A segunda é a flexibilidade. Aí se diz: "Todo mundo tem que aprender filosofia". Todo mundo tem que praticar filosofia, que não é o mesmo que aprender filosofia. Uma coisa é o aluno ser obrigado a ter a disciplina filosofia e aprender quais foram os filósofos gregos; a outra é ele ter um fórum de debate na escola para debater, por exemplo, Lava Jato, e aí ver o que Aristóteles dizia sobre ética. É diferente. Eu duvido que as crianças não queiram debater assuntos do presente e, nesse debate, aprender filosofia.

Educação física. O menino acorda um dia com dor de cabeça, na terça-feira, e tem que ter educação física. E às vezes é pura teoria. Sabiam, não é? Ensinam as regras do futebol, as regras do basquete. O menino quer é praticar basquete e futebol! Tem que ter o espaço para isso, com a orientação de um professor de educação física, e o debate de filosofia com um professor de filosofia. Isto tem que ter, este espaço. Aliás, a medida provisória não acabou com a obrigatoriedade da filosofia. Eu, pessoalmente, acho que filosofia tem que ter; não necessariamente disciplina, mas prática, debate. É disso que se precisa, com um professor por perto. Mas é o aluno que tem que escolher qual lado ele quer, para o que ele tem mais vocação, mais talento. Garanto como diminuirá a evasão escolar quando o aluno escolher o seu currículo.

Terceiro ponto: horário integral, mais horas de aula. Horário integral, mais horas na escola, é fundamental hoje, por duas razões. Primeiro, porque a quantidade de coisas que o jovem precisa aprender hoje é muito maior do que antigamente. E, segundo, porque hoje ficar na rua é ir contra a escola. No nosso tempo – o senhor é mais jovem, então, talvez não –, a escola era até um lugar em que a gente brincava e, com isso, aprendia coisas que a escola não tinha ensinado. Hoje, a rua não ensina mais – a rua deforma, degrada. A rua, em geral, significa coisas ruins. Temos que tirar as crianças da rua – e colocá-las onde, já que as famílias trabalham? É na escola. Por isso, a medida provisória tem esta grande vantagem de aumentar o número de horas dentro da sala de aula, dentro da escola, indo assistir a eventos e, ao mesmo tempo, com mais dias por ano na escola; mais dias. Não dá para ficar tão poucos dias na escola, porque, nos outros dias, é na rua.

Finalmente, a outra coisa de qualidade é o ensino profissionalizante. Estava na hora de cada jovem no ensino médio aprender um ofício. E eles vão gostar disso, porque eles vão escolher. Quantos alunos não gostariam de ter aula de gastronomia, que é um pouco moda hoje? Ou técnicas de turismo, para saírem dali e arranjar um emprego em uma agência de turismo? Ou até técnico de futebol, para darem as primeiras noções aos jovens do bairro? Há muitas profissões que podem ser ensinadas no ensino médio.

Uma jornalista me ligou perguntando se isso não era feito para, aumentando o número de profissionais, baixar o salário. Imagine, Senador! Ou seja, não vamos ensinar nada a ninguém, porque os que já sabem vão ganhar muito. É essa a ideia do corporativismo de hoje, esquecendo, inclusive, que, no mundo global, se aqui não houver quem saiba, a gente vai buscar lá fora, vai trazer de outros países...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Índia, por exemplo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... que estão fazendo cursos profissionalizantes, como trouxemos os médicos.

Nós entramos num processo de obscurantismo tão grande que eu ouvi, ontem, uma jornalista me perguntando se curso profissionalizante não ia servir para baixar o salário dos trabalhadores. Ou seja, não vamos ensinar nada a quem não sabe, para que só os que estão sabendo continuem com seus empregos, como se taxa de salário fosse reflexo apenas do mercado, e não das pressões corporativas. Para que servem os sindicatos? Então, fechemos, já que é o mercado que decide.

Veja como o Brasil está dividido entre os mudancistas e os conservadores reacionários que não querem mudanças. Reacionários! O pior é que se dizem de esquerda. Não existe esquerda que não seja transformadora e que, às vezes, aceite a mudança, provisoriamente, enquanto não faz a transformação.

Eu quero a transformação. Não me basta mudança dessa medida provisória. Mas eu quero essa mudança, porque é um caminho para chegar, um dia, à transformação que eu defendo: escola federalizada; professor com uma carreira nacional, e não carreiras municipais, com salários equivalentes aos mais altos deste País, mas com dedicação exclusiva, com avaliações periódicas, com formações permanentes. Isso não vai chegar agora.



Essa MP não traz isso, não traz meus sonhos. Está longe ainda, mas é um passo. É um passo para quem está ouvindo os jovens e para quem está ouvindo as vozes que vêm do futuro, angustiadas, assustadas, apavoradas com o Brasil que a gente está construindo hoje, para, no futuro, ser um Brasil desagregado, ineficiente, caótico, improdutivo, sem capacidade de inovação, com um brigando com outro, sem patriotismo.

Eu creio que essa medida é um belo passo. Ela me lembrou, Senador Medeiros, do que eu vejo na história que eu tanto estudo: da Abolição da Escravatura e de Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco passou a vida dele querendo apresentar uma lei da abolição. No fim, quando Deputado, quem mandou a lei foi o maior opositor dele, um conservador, Deputado pernambucano que estava no governo daquele tempo. O que fez Joaquim Nabuco? Chega a lei que ele queria, mas trazida pelo seu adversário. O que fez ele? Pegou a bandeira que o adversário trouxe e, em dez dias, conseguiu aprovar aqui a Lei Áurea, que não era mais dele, mas era aquela pela qual ele tinha lutado.

Eu quero fazer o mesmo, Senador. Adoraria ter feito isso, eu próprio, mas a história não permitiu. Estou pronto para lutar. Não importa quem mandou, não importa o governo que enviou, essa é uma medida provisória que ouve as vozes das crianças de hoje e as vozes angustiadas que vêm do futuro do Brasil. Não ouvi-las é ser reacionário, é ser antipatriótico, é não ouvir que, dentro dessa MP, estão coisas de Paulo Freire, de Anísio Teixeira de 80 anos atrás, de Darcy Ribeiro, como o horário integral. Estou ao lado desses e, ao lado destes, vou apresentar emendas, mas vou apoiar e, depois, vou continuar lutando, não vou me contentar, não vou me satisfazer, vou continuar lutando para que o Brasil, um dia, não apenas tenha uma medida provisória como essa para o ensino médio, mas que, um dia, o Brasil seja campeão mundial de educação, igual aos outros países, e onde o filho do mais pobre trabalhador estude na escola igual à do filho do patrão mais rico deste País. Isso é possível. Essa medida provisória não traz, mas dá um passozinho. Vou apoiar este passozinho e continuar lutando pela longa caminhada que ainda temos em frente.

É isso, Senador José Medeiros, o que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Cristovam, em 1900, acredito que foi 1990 ou 1991, estive em um congresso da UNE e lembro-me de que V. Ex^a participou daquele congresso na USP, junto com várias outras autoridades políticas que lá estiveram, como Eunice Durham, Ennio Candotti, enfim, várias autoridades políticas brasileiras, e, naquela época, há mais de 20 anos, V. Ex^a repetia parecido com isso. Aí, o que me encanta é que V. Ex^a, desprovido de qualquer vaidade, elogia essa proposta de mudança que está acontecendo agora. É um embrião, que, como V. Ex^a diz, não tem o condão de nascer perfeito, mas podemos aperfeiçoá-la no que puder.

Mais: quando V. Ex^a diz a questão da escola integral, isso é importantíssimo, porque muita gente diz que estamos indo para a escola para estudar, para aprender. Não, na verdade, não. Vamos lá para pegar o conteúdo. Aprender, você acaba aprendendo em casa se você fizer as tarefas, é ali que se fixa o conhecimento, porque você não aprende nada, se não praticar. Não adianta dar aula de Educação Física e falar: “Olhe, para você fazer uma boa cabeçada [ensinando futebol], você tem que visualizar o canto em que o goleiro não está, cabecear para baixo e ir na testa.” Quando ele for, se não treinar aquilo, não vai conseguir fazer lá no campo, porque bom jogador é aquele que treina. Isso é em qualquer área do conhecimento.

Hoje, vemos que boa parte dos pais trabalhando não têm tempo de acompanhar os deveres de casa do filho. Antigamente, havia mais essa capacidade. E o que acontece? Com os recursos tecnológicos que competem com o estudo, o estudo tem que se modernizar, a fim de, como V. Ex^a diz, de repente, eu debater Filosofia combinado com o que estou vendo no jornal todo dia. Houve a prisão do Palocci ou de qualquer autoridade que seja, com aquilo está na mídia eu posso fazer esse *link*, aí, sim, torna-se uma coisa próxima ao aluno e tal.

Bom, se não há essa possibilidade de fazer aquela fixação do conteúdo em casa, então é imprescindível que, no momento em que o professor explana o conteúdo – que vai para a memória curta –, haja aquele outro espaço para que, aí, sim, eu possa praticar ali e ir para a memória permanente.

Então, encanta-me – e isso não é confete, Senador Cristovam – V. Ex^a fazer aqui um debate sobre o qual sempre digo que é como se fosse João Batista, a voz que clama no deserto, sobre um dos assuntos mais importantes, que é a educação.

Falo isso, porque sou uma prova viva. Nasci no sertão de Caicó em uma família em que boa parte dos filhos morreu de fome, de desnutrição, na seca. Fui para Mato Grosso e fui salvo. Meu pai era analfabeto, mas queria que estudasse, porque tinha essa consciência. Por isso, fico emocionado quando vejo V. Ex^a falar. Meu pai é analfabeto, mas tinha essa consciência que V. Ex^a prega hoje aqui, a de que eu só tinha uma saída se estudasse, se aprendesse. Isso tive comigo e conto para os meus filhos hoje. Mas só vejo duas pessoas realmente muito preocupadas com isso: meu velho pai e V. Ex^a, que faz esse debate; um doutor, o outro analfabeto, mas dois grandes homens.



Por isso, quero somar-me a V. Exª aqui, neste Senado Federal, para que a gente possa, um dia – talvez nós não veremos –, ver a semente que a gente plantou germinar. Que a gente possa, um dia, ao contrário do que essa jornalista pensou, ficar igual à Índia, que deu educação para muita gente e hoje eles vendem serviços para o mundo inteiro. O Imposto de Renda de boa parte dos norte-americanos é feita por cidadãos lá da Índia, o atendimento de *call center* das seguradoras é feito por cidadãos lá da Índia e boa parte da tecnologia, da programação da Apple e de grandes empresas é feita por programadores da Índia. Por quê? Porque tiveram acesso a cursos técnicos, porque tiveram acesso à educação.

Então, queria, de coração, parabenizar V. Exª.

Agora nós estamos indo para um debate. Nós vamos votar domingo e esse discurso de V. Exª traz esta reflexão: quais são os candidatos que estão alinhados com o grande debate, com o debate que nos levará a um Brasil diferente pela educação das nossas crianças?

Meus parabéns, Senador Cristovam!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Senador.

Fico muito feliz de vê-lo lembrar esse congresso da UNE em que estive.

Quero dizer-lhe que, quando o senhor fala que estou falando igual, fico em dúvida sobre se fico orgulhoso da coerência ou com vergonha da pouca imaginação, imaginação que muitos políticos têm de mudar de tema e de propósito. Prefiro a coerência à imaginação. Gosto da imaginação para escrever e uso a coerência para fazer política.

Então, alegrei-me muito com a sua lembrança da coerência, que alguns acham que é falta de imaginação, que acham que é uma nota só. Acho que é uma coerência que me foi dada e que mantenho de 1992, como o senhor lembrou, até hoje. Espero que não precise demorar muito para que isso fique fora de moda. Quando dizem que eu tenho uma nota só, digo que é porque ainda é moda. Quando ficar fora de moda e a educação do Brasil for igual às melhores do mundo, aí a gente fala de outras coisas. Até lá, vou falar de educação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Meus parabéns, Senador Cristovam!

Quero pedir a V. Exª que, se puder, assuma a Presidência para que possa fazer a minha fala.

Antes, queria só comunicar que a Presidência defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, os Requerimentos nºs 714, 715, 716, 717, 718 e 719, de 2016, dos Senadores Humberto Costa, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Antonio Carlos Valadares, Roberto Requião e Lídice da Mata, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participarem das reuniões do Parlamento do Mercosul. **(íntegra dos Requerimentos nºs 714 a 719 - vide item 2.1.4 do sumário)**

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarão ausentes do País durante a missão.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, que não são poucos, Senador Cristovam.

Quero aproveitar para parabenizar aqui toda a equipe de comunicação do Senado Federal, a Rádio Senado, porque tenho andado o meu Estado, Mato Grosso, um Estado de dimensões continentais, um Estado em que cabem quase três França, cabem quase dez países como Portugal, e, por onde ando, vejo as pessoas mandando parabéns para os Senadores e mostrando que acompanham a Agência Senado. Isso é muito importante para que todos os brasileiros possam acompanhar o trabalho aqui da Casa.

Tenho andado. Estive há poucos dias, nessas andanças, no Município de Guiratinga, em Mato Grosso, onde conversava com o meu amigo Jaimão, e ele justamente me perguntava sobre infraestrutura e sobre a questão de como dotar o Município de energia elétrica, para que possa gerar emprego. O que eu tenho notado, Senador Cristovam, é que todos os Municípios brasileiros neste momento estão preocupadíssimos: como gerar emprego?

Agora há pouco uma Senadora estava aqui na tribuna dizendo – eu não vou nem dizer, não vou nem falar o adjetivo, a palavra – umas coisas que não faziam o menor sentido, colocando aqui como se todas as mazelas do Brasil tivessem começado há três meses, após a posse do Presidente Michel Temer, como se todos os programas sociais estivessem sendo precarizados após a posse do Presidente Michel Temer.



É bom que todos os brasileiros saibam que, já em 2014, a Presidente Dilma fez um corte de 87% em todos os programas sociais que havia, Bolsa Família, Pronatec, Fies, enfim. Não havia mais dinheiro, e fez esses cortes. E aí é bom lembrar que, quanto a boa parte do programa de habitação, as empresas todas acabaram quebrando, porque não recebiam.

De repente, não mais do que de repente, começam a anunciar aqui que o caos começou há três meses. E ficam com essa cantilena de que é um Presidente sem voto e que é um Presidente que, de repente, está impondo ao País uma agenda que não foi votada.

É bom que todos os brasileiros saibam que, dois dias após a posse da Presidente Dilma – após a posse, não; dois dias após a eleição –, a Presidente já começou a subir juro, que ela falou que não ia subir; começou a subir gasolina, que ela cantava em verso e prosa que era a mais barata; começou a subir energia, que ela dizia que era a mais barata do País. Então, ela vendeu um programa e entregou outro.

E aí vêm aqui, num misto de cinismo – eu até admiro a coragem disso, mas é muito mais cinismo –, e simplesmente passam uma borracha.

E eu creio que o PT está caindo justamente por esse misto de cinismo e muita mentira, porque foi um Partido que vendeu ao Brasil para chegar ao poder. E qual era a bandeira deles? Eu creio que muita gente aqui se lembra – tirando os mais jovens – do que eles diziam: combater a corrupção e melhorar a vida da gente.

Pois bem, hoje, o Partido vem com a desculpa, quando toda a sua cúpula está presa – atacam o Judiciário, a Procuradoria, acusam todo mundo –, de que há uma perseguição contra o PT. Na verdade, o PT está sendo implodido por eles próprios, por brigas internas, por uma série de equívocos.

O que eu não entendo – eu até entendo o esperneio e o direito de se defender – é a forma tacanha, a forma pequena de se defender. Usam o espaço de defesa simplesmente para atirar pedras. Incrível como em nenhum momento assumem o erro ou fazem uma autocrítica. Uma vida sem autocrítica realmente é uma coisa complicada. O Partido dos Trabalhadores nunca fez uma autocrítica. O Governo da Presidente Dilma nunca fez uma autocrítica, muito menos o do Presidente Lula.

O Presidente Lula é o rei de toda essa construção, de tudo de bom e de tudo de ruim. Dilma, inclusive, foi eleita a partir de uma ideia dele. Alguns dizem que Lula elegia até um poste. Pois bem, o poste caiu por cima da cabeça do PT.

Mas o que nos pasma, o que nos deixa extremamente admirado é ver o cinismo daqueles que sobem a esta tribuna simplesmente para apontar o dedo: “Ora, o Presidente Michel Temer quer atender aos bancos.”

Agora há pouco, eu olhava na internet e conferia: os maiores doadores de campanha da Presidente Dilma e do Presidente Lula foram os bancos. Em meados de 2014, antes de terminar o pleito, Senador Cristovam Buarque, a Presidente Dilma já tinha recebido R\$15 milhões só dos bancos. É muito dinheiro que receberam! Agora, simplesmente dizem que são os bancos que estão mandando nesse programa, que o Presidente Michel Temer está a serviço dos bancos, que está a serviço das elites. Eu não vou entrar no mérito da discussão. O que me deixa indignado é saber que usam o pobre como biombo, jogando algumas migalhas que caíram da mesa desse governo durante treze anos e que se refestelavam com a elite.

Eu não sou contra a elite. Como eu disse, Senador Cristovam, meu pai era analfabeto. Poderia haver um homem pobre igual a ele, mas, mais pobre, impossível. Só que ele sempre dizia: “Eu não sou contra os ricos; eu quero que essas pessoas fiquem mais ricas ainda, para que eu possa sempre ter emprego para trabalhar.” E ele sempre dizia – isto eu aprendi com ele – que o direito mais sagrado que havia era o direito ao trabalho.

Não que a gente não deva ter direitos, mas o que deixa a gente estupefato é que o tempo inteiro esse pessoal fez o pobre. O pobre era como uma melodia na boca deles, mas a gente viu depois. Os números não deixam – a Matemática é implacável – mentir.

Quando foi feito o balanço, a gente viu que essa galera que espalhava aqui, que gritava “socialismo”, “comunismo”, na verdade praticou o capitalismo agressivo, que é o pior que existe, que é o capitalismo de Estado. Elegem-se as campeãs, elegem-se os amigos do rei, dá-se bastante dinheiro para eles, eles acabam com a concorrência e devolvem um pouco. Foi o que aconteceu.

Certa feita, na Comissão de Assuntos Econômicos, estava o Ministro Tombini, e eu perguntei para ele como foi o critério para fazer os aportes financeiros através do BNDES. Ele falou: “Nós elegemos as campeãs, os *players* – eu até achei interessante o nome – do mercado, e foram dados.”

Vejam como isso é pernicioso: em várias cidades do Mato Grosso, Senador Cristovam, como Vila Rica, onde estive no domingo, vi um frigorífico maravilhoso, uma planta extraordinária, que gerava milhares de empregos, em um dos Municípios em que mais existe rebanho. Portanto, gerava emprego, desenvolvia o Município. E havia gado ali, havia matéria-prima. Quando a JBS comprou todos os frigoríficos praticamente de Mato Grosso, o que fez? Fechou a planta, porque, de acordo com o plano da empresa, ela já tinha um frigorífico nas redondezas. Então, acabou com a concorrência, e milhares de empregos dos cidadãos de Vila Rica se perderam.



Então, são inúmeros os prejuízos que o capitalismo de Estado acarreta. E essas empresas, hoje – esta semana eu ouvia –, foram as que fizeram aportes financeiros e que estão sendo investigadas pela Lava Jato.

Sobre a Lava Jato, uma Senadora acabou de sair daqui dizendo que é um instrumento que foi feito e que está sendo praticado para acusar o PT. Não, não é isso. Acontece que, nesses 13 anos, elegeram as campeãs, fizeram todo um grande conluio para arrecadação e manutenção do poder, e depois foi descoberto que havia operações que eram verdadeiras operações criminosas. Aí, aconteceu o quê? Surgiu a Lava Jato.

Há quem diga que a Lava Jato surge de uma briga interna entre o grupo de Lula e o grupo de Dilma. Para quem não sabe, eu vou falar agora. Já ouvi de diversos membros aqui, à boca pequena, que havia um acordo: Dilma ficava quatro anos, Senador Cristovam, só para esquentar a cadeira, e Lula seria o candidato. Acontece que ela gostou da cadeira do Planalto, começou a montar o seu grupo, e eles começaram a fraticida guerra interna. E, quando chegou a época da eleição, esse grupo teria ameaçado Lula, que, diante do que havia para explodir, acabou recuando, e Dilma foi a candidata.

Mas a guerra continuou. Vale lembrar que em torno de sete Ministros do Lula caíram no primeiro ano do governo Dilma. Essas pessoas brigaram entre si, fizeram o poder pelo poder, a política pela política umbilical, e agora vêm contra tudo o que é medida estruturante para a gente mudar um pouco a vida do País. Eles não falam, nem uma vez que vêm a esta tribuna, que os Municípios estão quebrados, que os Estados não estão conseguindo pagar folha. Não se fala nada disso. Não se preocupam que as pessoas estão perdendo os empregos aos milhões, aos rodos. Não. Estão preocupados simplesmente com o fuxiquinho: “O Ministro disse não sei o quê, o Ministro disse que sabia.”

Ora, se for para colocar essas coisas aqui, o Ministro José Eduardo Cardozo, por quem tenho um grande respeito, o ex-Ministro, que fez brilhante defesa da Presidente Dilma, recebeu as pessoas da Lava Jato. E há quem diga que era para eles montarem as estratégias de defesa dentro do Ministério da Justiça aqui.

Então, esse disse me disse, essa conversa pequena não cabem nesta tribuna. Eu digo que tem hora que falam tanta asneira aqui, Senador Cristovam, que eu fico olhando para ver se o Ruy Barbosa não balança a cabeça. Eu sei que esta Casa sempre foi histórica pelos grandes debates, e hoje pouco se faz de grandes debates aqui, porque é esse fuxico, esse Fla-Flu, como diz V. Ex^a.

Novamente sem jogar confete, é V. Ex^a que, de vez em quando, puxa o manche disso aqui e traz os verdadeiros temas que importam ao País, que são os grandes temas. O Senado Federal brasileiro, considerado a Câmara Alta, é o lugar de tratar de grandes temas, e não do fuxico do folhetim que saiu de manhã cedo. Mas é o que temos visto aqui. E eu tenho dito o seguinte: eu não me importo de ir para o embate, de fazer o contraponto, porque a população brasileira não pode ficar refém disso.

Há poucos dias, conversava com o próprio Senador Cristovam, e ele me falava uma coisa interessantíssima, que, com certeza, saiu daqui, destas tribunas – daqui e da Câmara Federal –, porque soltam as mentiras aqui e acabam chegando ao simples cidadão. O Senador me contava que um taxista reclamava para ele que estava difícil a vida, porque, depois que o Temer entrou, ele inventou esse Uber. Então, vejam V. Ex^{as} e todos que nos ouvem: o Temer inventou o Uber, daqui a pouco vão dizer que o Temer inventou a zika, porque é o que eles fazem aqui todo dia!

Então, não cuidaram da saúde, não cuidaram das finanças públicas, não cuidaram do dinheiro público, mas não fazem o contraponto. Nunca pediram ajuda; aliás, rechaçaram-na. Eu sempre repito isso aqui.

Eu queria aproveitar para parabenizar os alunos que agora chegaram aqui. De qual escola são?

(Manifestação da galeria.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – De Goiás?

(Manifestação da galeria.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Colégio Militar de Goiás. Eu queria parabenizar os alunos, até porque, Senador Cristovam, meu sonho era ter ido para o Colégio Militar, mas acabei não conseguindo. Então, eu queria parabenizar esses alunos que estão aqui nos assistindo agora.

Mas, como eu dizia há pouco, é um discurso da política do “quanto pior, melhor”. Não estamos preocupados, não há um sentimento de corpo.

Quando Itamar entrou aqui, boa parte da oposição, menos o PT – menos o PT –, fez um trabalho de coalizão: “Nós precisamos pegar o Brasil e fazê-lo dar certo.” E aquilo construiu as bases para darmos um salto economicamente em todos os sentidos.

A Bíblia diz que uns plantam e outros que colhem. O PT colheu tudo aquilo, mas não teve a ombridade de dizer, por exemplo, que o Bolsa Família teve origem no pensamento, por exemplo, do Senador Cristovam



Buarque, que vários outros programas tiveram a inspiração no que Dona Ruth Cardoso fez. Pelo contrário, fizeram um dossiê fajuto para tentar desconstruir a imagem daquela grande mulher após sua morte.

Eu não sou niilista, mas a vida, às vezes, tem a lei do retorno. A vida, às vezes, é uma quadra de *squash*: você manda a bola, e ela volta na mesma intensidade, porque há uma lei da Física que é implacável. Eu estou aqui, na frente dos alunos do Colégio Militar, que, com certeza, estudam muito a área de exatas, a Física, a Matemática. E há a Lei da Ação e Reação: a força em sentido contrário e com a mesma intensidade.

É isto que está acontecendo com o PT: a maldade o tempo inteiro, o discurso maldoso, o discurso pequeno, o discurso não de contrapor os argumentos, mas de destruir o dono do argumento.

É engraçado que essa era a principal ação, era o principal *modus operandi* dos fascistas, mas nunca vi uma palavra tão rápida na boca dos petistas e dos seus puxadinhos como chamar uma pessoa de fascista quando discordam deles. É rápido. Todos que discordam são chamados de fascistas, de golpistas, de todas essas inflamações, de tudo quanto é “ista”.

Há poucos dias, eu embarcava no aeroporto de Brasília, e começou um rapaz – um rapaz bonito, com a namorada – a esgoelar no meio do aeroporto: “Golpista, golpista!” E eu também acabei tomado por aquele ímpeto raivoso na hora e devolvi com uma ofensa mais grave ainda: eu o chamei de petista, porque, nesses tempos, é ofensa, sim, porque boa parte está lá em Curitiba.

Falo isso com dor no coração. Na minha juventude, Senador Cristovam, naquela época de 1992, eu era um dos que cantavam aquela música, com esperança de que este Brasil iria mudar: “Lula lá, Lula lá.”

Mas, infelizmente, não tenho compromisso com erro, não tenho compromisso com essas coisas e não faço papel de Torquemada, aquele padre inquisidor, que gostava de espezinhar e de matar os adversários políticos usando a Bíblia e a inquisição como pano de fundo.

Faço este contraponto toda vez que sobe uma vestal aqui – quer dar uma de vestal –, quando alguém está sendo processado, está sendo quase preso. Que contrassenso é esse? É o cúmulo do cinismo subir aqui e acusar todo mundo!

Penso o seguinte: quem tem telhado de vidro não deve entrar em guerra de estilingue. Como diz o filósofo mato-grossense Waldemir Moka, barata sabida não atravessa galinheiro. Esse povo gosta de atravessar galinheiro. Vem aqui falar dos outros! Gente, nós temos tanto o que fazer!

Eu ando por esses Municípios e vejo pessoas chegarem implorando: “Senador, estou há quatro meses, estou para morrer.” Chegou agora um senhor e falou: “Meu filho precisa de um medicamento de alto custo. Ele não está se desenvolvendo na mesma velocidade que os órgãos, ele precisa crescer, mas não consigo.” Não sei como é o nome do remédio. É um remédio caríssimo. “Eu precisava que o senhor visse na regulação.” Eu falei: “Infelizmente, eu não posso. Isso vai dar advocacia administrativa, porque, com certeza, há mais gente na fila.”

Mas essas pessoas não estão nem aí para isso. Elas querem aqui o fuxico, a diminuição, querem aqui atacar, atacar e atacar; e dizer que foram atrapalhados de governar, quando é mentira. Agora há pouco eu lembrei disso.

O Senador Cristovam Buarque – estou aqui na presença dos alunos do Colégio Militar, dos demais Senadores e dos funcionários do Senado –, em determinado momento, chamou um grupo de Senadores aqui e falou – já disse isto várias vezes aqui, mas não vou me cansar de repetir, para que o Brasil saiba –: “Aqui está havendo um Fla-Flu. Terminaram as eleições, um grupo acusa o outro de ter fraudado as eleições, de ter cometido estelionato eleitoral, e o outro rebate. Não estamos avançando. Precisamos montar um grupo de Senadores independentes que pensem numa saída para o Brasil e que tentem vencer esse bloqueio, para que haja consenso, e a Presidente volte a conversar com o Parlamento, quebre essa resistência, para que a gente possa fazer o Brasil andar.”

E fomos ao Palácio do Planalto nove Senadores; dentre eles, os Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia, Romário, Randolfe, Reguffe, Capiberibe, eu, Fernando Bezerra e Cristovam, que está aqui e não me deixa mentir. Ainda bem que ele está na Presidência da Casa hoje. Bom, chegamos lá e não fomos atendidos pela Presidente Dilma; também não fomos atendidos pelo ministro; não fomos também atendidos pelo chefe de gabinete do ministro. Fomos atendidos por um rapazinho que era, talvez, o segundo-secretário do chefe de gabinete. Ele achou bonitinha a ideia, falou que ia passar para o ministro e que nos retornaria depois. Até o dia do *impeachment*, não tínhamos recebido esse retorno. Por insistência e grandeza do Senador Cristovam, depois, ele foi ao Planalto, um dia, num jantar, quando a Dilma já estava caindo pelas tabelas. Aí, sim, chamou. O Senador Cristovam até me chamou, mas eu, menos maduro que sou na política, falei: “Senador Cristovam, eu não vou lá falar com ela, porque nós nos dispusemos em determinado momento.” Mas ele foi; deu uma segunda chance, junto com alguns outros Senadores. Sabe o que aconteceu? Não aconteceu nada! Ela não pegou as ideias que ele tinha dado, da mesma forma que não tinha pegado as daquela carta que ele tinha enviado – eu já contei aqui esta história – dos meninos de Pernambuco. Mas não faltou interlocução, porque houve Se-



nadores grandes aqui que propuseram essa articulação. O PT caiu por si só, eu quero dizer mais esta vez aqui para combater esses discursos.

Eu estava, há poucos dias, nos Municípios de Mato Grosso e ficava agoniado de ver aqui aqueles discursos: “Nós somos santos, injustiçados, e nos tiraram do poder.” Ninguém tirou. Quem tirou a Presidente do poder não fomos nós Senadores da República, não foram os Deputados Federais, mas foram milhões de pessoas que foram para as ruas, dizendo: “Isto nós não queremos mais: não queremos mais nosso dinheiro indo para países estrangeiros e voltando para financiar campanha; não queremos as nossas escolas doutrinadas; não queremos esse modelo mais; não queremos o pobre como biombo, enquanto vocês se refestelam com os ricos.”

E me faz lembrar novamente de Aluísio Azevedo e do seu *O Mulato*. Um mulato muito bonito, um rapaz, filho de escrava, que tinha sido adotado, foi estudar em Coimbra e voltou para a sociedade no Rio de Janeiro. Quando ele voltou – exímio dançarino, advogado, falando bem –, encantou as damas. Mas e aí? Como faz? A sociedade não permitia que as meninas dançassem com um mulato. Como fariam? Mas elas eram apaixonadas pelo mulato. Então, ficou a seguinte situação: em público, elas o enxotavam, nem o olhavam, mas, no privado, elas o chamavam para a alcova. Foi isso o que aconteceu com esse partido que se diz santo e que fica aqui, a toda hora, jogando pedras nos outros. Em público, enxotam as elites; em público, babam – babam! –, espumam a boca como se estivessem com hidrofobia. Mas, no privado, aí é *blue label*, é o melhor uísque; é o guardanapo da França; são as viagens de jatinho para cima e para baixo; são os empréstimos; os planos PSI; as medidas provisórias vendidas para dar isenção de bilhões. É assim. “Mas vamos fazer o seguinte: vamos dar uma migalhinha aqui para os pobres para justificar esses empréstimos.”

Quando saiu, pela primeira vez, o discurso da Lava Jato, Lula, com sua verve e com o discurso inflamado, como se ainda detivesse o tridente da verdade, dizia: “A Presidente Dilma fez as pedaladas, mas foi para pagar o Bolsa Família!” Pagar Bolsa Família coisa nenhuma! Quando saíram os números, o Bolsa Família era isso, e o resto era de grandes empréstimos: 260 milhões para um, 500 para outro, 300 para outro. E o Bolsa Família como pano de fundo. Quando a coisa pegou mesmo: “Não, a Presidente Dilma não pedalou.” Depois, disseram: “Pedalou, mas todo mundo pedalou.” E ficou naquele vai e volta. Tiveram tempo de defesa, e mais defesa, e mais defesa, e não conseguiram fazer defesa nenhuma, porque, como eu disse, aquilo ali era igual à bola de Rogério Ceni quando batia falta: era no ângulo.

Agora vêm com esse discurso em um período pré-eleitoral das eleições municipais. Eu digo que o eleitor tem uma chance maravilhosa que é dada a cada quatro anos. Sei que há muita gente preocupada com a Lava Jato, Senador Cristovam. “Olha, não deixem que acabem com o Lava Jato! Não façam com que a Lava Jato...”. Tudo bem, a Lava Jato é uma operação policial, como todas as outras, muito importante, e é importante que não acabe mesmo. Mas, gente, o eleitor tem uma arma mais poderosa do que a Lava Jato. E é domingo! No domingo, o eleitor pode mudar muita coisa. Eu fico preocupado, porque não sei se vai mudar.

Fui ao Município de Porto Alegre do Norte. Há um candidato do PT lá sobre o qual vieram me falar: “Ele vai ganhar a eleição porque está dando tijolo”. Falei: “Normal!” Mas eu disse no discurso: “Cuidado com esses tijolos que vocês estão recebendo em Porto Alegre do Norte, porque vocês podem levar uma tijolada depois.” Então, fico muito preocupado com esse povo que está com muito dinheiro ainda comprando votos.

Vi uma coisa nas redes sociais. As redes sociais são uma maravilha! É a criatividade do brasileiro borbuhlhando em tempo real. O sujeito falou: “Olha, cuidado ao pegar R\$100, porque depois você fica sem educação, sem saúde, sem segurança, você fica sem nada!” E essa é a grande realidade.

Então, neste momento, é muito importante que o eleitor possa fazer toda essa reflexão, possa fazer essa diferenciação de quem simplesmente está querendo fazer discurso umbilical. Agora o discurso aqui, nesta tribuna, só é feito, em boa parte, para se defenderem ou para atacar o Juiz Sérgio Moro.

Mas é engraçado porque o discurso é tão incoerente. Há horas em que eles vêm aqui acusar Renan e Jucá de quererem acabar com a Lava Jato, mas, ao mesmo tempo, eles vêm aqui e arrebatam com o Dallagnol, arrebatam com o Moro, passam gravação deles combinando como politizar o discurso para desacreditar o Moro.

É por isso que eu chamo os brasileiros a uma reflexão para que possamos, de uma vez por todas, limpar esses que fazem esse discurso demagógico, mentiroso e que só demonstram uma coisa: estão aqui no poder pelo poder.

Toda vez que chega um assunto sério aqui, que mexe nas estruturas, nas entranhas do País acontece isso que o Senador Cristovam falou agora há pouco: “Não, vamos debater mais, vamos falar mais sobre isso.”

Eu era menino – estou com quase 50 anos – e o Senador Cristovam já falava que a educação não estava boa. E esse pessoal quer debater mais! “Vamos debater mais cinco, dez anos.” Vamos fazer a reforma política? “Não, vamos debater mais”. Olha, de conversa o povo está cheio. Essas pessoas foram para a rua porque não aguentam ser mais enroladas.



Eu chamo à reflexão todos nós que estamos berço político, os prefeitos que vão entrar: cuidado com as promessas, cuidado com a conversa vazia, porque de conversa vazia o povo está cheio.

E, com relação à promessa, há um negócio bem complicado. Há poucos dias, eu conversei com um candidato e falei: “Olha, cuidado com a promessa porque não há coisa pior do que a expectativa frustrada.” Ele falou: “Não, eu não estou fazendo promessas. Estou só fazendo compromisso.” O compromisso parece que é até mais firme do que a promessa. Mas o certo é que nós temos que começar a fazer essa reflexão.

Eu sei que o Brasil tem sido muito enxovalhado, Senador Cristovam, e eu disse isso há algum tempo. Saiu uma matéria no *Times* dizendo que, se o Brasil não ganhasse as Olimpíadas, ou melhor, que as Olimpíadas não haviam começado, mas que o Brasil, antes de elas começarem, já havia ganhado a medalha da corrupção. Pode até ser, mas acho que há uma coisa muito positiva acontecendo no País: o Brasil talvez seja, no momento, o único país do mundo que está fazendo uma depuração, que está mexendo com os seus alicerces, esses alicerces do jeitinho, da gambiarra. É o único país que talvez esteja prendendo ex-governadores, ex-presidentes, que está cassando uma Presidente dentro da lei, que tem a sua democracia em plena ebulição.

No meu Estado do Mato Grosso, boa parte da classe política está presa há mais de ano. Então, nós temos de também olhar o lado positivo dessas coisas.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A população, nas ruas, cobrando dos seus políticos. E eu estou vendo que há reflexão. Vejo nessas cadeiras, nas conversas, vejo os discursos, já à boca pequena, nos comitês: “Não façam tal coisa. Cuidado com os *smartphones*”. Vejo que há uma coisa nova na seara política. Vejo que há gente que vem para a política com outros ideais.

Eu me lembro de que, certa feita, o Senador Cristovam estava no Estado de Mato Grosso. Talvez quem esteja acostumado com ele aqui não saiba, porque ele é sempre muito humilde, mas, quando ele vai aos Estados, é um acontecimento, é um verdadeiro *pop star*. Ele estava sentado – não sei se ele vai se lembrar disso –, e um político de muito dinheiro estava falando o seguinte: “Olha, nós temos de ver que, para a pessoa se candidatar, tem, primeiro, de se arrumar na vida. Ele tem, primeiro, de ter um bom aporte financeiro para cuidar da sua campanha. Há candidato aí que não tem como andar de ônibus. Como quer ser candidato? Uma pessoa assim vai para a política e vai querer se arrumar na vida.” Eu falei: “Bom, ele não percebeu, mas está fazendo uma ofensa a um ilustre brasileiro que está aqui, na mesa, e que não é nenhum bilionário.” Estava ali o Senador Cristovam, que, quando eu era menino, já era político.

Então, esse entendimento de político de sucesso que se fez com o Erário está mudando. Eu não gosto nem de fazer esse tipo de discurso, porque cada um deve cuidar da sua vida. Mas acho que, cada vez mais, nós vamos ter políticos como Pedro Simon, como Cristovam Buarque, como tantos outros que estão aqui como exemplo para as nossas crianças, a ponto de, daqui a algum tempo, um aluno ter orgulho de dizer que vai ser político.

Hoje, sinceramente, Senador Cristovam, quando eu me mudei para Brasília, pedi a meus filhos que não dissessem, na escola, que eram filhos de um político por um motivo muito simples: vão começar a xingá-los, vão chamar seu pai de ladrão. Isso só vai causar conflito. Não falem. Eu tive de fazer esse pedido, porque essa é a realidade da classe política hoje.

Mas não tenho dúvida de que, com essa ebulição, com esse reboio todo que está acontecendo no Brasil, nós vamos começar a ter uma política... Não uma nova política. Vejo muita gente falando: “Olha, nós vamos ter a nova política”. Não existe nova política. Existe a política correta de se fazer e a não correta.

Estou fazendo esse discurso aqui – talvez tenha sido o único – justamente para fazer este contraponto: não quero ser mais santo do que ninguém, não gosto de apontar o dedo para ninguém. Fazer as coisas corretas é minha obrigação, e a lei está aí para todos.

Ouvi, agora há pouco, uma Senadora dizer que a lei está aí para todos, mas está aí para todos os nossos inimigos, porque, quando é contra o Partido dos Trabalhadores, é injustiça, estão fazendo seletividade. De repente, alguém me pergunta: “Senador, mas a maioria é do PT.” É do PT, porque o PT estava, nos últimos 13 anos, no poder, e foi nesse governo que estourou tudo. Os escândalos estão sendo investigados. É isso. Então, é natural que a maioria seja do PT. “Ah, mas se outros partidos receberam?” Sim, mas quem controlava o caixa era o PT. “Ah, mas o Fulano de Tal também recebeu doação de campanha.” E aqui fazemos um ponto: existe uma diferença entre doação de campanha... O sujeito foi à tal empresa e solicitou... O Senador Cristovam é um empresário. Eu chego lá e digo: “Senador, eu sou candidato, estou precisando tocar a minha campanha e queria uma doação.” “Medeiros, eu vou te fazer uma doação.” Faz uma doação de campanha, o candidato registra essa doação no TRE, e tudo bem. Isso é diferente de eu dizer: “Cristovam, você tem uma empresa que está tocando obra. Ou você me dá dez milhões ou, na próxima medição da sua obra, você não vai receber.” Isso é uma diferença monstro. É um *Grand Canyon* de diferença. É diferente a doação da extorsão. Estamos vendo que



vários empresários, grandes empresas até quebraram, porque chega um Presidente da República, chega um enviado da Presidente da República e fala: “Olha, você tem que dar 12 milhões”. Doze milhões não se acham em qualquer lugar. O BDI de obras é curto, então, tem que jogar a obra para cima para dar conta. O empresário chega, já preocupado, e fala: “Presidente, o Fulano de Tal me procurou e está pedindo 12 milhões. O que faço?” “É para pagar. É para pagar. É para pagar!” Olha só: o sujeito que está doando está hipossuficiente. Não seria o contrário? “É para pagar!” Isso é o quê? Então, é natural que a polícia esteja chegando. É como aquele seriado norte-americano do Frank Underwood: vai ficando tão cauterizado na mente do sujeito que ele passa a achar que o dinheiro do outro é dele, porque ele está no poder. E foi isso o que aconteceu, nada mais do que isso.

Todos os brasileiros, enquanto estava dando certo o projeto da economia, estavam com o Lula. Dizem que, na casa em que falta pão, todo mundo briga, ninguém tem razão. Mas, na verdade, o povo não quis nem saber disso. Quando viram que aquele negócio era cheque sem fundo, foram às ruas e raparam o governo. E, se este Congresso não tivesse tido a sabedoria de tirar a Presidente do poder, teria sido todo mundo varrido daqui. Essa é a grande verdade.

Então, esses discursos de coitadismo... Voltaram o coitadismo. Até poucos dias, estavam na arrogância, agora voltou todo mundo aqui. E aí me pasma a falta de argumento para se defender, porque se defende simplesmente dizendo: “Presidente usurpador sem voto” Mentira! O Presidente Temer só foi para aquela chapa porque eles queriam os votos do PMDB, porque sem o PMDB não teriam sido eleitos. Então, o Presidente Temer tem voto sim, foi eleito naquela chapa, por quem votou 13. Eu digo: eu não votei no Temer. Eles votaram. Então, é um Presidente com voto. “O Presidente usurpador que não está conseguindo, ou que está pondo um programa aqui, que não foi votado, está querendo mexer na educação, está querendo fazer a reforma da educação, está querendo fazer reforma trabalhista, está querendo fazer reforma política, está querendo fazer reforma previdenciária”.

O Senador Cristovam um dia quase foi agredido aqui porque no Governo de Dilma, quando eles disseram da necessidade, ele levantava justamente essa questão, ao dizer: “nós não temos como fazer outra coisa se não começarmos a fazer a reforma previdenciária”. Ele foi desacatado aqui por membros do PT naquela época. Agora, não. Eles estavam propondo, e agora estão dizendo que não, que estão querendo acabar com os aposentados. A educação nem vou falar, porque você já sabe a bandeira dele. Quero cumprimentar novamente aqui os alunos – parece que é outra turma – do Colégio Militar de Goiás. Então, esse discurso é que não se sustenta e, aí, vou falar uma coisa para a alegria do Brasil: essas pessoas estão sendo varridas, esse grupo está sendo varrido da política brasileira porque onde eu passo, no Brasil inteiro, ninguém quer saber desse discurso; ninguém quer saber do PT e dos seus puxadinhos. E sabe por quê? Porque mentiram, abusaram da inteligência do eleitor, abusaram da inteligência das pessoas e as pessoas não estão naquela que, às vezes, dizem: “Olha o eleitor não sabe votar”. Sabe sim, sabe e sabe muito bem. Então, ficam essas reflexões, Senador Cristovam, porque eu fico pasmo de ver essa conversa de que agora está tudo se acabando, de que os programas sociais vão ser acabados, de que a educação vai virar uma porcaria porque está se propondo uma reforma. Gente, o que que é isso?

Como disse o Senador Cristovam agora há pouco, os alunos não têm mais prazer. Quando saem de casa, parece que vão para uma prisão porque não têm a menor vontade de estudar e, me perdoem meus amigos professores – eu fui professor durante sete anos –, mas há tempos que a profissão de professor virou bico. Virou bico. Há tempos que muito professor não ensina. Fica lá o aluno, virou aquele chamado velho pacto da mediocridade: eu finjo que aprendo, você finge que ensina e vamos tocando a vida. Tanto é verdade que passou no País inteiro, virou moda. Aquele grande programa que eu acho um programa bacana se fosse colocado na sua totalidade, a escola cíclica, mas aproveitaram somente a parte que não reprova, somente a parte que não avalia.

Como é que eu posso avançar, Senador Cristovam, se eu não tiver nenhum parâmetro de avaliação? Há poucos dias eu vi num *ranking* que o Senador Cristovam está entre os melhores avaliados Senado. Tive a grata satisfação de também estar nesses bem avaliados. Mas se não avaliassem, como é que eu ia saber que o Senador Cristovam estava ali? É bom que tenham os números. Tudo que é lugar tem avaliação, mas na escola não. Sabe por quê? Senão, vai traumatizar essa criança. Mas acontece que a vida é implacável, a realidade é assim: se eu chegar a um emprego e não tiver desempenho, eu perco o trabalho. E como é que vou estar preparado para a vida se na minha na escola eu aprendi a vida inteira que não, que eu não preciso ter desempenho porque eu passo de ano do mesmo jeito?

Então, são essas reflexões que a gente tem que fazer, e eu não tenho dúvida de que, se a gente não fizer agora a lição de casa... Isso era antes. O Senador Cristovam dizia isso há 20 anos, mas acontece que nós passamos 20 anos gastando o tempo. Como dizia Machado de Assis, os prazos longos são fáceis de prescrever porque o tempo os torna eternos.

E agora nós não temos mais tempo. Nós temos que fazer essas reformas é para ontem, porque agora, essa semana, os Governadores vão vir aqui, ao Presidente Michel Temer, dizer que, se não receberem o FEX, e



se não receberem uma ajuda de R\$7 bilhões, eles não pagam folha. No meu Estado, o Governador Pedro Taques já teve que escalonar este mês o salário.

E aí, as pessoas ficam discutindo aqui o sexo dos anjos. E aí, ficam passando como se tudo que foi feito tivesse sido perfeito. Os Estados estão mendigando R\$7 bilhões; R\$7 bilhões hoje resolveriam o problema dos Estados, esse ano. Sabe quanto só de aporte foi feito para – vou citar só uma empresa aqui – a JBS? Bilhões. Bilhões. Mas não são R\$10 bilhões, R\$15 bilhões, não: são R\$40 bilhões, sendo que R\$7 bilhões resolveriam o problema dos Estados brasileiros.

Se a gente for ver aportes que foram feitos no exterior: “mas era importante, porque eram empresas brasileiras, que tinham...” Tá, mas nós temos... O Senador Alvaro Dias disse hoje: perdoaram uma leva de empréstimos na África – tudo bem, a África precisa, mas e aí? E aqui no Brasil? As filas nos prontos-socorros?

Então, essas discussões nós temos que fazer aqui.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Medeiros, eu não resisto a fazer alguns comentários, embora pequenos. Primeiro, nós estamos muito acostumados a ouvir falar da corrupção que tomou conta do Brasil do ponto de vista do roubo de dinheiro público. Mas tem outra corrupção que a gente se esquece, que é a corrupção da narrativa falsa, mudando a realidade, para enganar as pessoas. E essa é muito grave. Essa às vezes é mais permanente que a corrupção de dinheiro, porque a corrupção do roubo, felizmente tem uma Lava Jato que vai prender, vai recuperar dinheiro, está recuperando. Eu creio que vamos aprender a escolher melhor os candidatos. Mas a mentira, ela fica. E é difícil você fazer avançar na política.

E uma delas é essa maneira de jogar toda a culpa no Governo que já chegou. Nós discutíamos isso aqui antes. O senhor lembra que eu disse: “Para salvar o Brasil, vamos terminar dando um tiro no pé das próprias forças de oposição ao Governo Dilma, porque o PT vem jogando toda a culpa no novo Governo”. A própria Senadora Gleisi falou aqui da concentração de renda no Brasil: que os ricos ficaram mais ricos muito mais do que os pobres deixaram de ser pobres.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em três meses, né?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como se fosse coisa desses últimos meses.

Um taxista ontem me disse que a situação deles está muito difícil. E realmente está. Não tem uma categoria que trabalhe mais horas por dia do que taxista. Ontem eu tomei um táxi, e ele está achando que já não está trabalhando tanto mais. Sabe por quê? “Porque não adianta”, ele disse. Veja que tragédia! Antes ele trabalhava 14 horas. Ele agora, chega uma hora que ele diz: “Eu desanimo e vou para casa, na situação difícil que está”.

E, não foi ele, foi um outro, que me disse que é culpa do Uber, inventado pelo Temer, que o Temer é que trouxe o Uber para o Brasil.

Então, essas mentiras são uma forma de corrupção muito grande.

A outra forma de corrupção, para mim, é um grupo que se encontra de esquerda não defender reformas – isso é uma corrupção – e não entender as mudanças que estão acontecendo no mundo, como com a própria Previdência. Mentem ao povo ao dizer que não vai precisar de reforma da Previdência, quando duas coisas acontecem: a gente está vivendo mais do que antes. Então, fica mais tempo aposentado...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...e nós estamos com menos gente na base, porque as famílias estão tendo menos filhos e estão vivendo mais.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Como é que vai sustentar?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É claro que vai ter que ter um ajuste aí. O ajuste pode ser: só recebe aposentadoria até tal ano. Depois daí, pronto. Morre. Ninguém vai querer isso. A outra solução é dizer: só se aposenta mais tarde, já que vai viver mais tempo. A terceira é dizer: não, vamos emitir dinheiro para pagar. E aí vem a inflação, que é a pior das mentiras. Você continua pagando cem, mas só vale oitenta. E eu temo que, no fim, quisesse ir para esse caminho o governo anterior, porque já estava em 10% a inflação e ia chegar a 15%, a 20%, rapidamente.

Então, o senhor trouxe esta afirmação, que acho muito interessante, de que estão querendo criar, outra vez, narrativas.

A Senadora, de quem todos nós gostamos muito, a Gleisi, falou do danoninho. O Lula disse que, quanto mais danoninho vendido, melhor para todos. É verdade. Eu me orgulho muito de que, como Governador aqui, eu colocava esse tipo de produtos na merenda escolar, mas dentro dos limites de recursos. Nunca gastei mais do que o governo dispunha, porque, se você começa a dar isso sem dinheiro, aí você se endivida ou emite



dinheiro. E aí vem a inflação, e o povo não percebe que é o povo que está pagando, de uma maneira ilusória, desvalorizando o dinheiro que carrega no bolso graças ao seu trabalho.

Então, o senhor trouxe esses assuntos. Eu agradeço muito. Fico satisfeito em termos aproveitado bem esta tarde, com este debate.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Eu não tenho dúvida de que, fazendo essas discussões... De repente as pessoas falam: “Olha, estavam lá só conversando.” É nessas conversas de esclarecimento que boa parte das pessoas que estão nos ouvindo, como os taxistas, vão realmente compreender o que está acontecendo. Nada melhor do que um povo esclarecido, porque um povo enganado é terrível, porque o que se faz aqui, às vezes, é induzir as pessoas ao erro. E aí não tem pior coisa do que alguém errado pensando que está certo. Isso é perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pior é estar errado pensando que está certo ou estar no caminho errado pensando que está no caminho certo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bem, era isso. Eu dou por encerrada esta sessão de hoje do Senado Federal.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 18 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 143ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Mensagens da Presidência da República****SENADO FEDERAL****MENSAGEM Nº 91, DE 2016**

(nº 503/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

AUTORIA: Presidente da República**DOCUMENTOS:**[- Texto da mensagem](#)**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional[Página da matéria](#)

Mensagem nº 503

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Os méritos da Senhora Regina Maria Cordeiro Dunlop que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2016.



EM nº 00310/2016 MRE

Brasília, 8 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 589 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP**

CPF.: 105.940.517-20

ID.: 8297 MRE

1950 Filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro, nasce em 9 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1969 Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1973 Pós-graduação, Teaching of English as a Foreign Language, Royal Society of Arts, Londres, Reino Unido
 1975 Pós-graduação, in Applied Linguistics, Leeds University, Leeds, Reino Unido
 1977 Mestrado, Master of Arts - Linguistics, University of Reading, Reino Unido
 1980 Letras pela Universidade Veiga de Almeida/RJ
 1981 CPCD - IRBr
 1990 CAD - IRBr
 2003 CAE - IRBr, Conhecimentos Tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI

Cargos:

1982 Terceira-Secretária
 1987 Segunda-Secretária
 1993 Primeira-Secretária, por merecimento
 1999 Conselheira, por merecimento
 2003 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
 2007 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1982-83 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, Assistente
 1983-89 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Assistente
 1989-93 Representação junto aos Organismos Econômicos Especiais Internacionais, Londres, Segunda-Secretária
 1993 Gabinete do Ministro de Estado, Assessora
 1993-94 Secretaria de Relações com o Congresso, Assessora
 1994-97 Embaixada em Pequim, Primeira-Secretária
 1997-99 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assessora
 1999-2003 Presidência da República, Assessora
 2003-2005 Secretaria-Geral, Assessora
 2005-2009 Departamento da Ásia e Oceania, Diretora
 2009-2013 Representante Permanente Alternata junto às Nações Unidas



2013 Delegação Permanente em Genebra, Delegada Permanente

Condecorações:

2001 Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil

2003 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

2007 Ordem Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil

2012 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil

Publicações:

2001 Artesanato Solidário, in Patrimônio Imaterial, Revista Tempo Brasileiro nº147, Tempo Brasileiro, ed., Rio de Janeiro

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa
Divisão da Europa Setentrional

PAÍSES BAIXOS**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

Julho de 2016



DADOS BÁSICOS SOBRE OS PAÍSES BAIXOS	
NOME OFICIAL:	Reino dos Países Baixos
GENTÍLICO:	Neerlandês ou holandês
CAPITAL:	Amsterdã (a Haia é a sede do Governo e do Parlamento)
ÁREA:	41.526,18 km2
POPULAÇÃO:	16.691.700 habitantes (2014)
IDIOMA OFICIAL:	Neerlandês (oficial nacional); frisão, inglês e papiamento (oficiais regionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Sem afiliação: 49,2%; católica romana: 24,4%; protestante: 15,8%; muçulmana: 4,9%; hinduísmo e budismo: 1,1%; outras: 4,5%; judaísmo:0,1%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral (Staten-Generaal – Estados-Gerais), consistindo na Primeira Câmara (Eerste Kamer) e na Segunda Câmara (Tweede Kamer).
CHEFE DE ESTADO:	Guilherme IV, desde abr/2013
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mark Rutte (desde nov/2012 exerce seu segundo mandato)
CHANCELER:	Albert Gerard (Bert) Koenders (desde out/2014)
PIB (2015/FMI)	US\$ 738,4 bilhões
PIB PPP (2015/FMI)	US\$ 832,6 bilhões
PIB per capita (2015/FMI)	US\$ 43,603
PIB PPP per capita (2015/FMI)	US\$ 49,249
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	1,9% (2015); 1% (2014); -0,49% (2013); -1,05% (2012); 1,6% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,922 – 5º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	81,12 anos
ALFABETIZAÇÃO (2012):	99% (2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	6,9%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Hans Peters (desde 2014)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	21.948

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MDIC

	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016 jan-jun
Intercâmbio	3.189	3.396	4.756	5.872	9.956	9.122	15.907	19.678	12.512	5.567
Exportações	2.594	2.863	4.247	5.285	8.840	8.150	13.639,7	17.333	10.044	4.731
Importações	595	533	508	586	1.116	972	2.267,3	2.345	2.468	866
Saldo	1.998	2.330	3.738	4.698	7.724	7.177	11.372,4	14.988	7.576	3.864

PERFIS BIOGRÁFICOS

GUILHERME IV



REI DOS PAÍSES BAIXOS



Guilherme IV, nascido Willem-Alexander Claus George Ferdinand, foi coroado Rei dos Países Baixos em 30 de abril de 2013. O monarca nasceu em 27 de abril de 1967. Filho mais velho da Rainha Beatrix e do Príncipe Claus, tornou-se oficialmente o herdeiro do trono do Reino dos Países Baixos em 1980. Formado em história pela Universidade de Leiden, tem grande interesse em esportes e na questão dos recursos hídricos em escala mundial. É o primeiro monarca neerlandês do sexo masculino desde seu bisavô Guilherme III, falecido em 1890.

É casado com Máxima Zorreguieta Cerruti, nascida em 17 de maio de 1971, em Buenos Aires, filha de pais argentinos e neta de espanhóis e italianos. A Rainha formou-se em economia pela Universidade Católica Argentina e trabalhou no mercado financeiro em Buenos Aires e em Nova York antes de casar-se com o Príncipe Guilherme em 2002. Ao contrário do marido, membro da Igreja Reformada Neerlandesa, a Princesa é de confissão católico-romana.

O casal tem três filhas, batizadas na Igreja Reformada Neerlandesa (condição para eventual sucessão ao trono).

MARK RUTTE PRIMEIRO-MINISTRO





Nascido na Haia a 14 de fevereiro de 1967, o Premier neerlandês cursou história na Universidade de Leiden, período em que alcançou a liderança da seção juvenil do VVD (“Partido do Povo para Liberdade e Democracia”, de orientação liberal). Concluída sua graduação, em 1992, trabalhou por dez anos na empresa holandesa Unilever.

Em 2002, foi nomeado secretário de Estado de Assuntos Sociais e Emprego, cargo que deixou em 2004 para ocupar a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Ciências. Em 2006, retornou à Segunda Câmara do Parlamento, quando se tornou líder do seu partido.

Em outubro de 2010, foi nomeado Primeiro-Ministro, após o VVD vencer as eleições parlamentares com 31 dos 150 assentos (a menor proporção de um partido vitorioso já obtida nos Países Baixos). Trata-se do primeiro político liberal a assumir o cargo desde 1918.

Tornou a assumir a Chefia de Governo no Parlamento imediatamente subsequente, em 2012, em governo de coalizão com a esquerda trabalhista. Desta feita, seu partido aumentou sua representação parlamentar para 41 assentos.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em valores e interesses políticos compartilhados, como a democracia, o multilateralismo, a solução pacífica de controvérsias, a defesa dos direitos humanos e o apoio à reforma das estruturas políticas multilaterais. Dado o crescente peso específico e a atuação no âmbito regional e internacional do Brasil, os Países Baixos identificam no país ator relevante na estabilização e modernização da América do Sul e na construção de novo paradigma de crescimento econômico.

Diante do cenário de crise e recessão na União Europeia, a política externa neerlandesa tem redefinido suas prioridades. Nesse exercício, tem ganhado relevância a dinamização das relações econômico-comerciais com economias emergentes, como o Brasil.

Nos últimos anos, o número de empresas neerlandesas no Brasil passou de 50, em 1995, para mais de 150, em 2013. Nesse grupo, incluem-se grandes conglomerados internacionais, exportadores de produtos e serviços de alto valor agregado, tais como Shell, Unilever, Philips, ABN-AMRO Bank, ING Group, Akzo Nobel (Tintas Coral e Ypiranga), KLM e Makro.

Recentemente registra-se aumento da presença de empresas brasileiras nos Países Baixos, atraídas pelo ambiente empresarial e fiscal favoráveis e pela excelente rede de infraestrutura e logística do país. Alguns exemplos: Petrobras, Embraer, Braskem, Bertin Agropecuária, Cutrale, Perdigão e Seara Foods. Com a finalidade de assessorar empresas brasileiras que queiram instalar-se nos Países Baixos, o governo neerlandês mantém em São Paulo, desde 2010, escritório da Agência Neerlandesa de Investimentos Estrangeiros (NFIA).

Há, ademais, oportunidades para fortalecer o diálogo político em temas de interesse mútuo da agenda internacional e a cooperação em áreas prioritárias para o Brasil, como infraestrutura, logística, educação, ciência e tecnologia.

O mecanismo de consultas políticas entre o Brasil e os Países Baixos – estabelecido em 2007, por meio de memorando de entendimento entre o Itamaraty e a chancelaria neerlandesa – representa importante instrumento nesse sentido. A última edição do mecanismo foi realizada em Brasília, em novembro de 2015. Em relação à cooperação na área de ciência e tecnologia,



foi realizada em Brasília, em novembro de 2015, a II reunião da Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação, estabelecida por memorando de entendimento, em novembro de 2011. A I reunião da Comissão realizou-se em Brasília, em junho de 2013. As áreas identificadas como prioritárias para a definição de programa de trabalho conjunto foram as seguintes: bioeconomia, prevenção e mitigação de desastres naturais, nanotecnologia, temas espaciais e sustentabilidade urbana.

Assuntos consulares

Estima-se em 21.948 o tamanho da comunidade brasileira nos Países Baixos. Há 8 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento.

Além de contar com a Embixada na Haia e o Consulado Geral de Roterdã, o Governo brasileiro mantém Consulado Honorário em Amsterdã.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício dos Países Baixos.



POLÍTICA INTERNA

Estrutura de Governo

O Rei Guilherme IV tornou-se soberano dos Países Baixos em 30 de abril de 2013, após a abdicação de sua mãe, a Rainha Beatrix, que reinou por 33 anos. Guilherme IV é o primeiro monarca do sexo masculino desde seu bisavô, Guilherme III, falecido em 1890.

O monarca neerlandês exerce poderes substancialmente maiores do que usualmente outros monarcas de países europeus. A Constituição dos Países Baixos estabelece que a Coroa — definida como o monarca e o gabinete reunidos — exerce o governo. O soberano nomeia prefeitos e governadores e preside o Conselho de Estado, órgão consultivo máximo que examina tanto os projetos de lei submetidos pelo governo quanto os acordos internacionais a serem encaminhados ao Parlamento, além de designar os membros do Conselho.

No centro do sistema político do país encontra-se o Parlamento, ou estados-gerais, incumbido da revisão e aprovação dos atos da Coroa. A cada quatro anos, realizam-se eleições para a câmara baixa (Segunda Câmara). Quanto ao Senado (Primeira Câmara), este conta setenta e cinco membros eleitos indiretamente, por quatro anos, por assembleias das províncias. A câmara baixa é integrada por cento e cinquenta deputados eleitos diretamente, também por quatro anos.

Conjuntura Atual

O Gabinete liberal de centro-direita, liderado pelo Primeiro-Ministro Mark Rutte ("Governo Rutte I"), enfraquecido pelos efeitos da crise da dívida europeia, renunciou em abril de 2012, após tentar, sem sucesso, aprovar pacote de austeridade fiscal.

Mesmo na condição de chefe de governo interino ("caretaker government"), Rutte negociou com três partidos de oposição pacote de ajustes substanciais, prevendo aumento de impostos, congelamento dos salários do setor público e corte de benefícios fiscais.

Nas eleições gerais antecipadas de setembro de 2012, Rutte formou o atual governo de coalizão ("Rutte II") com partidos de centro-direita e de centro-esquerda (o liberal Partido Popular para a Liberdade e a Democracia e o Partido Trabalhista, do Chanceler Bert Koenders).



Com a divisa “Construindo Pontes” e base parlamentar de 79 das 150 cadeiras da Segunda Câmara, o atual governo liberal-trabalhista tem-se mostrado mais estável que seu predecessor, mas confronta-se com as mesmas difíceis escolhas políticas em meio a cenário econômico adverso. Pesquisas de opinião indicam que o eleitorado neerlandês segue refratário a propostas de resgate financeiro de parceiros da zona do euro.

Nos últimos meses, tem-se observado aumento da polarização política nos Países Baixos, com fortalecimento do partido de extrema direita PVV (Partido para a Liberdade). Analistas apontam que tal fenômeno estaria relacionado, em grande medida, às tensões geradas pelo influxo de refugiados e demandantes de asilo no país. Efeitos dessa tendência seriam visíveis nas sondagens de intenções de voto. A última pesquisa conduzida pelo indicador nacional de pesquisa de opinião deixou entrever substancial aumento no apoio ao PVV (liderado por Geert Wilders), que poderia alçar-se à posição de maior partido no parlamento (estimativa de 35 a 40 assentos). Embora o PVV já tenha encabeçado pesquisas de intenção de voto anteriormente, analistas apontam que, desta feita, chama a atenção a rapidez com que o partido estaria atraindo apoio dos eleitores.

No contexto do processo de saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), Wilders tem promovido a proposta de um referendo holandês sobre a permanência na União Europeia ("Nexit"). O Parlamento neerlandês examinou e rejeitou a iniciativa por ampla maioria. Segundo pesquisas recentes de opinião, o eleitorado seria em sua maioria favorável à realização de referendo sobre a permanência dos Países Baixos na União Europeia, ainda que 60% rejeitem uma "Nexit".

POLÍTICA EXTERNA

Os Países Baixos, historicamente com elevado grau de abertura comercial, priorizam o multilateralismo. A diplomacia holandesa assume papel relevante nas principais instâncias políticas internacionais, como as Nações Unidas, e tem participação ativa em temas de alcance mundial, como direitos humanos e desarmamento e não-proliferação. É também sensível a temas relativos ao processo de integração europeia e à segurança internacional, em particular no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assim como a situações que possam envolver riscos ao abastecimento



energético (petróleo e gás).

Contudo, maior protagonismo holandês esbarra em fatores objetivos, como limitações de ordem geopolítica (território e população reduzidos) e restrições logísticas e orçamentárias de suas Forças Armadas. De todo modo, o país tem tido participação frequente, embora nem sempre numericamente expressiva, em operações militares internacionais, seja no âmbito das Nações Unidas, da União Europeia ou da OTAN.

A promoção dos direitos humanos no plano mundial, que conta com amplo apoio interno, constitui hoje uma das prioridades da política externa neerlandesa. O país mantém posição ativa nos foros internacionais competentes e tem sido vocal em sua oposição ao uso de diferenças culturais e religiosas como justificativas para a negação de direitos humanos.

Os Países Baixos têm, historicamente, tradição na promoção da paz e da justiça internacionais, haja vista a presença na Haia da sede de organizações como a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional, a Corte Permanente de Arbitragem, a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia e o Tribunal Especial para o Líbano. Os Países Baixos têm sido enfáticos em seu apoio à consolidação do Tribunal Penal Internacional e ao pleno respeito a sua liberdade de atuação, sem limitações de ordem política.

Igualmente, a presença na Haia da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) reflete a posição ativa dos Países Baixos em temas de desarmamento e não proliferação. Em março de 2010, o país liderou articulação com outros parceiros europeus para solicitar ao Secretário-Geral da OTAN que priorize, em seus trabalhos, temas de desarmamento nuclear, não proliferação e controle de armamentos. Não surpreende, portanto, que os Países Baixos tenham sediado a Cúpula de Segurança Nuclear (2014), considerada a maior conferência internacional a realizar-se no país desde a Conferência da Paz de 1907.

Sucessivos governos holandeses atribuíram prioridade à ajuda ao desenvolvimento, com ênfase na luta contra a pobreza e, em particular, à promoção Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. O nível de contribuição já foi um dos mais altos do mundo (0,8% do PIB), mas caiu recentemente, em razão de cortes orçamentários.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia neerlandesa

A economia holandesa consolidou sua recuperação em 2015. De acordo com a agência estatal de estatísticas (CBS), o crescimento do PIB no ano passado foi de 2%, comparado com - 0,5%, em 2013, e 1%, em 2014.

As previsões para 2016 são cautelosas. A agência central de planejamento (CPB) prevê crescimento da economia neerlandesa de 1,8%, em 2016, e 2%, em 2017. Segundo a CPB, riscos do cenário internacional pressionam a economia e prejudicam o ambiente para os negócios. Além da saída do Reino Unido da União Europeia (UE), também constituem riscos a volatilidade dos mercados financeiros em resposta a incertezas associadas ao ritmo de desenvolvimento econômico da China, a queda dos preços do petróleo e os tempos da normalização da política monetária nos EUA.

A CPB também cita a eventual suspensão da aplicação do tratado de Schengen, em reação ao crescente afluxo de refugiados provenientes do Oriente Médio e do Norte da África, como possível fonte adicional de efeitos negativos para a economia neerlandesa. O principal fator endógeno para a diminuição das expectativas de crescimento do PIB seria a redução no ritmo da extração de gás natural nos Países Baixos. Os setores que mais impulsionam a economia atualmente são a construção civil, gastos públicos e exportações.

A taxa de desemprego, que, em 2015, ficou em 6,9%, está prevista para 6,7% ao final de 2016. A retomada do emprego estima-se em ritmo lento, com crescimento entre 0,5 e 0,8% em 2016. O governo prevê 600.000 o número de pessoas na categoria de "baixa renda", que, dependendo da situação familiar, varia entre 1020 euros (solteiros sem dependentes) e 2100 euros por mês (casal com três filhos). Em 2007, tal número chegava a 800.000 pessoas e, em 2013, superava 1,2 milhão.

A inflação, em 2015, repetiu o índice baixo de 2014, de 0,3%, provocado pela queda internacional do preço do petróleo e das "commodities" agrícolas. Segundo o Banco Central dos Países Baixos, a inflação deverá atingir 1% somente em 2017.



Comércio exterior

Em 2015, os Países Baixos foram o quinto maior parceiro comercial do Brasil. A corrente de comércio totalizou US\$ 12,5 bilhões, com saldo comercial superavitário da ordem de US\$ 7,6 bilhões em favor do Brasil. Tradicionalmente, o Brasil contabiliza expressivos superávits comerciais, que vêm diminuindo nos últimos anos (US\$ 14,99 bilhões, em 2013, e US\$ 9,87 bilhões, em 2014). As exportações brasileiras para o país ultrapassaram os US\$ 10 bilhões, e as importações somaram US\$ 2,5 bilhões. O Brasil se beneficia do porto de Roterdã como ponto de entrada para a venda de produtos brasileiros para diversos países europeus.

Em relação ao resto do mundo, o superávit comercial holandês em janeiro e fevereiro de 2016 chegou aos 8 bilhões de euros. Os dados dos dois primeiros meses do ano revelam ligeiro aumento das importações (2,3%), bem como decréscimo, também discreto (1,1%) das exportações.

Os Países Baixos obtiveram superávit comercial de 47 bilhões de euros em 2015, com importações de aproximadamente 378 bilhões de euros e exportações de 425 bilhões. De acordo com a agência estatal de estatísticas, as exportações holandesas para a UE constituíram 70% do total, enquanto as importações do bloco foram apenas 10% superiores, em valor, às do resto do mundo. Dentro da UE, os principais parceiros comerciais continuaram a ser Alemanha e Bélgica. No resto do mundo, destacaram-se China e EUA.

Os principais produtos exportados foram máquinas e equipamentos de transporte (28%), combustíveis (23%), alimentos (11%), vestuário e calçados (10%) e produtos farmacêuticos (5%). As importações foram compostas por combustíveis (29% do total), máquinas (26%) e alimentos e animais vivos (8,6%).

No comércio de serviços, os dados de 2015 indicam superávit de quase 11 bilhões de euros, com importações de 149 bilhões e exportações 160 bilhões. Os setores com maior destaque foram serviços em manufaturas, manutenção e reparos, transporte marítimo e aéreo e telecomunicações.

Com respeito aos investimentos, estimativas para 2015 apontam aumento de 7,2% com relação a 2014. Em fevereiro de 2016, o volume de investimentos em ativos fixos foi 16,7% maior do que em fevereiro de 2015 e 12,7% maior que em janeiro de 2016. O resultado do aumento no último mês foi a alta em investimentos em imóveis e no setor de aeronaves.



Investimentos

Os Países Baixos são o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, por estoque de investimentos. Conforme os dados mais recentes do Banco Central (2014), o estoque de investimentos neerlandeses no Brasil atingiu US\$ 71,3 bilhões, atrás apenas dos EUA, de US\$ 111,7 bilhões. Em 2014 e em 2015, os Países Baixos registraram o maior fluxo de investimentos no Brasil, com montante total de US\$ 8,7 bilhões e US\$ 11,5 bilhões, respectivamente.

O Brasil também tem ampliado o estoque de investimentos diretos nos Países Baixos. Em 2015, o estoque foi de US\$ 35,4 bilhões, fazendo dos Países Baixos o terceiro principal destino do estoque de investimentos diretos brasileiros.

Os Países Baixos chegaram a ser o maior destino de investimentos brasileiros diretos em 2011, por fluxo, recebendo o valor de US\$ 8,5 bilhões. Desde então, os fluxos de investimentos brasileiros para o país europeu apresentaram queda, mas voltaram a registrar crescimento em 2015, quando o Brasil investiu US\$ 2,6 bilhões nos Países Baixos.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) Países Baixos-Brasil (em US\$ milhões)							
	Estoque	Fluxo					
		2011	2012	2013	2014	2015	2016 (jan-abr)
Origem: Países Baixos	71.352 (2014) (2º)	17.582 (1º)	12.213 (2º)	10.511 (1º)	8.791 (1º)	11.573 (1º)	1.461 (1º)
Origem: Brasil	35.491 (2015) (3º)	8.546 (1º)	1.222 (4º)	1.066 (7º)	61 (27º)	2.605 (3º)	6 (19º)

Dados do Banco Central do Brasil

Estima-se que mais de 150 empresas dos Países Baixos estejam instaladas no Brasil, incluindo multinacionais neerlandesas de grande porte. Outra parte significativa desse contingente é formada por pequenas fábricas especializadas em produtos de alta tecnologia, em diversos campos, além de fornecedores de serviços, tais como empresas de consultoria e engenharia, organizadores de feiras de negócios e similares.

A cervejaria HEINEKEN assinou protocolo de intenções, em novembro de 2015, para instalação de nova fábrica no Brasil – em Itumbiara-GO –, com investimentos estimados em R\$ 650 milhões e geração de 650 empregos diretos e indiretos. A fábrica contará com os mais elevados padrões de tecnologia e requererá trabalhadores altamente qualificados. Terá a capacidade de atender de 20 a 30 milhões de consumidores. A cervejaria



planeja investir R\$ 1 bilhão no Brasil até 2018, somando o valor dos investimentos em Goiás e a ampliação de outras unidades instaladas em São Paulo e no Paraná.

Recentemente, a neerlandesa SBM OFFSHORE fechou contrato de 3,5 bilhões de euros com a PETROBRAS, para arrendamento de duas unidades flutuantes de armazenamento e transferência (FPSO's). Trata-se do maior contrato jamais assinado pela SBM OFFSHORE, que é a maior construtora mundial de unidades flutuantes de armazenamento e transferência (FPSO's). As embarcações serão utilizadas na exploração de campos do pré-sal na Bacia de Santos.

Como citado anteriormente, grandes empresas brasileiras estabeleceram, nos últimos anos, escritórios e representações em Amsterdã e Roterdã, entre as quais a PETROBRAS, a BRASKEM, a ODEBRECHT, a SEARA, a MARFRIG, a QUEIROZ GALVÃO e a BRAZIL FOODS. Em 2015, a EMBRAER anunciou que deverá ampliar sua base comercial em Amsterdã de cinco para cerca de cem funcionários.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1914-1918	Os Países Baixos mantêm sua neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial. O imperador Guilherme II da Alemanha exila-se nos Países Baixos ao final da guerra.
1939	No romper da 2ª Guerra Mundial, os Países Baixos declaram sua neutralidade.
1940	A Alemanha nazista invade o país em 10 de maio. A Família Real holandesa desloca-se para a Inglaterra.
1945	A ocupação alemã termina com a rendição da Alemanha Nazista.
1949	As Índias Orientais Holandesas, que haviam sido ocupadas pelo Japão durante a 2ª Guerra Mundial, declaram independência, como Indonésia.
1949	Os Países Baixos abandonam sua política de neutralidade e aderem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1952	Os Países Baixos são membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que se tornaria a Comunidade Econômica Europeia cinco anos depois.
1963	A colônia holandesa da Nova Guiné é cedida à Indonésia.
1975	A colônia holandesa do Suriname alcança sua independência. Centenas de milhares de surinameses emigram para os Países Baixos.
1980	A Rainha Juliana abdica; Beatriz torna-se Rainha.
2002	O Euro substitui o Florim holandês.
2004	Falecimento da Rainha-Mãe Juliana, aos 94 anos.



2006	O parlamento concorda em enviar um adicional de 1.400 soldados holandeses para se juntar às forças lideradas pela OTAN no Afeganistão.
2010	Agosto – Os Países Baixos retiram seus 1.900 soldados do Afeganistão, terminando uma missão de quatro anos.
2010	Outubro – As Antilhas Neerlandesas são dissolvidas. Curaçao e São Martinho tornam-se nações no Reino dos Países Baixos. Bonaire, Santo Eustáquio e Saba tornam-se municípios especiais autônomos dos Países Baixos.
2013	A Rainha Beatriz abdica e seu filho, Guilherme-Alexandre, torna-se Rei.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1906	Tratado Relativo aos Limites entre o Brasil e a Colônia de Suriname (Guiana Holandesa);
1931	Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa;
1938	Ata de Encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa;
1952	Criação da Câmara de Comércio Brasil-Holanda
1955	Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico";
1997	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia;
1998	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel;
1998	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van Mierlo;
1998	Visita do Príncipe Herdeiro Guilherme;
1998	Aquisição do Banco Real e do BANDEPE pelo Banco AMB AMRO;
1998	Visita do Primeiro-Ministro Win Kok;
2000	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso;
2003	Visita da Rainha Beatrix, do Príncipe Herdeiro Guilherme e da Princesa Máxima;
2004	Visita do "Minister of State" Hans van Mierlo, no marco das comemorações do IV Centenário de Nascimento de Maurício de Nassau;
2005	Visita da Princesa Máxima;
2007	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Bot;
2008	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
2009	Visita do Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende.
2009	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
2010	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maxime Verhagen
2011	Promulgada a Lei Nº 12.392, que institui o Ano da Holanda no Brasil, em comemoração ao centenário da imigração “moderna” de holandeses



	ao Brasil
2012	Visita da Princesa Máxima, a convite do Banco Central Brasileiro, por suas funções nas Nações Unidas e no G20 no campo do Financiamento de Inclusão.
2012	Visita aos Países Baixos de delegação interministerial brasileira, chefiada pela Ministra-Chefe da Casa Civil.
2012	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Guilherme e de sua esposa, Princesa Máxima.
2013	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota (4 de julho)
2014	Viagem do Vice-Presidente Michel Temer, por ocasião da III Cúpula de Segurança Nuclear (23 a 26 de março)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa.	22/09/1931	22/09/1931	29/09/1931
Ata de encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa.	30/04/1938	30/04/1938	N/D
Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico".	16/08/1955	16/08/1955	19/09/1955
Acordo para a Abolição do Visto em Passaportes.	30/01/1956	01/02/1956	30/01/1956
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	16/03/1959	30/04/1964	10/06/1964
Acordo para a Extensão ao Suriname e às Antilhas Neerlandesas da Convenção Relativa à Assistência Judiciária Gratuita de 1959.	16/11/1964	16/11/1964	28/08/1965
Acordo Cultural.	12/10/1966	29/05/1968	15/07/1968
Convênio de Cooperação Técnica e Financeira no Instituto Holambra.	24/01/1967	24/01/1967	N/D
Ata Final dos Entendimentos Aeronáuticos.	22/08/1969	22/08/1969	N/D
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	25/09/1969	14/06/1971	01/07/1971
Troca de Notas Constituindo um	05/07/1973	05/07/1973	13/06/1973



Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares.			
Convenção Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras.	07/03/2002	07/03/2002	03/08/2006
Memorando de Endendimento sobre Implementação de Isenção Tributária Recíproca no Setor de Transporte Aéreo.	09/06/2004	09/06/2004	24/06/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Mudança do Clima e Desenvolvimento e Implementação de Projetos com base no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	16/12/2004	16/12/2004	11/02/2005
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	16/01/2007	16/01/2007	23/03/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo de Educação Superior e Técnico-Profissional	11/04/2008	11/04/2008	05/05/2008
Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos	23/01/2009	01/08/2011	05/02/2013
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa	07/12/2011	Tramitação Congresso Nacional	



Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos	07/03/2002	Em Ratificação	
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba	16/09/2014	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao	03/12/2013	Tramitação Ministérios/Casa Civil	



DADOS ECONÔMICOS COMERCIAIS

Principais Indicadores Socioeconômicos dos Países Baixos

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,49%	1,01%	1,93%	1,84%	1,89%
PIB nominal (US\$ bilhões)	864,44	880,72	738,42	762,52	794,25
PIB nominal "per capita" (US\$)	51.442	52.225	43.603	44.828	46.594
PIB PPP (US\$ bilhões)	787,75	808,80	832,62	856,27	884,45
PIB PPP "per capita" (US\$)	46.878	47.960	49.166	50.339	51.886
População (milhões de habitantes)	16,80	16,86	16,94	17,01	17,05
Desemprego (%)	7,26%	7,43%	6,87%	6,42%	6,16%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,40%	-0,06%	0,27%	0,51%	0,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	10,98%	10,61%	10,97%	10,60%	10,20%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,752	0,752	0,901	0,901	0,893

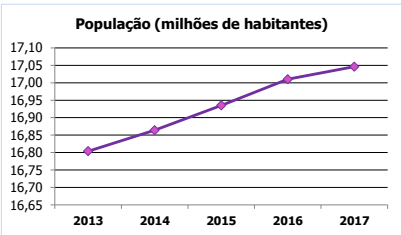
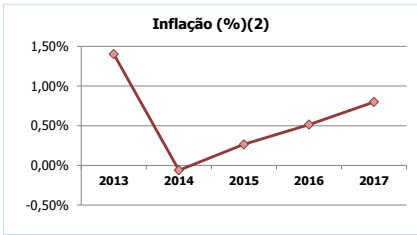
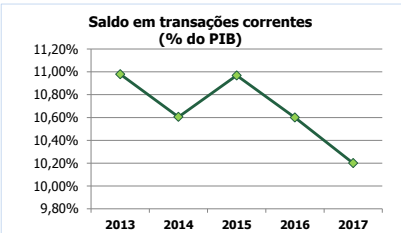
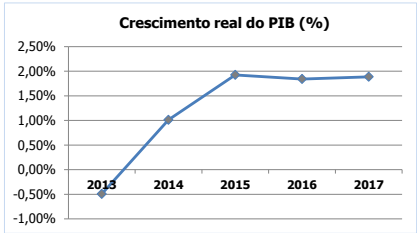
Origem do PIB (2014 Estimativa)

Agricultura	1,6%
Indústria	18,8%
Serviços	79,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report July 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

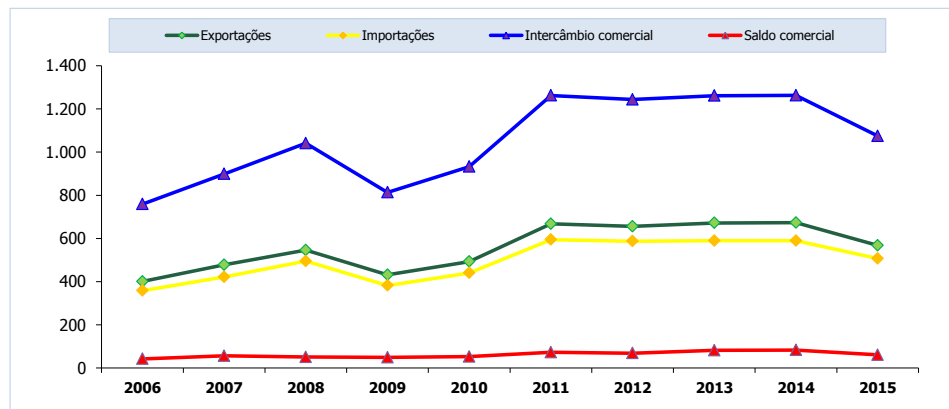
(2) Média de fim de período.



Evolução do Comércio Exterior dos Países Baixos
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	401	14,5%	359	15,4%	759	15,0%	42
2007	478	19,2%	421	17,5%	899	18,4%	56
2008	546	14,3%	495	17,5%	1.041	15,8%	51
2009	432	-20,9%	382	-22,8%	814	-21,8%	49
2010	493	14,2%	440	15,1%	933	14,6%	53
2011	668	35,5%	595	35,2%	1.262	35,3%	73
2012	656	-1,7%	588	-1,2%	1.244	-1,5%	69
2013	672	2,4%	590	0,4%	1.261	1,4%	82
2014	673	0,2%	590	0,0%	1.263	0,1%	83
2015	568	-15,6%	507	-14,0%	1.075	-14,9%	61
2016 (jan-mar)	135	-5,2%	118	-5,5%	253	-5,4%	17
Var. % 2006-2015	41,7%	--	41,4%	--	41,6%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

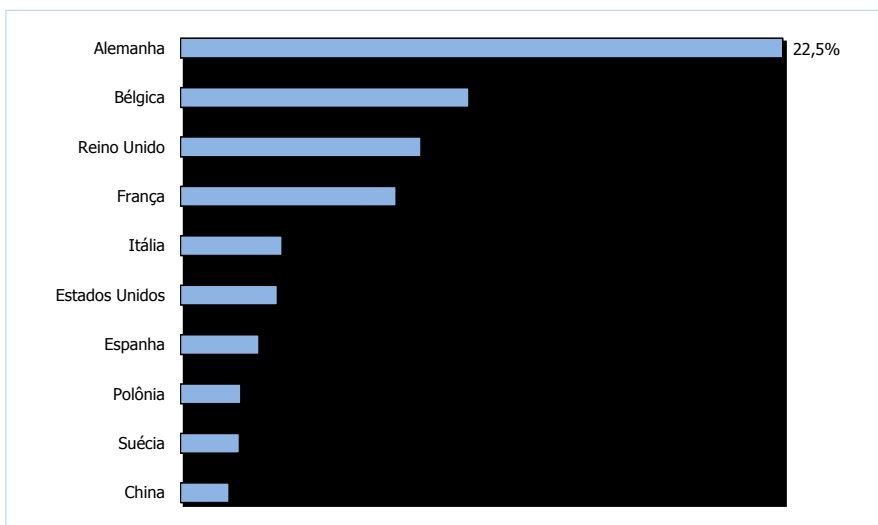


Direção das Exportações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	127,5	22,5%
Bélgica	61,1	10,8%
Reino Unido	50,9	9,0%
França	45,7	8,0%
Itália	21,5	3,8%
Estados Unidos	20,6	3,6%
Espanha	16,6	2,9%
Polônia	12,8	2,3%
Suécia	12,5	2,2%
China	10,3	1,8%
...		
Brasil (31ª posição)	2,8	0,5%
Subtotal	382,3	67,3%
Outros países	185,4	32,7%
Total	567,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

10 principais destinos das exportações

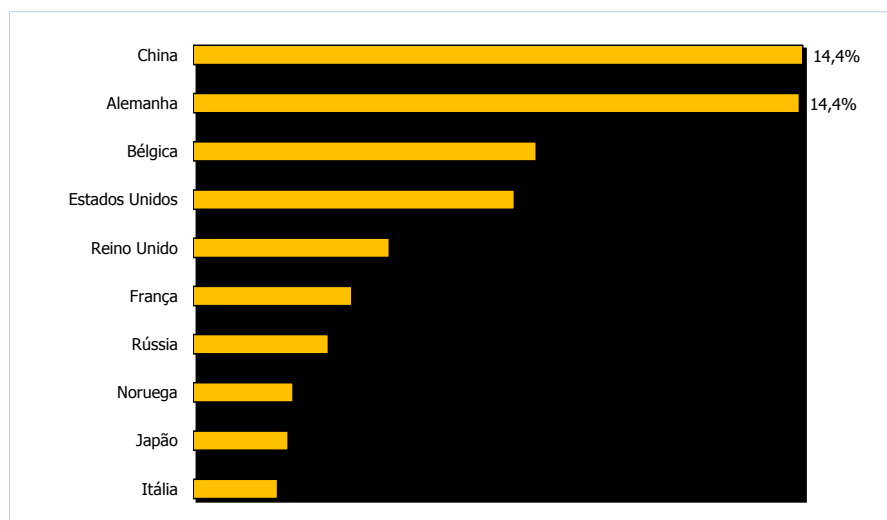


Origem das Importações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	73,2	14,4%
Alemanha	72,8	14,4%
Bélgica	41,2	8,1%
Estados Unidos	38,6	7,6%
Reino Unido	23,6	4,6%
França	19,0	3,8%
Rússia	16,2	3,2%
Noruega	12,0	2,4%
Japão	11,4	2,2%
Itália	10,1	2,0%
...		
Brasil (14ª posição)	6,8	1,3%
Subtotal	324,9	64,1%
Outros países	182,1	35,9%
Total	507,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

10 principais origens das importações

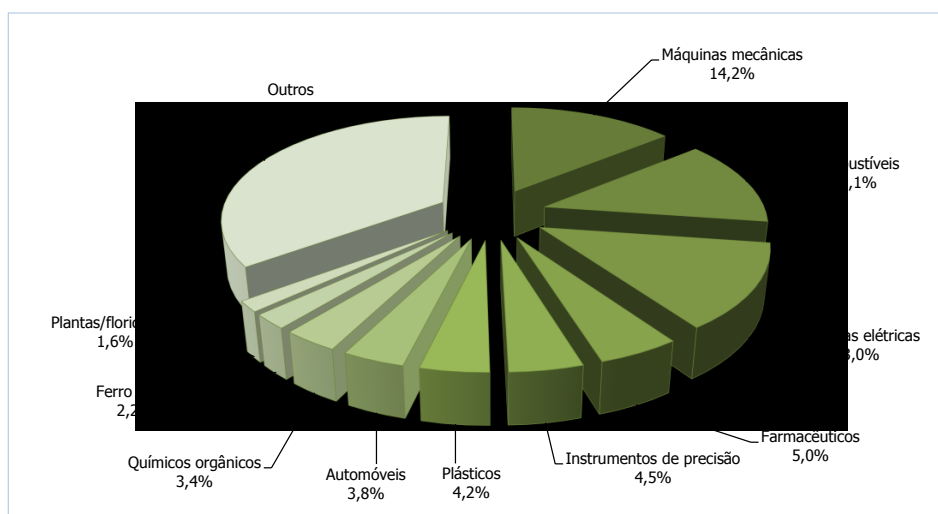


Composição das exportações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	80,4	14,2%
Combustíveis	74,3	13,1%
Máquinas elétricas	73,6	13,0%
Farmacêuticos	28,3	5,0%
Instrumentos de precisão	25,3	4,5%
Plásticos	23,6	4,2%
Automóveis	21,4	3,8%
Químicos orgânicos	19,3	3,4%
Ferro e aço	12,7	2,2%
Plantas/floricultura	9,3	1,6%
Subtotal	368,2	64,9%
Outros	199,5	35,1%
Total	567,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

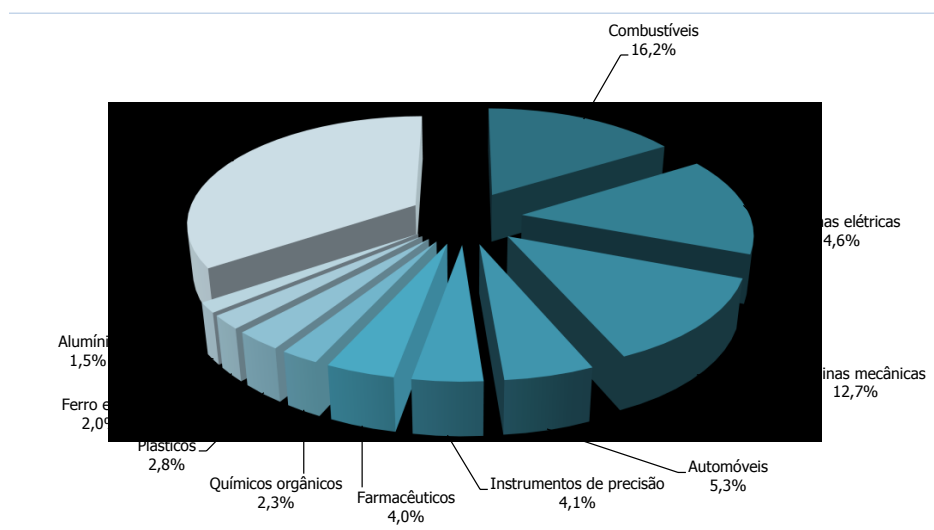


Composição das importações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	82,1	16,2%
Máquinas elétricas	73,9	14,6%
Máquinas mecânicas	64,5	12,7%
Automóveis	26,6	5,3%
Instrumentos de precisão	20,8	4,1%
Farmacêuticos	20,5	4,0%
Químicos orgânicos	11,4	2,3%
Plásticos	14,2	2,8%
Ferro e aço	10,3	2,0%
Alumínio	7,5	1,5%
Subtotal	331,9	65,5%
Outros	175,1	34,5%
Total	507,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

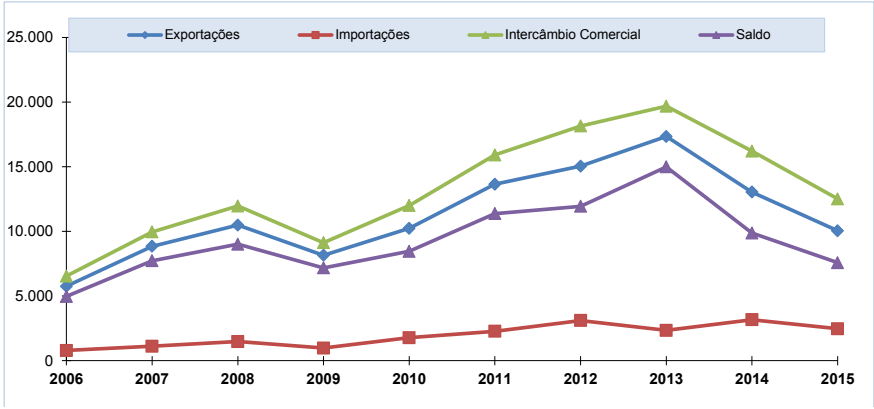
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Países Baixos
US\$ milhões

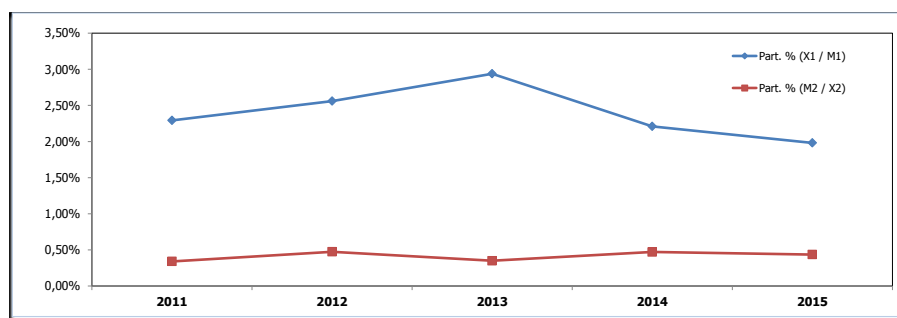
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	5.749	8,8%	786	34,0%	6.534	11,3%	4.963
2007	8.841	53,8%	1.116	42,0%	9.957	52,4%	7.725
2008	10.483	18,6%	1.477	32,4%	11.960	20,1%	9.005
2009	8.150	-22,3%	972	-34,2%	9.123	-23,7%	7.178
2010	10.228	25,5%	1.773	82,3%	12.001	31,6%	8.454
2011	13.640	33,4%	2.267	27,9%	15.907	32,5%	11.372
2012	15.041	10,3%	3.107	37,0%	18.148	14,1%	11.934
2013	17.333	15,2%	2.345	-24,5%	19.678	8,4%	14.988
2014	13.036	-24,8%	3.168	35,1%	16.204	-17,7%	9.867
2015	10.044	-22,9%	2.469	-22,1%	12.513	-22,8%	7.575
2016 (jan-jun)	4.731	-0,5%	867	-40,3%	5.598	-9,8%	3.864
Var. % 2006-2015	74,7%		214,1%		91,5%		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



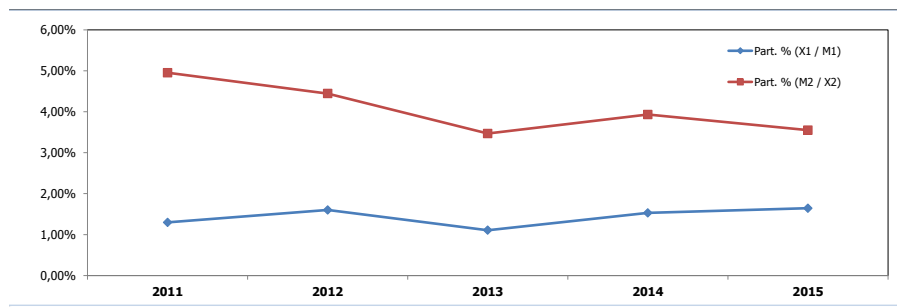
Part. % do Brasil no comércio dos Países Baixos
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para os Países Baixos (X1)	13.640	15.041	17.333	13.036	10.044	-26,4%
Importações totais dos Países Baixos (M1)	594.723	587.513	589.747	589.735	506.972	-14,8%
Part. % (X1 / M1)	2,29%	2,56%	2,94%	2,21%	1,98%	-13,6%
Importações do Brasil originárias dos Países Baixos (M2)	2.267	3.107	2.345	3.168	2.469	8,9%
Exportações totais dos Países Baixos (X2)	667.501	656.029	671.634	673.008	567.700	-15,0%
Part. % (M2 / X2)	0,34%	0,47%	0,35%	0,47%	0,43%	28,0%



Part. % dos Países Baixos no comércio do Brasil
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações dos Países Baixos para o Brasil (X1)	2.934	3.571	2.654	3.503	2.816	-4,0%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	1,30%	1,60%	1,11%	1,53%	1,64%	26,7%
Importações dos Países Baixos originárias do Brasil (M2)	12.677	10.780	8.391	8.848	6.785	-46,5%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	4,95%	4,44%	3,47%	3,93%	3,55%	-28,3%



Elaborado pelo MRE/DPD/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticas do comércio exterior brasileiro e no comércio exterior dos Países Baixos explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

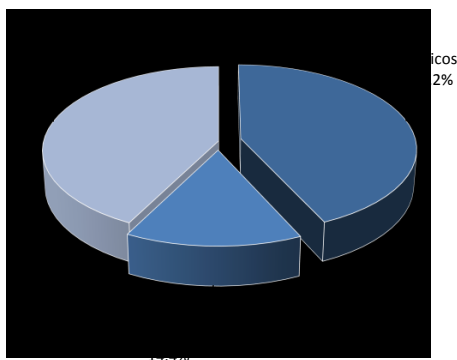


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

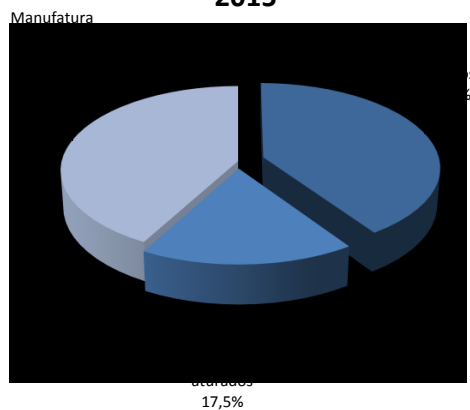
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

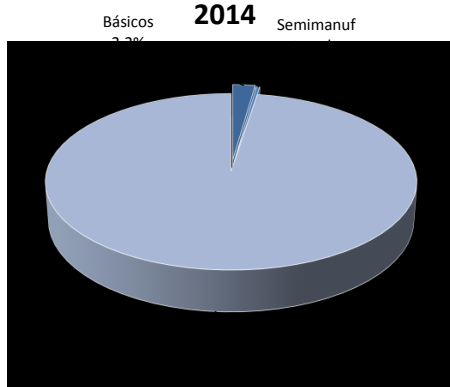


2015

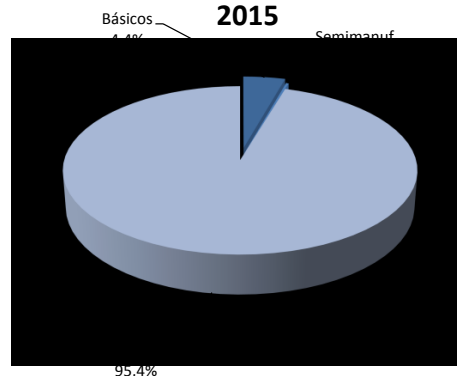


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

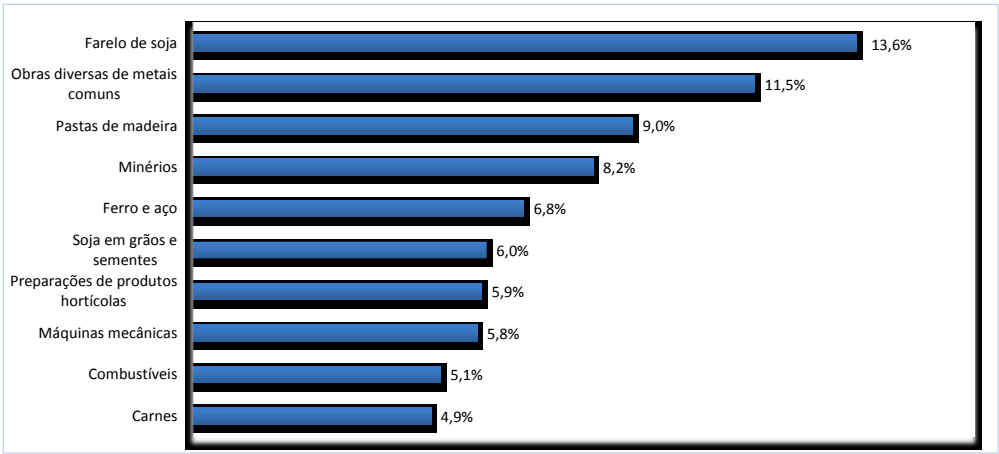


Composição das exportações brasileiras para os Países Baixos
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farelo de soja	2.351	13,6%	1.922	14,7%	1.365	13,6%
Obras diversas de metais comuns	713	4,1%	858	6,6%	1.155	11,5%
Pastas de madeira	1.034	6,0%	906	6,9%	905	9,0%
Minérios	1.773	10,2%	1.121	8,6%	823	8,2%
Ferro e aço	687	4,0%	790	6,1%	681	6,8%
Soja em grãos e sementes	871	5,0%	1.045	8,0%	604	6,0%
Preparações de produtos hortícolas	600	3,5%	562	4,3%	594	5,9%
Máquinas mecânicas	711	4,1%	705	5,4%	584	5,8%
Combustíveis	2.466	14,2%	1.680	12,9%	509	5,1%
Carnes	629	3,6%	595	4,6%	490	4,9%
Subtotal	11.836	68,3%	10.184	78,1%	7.711	76,8%
Outros produtos	5.497	31,7%	2.851	21,9%	2.334	23,2%
Total	17.333	100,0%	13.036	100,0%	10.044	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

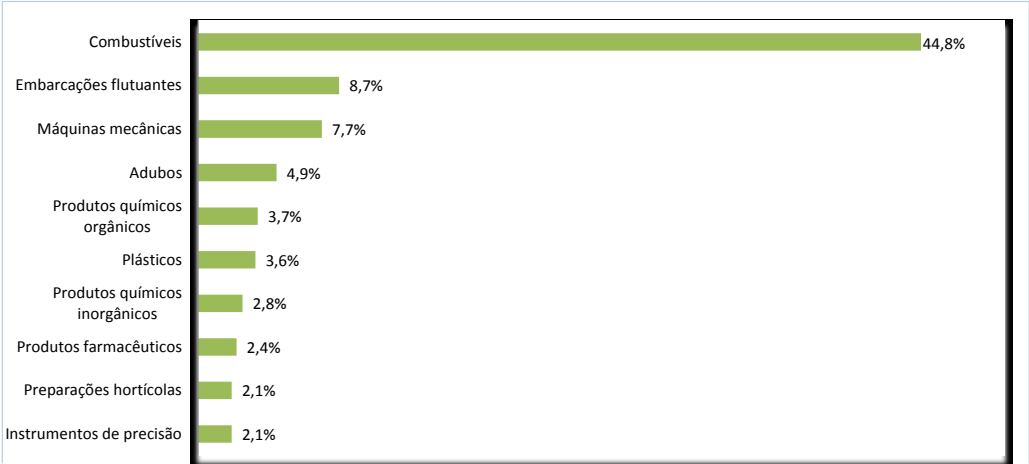


Composição das importações brasileiras originárias dos Países Baixos
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	893	38,1%	1.723	54,4%	1.106	44,8%
Embarcações flutuantes	5,3	0,2%	0,6	0,0%	216	8,7%
Máquinas mecânicas	287	12,2%	319	10,1%	189	7,7%
Aubos	170	7,3%	143	4,5%	120	4,9%
Produtos químicos orgânicos	133	5,7%	121	3,8%	91	3,7%
Plásticos	118	5,0%	113	3,6%	88	3,6%
Produtos químicos inorgânicos	18	0,8%	17	0,5%	68	2,8%
Produtos farmacêuticos	64	2,7%	74	2,3%	59	2,4%
Preparações hortícolas	57	2,4%	70	2,2%	51,49	2,1%
Instrumentos de precisão	99	4,2%	78	2,5%	51,48	2,1%
Subtotal	1.844	78,6%	2.658	83,9%	2.040	82,6%
Outros produtos	501	21,4%	510	16,1%	429	17,4%
Total	2.345	100,0%	3.168	100,0%	2.469	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Obras div metais comuns	431	9,1%	697	14,7%	
Farelo de soja	618	13,0%	654	13,8%	
Pastas de madeira	427	9,0%	415	8,8%	
Soja em grãos e sementes	351	7,4%	413	8,7%	
Máquinas mecânicas	279	5,9%	409	8,6%	
Minérios	433	9,1%	367	7,8%	
Ferro e aço	385	8,1%	308	6,5%	
Preparações hortícolas	288	6,1%	263	5,6%	
Carnes	213	4,5%	214	4,5%	
Preparações de carnes	134	2,8%	112	2,4%	
Subtotal	3.558	74,8%	3.853	81,4%	
Outros produtos	1.198	25,2%	879	18,6%	
Total	4.756	100,0%	4.731	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Combustíveis	793	54,6%	335	38,7%	
Máquinas mecânicas	109	7,5%	92	10,7%	
Adubos	59	4,0%	84	9,7%	
Plásticos	47	3,3%	43	4,9%	
Hortaliças	28	2,0%	35	4,1%	
Preparações hortícolas	32	2,2%	35	4,0%	
Químicos orgânicos	43	3,0%	30	3,5%	
Farmacêuticos	34	2,3%	27	3,1%	
Instrumentos de precisão	28	1,9%	18	2,1%	
Preps alimentícias diversas	25	1,7%	17	2,0%	
Subtotal	1.199	82,6%	717	82,7%	
Outros produtos	253	17,4%	150	17,3%	
Total	1.452	100,0%	867	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 92, DE 2016

(nº 504/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 504

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Os méritos do Senhor Rodrigo de Azeredo Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2016.



EM nº 00312/2016 MRE

Brasília, 8 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de RODRIGO DE AZEREDO SANTOS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 590 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**

CPF.: 603.163.061-34

ID.: 66562072/IFP

1966 Filho de Theophilo de Azeredo Santos e Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro
 1987 Curso de Ciências Políticas no Instituto Católico de Paris
 1990 Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, Schiller International University, Londres
 1992 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata pelo Instituto Rio Branco
 2001 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata pelo Instituto Rio Branco
 2008 Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco. Tese, aprovada com louvor: "A criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta"

Cargos:

1992 Terceiro-Secretário
 1997 Segundo-Secretário, por merecimento
 2002 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2006 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1992-94 Divisão da Ásia e Oceania I, Subchefe
 1994 Consulado-Geral em Hong Kong, Vice-Cônsul, Missão Transitória
 1994-97 Embaixada do Brasil em Moscou, Chefe dos Setores Econômico-Comercial e de Ciência e Tecnologia
 1997-2000 Embaixada do Brasil em Washington, chefe do Setor de Política Financeira
 2000-02 Embaixada do Brasil em Buenos Aires, chefe do Setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva
 2002-04 Assessoria de Relações com o Congresso
 2004 Direção-Geral de Promoção Comercial
 2004-07 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Subchefe
 2007-10 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe
 2010-13 Embaixada do Brasil em Londres, Ministro-Conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia
 2013 Instituto Rio Branco, Coordenador-Geral
 2013 Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Diretor

Cargos Docentes e Outras Atividades Acadêmicas:

1992-3 Instituto Rio Branco, Professor de Economia Internacional
 1994 Faculdades Integradas UPIS, Brasília, Professor de Economia Monetária na Graduação de Ciências Econômicas
 1998-99 American University, Washington, Palestrante no curso de Economia
 2004-10 Centro Universitário de Brasília/UNICEUB, Professor de Economia Política Internacional no curso de Graduação de Relações Internacionais



Publicações:

2011 O Fundo de Garantia do Mercosul: Vantagens e Proposta, FUNAG

Condecorações:

2015 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Setembro 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ	
NOME OFICIAL:	República Islâmica do Irã
GENTÍLICO:	Iraniano
CAPITAL:	Teerã
ÁREA:	1.648.000 km²
POPULAÇÃO:	79,11 milhões (2015)
LÍNGUA OFICIAL:	Farsi (Persa)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo xiita (89%); Islamismo sunita (9%); Baha'ismo (0,5%); Cristianismo (0,17%); Zoroastrismo (0,07%); Judaísmo (0,04%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Consultiva Islâmica (Majlis); Parlamento unicameral, composto por 290 membros, eleitos para mandatos de quatro anos.
CHEFE DE ESTADO:	Líder Supremo Aiatolá Ali-Hosseini Khamenei (desde 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Hassan Rouhani (desde 2013)
CHANCELER:	Mohammad Javad Zarif (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 425,33 bilhões (2015)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 1,36 trilhões (2015)
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 5.376,44 (2015)
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 17.191,25 (2015)
VARIAÇÃO DO PIB	3,96% (estimativa para 2016); 0,03%(2015); 4,34(2014); -1,91% (2013); -6,61% (2012); 3,75% (2011) - Fonte: Statista
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2015):	0,77 (69ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	75,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	98,03%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	11,7% (Fonte: Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA:	rial iraniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Mohammad Ali Ghanezadeh Ezabadi (desde 2012)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 130 brasileiros residentes no Irã (2014)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRÃ (fonte: MDIC)									
Brasil → Irã	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	547,31	445,21	883,00	971,59	1.848,59	1.237,09	2.367,49	1.617,75	669,46
Exportações	494,54	441,95	869,16	968,63	1.837,60	1.218,11	2.332,25	1.609,14	666,18
Importações	50,77	3,26	13,84	2,96	10,99	18,98	35,24	8,61	3,28
Saldo	445,77	438,69	855,32	965,67	1.826,61	1.199,13	2.297,01	1.600,53	662,90



Informação elaborada em 12/07/2016, por Rodrigo Alexandre Oliveira de Carvalho.

APRESENTAÇÃO

O Irã é um país de confluência geográfica, situado entre a Ásia Central, a Ásia Meridional, o Cáucaso e o Oriente Médio.

Herdeiro de tradições milenares e situado no entroncamento de diversas civilizações (tendo sido a persa, ela própria, uma das mais relevantes e influentes da humanidade), desempenhou papel crucial na história da Antiguidade e na formação dos povos centro-asiáticos e médio-orientais.

É reveladora, a esse propósito, a própria condição geográfica multifacetada de que desfruta o Irã. A leste, o país faz fronteira com o Afeganistão e o Paquistão. A nordeste, seu espaço geográfico é demarcado pelo início do território do Turcomenistão. A oeste, é vizinho do Iraque e da Turquia. Ao norte, divide seus limites com o Azerbaijão e a Armênia, sendo também banhado pelo Mar Cáspio. Ao sul, há as costas do Golfo Pérsico e do Golfo de Omã, separadas entre si pelo Estreito de Ormuz. São sete vizinhos imediatos, sem contar aqueles que dividem com a nação iraniana o espaço do Mar Cáspio e dos Golfos.

O relevo do país presta-se, igualmente, ao papel de instrumento para a compreensão de muitas de suas características, sobretudo no que se refere à distribuição espacial de sua população. A paisagem iraniana é dominada por cordilheiras acidentadas, que separam diversas bacias hidrográficas ou planaltos. A parte ocidental, mais populosa, é também a mais montanhosa, com cordilheiras como as de Zagros e Elburz (esta última, abriga o ponto mais alto do país, o Damavand, com 5.604 m). A porção oriental compreende, em geral, áreas desérticas inabitadas, como a salina Dasht-e Kavir.

O território do Irã apresenta grandes planícies apenas na costa do Mar Cáspio e na extremidade setentrional do Golfo Pérsico, até seus limites, na desembocadura do rio Arvand (*Shatt al-Arab*). Planícies menores e descontínuas ocorrem no restante da costa do Golfo Pérsico, do Estreito de Ormuz e do Golfo de Omã.

O clima iraniano é, em geral, árido ou semiárido, embora a região ao longo do Mar Cáspio seja subtropical.

Muitos especialistas acreditam que a geografia e o relevo do Irã tiveram papel essencial em sua história política e econômica, ao longo dos séculos. Como visto, as montanhas abrigam diversos platôs, onde centros urbanos foram estabelecidos, tendo por base de sustentação a agricultura. O arranjo urbano típico presente nessas áreas era o de núcleos maiores, ao redor do qual orbitava uma miríade de pequenas vilas, de origem tribal. Cabe lembrar que os recursos



hídricos nesses espaços eram visivelmente mais generosos do que em outras partes do território iraniano.

Sob o ponto de vista histórico, o Irã é, em linhas gerais e simultaneamente, o legado, por um lado, da sofisticada civilização persa e, por outro, da influência islâmica, recebida a partir da ocupação árabe de seu território, no século VII. Pode-se dizer que o Irã atual seria, de maneira simplificada, o resultado da mescla e simbiose sincréticas dessas duas significativas referências, do que é prova, por exemplo, o fato de que seu idioma é o farsi, herdado de seu passado persa, mas que é escrito em caracteres árabes, fruto da islamização do país, há quatorze séculos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

AIATOLÁ ALI-HOSEINI KHAMENEI

Líder Supremo



Nasceu em Mashhad, em 1939. Em 1957, ingressou no seminário islâmico de Najaf (Iraque). De 1958 a 1964, cursou jurisprudência e filosofia no seminário islâmico da cidade iraniana de Qom, principal centro de estudos religiosos do xiismo persa. Naquela localidade, teve como professor e mentor intelectual o Aiatolá Ruhollah Khomeini (futuro líder da Revolução Islâmica de 1979). Em 1962, ainda em Qom, Khamenei juntou-se ao Movimento Islâmico de Khomeini, que se opunha às políticas pró-americanas e ocidentalizantes do Xá Reza Pahlevi. Apesar de exílios e aprisionamentos, Khamenei permaneceu no movimento por 16 anos.



Em maio de 1963, foi preso pela Polícia Política do Xá pela primeira vez, juntamente com Khomeini. Voltou a ser preso em 1964 e em 1976. Nesta última ocasião, foi sentenciado ao degredo em Iranshahr, por três anos.

Em princípios de 1979, durante o ápice da agitação popular no Irã, Khamenei retornou a Mashhad, onde participou das manifestações contra o Governo do Xá. Na sequência da queda do monarca iraniano, Khamenei tornou-se, por decreto de Khomeini, membro do Conselho Revolucionário Islâmico, composto por importantes personalidades, entre elas *Shahid* (“mártir”) Mottahari, *Shahid* Beheshti e Hashemi Rafsanjani.

Após a Revolução Islâmica, foi Vice-Ministro de Defesa e Supervisor da Guarda Revolucionária Islâmica por breve período. Foi eleito deputado pelo distrito de Teerã (1980); representante de Khomeini no Conselho Supremo de Segurança Nacional (1981); Presidente eleito da República Islâmica e Presidente do Departamento Cultural do Conselho Supremo da Revolução (1982); Presidente do Conselho de Discernimento (1988); Chefe do Comitê de Revisão Constitucional e Líder Supremo da República Islâmica do Irã, por escolha da Assembleia dos Sábios, após a morte do Aiatolá Khomeini (1990).

HASSAN ROUHANI
Presidente da República



Nasceu em 1948, na vila de Sorkheh, província de Semnan. Formou-se em Direito pela Universidade de Teerã (1972), é Mestre (1995) e Doutor (1999) em Direito pela Universidade Caledoniana de Glasgow. Detém o título de "Hojatoleslam" (autoridade no Islã e título imediatamente inferior ao de Aiatolá) e é um "mujtahid" (um estudioso do Islã capaz de interpretar a *Charia*).

Nos anos setenta, participou de manifestações contra o Xá e, por volta de 1978, juntou-se ao grupo de Khomeini, em Paris. Após a Revolução Islâmica, foi eleito para o Parlamento (1980-84) e reeleito quatro vezes (1984-2000). Em seus últimos dois mandatos, foi Vice-Presidente do Parlamento. Na sequência da ascensão de Ali Khamenei ao cargo de Líder Supremo (1989), passou a integrar o Conselho Supremo de Segurança Nacional, como Representante do Líder, cargo ao qual renunciou, com a eleição de Mahmoud Ahmadinejad.

Em 1991, foi nomeado para o Conselho de Discernimento, poderosa instituição do sistema político iraniano (após o Líder Supremo e o Conselho de Guardiões), cuja função é a de dirimir disputas entre o Parlamento ("Majlis") e o Conselho de Guardiões.

Desde 1992, preside o Centro de Pesquisas Estratégicas, "think-tank" subordinado ao Conselho de Discernimento, que realiza estudos sobre política externa, relações internacionais, economia e cultura. É membro da Assembleia dos Sábios desde 2000 (foi reeleito em 2006 e em 2016). A Assembleia é formada por 88 "mujtahids", cuja função é avaliar o desempenho do Líder Supremo e, em caso de falta, escolher seu substituto. A Assembleia poderia, por conseguinte e em teoria, destituir o Líder.

Rouhani foi o único clérigo a integrar a equipe negociadora iraniana para o dossiê nuclear – foi Negociador-Chefe, entre 2003 e 2005, bem como Assessor de Segurança Nacional nos Governos Rafsanjani (1989-97) e em parte dos Governos Khatami (2000-2005).

Elegeu-se Presidente do Irã em 14 de junho de 2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã foram estabelecidas em 1903. Desde então, o Brasil reconhece oficialmente o importante papel do Irã como potência regional, bem como o legado histórico e civilizacional do país.



Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados nos anos 50, durante o Governo de Juscelino Kubitschek. O Irã foi um dos primeiros países a instalar uma embaixada em Brasília e, em 1961, a legação brasileira em Teerã foi alçada ao *status* de embaixada.

Em 1965, o Xá Reza Pahlavi esteve no Brasil, ao protagonizar a primeira visita de um Chefe de Estado iraniano ao país. Em 1991, o então Chanceler Francisco Rezek liderou uma comitiva de empresários em viagem oficial a Teerã. Em 1994, foi a vez do Chanceler iraniano Ali Akbar Velayati visitar Brasília e São Paulo.

O relacionamento bilateral registrou particular impulso na segunda metade da década passada, entre os anos de 2008 e 2010, quando a importância conferida ao Irã na agenda externa brasileira traduziu-se em intensa troca de visitas de altas autoridades, acompanhadas de missões empresariais e da assinatura de vários acordos e memorandos de entendimento. Essa tendência teve seu ápice com as visitas do então Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, em 2009, e do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Irã, em 2010.

O Brasil tornou-se interlocutor relevante para o Irã, principalmente em razão de seu engajamento positivo no tratamento da questão do Programa Nuclear Iraniano. Por ocasião da visita do então Presidente Lula da Silva ao país, firmou-se, em parceria trilateral com a Turquia, a "Declaração de Teerã", sobre o referido Programa, documento que poderia ter contribuído para o desbloqueio das negociações então em curso entre aquela nação e potências ocidentais. Não foi possível, entretanto, colocar-se em prática o acordo alcançado. Houve, na sequência dessa tentativa, nova rodada de sanções contra o Irã, no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nos últimos anos, os efeitos das sanções aplicadas pela ONU, assim como de sanções impostas unilateralmente por alguns países ao Irã, em tópicos alheios ao tema nuclear, afetaram o dinamismo das relações bilaterais. Ainda assim, o diálogo político foi aos poucos sendo retomado, a partir dos encontros dos então Ministros das Relações Exteriores Antonio Patriota e Luiz Alberto Figueiredo com o Chanceler do Irã, Mohammad Javad Zarif, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, respectivamente em 2012 e 2013. Houve também visita oficial a Teerã realizada pelo Ministro Patriota, por ocasião da posse do atual Presidente iraniano, Hassan Rouhani, em agosto de 2013.

O então Ministro Mauro Vieira visitou Teerã, em setembro de 2015. Na sequência, houve missão empresarial àquela capital capitaneada pelo então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Ambas visitas configuram claro testemunho da disposição brasileira de promover o adensamento dos laços políticos e econômico-comerciais com o Irã.



O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Irã foi implementado em 2007, em nível de Vice-Ministros. Registre-se a realização de reuniões do Mecanismo em Teerã, em setembro de 2009, em Brasília, em agosto de 2011, e novamente em Teerã, em abril de 2016.

O Brasil recebeu com satisfação a exitosa conclusão, em 2015, do "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPOA); o instrumento ensejou o levantamento oficial de sanções contra o Irã relacionadas a seu dossiê nuclear, em janeiro de 2016. O instrumento permitirá assegurar a natureza exclusivamente pacífica do referido Programa, bem como a progressiva normalização das relações do Irã com a comunidade internacional.

O JCPOA, firmado entre o Irã e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, também enseja a possibilidade de retomada do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã, fortemente afetado, nos últimos anos, pelas sanções impostas contra aquele país, sobretudo no tocante a seu setor bancário, o que comprometeu o estabelecimento de fluxos financeiros regulares que pudessem viabilizar exportações brasileiras em larga escala, em direção ao mercado iraniano. No futuro, quando forem equacionadas as questões em apreço, será possível vislumbrar diversas oportunidades comerciais para os empresários brasileiros no promissor mercado iraniano, notadamente no que se refere ao agronegócio, mas também em outras áreas, como equipamentos industriais e de transporte.

Nesse contexto, o Brasil considera o Irã como parceiro privilegiado, razão pela qual tem acolhido gestões diversas de autoridades iranianas e missões de empresários daquele país, igualmente interessados na expansão do intercâmbio comercial bilateral. As autoridades brasileiras têm, ademais, buscado colaborar para que o Irã possa, com a brevidade possível, equacionar as restrições bancário-financeiras de que ainda é objeto, de maneira que esteja habilitado a realizar todo seu potencial na esfera econômico-comercial, já no futuro próximo.

No tocante a novos acordos bilaterais, caberia destacar que foram ultimados, em setembro de 2015, os trâmites para a entrada em vigor do Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, assinado em novembro de 2009 e aprovado pelo Congresso Nacional em agosto de 2014.

Há também boas perspectivas de entendimento em relação a Acordos sobre Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Penal, de Extradicação, sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Ainda na esfera do relacionamento bilateral, cabe mencionar que deverão visitar o Brasil, nos próximos meses, o Ministro das Relações Exteriores, Javad



Zarif; o Ministro da Economia, Ali Tayebnia, para co-presidir reunião da Comissão Econômico-Comercial Bilateral; e o Presidente do Alto Conselho de Direitos Humanos, Mohammad Larijani, a fim de dar continuidade ao Diálogo Bilateral Estruturado na área de Direito Humanos.

Assuntos consulares

Teerã concentra setenta por cento da comunidade brasileira no Irã, que totaliza cerca de 130 cidadãos. É composta predominantemente de mulheres brasileiras que se casaram com iranianos em terceiros países, além de cônjuges iranianos que, em alguns casos, adotaram nacionalidade brasileira (sem prejuízo da nacionalidade iraniana), e seus filhos.

Verifica-se também no país, com relativa frequência, a presença de atletas brasileiros, que cumprem contratos de trabalho temporários em clubes locais, mormente jogadores e técnicos de futebol e vôlei.

O contato entre os membros da comunidade brasileira se tem fortalecido recentemente a partir da formação de rede de contatos virtuais e da organização de atividades periódicas pela Embaixada brasileira.

POLÍTICA INTERNA

A base do sistema político do Irã assenta-se, primordialmente, em seu eleitorado, que promove – por meio do voto direto – a escolha dos representantes a ocuparem as três instâncias de poder que compõem o Estado iraniano. Ao contrário dos regimes republicanos ocidentais, o sistema iraniano é sustentado por assembleias de natureza laica, mas conta com outras de orientação religiosa, que dividem com as primeiras as atribuições governamentais. Assim procedendo, o Irã combina, em um sistema híbrido e singular, tendências políticas de natureza republicana e teocrática, simultaneamente.

Os eleitores considerados habilitados no sistema político daquele país são todos os cidadãos ali nascidos e que atingiram a idade mínima de quinze anos. As mulheres têm o direito de votar, bem como os cidadãos residentes no exterior, devidamente cadastrados. Por intermédio do voto, os iranianos determinam a formação do Parlamento unicameral do país, o *Majlis-e-Shura-ye-Eslami*, composto por 290 membros. Cinco assentos daquele colegiado são reservados para



as minorias religiosas reconhecidas pelo regime, a saber: zoroastras, judeus e cristãos (estes últimos armênios, em sua maioria).

O *Majlis* exerce o poder legislativo no Irã, sendo responsável pela aprovação de leis, dos tratados internacionais e do orçamento nacional. Detém, também, a prerrogativa de aprovar e, em alguns casos, provocar a destituição do Governo, inclusive do Presidente. Caso um terço do *Majlis* retire sua confiança no mandatário, este contará com um mês para apresentar explicações ao legislativo, que avaliará a pertinência das referidas justificativas. Na situação em que dois terços dos parlamentares manifestem perda de confiança, o chamado Líder Supremo da nação é informado, para que tome a decisão de destituir o Presidente, se for o caso. O mandato parlamentar de um representante no *Majlis* é de quatro anos.

O voto direto determina, igualmente, o escolhido para exercer o cargo de Presidente da nação. Segundo a constituição do Irã, o Presidente é a mais alta autoridade do país, logo após o Líder Supremo. O Poder Executivo do Estado iraniano é exercido pelo Presidente, que deve ser um xiita nativo, eleito para um mandato de quatro anos. Os candidatos ao cargo devem ser previamente aprovados pelo chamado Conselho dos Guardiões. O Presidente é responsável pelo cumprimento da Constituição, nomeia e supervisiona o Conselho de Ministros, coordena as decisões de governo e submete as políticas governamentais à apreciação do Parlamento. É assessorado por oito Vice-Presidentes e 21 Ministros, todos previamente aprovados pelo Legislativo, por sua indicação. O Presidente não controla as forças armadas, prerrogativa exclusiva do Líder Supremo. Embora possa nomear os Ministros da Informação e da Defesa, costuma consultar o Líder Supremo antes de submeter seus nomes à apreciação do legislativo, para o voto de confiança.

Registre-se que, nos últimos anos, o titular do cargo, o Presidente Hassan Rouhani, buscou equacionar, como prioridade, a questão do dossiê nuclear iraniano e, dessa forma, promover a reinserção econômica e política do Irã na comunidade internacional, com o propósito de reabrir caminho para o desenvolvimento do país.

O sufrágio universal também decide quem serão os representantes a formar a chamada Assembleia dos Sábios, ou Especialistas. Eleitos para um mandato de oito anos, os oitenta e seis membros dessa câmara especializada são líderes religiosos que determinam a escolha do Líder Supremo (bem como sua eventual destituição).

O Líder Supremo é o Chefe de Estado do Irã, nomeado em caráter vitalício, em função de seus conhecimentos de teologia islâmica, pela vertente xiita. Determina a direção geral da política iraniana, ouvido o chamado Conselho de Discernimento, e atua como árbitro entre os poderes executivo, legislativo e



judiciário. Também é o comandante supremo das forças armadas, competindo-lhe declarar a guerra e celebrar a paz, bem como nomear e demitir os comandantes de cada uma das forças armadas. Suas prerrogativas incluem também o poder de nomear a principal autoridade do Poder Judiciário, que, por sua vez, designa o Procurador-Geral e o Presidente da Corte Suprema, o diretor de rádio-televisão estatal e seis dos doze membros do Conselho de Guardiões. O Líder Supremo pode ainda exonerar o Presidente, caso o considere inapto para a função.

O Líder é aclamado como a principal liderança do governo iraniano e assume a importante tarefa de indicar parte do “Conselho de Guardiões da Constituição”. O Conselho de Guardiões é um órgão de controle constitucional composto por doze juristas, sendo seis clérigos especialistas em direito religioso - nomeados pelo Líder Supremo - e seis juristas, nomeados pelo chefe do poder judiciário e aprovados pelo legislativo. O Conselho interpreta a constituição, pronuncia-se sobre a constitucionalidade (e a compatibilidade com a Charia) das leis votadas pelo legislativo e aprova - com base na ideologia - os candidatos a Presidente, a deputado e a membro da Assembleia dos Especialistas.

O Conselho é considerado o principal instrumento de manutenção das leis constitucionais e também de manifestação da vontade do Líder Supremo. Os especialistas que ali têm assento são designados, entre outras tarefas, para averiguar cada uma das candidaturas apresentadas antes da realização de um pleito eleitoral. Caso um candidato deixe de ser considerado um defensor da constituição e da lei islâmica, o Conselho poderá invalidar sua candidatura.

Há ainda o "Conselho de Discernimento do Interesse Superior do Regime", que é um órgão de arbitramento entre o *Majlis* e o Conselho de Guardiões. Uma lei aprovada pelo *Majlis* que seja eventualmente rejeitada ou contestada pelo Conselho, no exercício de suas funções de controle da constitucionalidade, é submetida ao Conselho de Discernimento, para decisão final. O órgão, criado em 1988, por decreto do Aiatolá Khomeini, compõe-se de 22 membros, nomeados pelo Líder Supremo, incluindo os seis líderes religiosos com assento no Conselho de Guardiões e os chefes dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo (o Presidente), bem como o ministro cuja pasta trata do assunto a ser discutido, acompanhado de mais uma dúzia de outras personalidades, escolhidas *ad hoc*.

No que se refere ao Poder Judiciário, cabe ressaltar que, como indicado, o Líder Supremo nomeia seu chefe, o qual, por sua vez, indica o Presidente da Corte Suprema e o Procurador-Geral. Há diversos tipos de juizados - desde os que julgam casos cíveis e criminais comuns até as "cortes revolucionárias", que apreciam crimes contra a segurança nacional e cujas decisões são inapeláveis.



POLÍTICA EXTERNA

O Irã é membro das Nações Unidas e está presente em todas suas agências especializadas. É observador na Organização para Cooperação de Xangai.

No campo da política externa, os esforços recentes do Irã, com vistas à redinamização de seu relacionamento com a comunidade internacional, têm-se desenvolvido sob o signo do levantamento das sanções multilaterais relacionadas ao dossiê nuclear daquele país.

Em julho de 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou Resolução que endossou o Plano de Ação Conjunto Abrangente (“Joint Comprehensive Plan of Action” – JCPOA), negociado por Teerã com países do P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança - China, França, EUA, Reino Unido e Rússia, mais Alemanha).

Após diversas etapas preparatórias, o chamado “Dia da Implementação” do JCPOA teve lugar em 16 de janeiro de 2016, como recompensa por ter o Irã cumprido, até aquela data, todas as obrigações previstas no referido Plano, relativas às limitações impostas a seu Programa Nuclear (restrições cujo propósito era o de assegurar a natureza pacífica do referido Programa).

O CSNU, por sua vez, recebeu relatório da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA, que confirma ter o Irã observado o disposto no JCPOA, o que ensejou o levantamento das sanções emanadas das restrições internacionais ao Programa Nuclear Iraniano. A tendência, a partir do advento do Plano de Ação e apesar de eventuais percalços, é de normalização progressiva das relações daquele país com a comunidade internacional a médio e longo prazos.

Nesse contexto, ao Irã interessa explorar, já no futuro próximo, caminhos para promover o fortalecimento de seus laços econômico-comerciais com o mundo. A atual política externa iraniana reflete, nessas circunstâncias e em larga medida, a tentativa de transformar a excelente oportunidade que é o JCPOA em resultados concretos para a economia iraniana, fragilizada por anos de restrições internacionais.

O Irã, por outro lado, é único grande país da Ásia Central e do Oriente Médio a adotar o xiismo, minoritário no Islã. Sua atuação regional também pauta-se, por conseguinte, pela necessidade de evitar o isolamento. O país equacionou seus principais desafios internos (inclusive com a conclusão do acordo relativo a seu programa nuclear) e se vê em condições de impulsionar sua projeção regional



e internacional. No Oriente Médio, o país tem buscado prestar apoio a minorias xiitas ou assemelhadas, em países como o Iêmen, a Síria, o Líbano e o Iraque.

No tocante especificamente à sua dimensão centro-asiática, caberia destacar, em particular, o relacionamento do Irã com seus dois vizinhos imediatos a leste, Paquistão e Afeganistão. Irã e Paquistão cooperam na repressão ao tráfico de drogas e à ação de grupos separatistas atuantes na fronteira comum, além de manterem importante projeto conjunto em integração energética, que prevê a construção de gasoduto para transporte de gás iraniano ao mercado paquistanês. Ambos países também atuaram conjuntamente no apoio ao Afeganistão, após a ocupação norte-americana, bem como abrigam as maiores comunidades de refugiados afegãos no mundo.

As relações Irã-Paquistão vivem momento positivo. Em março de 2016, o Presidente Rouhani realizou a primeira visita de um Presidente iraniano ao Paquistão, em mais de uma década, acompanhado de robusta delegação empresarial. A visita resultou na assinatura de Plano Estratégico de Cooperação Comercial quinquenal e em acordos de cooperação em educação, cultura e saúde.

Já no que se refere ao Afeganistão, desde a invasão norte-americana o Irã desempenha papel importante naquele país, com o qual compartilha história, língua e cultura. Os iranianos colaboraram com os EUA no estabelecimento do Governo afegão pós-Talibã e participaram ativamente da reconstrução do país.

O comércio bilateral e os investimentos iranianos (em infraestrutura, agricultura e saúde) no Afeganistão aumentaram consideravelmente. O Afeganistão é hoje o quarto principal destino das exportações extrapetrolíferas iranianas. Como mencionado, o Irã também abriga numerosa comunidade de refugiados afegãos (cerca de 2 milhões, um terço dos quais documentados), que representam cerca de 97% do total de refugiados no país. A política adotada pelas autoridades iranianas para os refugiados afegãos é reconhecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Outro tema relevante no relacionamento bilateral com o Afeganistão é o controle fronteiriço, em área ainda sujeita à instabilidade decorrente do tráfico de drogas e da atividade de grupos terroristas. O Irã tem sido vigilante em relação à questão e mantém infraestrutura de monitoramento permanente na região limítrofe em apreço.

No Cáucaso, caberia destacar a atuação conciliadora do Irã em relação ao território de Nagorno-Karabakh. De maneira geral, o país tem interesse em promover o diálogo entre a Armênia e o Azerbaijão nesse tópico, de modo a facilitar a estabilização daquela área. Teerã considera aqueles dois países, sob o



ponto de vista histórico, como membros do "Grande Irã" do passado. Há minorias étnicas provenientes de ambas as nações no território iraniano.

No espaço geográfico da Ásia Central e Meridional, há ainda que se considerar o estratégico relacionamento sino-iraniano. A influência da China naquela área é naturalmente aspecto central para a política externa iraniana. No início de 2016, a chegada a Teerã de trem partindo da China, como parte da iniciativa chinesa "One Belt, One Road", que pretende resgatar a antiga Rota da Seda, mediante pesadas inversões na conectividade física de diversos países da Eurásia, foi celebrada como importante marco para a reconstrução daquela rota.

O Irã busca, por conseguinte, compartilhar o espaço econômico da Ásia Central com a China, de cujos projetos de infraestrutura e integração regional tende a beneficiar-se, em vista de seu interesse estratégico de retomar a posição histórica de ponto de conexão entre o Oriente e o Ocidente. Pleiteia, nesse sentido, ingresso como membro pleno na Organização para a Cooperação de Xangai.

Cabe salientar que as relações bilaterais com a China possuem dinâmica própria e ocupam espaço privilegiado na agenda iraniana, seja pelo volume das relações comerciais - a China é o principal parceiro comercial e maior importador de petróleo- seja pelo apoio decisivo prestado pelo lado chinês no auge das sanções a que esteve sujeito o Irã, bem como nas negociações relativas ao dossiê nuclear.

Caberia, por fim, destacar outro eixo fundamental da política exterior iraniana: suas relações com a Índia. O desafio iraniano, neste caso, é o de conciliar, de um lado, a proximidade com a Índia em questões políticas, econômicas (o país é o segundo maior comprador de petróleo iraniano) e de defesa e, de outro, as afinidades religiosas com o Paquistão, bem como seus interesses fronteiriços comuns, na área de segurança.

O relacionamento com a Índia tem sido tratado como prioritário por Teerã, como testemunham entendimentos recentes para angariar investimentos indianos no porto iraniano de Chabahar, que poderá transformar as rotas marítimas com o Irã no principal ponto de entrada indiano no Oriente Médio. Ademais, por meio das conexões do Irã com a Rússia e o Afeganistão, a Índia também busca alcançar, com maior eficiência, todo o mercado da Ásia Central.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia iraniana é a segunda maior do Oriente Médio e do Norte da África (MENA), a 29ª do mundo, em termos de Produto Interno Bruto, e a décima oitava, em Paridade do Poder de Compra (registre-se que a maior economia do



MENA é atualmente a da Arábia Saudita). Em 2014, o Irã figurou como o 53º importador e como o 42º exportador mundial. Seu comércio internacional somou USD 119,8 bilhões, dos quais USD 55,7 bilhões foram importações.

As sanções restringiram significativamente as exportações iranianas. Em 2011, ápice recente do comércio internacional do país, a corrente de comércio foi de USD 176 bilhões, sendo que as importações iranianas somaram USD 59,5 bilhões, montante relativamente próximo ao patamar atual.

É a seguinte a origem das principais importações iranianas (2014), por ordem de valor: China, Emirados Árabes, Coreia do Sul, Turquia e Índia. Dados sobre comércio bilateral com Emirados Árabes Unidos, Turquia, China e Suíça via de regra ocultam triangulação comercial nas operações. O Irã é grande importador de suprimentos industriais, bens de capital, alimentos e outros bens de consumo.

É o seguinte o destino da maior parte das exportações iranianas, compostas majoritariamente de petróleo, por ordem de valor (2014): China, Índia, Turquia, Japão e Coreia do Sul.

Pela primeira vez, em 37 anos (desde o advento da Revolução Islâmica), o Irã registrou superávit na balança comercial de produtos não relacionados a petróleo e derivados (*“non-oil”*). Estatísticas locais apontam que, entre 21 março de 2015 e março de 2016, o Irã registrou superávit de USD 946 milhões. As exportações, no período, somaram USD 42,4 bilhões, tendo as importações alcançado 41,4 bilhões.

Especialistas acreditam que a economia iraniana apresenta considerável potencial de crescimento, já para o futuro próximo. Além de grandes reservas de petróleo, gás e minério, o Irã conta com indústria relativamente significativa e diversificada, população jovem e qualificada, agricultura competitiva e sistema de ciência, tecnologia e inovação razoavelmente estruturado. Espera-se que o levantamento das sanções ao país e a regularização de seu comércio internacional venha a impulsionar a expansão do PIB iraniano, ao longo de 2016.

Cientes dessas possibilidades, numerosos Chefes de Estado e Governo passaram a visitar o Irã, a partir de janeiro de 2016 (após a implementação do JCPOA) em busca da revitalização das relações comerciais, acesso ao mercado iraniano e oportunidades de investimento. Têm sido frequentes também as missões comerciais ao Irã compostas por empresários europeus, chineses e russos.

Existe, por outro lado, acentuada dependência da economia iraniana em relação ao setor público, cuja participação no PIB é de aproximadamente 61%. Nesse setor, as receitas provenientes da exportação de petróleo ainda constituem parte importante do orçamento.



Entretanto, apesar de contar com grandes reservas de petróleo (4ª maior no mundo) e de gás natural (2ª maior no mundo), a economia iraniana, como um todo, caracteriza-se por baixa dependência da área petrolífera, ainda que essa realidade pareça paradoxal. Esse cenário é, sobretudo, resultado do contexto de sanções vigente nos últimos cinco anos, fato que obrigou o Governo local a buscar formas criativas de minimizar a referida dependência, já que o setor petrolífero está diretamente vinculado ao mercado externo, até então bastante restrito para exportações iranianas.

O Irã sofreu, aliás, considerável impacto econômico, por conta das sanções, especialmente em 2012. Nesse período, aliados mais próximos dos EUA aderiram às sanções unilaterais norte-americanas contra o país. Na ocasião, ampliou-se o monitoramento e punições relativos à realização de operações financeiras com o Irã.

Apontam analistas que teria havido, ademais, desacertos na gestão macroeconômica do governo Ahmadinejad, agravando ainda mais a situação. O sistema financeiro iraniano sofreu, ainda, sérios desequilíbrios, decorrentes das restrições internacionais. Registrou-se alta da inflação e crise de liquidez, devido ao congelamento de recursos externos e à corrida por imobilização do capital doméstico. No plano microeconômico houve acentuada desarticulação interna, marcada pela multiplicação desordenada de atores financeiros, desrespeito às regras regulatórias, baixa transparência das operações e endividamento excessivo.

Por outro lado, o levantamento das sanções, a partir do JCPOA, poderá conferir à economia local impulso considerável por conta de três fatores: significativa redução dos custos de transação de comércio internacional com o Irã (segundo estimativas, durante as sanções a triangulação de operações comerciais e financeiras com terceiros países representava custos adicionais de pelo menos 10% por operação realizada); aumento da produção e retomada das exportações de petróleo e gás (especialmente para o mercado europeu, a Ásia e a Oceania) e descongelamento de ativos financeiros iranianos no exterior em torno de US\$ 100 bilhões, pertencentes ao setor privado e, em menor monta, ao Governo.

No tocante especificamente ao setor de petróleo e gás, caberia mencionar que suas exportações foram reduzidas, até o levantamento das sanções, para menos de 1 milhão *bpd*, o que representou perdas diretas da ordem de USD 160 bilhões. A limitação dessas receitas, bem como o bloqueio a investimentos estrangeiros no setor, resultaram em um custo indireto de USD 500 bilhões (valor que, estimam autoridades do Irã, seria atualmente necessário para recompor o parque industrial e logístico local e expandir sua produção, até 2020).

A retomada de exportações petrolíferas tem ocorrido, de qualquer forma, em ritmo acelerado, em especial pelo restabelecimento do comércio com a Europa



(que absorvia 42% das vendas, antes das sanções). China, Coreia do Sul, Índia e Japão também figuram como compradores de peso.

O mercado internacional receava que a retomada das exportações iranianas de petróleo pudesse provocar redução ainda maior no preço da *commodity*, então no patamar de USD 30,00 / barril. A Venezuela, com apoio do Catar e do Iraque, busca acordo entre Arábia Saudita e Rússia, para congelar a produção nos níveis de janeiro de 2016. O Irã aceitaria integrar acordo dessa natureza, mas apenas após retomar níveis de produção pré-sanções. O tema encontra-se em aberto.

É prioridade iraniana atrair investimentos internacionais para modernizar e ampliar o parque industrial de petróleo e gás, em todos os segmentos – extração, transporte e refino. Nesse sentido, o Irã planeja captar entre 100 e 200 bilhões de dólares, por meio de lançamento de títulos financeiros exclusivos para investimento no setor. Elaborou-se recentemente um novo modelo de contrato - o “Iran Petroleum Contract”, cujo lançamento, apesar de ter sido progressivamente adiado, poderá ocorrer em breve.

Sobre o “Contract”, especula-se que o país estaria a aguardar contexto econômico propício para seu lançamento, do que dependeria a definitiva regularização das suas relações bancárias com o sistema financeiro internacional. Cogita-se, ainda, que o Irã estaria a estudar o potencial de atratividade do novo contrato, junto às grandes empresas de petróleo no mundo.

No tocante ao desenvolvimento iraniano, de um modo geral, o governo Rouhani deverá, na segunda metade de seu mandato, buscar avanços econômicos substantivos, de cujo sucesso depende sua possível reeleição em 2017. Para tanto, conta com o fundamental apoio da virtual maioria do Parlamento, no contexto de um governo de coalização formado entre reformistas e figuras de centro, no espectro político local.

Para cumprir seu plano de trabalho, o Presidente iraniano precisará, de qualquer forma, dar início a ampla revisão do arcabouço jurídico pertinente, bem como enfrentar resistências de atores econômicos direta ou indiretamente vinculados ao setor público. Procurará, ademais, buscar o fortalecimento do poder regulatório do Banco Central, aproximar ou unificar as taxas de câmbio hoje praticadas (oficial e paralelo) e combater a inflação. A inflação, em 2013 (no auge das sanções e ano anterior à posse de Rouhani), atingiu 42%. Em 2014, recuou para 16%. O Banco Central Iraniano registrou um índice de inflação de 12,6%, em fevereiro de 2016. A meta é concluir o ano persa 1395 (21 de março de 2016 a 20 março de 2017) com inflação na casa de um dígito.



O mandatário iraniano tenciona ainda combater o contrabando e rever a política de tarifas para o comércio exterior. Será necessário igualmente reestruturar o sistema tributário doméstico, buscando ampliar a arrecadação de impostos e assim reduzir a dependência do orçamento público em relação às receitas oriundas das exportações de petróleo.

O Governo iraniano está empenhado em promover a ampliação da participação do setor privado na economia, tanto por meio da atração de investidores internacionais, quanto pela melhora do ambiente de negócios para o capital privado nacional. Caberá resguardar e aperfeiçoar as condições para participação das pequenas e médias empresas iranianas, uma das marcas do perfil produtivo do país e grandes geradoras de emprego e renda. Como sinalizado, também é prioridade do Governo atrair investimentos externos e internos para reestruturar e ampliar os setores de Petróleo e Gás, Aviação, Mineração, Logística e Turismo.

A Administração Rouhani deverá redobrar esforços também para reduzir o desemprego, cujo índice, no último semestre de 2015, atingiu 10.7%. Com população predominantemente jovem, no futuro próximo o Irã precisará criar cerca de 655 mil novos empregos por ano, de modo a estabilizar o referido índice de desocupação e evitar seu crescimento (ou 1 milhão de novos empregos por ano, caso tencione reduzi-lo para apenas um dígito).

Uma população cada vez mais escolarizada tem tido dificuldade de encontrar ocupação condizente com seu nível de qualificação, em território iraniano. Mais de 150 mil jovens com educação superior deixam o país todos os anos. Embora não existam dados absolutamente precisos, é possível dizer que há significativo contingente de trabalhadores na economia informal, em ocupações temporárias ou até mesmo empregos regulares, mas que não contribuem para a Previdência Social local.

Outro tema central para a retomada do dinamismo da economia iraniana, de importância estratégica, é o equacionamento de suas dificuldades bancário-financeiras na arena internacional. Ainda não foram plenamente reestabelecidas as operações entre bancos iranianos e o sistema financeiro internacional, o que tem prejudicado enormemente aquele país. Bancos estrangeiros temem pela possibilidade de sofrerem elevadas multas por parte de autoridades dos EUA (na figura do “Office of Foreign Assets Control” do Tesouro norte-americano), pois permaneceram vigentes as sanções unilaterais norte-americanas não-relacionadas ao dossiê nuclear. O OFAC prossegue com o monitoramento das transações bancárias com o Irã. O impasse ganhou a opinião pública local, no final de março, ocasião em que o Líder Supremo, Ali Khamenei, fez críticas aos EUA nesse tópico durante sua mensagem de fim de ano.



A relativa ausência de informações sobre a saúde do sistema financeiro iraniano e sobre a compatibilidade de seus métodos com práticas internacionais consagradas ("compliance") é também um dos empecilhos para a regularização de sua reinserção no sistema bancário internacional. É prioridade do governo reformar regras e aumentar a fiscalização no setor, com vistas a garantir sua credibilidade e, assim, facilitar a reintegração financeira do Irã.

No que se refere ao relacionamento comercial Brasil-Irã, deve-se destacar que o intercâmbio bilateral vinha logrando aumentos progressivos, até 2011, quando a corrente de comércio alcançou seu ápice, no patamar de USD 2,3 bilhões.

No entanto, desde 2012, e em razão do impacto provocado pelas sanções impostas ao país, houve dificuldade em expandir e diversificar os fluxos de comércio e em estimular iniciativas bilaterais de investimento. O comércio Brasil-Irã se reduziu, por conseguinte, quase à metade de seu máximo patamar histórico, recuando para apenas USD 1,6 bilhões, em 2015.

Embora as exportações do Brasil para o Irã se concentrassem em produtos do agronegócio (sobretudo milho, açúcar, soja e carnes), não abrangidos pelas sanções da ONU, a imposição de sanções unilaterais por parte dos EUA às instituições financeiras iranianas afetou a disponibilidade de linhas de crédito para dar sustentação ao comércio entre os dois países.

O levantamento das sanções contra o Irã deverá ensejar novas oportunidades de expansão e diversificação do comércio bilateral. As trocas bilaterais atuais, situadas muito aquém de seu patamar histórico, são excessivamente concentradas em poucos produtos primários, bem como caracterizadas por grande assimetria a favor do Brasil (no primeiro semestre de 2015, as exportações brasileiras representaram 99,7% da corrente de comércio total, que era de USD 892 milhões).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Irã foram milho, carnes, soja e açúcar, responsáveis pela quase totalidade da pauta. As exportações iranianas ao Brasil, por sua vez, concentram-se em frutas secas, utensílios de cozinha, pistache e tapetes.

O Irã tem buscado diversificar seus fornecedores de grãos (há uma aproximação em curso com o Cazaquistão), o que pode vir a comprometer parcialmente vendas brasileiras. Por outro lado, na visita que efetuou ao Irã, em dezembro de 2014, o então Ministro da Agricultura, Neri Geller, logrou obter o levantamento das barreiras sanitárias que pesavam contra as exportações de carne bovina brasileira para o mercado iraniano.



Os setores que parecem apresentar maior potencial de expansão das exportações brasileiras para o Irã são os de aviação (a renovação da frota aérea civil iraniana é prioridade governamental e deverá envolver encomendas de quatro centenas de aeronaves); máquinas e equipamentos industriais relacionados às áreas de petróleo e gás; maquinário de siderurgia, processamento agrícola, irrigação e tratamento de água; equipamentos médicos, medicamentos e vacinas para animais.

O mercado iraniano também parece capaz de absorver produtos brasileiros de tecnologia média ou alta, que combinem qualidade e preço competitivo e que possam disputar mercado com produtos europeus (já que o nicho de produtos populares tem sido dominado pela China).

Contribui positivamente para a promoção comercial brasileira no Irã o fato de existir enorme receptividade à imagem do Brasil, inclusive em decorrência de posições solidárias de nosso país durante o período mais árduo das sanções. O levantamento das sanções poderá, nesse contexto, abrir espaço relevante para investimentos brasileiros em áreas como aviação, construção civil, hidroeletricidade, mineração, infraestrutura e agricultura.

Cabe ressaltar que, em decorrência do iminente desbloqueio dos ativos financeiros iranianos no exterior, haverá vultoso afluxo de capitais em direção àquele país, razão pela qual será também oportuno explorar possibilidades de investimentos iranianos no Brasil, investimentos mútuos ou aporte conjunto em terceiros países.

Símbolo desse potencial, a tendência verificada recentemente é de realização de missões de empresários iranianos ao Brasil. Esses interlocutores têm-se mostrado interessados em investir na compra ou aluguel de terras, em infraestrutura agrícola e portuária e na compra de grãos, sem intermediação de empresas multinacionais.

São, por conseguinte, alvissareiras as perspectivas econômico-comerciais, no contexto do relacionamento bilateral Brasil-Irã.

Já no âmbito de sua circunstância centro-asiática, o Irã se tem apresentado como plataforma de logística e comunicação entre Europa, Ásia Central e Leste Asiático. Nesse sentido, investe no projeto Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul (“International North-South Transport Corridor” - NSTC) e apoia iniciativas como “A Nova Rota da Seda”, liderada pela China.

Aquele país do extremo Oriente é, como visto, seu principal parceiro comercial, com quem as transações bilaterais chegam já a US\$ 52 bilhões. Deve-se levar em conta, ademais, que o Irã tem recebido da China pacote de investimentos e



linhas de crédito, para ampliação do comércio e instalação de infraestrutura, em tópicos de interesse comum sino-iraniano.

De qualquer forma, o Irã tem buscado diversificar parcerias, razão pela qual hoje conta com tratados bilaterais de investimentos com 53 países e tratados de bitributação com outros 44. As principais vantagens do país como destino de investimentos relacionam-se à presença de grandes reservas de gás e petróleo em seu território. Além disso, o país é importante produtor de zinco, chumbo, cobalto, alumínio, magnésio e cobre.

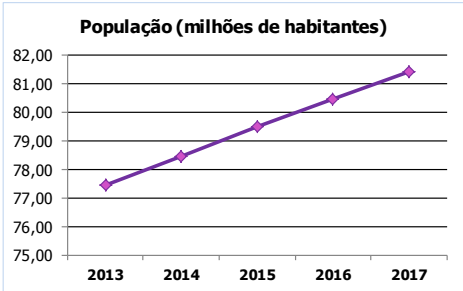
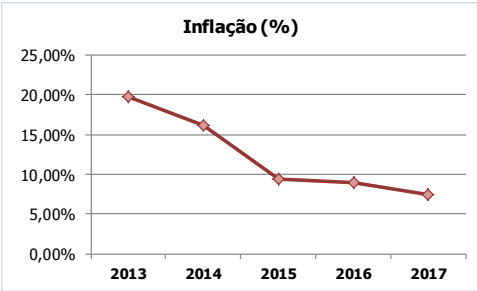
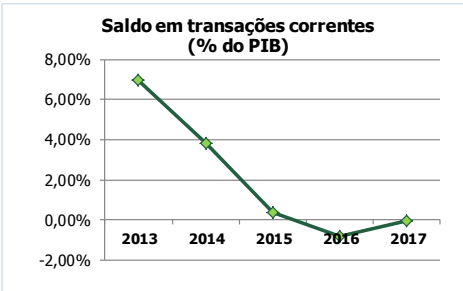
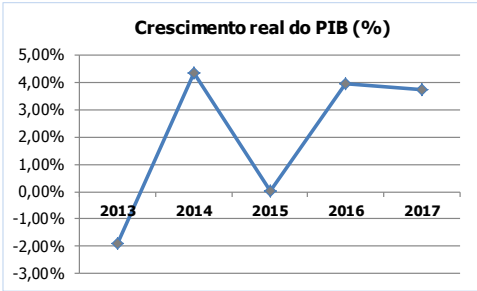
O Irã espera, por conseguinte, atrair vultosos investimentos para a economia local, bem como *joint-ventures*. A busca de desenvolvimento econômico autóctone é enfatizada pelo Governo. O estabelecimento de parcerias, cooperação e investimentos determinará, portanto, e ao que tudo indica, posição privilegiada para aqueles que pretendam atuar de maneira eficaz no mercado iraniano.



Principais indicadores socioeconômicos do Irã

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-1,91%	4,34%	0,03%	3,96%	3,74%
PIB nominal (US\$ bilhões)	380,35	416,49	387,61	386,12	409,30
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.941	5.308	4.877	4.799	5.027
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,28	1,36	1,37	1,44	1,51
PIB PPP "per capita" (US\$)	16.521	17.294	17.251	17.888	18.591
População (milhões de habitantes)	77,45	78,47	79,48	80,46	81,42
Desemprego (%)	10,44%	10,60%	10,80%	11,29%	11,56%
Inflação (%) ⁽²⁾	19,69%	16,18%	9,43%	9,00%	7,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	6,97%	3,82%	0,36%	-0,79%	-0,04%
Dívida externa (US\$ bilhões)	7,01	5,50	5,46	6,36	8,56
Câmbio (IR / US\$) ⁽²⁾	18,414	25,942	29,011	31,187	33,059
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura	9,3%				
Indústria	38,4%				
Serviços	52,3%				

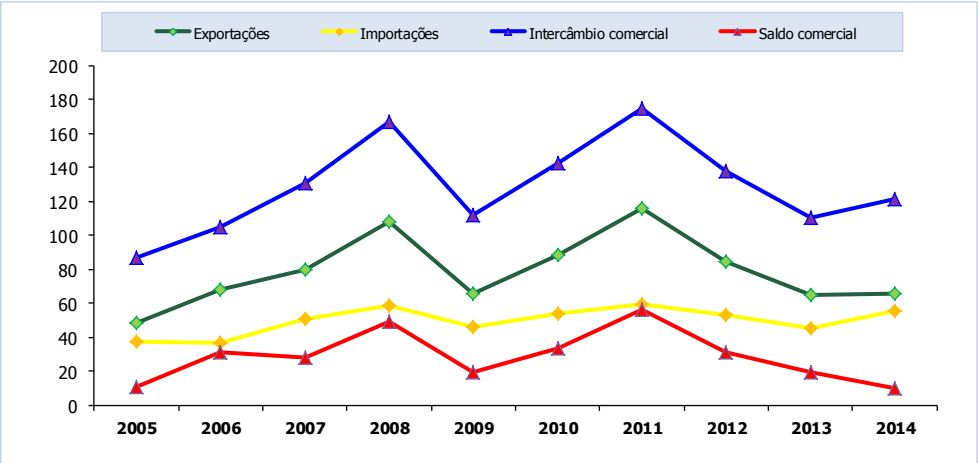
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report June 2016.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior do Irã
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	48,91	34,8%	37,73	22,4%	86,63	29,1%	11,18
2006	68,21	39,5%	36,89	-2,2%	105,10	21,3%	31,31
2007	79,56	16,6%	51,08	38,4%	130,63	24,3%	28,48
2008	107,96	35,7%	58,81	15,1%	166,77	27,7%	49,15
2009	65,71	-39,1%	46,25	-21,3%	111,96	-32,9%	19,45
2010	88,22	34,3%	54,30	17,4%	142,52	27,3%	33,92
2011	115,64	31,1%	59,58	9,7%	175,22	22,9%	56,06
2012	84,57	-26,9%	53,36	-10,4%	137,93	-21,3%	31,21
2013	65,10	-23,0%	45,79	-14,2%	110,89	-19,6%	19,30
2014	65,72	1,0%	55,57	21,4%	121,29	9,4%	10,14
Var. % 2005-2014	34,4%	--	47,3%	--	40,0%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
Última posição disponível em 08/06/2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

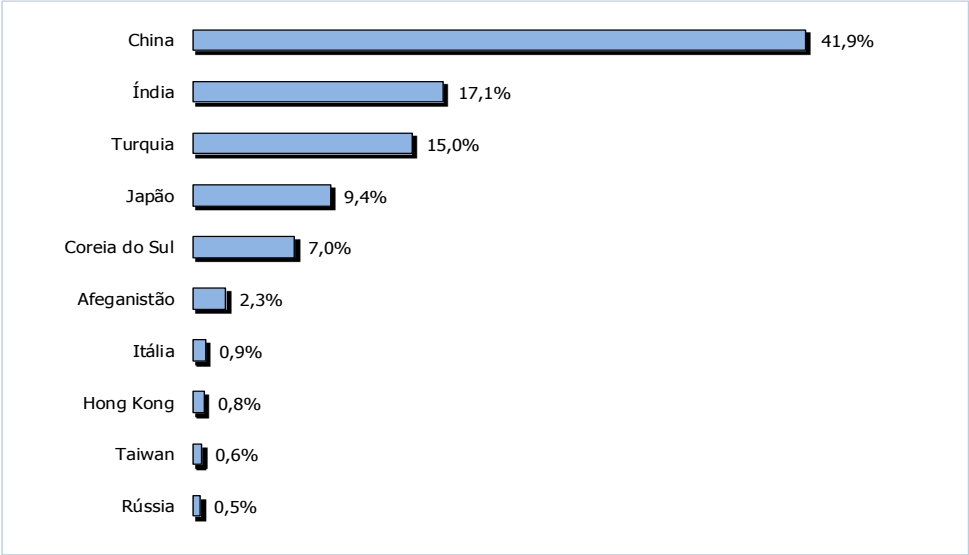


Direção das exportações do Irã
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
China	27,51	41,9%
Índia	11,25	17,1%
Turquia	9,83	15,0%
Japão	6,18	9,4%
Coreia do Sul	4,58	7,0%
Afganistão	1,51	2,3%
Itália	0,59	0,9%
Hong Kong	0,52	0,8%
Taiwan	0,41	0,6%
Rússia	0,36	0,5%
...		
Brasil (59ª posição)	0,01	0,01%
Subtotal	62,73	95,5%
Outros países	2,99	4,5%
Total	65,72	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações

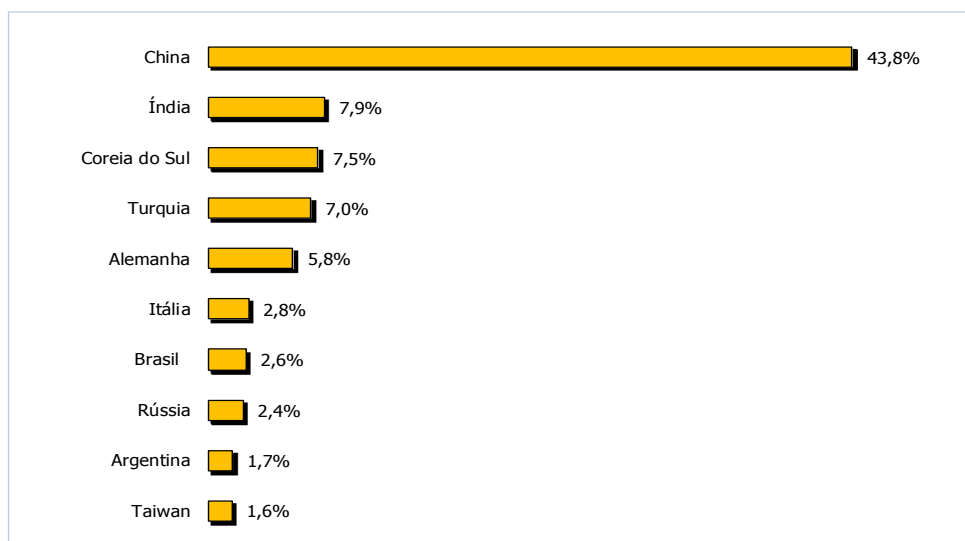


Origem das importações do Irã
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
China	24,34	43,8%
Índia	4,40	7,9%
Coreia do Sul	4,17	7,5%
Turquia	3,89	7,0%
Alemanha	3,22	5,8%
Itália	1,53	2,8%
Brasil	1,44	2,6%
Rússia	1,33	2,4%
Argentina	0,93	1,7%
Taiwan	0,91	1,6%
Subtotal	46,15	83,0%
Outros países	9,42	17,0%
Total	55,57	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais origens das importações

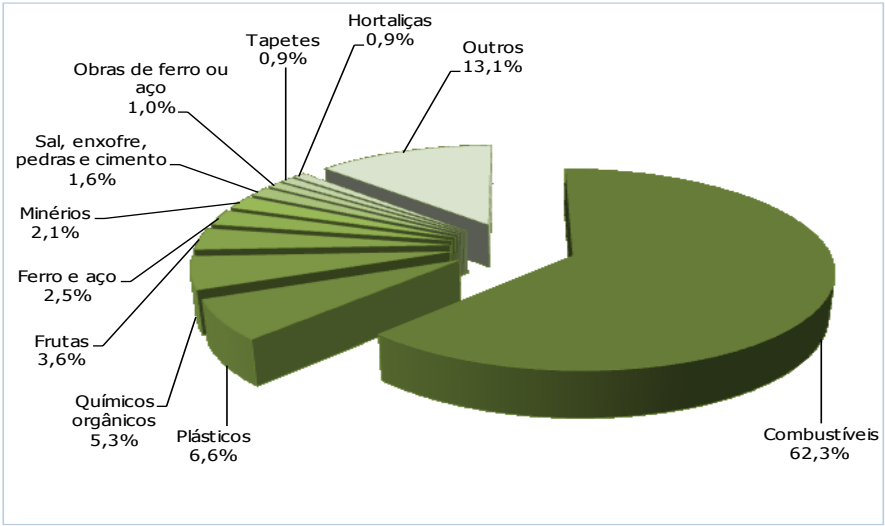


Composição das exportações do Irã
Em %

Grupos de Produtos	2 0 1 4
Combustíveis	62,3%
Plásticos	6,6%
Químicos orgânicos	5,3%
Frutas	3,6%
Ferro e aço	2,5%
Minérios	2,1%
Sal, enxofre, pedras e cimento	1,6%
Obras de ferro ou aço	1,0%
Tapetes	0,9%
Hortaliças	0,9%
Subtotal	86,9%
Outros	13,1%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. June 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados

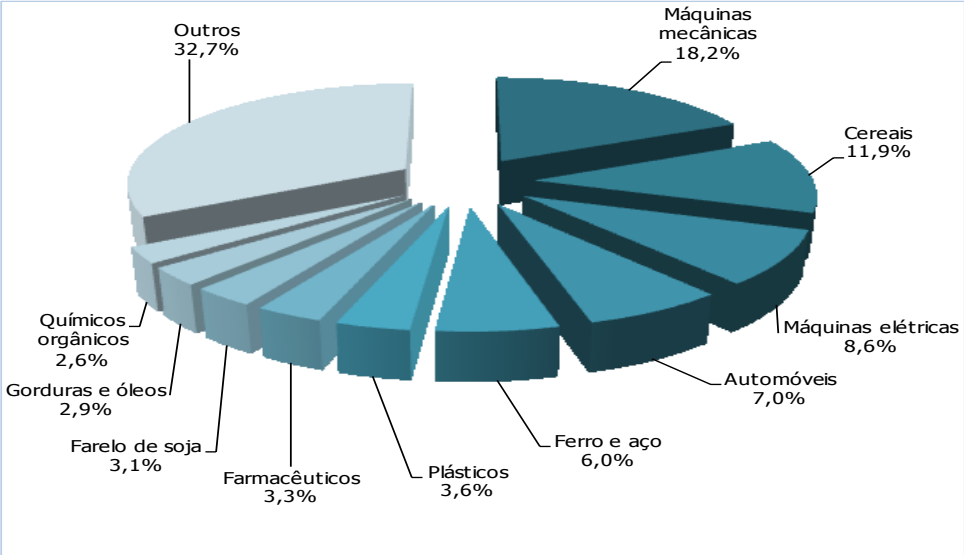


Composição das importações do Irã
Em %

Grupos de produtos	2 0 1 4
Máquinas mecânicas	18,2%
Cereais	11,9%
Máquinas elétricas	8,6%
Automóveis	7,0%
Ferro e aço	6,0%
Plásticos	3,6%
Farmacêuticos	3,3%
Farelo de soja	3,1%
Gorduras e óleos	2,9%
Químicos orgânicos	2,6%
Subtotal	67,3%
Outros	32,7%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. June 2016. O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

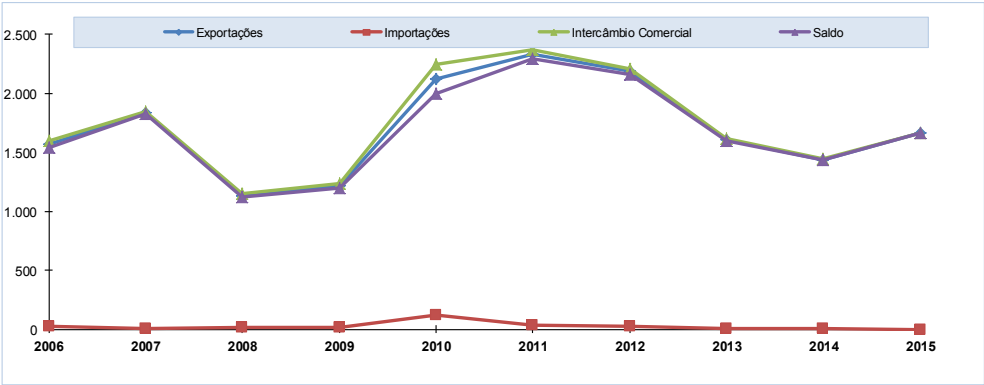
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Irã
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	1.568	61,9%	1,14%	31	943,0%	0,03%	1.599	64,6%	0,70%	1.537
2007	1.838	17,2%	1,14%	11	-64,4%	0,01%	1.849	15,6%	0,66%	1.827
2008	1.133	-38,3%	0,57%	15	34,4%	0,01%	1.148	-37,9%	0,34%	1.119
2009	1.218	7,5%	0,80%	19	28,4%	0,01%	1.237	7,7%	0,44%	1.199
2010	2.121	74,1%	1,05%	123	549,9%	0,07%	2.244	81,4%	0,58%	1.998
2011	2.332	10,0%	0,91%	35	-71,4%	0,02%	2.367	5,5%	0,49%	2.297
2012	2.184	-6,4%	0,90%	24	-32,7%	0,01%	2.208	-6,8%	0,47%	2.160
2013	1.609	-26,3%	0,66%	9	-63,7%	0,00%	1.618	-26,7%	0,34%	1.601
2014	1.439	-10,6%	0,64%	5	-41,7%	0,00%	1.444	-10,7%	0,32%	1.434
2015	1.666	15,8%	0,87%	3	-34,6%	0,00%	1.669	15,6%	0,46%	1.663
2016 (jan-mai)	766	23,9%	1,04%	8	382,7%	0,01%	773	24,8%	0,61%	758
Var. % 2006-2015	6,3%	--	--	-89,4%	--	--	4,4%	--	--	n.c.

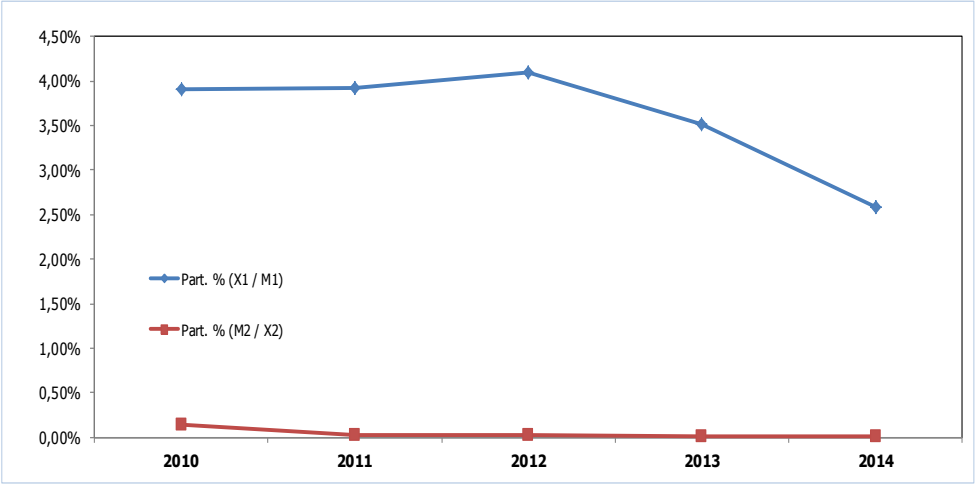
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

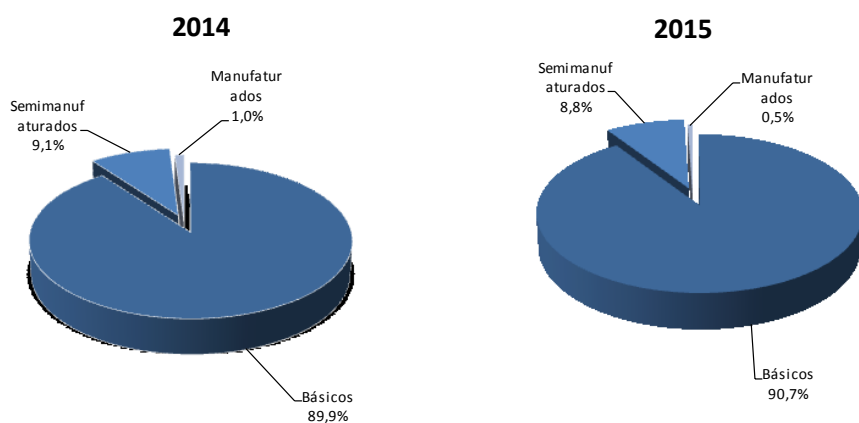
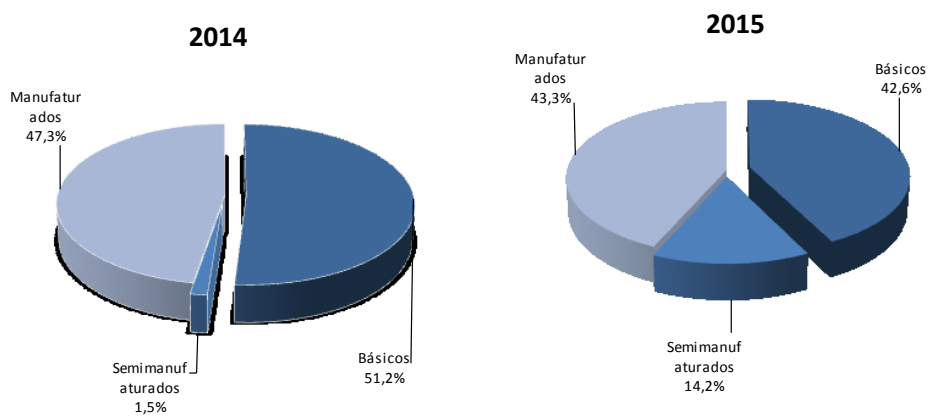


Part. % do Brasil no comércio do Irã
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Irã (X1)	2.121	2.332	2.184	1.609	1.439	-32,1%
Importações totais do Irã (M1)	54.302	59.580	53.358	45.793	55.572	2,3%
Part. % (X1 / M1)	3,91%	3,91%	4,09%	3,51%	2,59%	-33,7%
Importações do Brasil originárias do Irã (M2)	123	35	24	9	5	-95,9%
Exportações totais do Irã (X2)	88.221	115.643	84.571	65.095	65.715	-25,5%
Part. % (M2 / X2)	0,14%	0,03%	0,03%	0,01%	0,01%	-94,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Irã e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras⁽¹⁾****Importações Brasileiras**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

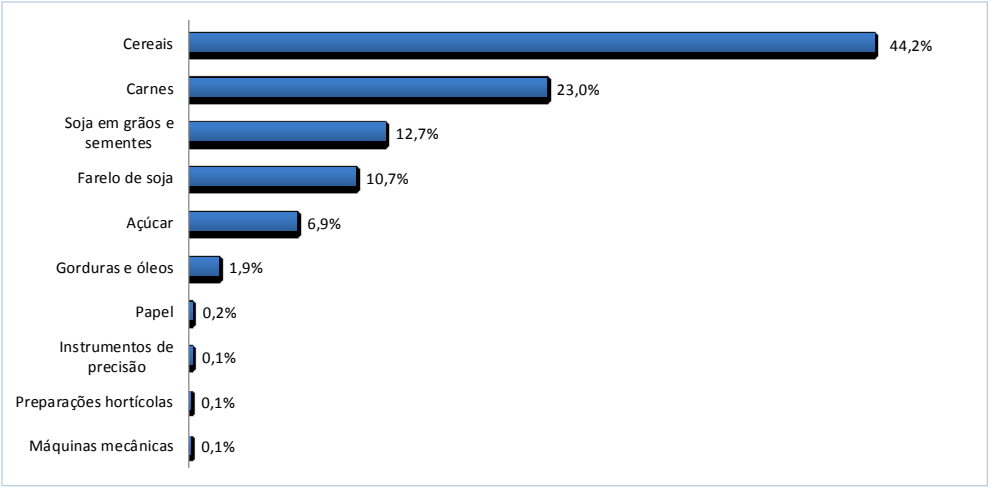


Composição das exportações brasileiras para o Irã
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	512	31,8%	877	60,9%	737	44,2%
Carnes	287	17,8%	281	19,5%	384	23,0%
Soja em grãos e sementes	73	4,5%	33	2,3%	211	12,7%
Farelo de soja	270	16,8%	102	7,1%	179	10,7%
Açúcar	341	21,2%	97	6,7%	115	6,9%
Gorduras e óleos	85	5,3%	34	2,4%	31	1,9%
Papel	0	0,0%	0	0,0%	3	0,2%
Instrumentos de precisão	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%
Preparações hortícolas	0	0,0%	2	0,1%	1	0,1%
Máquinas mecânicas	7	0,4%	9	0,6%	1	0,1%
Subtotal	1.577	98,0%	1.437	99,9%	1.664	99,9%
Outros produtos	32	2,0%	2	0,1%	2	0,1%
Total	1.609	100,0%	1.439	100,0%	1.666	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

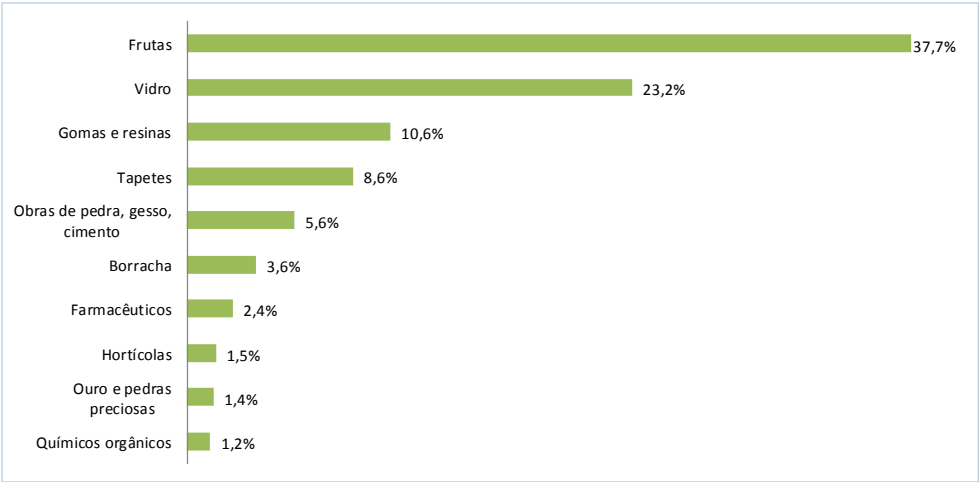


Composição das importações brasileiras originárias do Irã
US\$ milhões

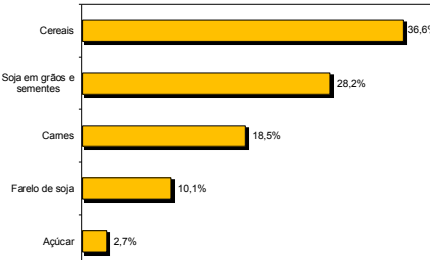
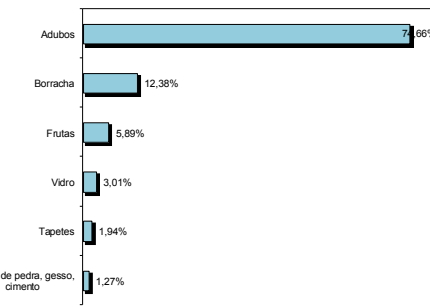
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Frutas	3,35	38,8%	2,30	45,9%	1,24	37,7%
Vidro	0,12	1,4%	0,38	7,6%	0,76	23,2%
Gomas e resinas	0,08	1,0%	0,01	0,1%	0,35	10,6%
Tapetes	0,66	7,7%	0,37	7,3%	0,28	8,6%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,18	5,6%
Borracha	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,12	3,6%
Farmacêuticos	0,11	1,2%	0,09	1,7%	0,08	2,4%
Hortícolas	0,00	0,0%	0,03	0,7%	0,05	1,5%
Ouro e pedras preciosas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,05	1,4%
Químicos orgânicos	0,08	0,9%	0,00	0,0%	0,04	1,2%
Subtotal	4,40	51,0%	3,18	63,2%	3,15	95,9%
Outros produtos	4,22	49,0%	1,85	36,8%	0,14	4,1%
Total	8,61	100,0%	5,03	100,0%	3,29	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan- mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan- mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Cereais	216	34,9%	280	36,6%	
Soja em grãos e sementes	131	21,2%	216	28,2%	
Carnes	141	22,8%	142	18,5%	
Farelo de soja	89	14,4%	77	10,1%	
Açúcar	13	2,1%	21	2,7%	
Subtotal	590	95,4%	736	96,1%	
Outros produtos	28	4,6%	30	3,9%	
Total	618	100,0%	766	100,0%	
Importações					
Adubos	0,00	0,0%	5,76	74,7%	
Borracha	0,00	0,0%	0,96	12,4%	
Frutas	0,82	51,6%	0,45	5,9%	
Vidro	0,22	14,0%	0,23	3,0%	
Tapetes	0,12	7,4%	0,15	1,9%	
Obras de pedra, gesso, cimento	0,08	5,1%	0,10	1,3%	
Subtotal	1,25	78,1%	7,65	99,1%	
Outros produtos	0,35	21,9%	0,07	0,9%	
Total	1,60	100,0%	7,71	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECDEX/Aliceweb, Junho de 2016.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

3900 a.C. Sialk, perto da atual Kashan, é a primeira cidade contruída no planalto



	iraniano.
3000 a.C.	Elamitas se instalam no oeste do atual Irã
1500 a.C.	Tribos arianas vindas da Ásia Central chegam ao sul do Irã
1000 a.C.	O zoroastrismo se consolida como a primeira religião monoteísta.
550-330 a.C.	Império Aquemênida, um dos mais relevantes da história. Seu auge se deu sob o reino de Dario.
492-479 a.C.	Persas tentam conquistar a Grécia, mas acabam repelidos.
334 a.C.	O líder macedônio Alexandre, o Grande, derrota os aquemênidas e toma o Império Persa
323 a.C.	Alexandre morre e seu império se fragmenta. Um de seus generais funda a dinastia Selêucida
230 a.C.	Tribos partas derrotam gradualmente os selêucidas e assumem o controle da Pérsia.
224	Império Sassânida se instala e inaugura a teocracia zoroastra
632	Árabes invadem o território sassânida e iniciam a islamização da Pérsia.
661	Ali, neto e genro de Maomé, é assassinado. Seguidores de Ali formam dissidência que sela o início do xiismo.
696	O árabe se torna a língua oficial das terras conquistadas pelo Islã.
750	Com o apoio de tribos persas, a dinastia Abássida derrota a dinastia Umíada, até então dominante na região. O eixo do poder regional desloca-se de Damasco para Bagdá, a capital dos abássidas.
820	A proliferação de pequenos Estados persas restringe o domínio árabe sobre a Pérsia. Surge o idioma farsi moderno, que usa escrita baseada no alfabeto árabe, mas mantém, em linhas gerais e de modo simplificado, a estrutura, o vocabulário e a lógica da língua persa original.
Século X	Início do colapso do califado islâmico, que cede espaço a diversas dinastias persas e turcas, com a dos seljúcidas.
1220	Exército mongol, sob o comando de Gengis Khan, invade, arrasa e ocupa boa parte da Pérsia.
1227	Gengis Khan morre. Seus filhos repartem o Império.
1405	Timur, comandante turco-mongol, conquista a Pérsia, que é novamente devastada por invasores.
1501	Xá Ismail I reune a Pérsia e funda a dinastia Safávida. O Islã xiita é declarado religião oficial.
1571-1629	Sob o reino do Xá Abbas I, o Império Safávida vive seu apogeu e estabelece relações diplomáticas com a Europa Ocidental.



1639	Império Safávida assina tratado de paz que põe fim a 150 anos de guerra com o Império Otomano.
1722	O líder afegão Mahmoud Khan invade a Pérsia e põe fim a era safávida.
1729	Xá Nader, militar safávida, expulsa afegãos, reunifica a Pérsia e cria sua própria dinastia, a Afshárida. O Xá ataca russos, otomanos e indianos.
1747	Xá Nader morre e seu império se desfaz, inaugurando uma era de caos e conflitos internos.
1750	Karin Khan, ex-general de Xá Nader, conquista a maior parte da Pérsia e restaura a estabilidade.
1794	Mohammad Khan Qajar elimina o último rei Zand e funda a dinastia Qajar, encerrando meio século de instabilidade.
1828	Ao fim de uma guerra com a Rússia, o Irã perde o controle de Geórgia, Armênia e Azerbaijão.
1906	Revolução Constitucional culmina com a criação de um Parlamento que limita os poderes da monarquia.
1914-1918	A Pérsia se declara neutra na Primeira Guerra Mundial, mas seu território é palco de intensos combates. Rússia e Grã-Bretanha ocupam partes do país.
1921	O oficial do Exército Reza Khan toma o poder e, dois anos depois, se torna Primeiro-Ministro.
1925	O Parlamento é obrigado a "votar" pela transformação de Reza Khan em chefe de Estado, encerrando a dinastia Qajar.
1926	Reza Khan é coroado imperador e adota o sobrenome Pahlavi. Seu primogênito, Mohammad Reza Pahlavi, é apontado príncipe herdeiro.
1935	Governo muda o nome do país de Pérsia para Irã.
1936	Reza Pahlavi lança campanha em favor da emancipação das mulheres e veta símbolos religiosos, inclusive o véu islâmico.
1941	Durante a Segunda Guerra Mundial, britânicos e russos ocupam a Pérsia e depõem Reza Pahlavi em represália aos seus laços com a Alemanha nazista. Mohammad Reza Pahlavi assume o trono.
1943	Reunidos em Teerã, Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Josef Stalin assinam a "Declaração de Teerã", que promete reconhecer a independência do Irã ao fim da guerra. Soviéticos descumprem o acordo e ocupam partes do país após término do conflito.
1946	União Soviética se retira do Irã
1950	Ali Razmara se torna Primeiro-Ministro e é assassinado meses depois por um extremista islâmico. Seu substituto é o nacionalista Mohammad



	Mossadegh.
1951	Sob comando de Mossadegh, o Parlamento aprova lei para nacionalizar o petróleo, até então dominado por britânicos. Londres impõe embargo ao Irã.
1953	Reino Unido orchestra golpe de Estado com apoio americano e derruba Mossadegh. O Xá retorna ao país após breve autoexílio e retoma plenos poderes.
1957	Irã intensifica laços políticos, econômicos e militares com os EUA.
1963	Mohammad Reza Pahlavi lança a "Revolução Branca", que visa reformar o sistema agrário e ocidentalizar a sociedade. A ditadura se acirra.
1964	Líder do movimento antimodernização, o Aiatolá Khomeini parte para o exílio no exterior.
1973	Durante o choque petroleiro, Irã rejeita aderir ao embargo contra países ocidentais e aumenta exportações de petróleo.
1979	O país passa por intenso período de turbulência política. O Aiatolá Ruhollah Khomeini retorna ao país para comandar a Revolução Islâmica, a família imperial parte para o exterior e estudantes tomam a Embaixada norte-americana em Teerã, exigindo a extradição do Xá.
1980	Abolhasan Bani Sadr é eleito Primeiro-Ministro da República Islâmica. O Xá morre de câncer no Egito. O Iraque ataca o Irã.
1981	52 reféns americanos são liberados. Bani Sadr é deposto e parte para a França.
1983	Atentado mata centenas de soldados franceses e americanos no Líbano. Ocidente atribui a responsabilidade pelo ataque ao Irã e seus aliados libaneses.
1984	Os Estados Unidos admitem ter vendido armas ao Irã, para levantar fundos a favor de forças anticomunistas na Nicarágua (episódio que ganhou a alcunha de "Irã-Contras").
1988	Cessar-fogo com o Iraque é mediado pela ONU
1989	Khomeini morre e é substituído por Ali Khamenei. Ali Akbar Rafsanjani se torna Presidente.
1995	EUA impõe sanções petroleiras e comerciais contra o Irã, por suposto apoio ao terrorismo
1997	Mohammad Khatami ganha eleição e se torna o primeiro Presidente reformista.
2001	Apesar da oposição de conservadores, Khatami é reeleito. O Irã se solidariza com os EUA, após os ataques de 11 de setembro.



2002	George W. Bush inclui Irã no "eixo do mal". Dissidentes iranianos revelam existência de centrais nucleares não declaradas à ONU.
2005	Irã retoma enriquecimento de urânio. O Prefeito de Teerã, Mahmoud Ahmadinejad, ganha eleição presidencial e inicia guinada conservadora.
2006	Ahmadinejad passa a questionar publicamente o Holocausto e a advogar o fim do Estado de Israel. ONU impõe primeiras sanções multilaterais para retaliar o Programa Nuclear Iraniano.
2008	Irã testa mísseis de fabricação nacional capazes de atingir Israel. ONU adota novas sanções contra Teerã.
2009	Ahmadinejad é reeleito em meio a suspeitas de fraude, que provocam protestos populares reprimidos pelo regime.
2001	Eclode a "Primavera Árabe". Ahmadinejad entra em confronto aberto com Khamenei. Estudantes invadem embaixada britânica em Teerã.
2012	Em meio à crescente ameaça de ataque israelense, Irã sofre a imposição de sanções mais duras de sua história. O rial, moeda nacional, desvaloriza-se em patamares inéditos. Crise econômica assola a população.
2013	Hassan Rouhani é eleito Presidente, graças à plataforma de maiores liberdades e alívio para as sanções. O mandatário mantém contato telefônico com o Presidente Barack Obama, o primeiro entre dirigentes dos dois países, desde 1979.
2015	O P5+1 e o Irã chegam a um entendimento e alcançam o "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPoA), pelo qual o Irã compromete-se a rever seu Programa Nuclear, de modo a direcioná-lo para fins pacíficos, em troca de alívio das sanções econômico-comerciais a que estava sujeito.
2016	O JCPoA entra em vigor em janeiro ("Implementation Day"), ensejando a suspensão de sanções relacionadas ao dossiê nuclear iraniano. A Arábia Saudita executa o clérigo xiita Nimr al-Nimr, sob protestos de Teerã. Representação diplomática e repartições consulares sauditas são atacadas em Teerã, o que provoca o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países. O Irã deixa de enviar peregrinos nacionais seus a Meca, para as cerimônias do Ramadã, por conta de desentendimentos com autoridades sauditas. O Presidente Rouhani obtém vitórias importantes no Parlamento e na Assembleia dos Sábios. Ali Larijani, líder moderado simpático à Administração Rouhani e até mesmo à agenda reformista, é reeleito para a Presidência do Parlamento.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1903	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã
1965	Visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil
1976	Visita ao Irã do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen
1991	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek
1993	Visita ao Brasil do Chanceler Ali Akbar Velayati para chefiar a delegação de seu país à III Reunião da Comissão Mista Bilateral
2000	Realizada a I Reunião de Consultas Políticas, em Teerã
2002	Visita ao Irã do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, para participar da reunião do "Diálogo das Civilizações"
2005	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura do Irã, Mahmoud Hojjati
2005	Visita ao Brasil do Ministro da Economia e das Finanças do Irã, Feyed Safdar Hosseini, que foi recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2005	Visita oficial do Embaixador Said Jalili ao Brasil, como enviado do Presidente Ahmadinejad
2006	Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel
2008	Realização da VI Reunião de Consultas Políticas em Brasília
2008	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Assuntos Cooperativos do Irã, Mohammad Abbassi
2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki
2009	Visita ao Brasil do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, ocasião em que foi recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2010	Visita ao Irã do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira de um mandatário brasileiro àquele país. Assinatura da Declaração de Teerã, subscrita por Brasil, Turquia e Irã, acerca do programa nuclear iraniano
2012	Participação do Presidente Ahmadinejad na Conferência Rio+20
2013	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, para assistir a cerimônia de posse do Presidente Hassan Rouhani
2014	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Estratégico de Relações Exteriores do Irã, Seyed Kamal Kharrazi
2015	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (setembro)



2015	Visita ao Irã do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro (outubro)
2016	Visita a Teerã do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador José Alfredo Graça Lima, para presidir, com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para Europa e Américas, Embaixador Majid Takht Ravanchi, reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Irã (11 de abril)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Data de Publicação no DOU	Situação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	28/10/2015	19/10/2015	Vigente
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica.	21/11/1975	21/11/1975	03/12/1975	Vigente
Acordo Cultural.	22/11/1957	17/01/1963	17/01/1973	Vigente

Fonte: Divisão de Atos Internacionais – MRE





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 93, DE 2016

(nº 505/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 505

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Os méritos do Senhor Denis Fontes de Souza Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2016.



EM nº 00316/2016 MRE

Brasília, 13 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 591 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**

CPF.: 223255064-87

ID.: 7749 MRE

1954 Filho de Carlos Alberto de Souza Pinto e Hilda Fontes Pinto, nasce em 26 de fevereiro, em Recife/ PE

Dados Acadêmicos:

1977 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

1985 CAD-IRBr

1999 CAE - IRBR, A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento-OCDE: Uma visão brasileira

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1982 Segundo-Secretário

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1994 Conselheiro, por merecimento

2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2007 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-80 CPCD - IRBr

1980-82 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, Assistente

1982-83 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Assistente

1983-86 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário

1986-89 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário

1989-91 Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado

1991-93 Departamento de Administração, Coordenador-Executivo, Substituto

1993-95 Secretaria-Geral, Assessor

1995-98 Embaixada em Paris, Conselheiro

1998-01 Embaixada em Pretória, Conselheiro

2001-03 Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral

2003-06 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro

2006 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral

2006-10 Departamento do Serviço Exterior, Diretor

2010-13 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral

2013 Embaixada no Vaticano

Condecorações:

1986 Ordem do Mérito, Alemanha, 1º grau

2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2011 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial

2011 Medalha do Pacificador, Brasil

2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

2016 Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz

Publicações:

2000 A OCDE: Uma visão brasileira, in Coleção de Altos Estudos, FUNAG, Brasília

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**CANADÁ****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Junho de 2016**

DADOS BÁSICOS SOBRE O CANADÁ	
NOME OFICIAL:	Canadá
CAPITAL:	Ottawa
ÁREA:	9.984.670 km ²
POPULAÇÃO:	35,67 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), 59%; francês (oficial), 23%; outros, 18%
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (42,6%), protestantes (23,3%), outros grupos cristãos (4,4%), muçulmanos (1,9%), outras (11,8%), ateus (16%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Constitucional Parlamentarista/Estado Federal
PODER LEGISLATIVO:	Poder Legislativo Bicameral, composto pelo Senado (104 membros escolhidos pelo Primeiro-Ministro) e a Câmara dos Comuns (308 membros eleitos por voto direto).
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral, David Johnston (desde 01/10/2010).
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Justin Pierre James Trudeau (desde 04/11/2015)
CHANCELER:	Stéphane Dion (desde novembro de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 1,873 trilhão (Brasil: US\$ 2,356 trilhões)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 1,647 trilhão (Brasil: US\$ 3,172 trilhões)
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 52.287 (Brasil: US\$ 11.527)
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 45.981 (Brasil: US\$15.518)
VARIAÇÃO DO PIB	1,79 (2014); 1,8% (2013); 1,8% (2012); 2,6% (2011); 3,2% (2010); -2,8% (2009); 1,1% (2008); 2,1% (2007)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,913 (9º no ranking; Brasil 0,755/75º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	81 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	6,9% (Statistics Canada)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar canadense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Riccardo Savone
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de cerca de 30 mil brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CANADÁ (fonte: MICS)									
Brasil→Canadá	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	1.486	1.483	1.730	2.966	4.070	3.314	6.685	5.703	4.784
Exportações	513	556	979	1.947	2.361	1.712	3.129	2.701	2.363
Importações	973	927	750	1.019	1.708	1.601	3.556	3.001	2.421
Saldo	-460	-370	229	928	653	110	-426	-299	-59

Informação elaborada por Claudia de Angelo Barbosa em 22/06/2016. Revisada por Claudia de Angelo Barbosa em 22/06/2016.



APRESENTAÇÃO

Segundo maior país em extensão territorial (9.984.670 km²) e 36º país em população no mundo (35,67 milhões em 2014), o Canadá localiza-se na América do Norte. É banhado por três oceanos: ao norte, pelo Oceano Ártico, a oeste pelo Oceano Pacífico e a leste pelo Oceano Atlântico. Sua fronteira ao sul e ao noroeste (Alasca) com os Estados Unidos da América é a mais longa fronteira terrestre do mundo.

Habitado originalmente por populações aborígenes, o Canadá, desde fins do século XV, foi sendo explorado por expedições britânicas, portuguesas e francesas que foram estabelecendo colônias ao longo da costa do Atlântico.

Com a derrota na Guerra dos Sete Anos, em 1763, a França cedeu ao Império Britânico suas colônias na América do Norte (Nova França e Acádia). Em 1867, as províncias do Canadá (hoje compreendendo Ontário e Quebec), New Brunswick (antiga Acádia) e New Scotia juntaram-se para formar uma federação politicamente independente do Reino Unido. Nesse mesmo ano, em 1º de julho de 1867, foi adotado o "Ato da América do Norte", que estabeleceu o "Domínio do Canadá".

Pouco a pouco, outras províncias e territórios foram gradualmente se juntando à Confederação Canadense: Manitoba e Northwest Territories, em 1870; British Columbia, em 1871; Prince Edward Island, em 1873; Yukon Territories, em 1898; Saskatchewan e Alberta, em 1905; Newfoundland and Labrador, em 1949; e Nunavut, em 1999.

Apesar da autonomia política, as relações exteriores do Canadá continuavam sendo controladas pelo Reino Unido, ao abrigo da "Lei da Confederação". Com base nessa legislação, o Canadá participou da Primeira Guerra Mundial, ao lado das tropas britânicas. Essa situação levou, em 1917, à revolta da população francófona do Quebec contra o serviço militar obrigatório.

A resistência da população quebequense aprofundou, ainda mais, a autonomia canadense. Em 1919, o Canadá entrou na Liga das Nações independentemente do Reino Unido. Em 11 de dezembro de 1931, o Estatuto de Westminster formalizou a independência do Canadá. Em 1965, foi adotada a atual bandeira canadense.

Em 1969, o Canadá oficialmente reconheceu-se como bilíngue (inglês e francês). O inglês é a língua materna de 59,7% da população canadense, enquanto 23,2% têm o francês como primeira língua.

O bilinguismo foi uma maneira encontrada para tentar refrear intenções separatistas na província do Quebec. Apesar disso, a história do Canadá é, de tempos em tempos, pontuada pelo separatismo francófono do movimento Front de Libération du Québec (FLQ). Em 1980, foi convocado referendo sobre o *status* do Québec, que, no entanto, decidiu pela permanência da província na federação. Em 1990, tentativas de emendas constitucionais a favor da separação da província tampouco prosperaram. Num segundo referendo, em 1995, a soberania do Québec foi rejeitada por uma estreita margem: 50,6% contra 49,4%.

O tema foi objeto de decisão dos Poderes Judiciário e Legislativo. Em 1997, a Corte Suprema finalmente decidiu que a secessão unilateral de uma província seria considerada inconstitucional. No mesmo ano, o Parlamento aprovou o *Clarity Act*, estabelecendo os termos de uma saída negociada da Confederação canadense.



Atualmente o Canadá é uma federação composta por dez províncias – Ontario, Quebec, Nova Scotia, New Brunswick, Manitoba, British Columbia, Prince Edward Island, Newfoundland and Labrador, Saskatchewan e Alberta – e três territórios – Yukon, Northwest Territories e Nunavut. Nessa monarquia parlamentarista constitucional, a Rainha Elisabeth II, do Reino Unido, é a Chefe de Estado, representada pelo Governador-Geral do Canadá, enquanto o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro.

O Canadá é um país com alto grau de desenvolvimento humano (9º no *ranking* mundial de IDH). Rico em recursos naturais, o país tem uma economia diversificada, embora seu comércio seja muito dependente dos Estados Unidos, país que absorve mais de 70% das exportações canadenses. Desde 1994, Canadá, EUA e México são parte do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês).



PERFIS BIOGRÁFICOS

DAVID JOHNSTON GOVERNADOR-GERAL DO CANADÁ



Nascido em Sudbury, Ontário, em 1941, David Johnston é anglicano, casado, e tem cinco filhas. Formou-se em Harvard (“Bachelor of Arts”), em 1963, e obteve graduação e pós-graduação em direito nas Universidades de Cambridge (1965) e de Queen’s (1966).

Tem extensa carreira acadêmica, com especialização em direito corporativo, regulação, políticas públicas e direito da tecnologia da informação. Foi professor das universidades de Queen’s e de Toronto até 1974, quando se tornou reitor da Escola de Direito da Universidade de Western Ontario. Em 1979, assumiu como Diretor (“Principal”) da Universidade de McGill, exercendo o cargo até 1994. Em 1999 tornou-se Presidente da Universidade de Waterloo, cargo que ocupou até outubro de 2010. Durante seu mandato, Johnston contou com o apoio do governo e do setor privado para modernizar a Universidade de Waterloo, o que contribuiu para transformar a região de Waterloo no principal polo de alta tecnologia do Canadá. Também atuou em diversas funções públicas, principalmente em nível provincial, tanto em governos liberais quanto conservadores, e integrou o Conselho de Administração de diversas companhias.

Em 1º de outubro de 2010, Johnston foi indicado pelo então Primeiro-Ministro, o conservador Stephen Harper, para a função de Governador-Geral do Canadá, substituindo a jornalista Michaëlle Jean, de origem haitiana. O Governador-Geral é o representante da Rainha Elizabeth II, na qualidade de Chefe de Estado do Canadá.

JUSTIN TRUDEAU PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ





Justin Pierre Trudeau nasceu em Ottawa, em 25 de dezembro de 1971. É filho do ex-Primeiro-Ministro Pierre Elliott Trudeau (1968-1979; 1980-1984) e nasceu enquanto seu pai exercia a Chefia do Governo canadense. Graduou-se em literatura inglesa pela Universidade McGill, de Montreal, e em pedagogia pela Universidade da Colúmbia Britânica. Entre fins da década de noventa e princípios deste século, atuou como professor em escolas primárias e secundárias na área metropolitana de Vancouver, na costa do Pacífico.

Sua militância política é relativamente recente: Trudeau ganhou notoriedade ao discursar no velório do pai, em 2000, mas evitou envolver-se com a política até o fim de uma longa sequência de Governos liberais, em 2006. Com o Partido Liberal na oposição a Harper, Trudeau elegeu-se deputado pelo distrito urbano de Montreal, em 2007, e vem-se reelegendo desde então. Após a *débâcle* eleitoral de 2011 (quando o Partido Liberal foi reduzido à condição de terceira bancada na Câmara dos Comuns), Trudeau postulou-se para a liderança do partido e conquistou-a em 14 de abril de 2013, com uma plataforma centrada na ideia da renovação e na denúncia das práticas que macularam o histórico dos liberais na década anterior (notadamente casos de corrupção no Québec).

Ao longo da campanha de 2015, sustentou que a diversidade étnica e o multiculturalismo seriam o maior trunfo do país. Com a vitória do Partido Liberal, Justin Trudeau assumiu as funções de Primeiro-Ministro do Canadá em 4 de novembro de 2015.

É casado desde 2005 com Sophie Grégoire Trudeau, formada em comunicação pela Universidade de Montreal e ex-apresentadora de televisão. Teve com ela três filhos: Xavier James, Ella-Grace e Hadrien.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. São sociedades democráticas multiétnicas e multiculturais, com dois dos maiores territórios no mundo (5º e 2º, respectivamente); possuem duas das maiores economias do mundo (7ª e 11ª) e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de bens e serviços de exportação. Brasil e Canadá possuem expressivas reservas de água doce; são grandes produtores de alimentos e energia; e compartilham desafios e oportunidades por contarem com vastas parcelas de seus territórios com baixa densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas (Amazônia e Ártico canadense).

As relações entre o Brasil e o Canadá são marcadas pelo diálogo político e por uma ampla agenda de cooperação em comércio e investimentos; infraestrutura; energia; meio ambiente; educação; ciência, tecnologia e inovação; defesa; e segurança. O Canadá é o principal destino de investimentos brasileiros no exterior, abrigando o estoque acumulado de US\$ 15,24 bilhões em 2014, e é o país que mais abriga estudantes brasileiros no exterior.

O dinamismo do relacionamento Brasil e Canadá tem sido refletido em grande número de visitas bilaterais de alto nível ocorridas nos últimos anos, com destaque para as visitas ao Brasil do então Primeiro-Ministro Stephen Harper, em agosto de 2011, e do Governador-Geral David Johnston, em abril de 2012, que ajudaram a aprofundar as relações bilaterais.

Nessas ocasiões, o Brasil e o Canadá criaram o Fórum de Altos Executivos e o Diálogo de Parceria Estratégica entre Ministros de Relações Exteriores. Adicionalmente, estabeleceram o Diálogo Estratégico de Energia; o Diálogo de Cooperação Espacial; e o Comitê Conjunto para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasil e Canadá concordaram, ainda, em levar adiante a colaboração em política agrícola e o Diálogo Político-Militar.

A posse do liberal Justin Trudeau como Primeiro-Ministro do Canadá, em 4/11/2015, deu continuidade ao processo de intensificação do diálogo e da cooperação, tendo em vista a existência de convergências entre Brasília e Ottawa em diversos domínios (multilateralismo, democracia, direitos humanos, meio ambiente, política indigenista e, possivelmente, no tratamento aos refugiados). Destaca-se, ainda, na diplomacia canadense, a prioridade conferida pelo Governo de Justin Trudeau ao tema da mudança do clima, a começar pela escolha de um especialista no tema para a Pasta de Relações Exteriores: o Chanceler Stéphane Dion.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira no Canadá é estimada em cerca de 30 mil pessoas, com predomínio de brasileiros com nível superior completo. As principais cidades onde tal comunidade se encontra são, pela ordem: Toronto, Montreal e Vancouver.

Além da Embaixada em Ottawa, há no Canadá mais quatro postos de representação diplomática do Brasil: os Consulados-Gerais em Toronto, Montreal e Vancouver e a Delegação Brasileira junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), também em Montreal.

Além desses postos, o Brasil conta com Consulados Honorários na seguintes cidades: Halifax, Calgary, Edmonton e Saskatoon.



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há créditos do Canadá sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Em 1º de outubro de 2010, David Johnston tornou-se Governador-Geral do Canadá, substituindo a jornalista Michaëlle Jean, de origem haitiana. Por sua vez, desde 4 de novembro de 2015, Justin Trudeau, do Partido Liberal, é o Primeiro-Ministro, encerrando nove anos do Governo conservador de Stephen Harper (2006-2015).

O Parlamento do Canadá (em inglês *Parliament of Canada*; em francês *Parlement du Canada*) constitui o Poder Legislativo do governo do Canadá, sediado na *Parliament Hill*, na capital do país, Ottawa, província de Ontário. De acordo com o Ato da América do Norte Britânica de 1867, como o Canadá é uma monarquia democrática, o Parlamento é composto pelo monarca do Reino Unido, o Senado e a Casa dos Comuns.

Como representante do monarca, o Governador-Geral aprova os 105 membros do Senado, os quais são indicados pelo Primeiro-Ministro do Canadá. Os 308 membros da Câmara dos Comuns são eleitos diretamente pela população do país, cada membro representando um dos 308 distritos eleitorais em que o país está dividido.

A Câmara dos Comuns, ou Câmara Inferior, é o ramo dominante do Parlamento do Canadá. Já o Senado, ou Câmara Superior, raramente se opõe à Câmara dos Comuns. As tarefas do monarca e do Governador General são puramente cerimoniais e simbólicas. O Primeiro-Ministro e o Gabinete precisam ter o apoio da maioria dos membros da Câmara dos Comuns para permanecer nos cargos, mas não da confiança do Senado ou do monarca. O Senado tem por função rever a legislação, enquanto a monarquia fornece a aprovação real às leis.

POLÍTICA EXTERNA

A despeito da constante alternância de poder entre os dois principais partidos do Canadá (Partido Liberal e Partido Conservador), as características democráticas, multiétnicas e multiculturais do Canadá contribuíram para consolidar uma tradição diplomática do país, conducente à abertura ao mundo e à busca de consenso na agenda global.

Em termos políticos, identifica-se um traço constante da diplomacia canadense em prol do multilateralismo, em favor da paz, da democracia e dos direitos humanos. Em termos concretos, o Canadá costuma ser ativo nos foros multilaterais de direitos humanos, de meio ambiente (mudança do clima e desenvolvimento sustentável), paz e segurança, bem como em assuntos humanitários, com expressiva contribuição do governo canadense em iniciativas de ajuda ao desenvolvimento.

O país é membro dos principais agrupamentos e organismos internacionais. Destacam-se, entre outros, o G7 e o G20 das maiores economias do mundo; Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); Organização das Nações Unidas (ONU); Organização



dos Estados Americanos (OEA); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD); Conselho Ártico; *Commonwealth* de Nações; Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BID); Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); Tribunal Internacional de Justiça; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial; Organização Internacional do Trabalho; Organização Mundial de Saúde; Grupo de Supridores Nucleares; Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ); Clube de Paris; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Mundial de Aduanas; União Postal Universal; Organização Meteorológica Mundial; Comitê Zangger (controle de exportação de bens e tecnologias nucleares); além de ser observador em várias organizações regionais.

Outra tradição canadense é a política externa voltada para a abertura comercial. O país é parte de 11 acordos de livre comércio (ALCs) em vigor – entre os quais o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), com os EUA e México (desde 1994) e ALCs com o Chile, Peru, Israel, e Coreia do Sul, entre outros. Concluiu recentemente as negociações de três ALCs – o Acordo Econômico e Comercial Global Canadá–União Europeia (CETA); a Parceria Transpacífica (TPP) com quatro países do Pacífico americano (EUA, México, Chile e Peru) e sete países do Pacífico asiático (Austrália, Brunei, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Cingapura e Vietnã); e o ALC com a Ucrânia. O Canadá negocia atualmente cerca de sete ALCs (com a Índia, Japão, Cingapura, Caricom, entre outros) e conduz negociação para modernizar o ALC já existente com a Costa Rica. O MERCOSUL e o Canadá mantêm diálogo exploratório sobre a possibilidade de negociação de ALC.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

ECONOMIA DO CANADÁ

No primeiro trimestre de 2016, a economia canadense deu os primeiros sinais de que não sucumbirá à queda de preços do petróleo e de outras *commodities*. Embora a economia venha lutando com baixas taxas de crescimento, parece, por ora, afastada a hipótese de uma recessão. O setor de energia, que corresponde a cerca de 13% do PIB, ainda sofre com a queda de 70% no valor do barril de petróleo de meados de 2014 ao início de 2016. Por outro lado, as exportações de manufaturas e serviços parecem recuperar-se, estimuladas pela desvalorização da moeda nacional, que perdeu 25% de seu valor frente ao dólar dos EUA no mesmo período.

Em seu último relatório trimestral (janeiro-março de 2016), o Banco Central do Canadá elevou, de 1,4% para 1,7%, a estimativa de crescimento para 2016. O Banco estima que o crescimento anualizado no primeiro trimestre tenha alcançado 2,8%, considerado “inesperadamente forte”. O otimismo reflete uma série de fatores recentes que permitem avaliação mais positiva do panorama econômico a curto e médio prazo, tais como o estímulo fiscal lançado pelo governo federal em seu primeiro orçamento, apresentado ao Parlamento em 22 de março, com previsão de déficit de CAN\$ 29,4 bilhões (US\$ 21,6 bilhões) para o ano fiscal de 2016-2017.

Mencionem-se ainda: (i) o crescimento do PIB de 0,6% em janeiro (taxa anualizada), considerado acima do esperado; (ii) a reversão, em março, da tendência de



aumento do desemprego, com queda no índice de 7,3%, registrado no mês anterior (o mais alto em três anos), para 7,1% (houve saldo positivo, no primeiro trimestre, de 33 mil novos postos de trabalho); e (iii) o aumento de 4,8% nas exportações do primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Há, por outro lado, razões para cautela. Um dos indicadores preocupantes é a valorização, nos últimos três meses, da moeda nacional em 15% frente ao dólar norte-americano – fenômeno, por sinal, causado pela recuperação do preço do barril de petróleo (salto de US\$ 30 a US\$ 40). Também a perspectiva de crescimento econômico lento nos Estados Unidos, na China e na Europa pode contribuir para frear as exportações canadenses.

Por esses motivos, o Banco Central decidiu, em reunião de abril, manter em 0,5% a taxa básica de juros, mesmo patamar desde julho de 2015.

Em fevereiro de 2016, a inflação caiu a 1,4% ao ano, após ter alcançado 2% em janeiro – a mais alta desde novembro de 2014. A taxa anual de 2% é, entretanto, precisamente o alvo do Banco Central (BC) para controle do índice de preços. O BC prevê que a economia canadense não alcançará o pleno emprego antes do segundo semestre de 2017, o que afasta, por ora, pressões inflacionárias e dá ao BC espaço de manobra para manter a política de juros baixos, estimulando o consumo e o investimento, e evitando valorização mais acelerada da moeda canadense.

COMÉRCIO EXTERIOR DO CANADÁ

Em 2015, o intercâmbio comercial do Canadá com o mundo foi de US\$ 826 bilhões, o que representa queda de 11,8% em relação às trocas comerciais de 2014. O Canadá exportou US\$ 407 bilhões e importou US\$ 419 bilhões (quedas, respectivamente, de 14% e 9,6% dos valores de 2014), o que resultou num déficit comercial de US\$ 12 bilhões.

Em 2015, os principais destinos das exportações canadenses foram, pela ordem: EUA (76,7%), China (3,9%), Reino Unido (3,1%), Japão (1,9%) e México (1,3%), tendo o Brasil ocupado a 13ª posição.

Quanto às importações canadenses em 2015, as principais origens foram os EUA (53,2%), China (12,2%), México (5,8%), Alemanha (3,2%), Japão (2,8%), Reino Unido (1,7%), e Coreia do Sul (1,5%), tendo o Brasil ocupado a 15ª posição dos principais fornecedores de produtos para o Canadá.

A excessiva dependência comercial dos EUA, acentuada pela entrada em vigência do NAFTA, em 1994, tem levado o governo canadense a buscar uma maior diversificação de parceiros comerciais, mediante a negociação de novos acordos de livre comércio.

COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ

Segundo o MICS, em 2015, as exportações brasileiras foram de US\$ 2,36 bilhões, e as importações, de US\$ 2,42 bilhões, o que perfaz um déficit de US\$ 59 milhões e uma corrente de comércio de US\$ 4,78 bilhões.

A pauta de exportações brasileira chegou a ter participação bastante razoável de produtos manufaturados, sobretudo entre 2000 e 2008: eram frequentes as vendas de automóveis e autopeças, calçados, motores a diesel, além de aviões (que continuam a ter participação importante nas vendas brasileiras). A partir de 2009, observa-se uma progressiva "primarização" nas exportações brasileiras, sobretudo com o crescimento nas vendas de óxido de alumínio e óleos brutos de petróleo, além de produtos mais tradicionais como café e açúcar



não refinado. Em 2015, segundo dados do MICS, os principais produtos exportados pelo Brasil foram o óxido de alumínio (US\$ 727 milhões), açúcar (US\$ 244 milhões), ouro em bulhão ou em barras (US\$ 220 milhões), café (US\$ 139 milhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 99 milhões), aviões (US\$ 90 milhões), bauxita (US\$ 66 milhões) e niveladores (US\$ 45 milhões).

A pauta de exportações canadenses é mais equilibrada no que tange à participação de produtos primários, semielaborados e manufaturados. São importantes as vendas de produtos como cloreto de potássio, carvão, papel para a impressão de jornal, trigo e etileno-glicol. O mercado brasileiro também importa do Canadá produtos como turbo-reatores de empuxo, turbo-propulsores, aviões, barcos e partes de máquinas de sondagem. Em 2015, segundo dados do MICS, os principais produtos vendidos pelo Canadá ao Brasil foram cloreto de potássio (US\$ 845 milhões), aviões (US\$ 183 milhões), hulha (US\$ 144 milhões), papel de jornal (US\$ 89 milhões), medicamentos (US\$ 85 milhões), partes de turborreatores ou turbopropulsores (US\$ 75 milhões), helicópteros (US\$ 51 milhões), alumínio (US\$ 39 milhões) e polímeros de etileno (US\$ 37 milhões).

INVESTIMENTOS BILATERAIS

Segundo dados disponíveis da Agência de Estatísticas do Canadá (*Statistics Canada*), o ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) originários do Canadá no Brasil manteve-se estável em 2014, na comparação com 2013. Tendo acumulado, em 2014, o fluxo de CAN\$ 10,3 bilhões (US\$ 7,9 bilhões, em valores atualizados), o Brasil figurou na 12ª posição entre os principais destinos de IEDs oriundos do Canadá, abaixo dos seguintes países (valores em bilhões de dólares canadenses): EUA (350,0), Barbados (71,2), Reino Unido (68,8), Ilhas Cayman (36,6), Luxemburgo (31,1), Austrália (26,4), Chile (18,3), Bermuda (17,8), Países Baixos (17,5), Irlanda (15,3) e México (13,0).

No que diz respeito ao estoque de IEDs brasileiros no Canadá, o valor atingiu CAN\$ 19,9 bilhões em 2014 (US\$ 15,24 bilhões, em valores atualizados), com incremento de 8,7% em relação ao ano anterior. O montante eleva o Brasil à 7ª posição entre as principais origens de IED recebido pelo Canadá, após os seguintes países (valores em bilhões de dólares canadenses): EUA (361,4), Países-Baixos (69,2), Luxemburgo (53,6), Reino Unido (48,3), Suíça (27,7) e China (25,1).

Destacam-se no Canadá as operações das empresas: VALE, Votorantim, Gerdau, InBev, JBS, Grupo 3G Capital Management, Marco Polo, Biolab Farmacêutica, e Stefanini. No Brasil, estão presentes empresas canadenses como a Bombardier (transportes ferroviários), Brookfield (vários ramos, sobretudo imobiliário), BlackBerry Limited (telecomunicações) e várias mineradoras (Kinross Gold, IAMGold e outras).

Em dezembro de 2014, o Governo federal canadense aprovou a aquisição da rede de "fast food" Tim Hortons (a maior do Canadá; verdadeiro ícone corporativo do país) pela empresa americana Burger King (controlada pelo fundo brasileiro 3G Capital Management), por US\$ 12,5 bilhões. A firma daí resultante passou a ser a terceira maior do setor no mundo, com vendas anuais estimadas em US\$ 23 bilhões.



CRONOLOGIA HISTÓRICA DO CANADÁ

ANO	Eventos
1812	Invasão pelos Estados Unidos; guerra termina com vitória britânica
1867	Criada a Confederação do Canadá; política externa permanece sob controle britânico
1896	Descoberta de ouro
1902	Canadá participa da II Guerra dos Boers, na África do Sul, ao lado dos ingleses
1914	I Guerra Mundial: apoio aos britânicos estimula nacionalismo no Quebec francês
1920	Primeiras descobertas de petróleo na região Norte do país
1929	Crise econômica provoca restrições à imigração de origem asiática
1931	Estatuto de Westminster estabelece soberania do Canadá sobre suas relações externas
1942	II Guerra Mundial; forças canadenses participam do desembarque na Normandia
1949	Canadá é membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
1954	Levantadas barreiras à imigração chinesa e ampliado o acesso de imigrantes ao país
1956	Na crise de Suez, Canadá apoia esforços de paz e criação dos “boinas azuis” da ONU
1964	Suprimidas leis que restringiam a imigração baseada em critérios étnicos
1969	Francês torna-se língua oficial no país, ao lado do inglês
1970	Atentados terroristas praticados pelo <i>Front de Libération du Québec</i>
1974	Aumenta a pesquisa e a produção de petróleo e gás
1975	Após reunião de Rambouillet, forma-se o G7, com participação do Canadá
1980	Maioria do Quebec rejeita a independência da província em plebiscito
1982	Suprimidos direitos remanescentes do Reino Unido pelo “Canada Act”
1982	Constituição reconhece três grupos indígenas: “first nation”, inuit (esquimós) e métis.
1987	Tentativa de maior autonomia para províncias; conflitos em reservas indígenas
1987	Criada Área de Livre Comércio com os EUA
1989	Ingresso na Organização dos Estados Americanos (OEA)
1994	Entra em vigor o NAFTA, área de livre comércio da América do Norte
1995	Plebiscito decide manter, por estreita margem, o Quebec parte do Canadá
2001	Canadá envia tropas ao Afeganistão
2002	Canadá envia tropas ao Iraque
2006	Eleições dão vitória ao Partido Conservador (reeleição em 2008)
2007	Elevação dos preços do petróleo valoriza “areias betuminosas” da região



	de Alberta
2011	Canadá participa da coalização da OTAN na Líbia
2011	Nova vitória do Partido Conservador nas eleições, desta vez com maioria parlamentar.
2012	Canadá rompe relações diplomáticas com o Irã

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1866	Abertura do primeiro escritório comercial do Canadá no Brasil
1876	Visita (não oficial) do Imperador Dom Pedro II ao Canadá
1896	No dia 15 de setembro, o navio Moravia partiu do porto de Montreal com destino a Santos, levando a bordo quase 500 moradores daquela cidade, recrutados como imigrantes pelo estado de São Paulo.
1941	O Brasil abre missão diplomática em Ottawa. O primeiro Embaixador do Brasil no Canadá foi João Alberto Lins de Barros.
1944	Abertura da Embaixada do Canadá no Brasil. Jean Désy foi o primeiro Embaixador do Canadá no Brasil.
1996	Contencioso Brasil-Canadá (Embraer-Bombardier) na Organização Mundial do Comércio (OMC)
1998	Visita do Primeiro-Ministro canadense Jean Chrétien ao Brasil
2001	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Canadá
2004	Visita do Primeiro-Ministro canadense Paul Martin ao Brasil
2011	Visita do Primeiro-Ministro canadense Stephen Harper ao Brasil
2012	Visita do Governador-Geral do Canadá, David Johnston, ao Brasil

ACORDOS BILATERAIS

EM VIGOR

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Tratado de Comércio	17/10/1941	17/04/1943	15/05/1943
Convênio Cultural	24/05/1944	24/05/1944	05/07/1944
Acordo de Radioamadorismo	01/02/1972	01/02/1972	25/02/1972
Acordo de Cooperação Técnica	02/04/1975	06/01/1976	28/01/1976
Ajuste sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Econômica Comercial	28/06/1976	28/06/1976	16/08/1976
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Renda	04/07/1984	23/12/1985	27/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo	04/09/1984	04/09/1984	21/02/1985



de Cooperação Técnica de 02/04/75, que dispõe sobre Cooperação Técnica em Comunicações e Programas Especiais			
Ajuste Complementar sobre um Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Inspetores Federais de Carne e de Classificadores de Carcaças no Brasil	23/05/1985	23/05/1985	18/07/1985
Ajuste Complementar que Dispõe sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos e nas Técnicas de Pesquisas na Área de Plantio Direto, ao Acordo de Cooperação Técnica de 02 de abril de 1975	28/05/1985	28/05/1985	01/07/1985
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros no Estabelecimento e na Operação de um Sistema Computadorizado de Dados de Solos para o Estado de São Paulo	30/05/1985	30/05/1985	15/07/1985
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos de Pesquisa Zootécnica Relacionada com o Gado de Leite	30/05/1985	30/05/1985	09/07/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, para o Aperfeiçoamento de Especialistas Brasileiros na Área Médica em Tratamento de Câncer	23/04/1986	23/04/1986	06/05/1986
Acordo sobre Transporte Aéreo	15/05/1986	26/07/1990	09/03/1990
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica	22/10/1986	22/10/1986	20/11/1986



para o Aperfeiçoamento de Auditores Fiscais Brasileiros por Meio de Sistemas Computadorizados			
Ajuste Complementar sobre o Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Especialistas Brasileiros na Produção de Batatas Sementes	05/11/1986	05/11/1986	28/11/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, sobre um Projeto de Cooperação Técnica para a realização Conjunta de Pesquisa e Treinamento na Área de Carnes Mecanicamente Desossadas	16/12/1986	16/12/1986	22/01/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Relativo a Projeto para aprimorar os Processos de Tomada de Decisões nas Áreas de Política, Economia e Administração Mineral no Brasil	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Relativo ao Desenvolvimento da Mineração de Ouro em Pequena Escala no Brasil	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica de 02/04/75, relativo a Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento do Setor de Mineração no Estado da Bahia	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 02/04/75, Relativo a Projeto de Cooperação Técnica para prover Treinamento e Consultoria nas Áreas de Mobiliário e Madeira	25/07/1988	25/07/1988	16/12/1988
Ajuste Complementar Relativo a Projeto de Cooperação Técnica	21/12/1990	21/12/1990	21/01/1991



para contribuir para Melhoria da Eficiência e da Produtividade das Indústrias de Processamento de Alimentos da Região Nordeste do Brasil			
Ajuste Complementar Relativo a Projeto de Cooperação Técnica para contribuir para o Atendimento das Necessidades das Instituições Brasileiras que se dedicam à Melhoria da Produtividade dos Setores Público e Privado, principalmente na Região Nordeste do Brasil.	21/12/1990	21/12/1990	21/01/1991
Tratado sobre Transferência de Presos	15/07/1992	16/05/1998	15/04/1998
Acordo de Co-Produção Audiovisual	27/01/1995	05/01/1999	02/03/1999
Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal	27/01/1995	01/11/2008	23/01/2009
Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	22/05/1995	22/04/1997	27/05/1998
Ajuste Complementar Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, para a Implementação de Projetos nos Domínios Circunscritos pelas Políticas de Cooperação Técnica dos Dois Países	22/04/1997	22/04/1997	
Ajuste Administrativo Relativo ao Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	22/04/1997	22/04/1997	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Canadá para Implementar o Projeto ``Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações ``	23/05/2006	23/05/2006	02/06/2006
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do	17/11/2008		28/10/2010



Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação			
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá	08/08/2011	01/08/2014	25/07/2014
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec	26/10/2011	01/10/2016	15/06/2016

EM TRAMITAÇÃO

TÍTULO	DATA ASSINATURA	INSTÂNCIA
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo	08/08/2011	Casa Civil

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS**Tabela I – Principais Indicadores Socioeconômicos do Canadá**

Principais indicadores socioeconômicos do Canadá

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,22%	2,47%	1,18%	1,45%	1,91%
PIB nominal (US\$ trilhões)	1,84	1,78	1,55	1,46	1,53
PIB nominal "per capita" (US\$)	52.345	50.252	43.332	40.409	41.921
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,53	1,60	1,63	1,67	1,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	43.679	44.990	45.553	46.199	47.307
População (milhões de habitantes)	35,10	35,50	35,83	36,19	36,51
Desemprego (%)	7,10%	6,93%	6,89%	7,26%	7,43%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,96%	1,92%	1,30%	1,40%	2,01%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,15%	-2,28%	-3,31%	-3,54%	-2,98%
Câmbio (C\$ / US\$) ⁽²⁾	1,06	1,16	1,38	1,30	1,20

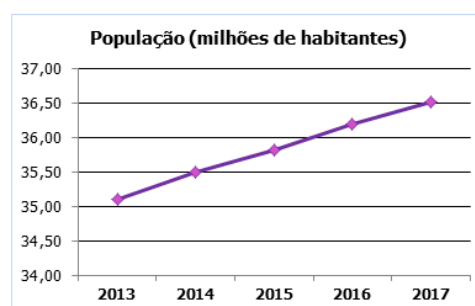
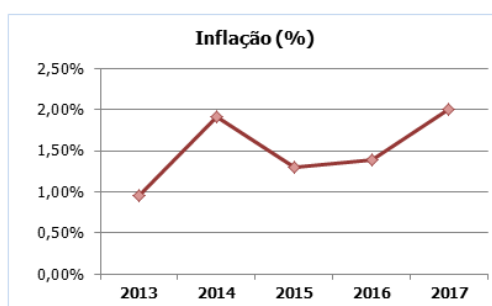
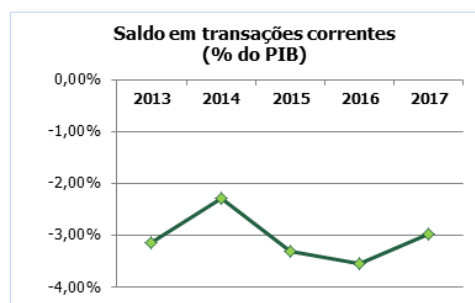
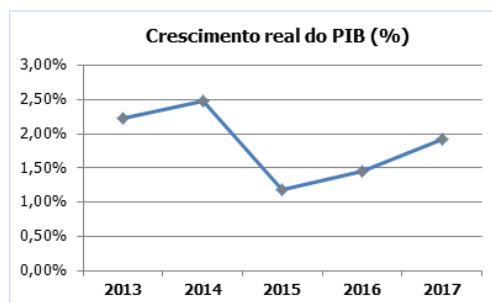
Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	1,6%
Indústria	28,4%
Serviços	70,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

**Tabela II – Evolução do Comércio Global do Canadá**

Evolução do comércio exterior do Canadá
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	388	7,7%	350	0,0%	738	3,9%	38
2007	420	8,2%	381	8,7%	801	8,4%	39
2008	456	8,5%	409	7,4%	864	8,0%	47
2009	315	-30,8%	321	-21,4%	636	-26,4%	-6
2010	387	22,7%	392	22,1%	779	22,4%	-6
2011	450	16,5%	451	14,9%	901	15,7%	0
2012	454	0,8%	462	2,6%	916	1,7%	-8
2013	457	0,6%	462	-0,1%	918	0,2%	-5
2014	474	3,7%	463	0,3%	937	2,0%	11
2015	407	-14,0%	419	-9,6%	826	-11,8%	-12
Var. % 2006-2015	4,9%	--	19,6%	--	11,9%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

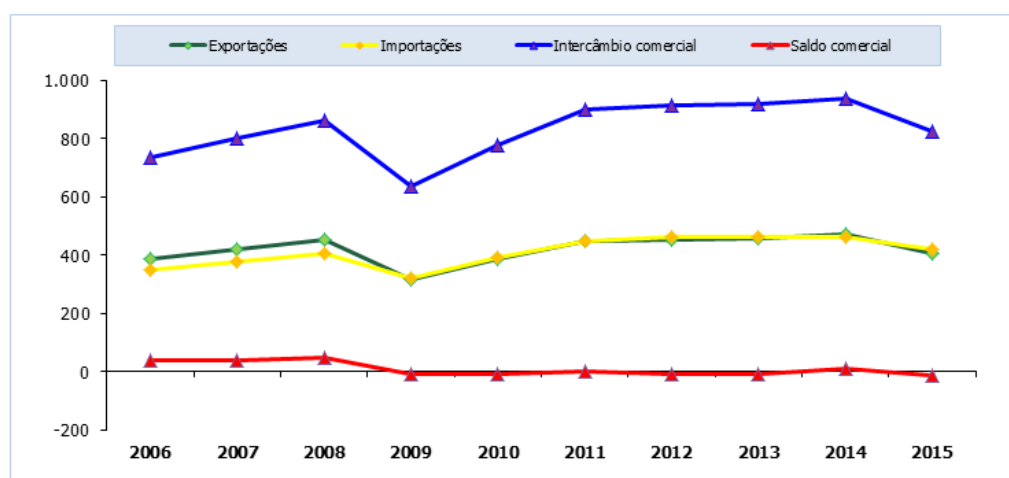


Tabela III – Direção das Exportações do Canadá para o Mundo



Direção das exportações do Canadá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	312,1	76,7%
China	15,8	3,9%
Reino Unido	12,5	3,1%
Japão	7,6	1,9%
México	5,1	1,3%
Índia	3,3	0,8%
Coreia do Sul	3,2	0,8%
Hong Kong	3,1	0,8%
Alemanha	2,8	0,7%
Países Baixos	2,8	0,7%
...		
<i>Brasil (13ª posição)</i>	<i>1,8</i>	<i>0,4%</i>
Subtotal	370,0	90,9%
Outros países	37,1	9,1%
Total	407,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais destinos das exportações

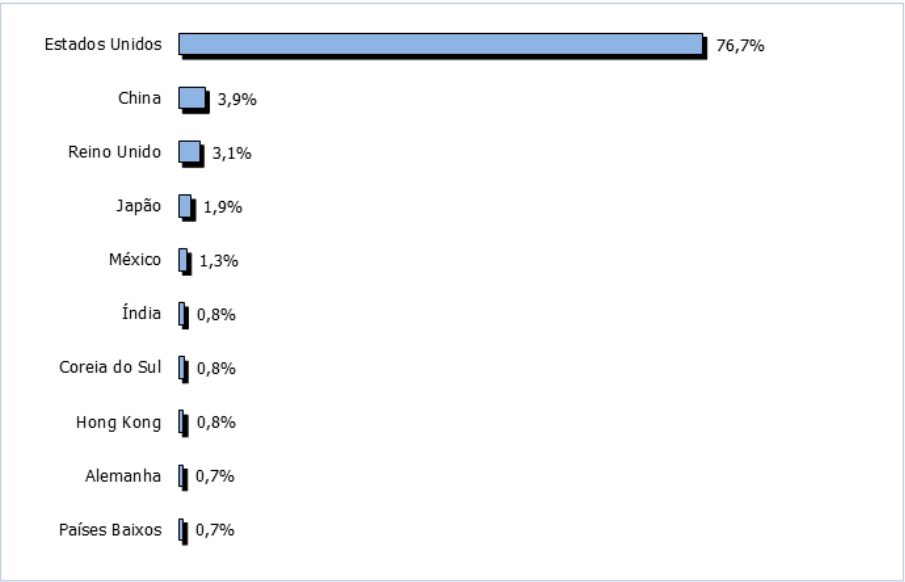


Tabela IV – Origem das Importações do Mundo para o Canadá



Origem das importações do Canadá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	223,0	53,2%
China	51,3	12,2%
México	24,4	5,8%
Alemanha	13,6	3,2%
Japão	11,6	2,8%
Reino Unido	7,2	1,7%
Coreia do Sul	6,2	1,5%
Itália	5,8	1,4%
França	5,3	1,3%
Taiwan	4,3	1,0%
...		
<i>Brasil (15ª posição)</i>	<i>2,9</i>	<i>0,7%</i>
Subtotal	355,6	84,9%
Outros países	63,2	15,1%
Total	418,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais origens das importações

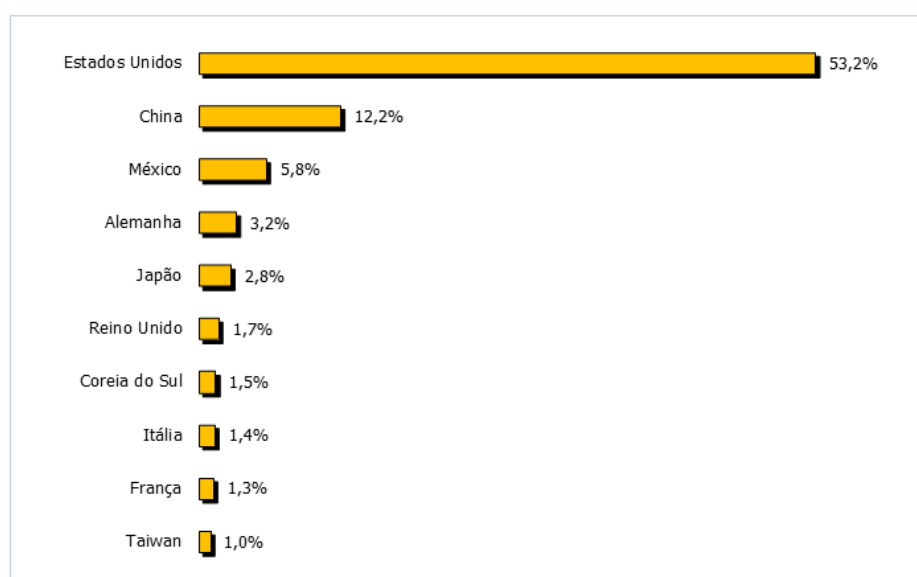


Tabela V – Composição das Exportações do Canadá para o Mundo



Composição das exportações do Canadá
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	77,5	19,0%
Automóveis	60,1	14,8%
Máquinas mecânicas	31,0	7,6%
Ouro e pedras preciosas	17,9	4,4%
Máquinas elétricas	13,2	3,2%
Plásticos	12,5	3,1%
Aviões	12,3	3,0%
Madeira	11,8	2,9%
Alumínio	8,2	2,0%
Papel	7,7	1,9%
Subtotal	252,2	61,9%
Outros	154,9	38,1%
Total	407,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

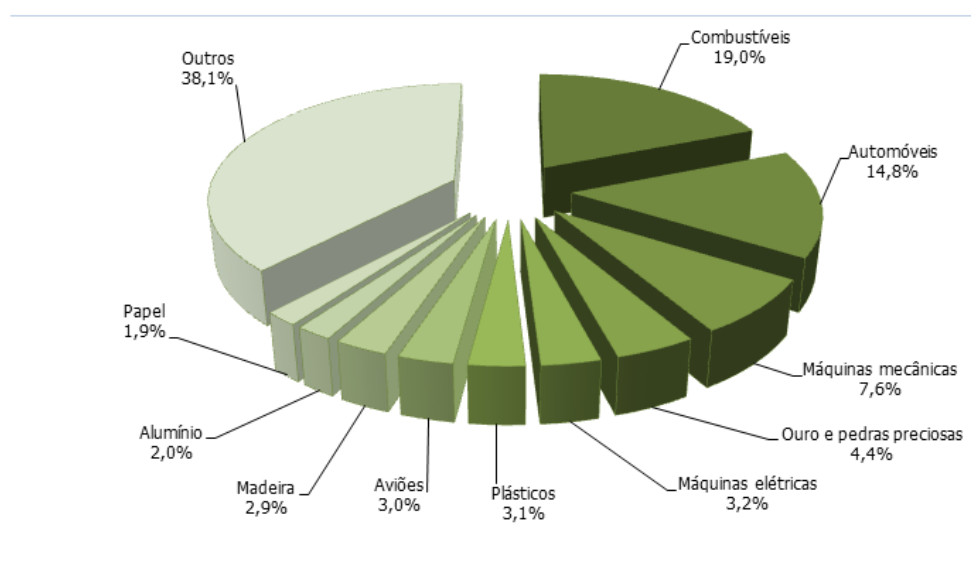


Tabela VI – Composição das Importações Globais do Canadá



Composição das importações do Canadá
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Automóveis	66,8	16,0%
Máquinas mecânicas	63,2	15,1%
Máquinas elétricas	41,3	9,9%
Combustíveis	29,7	7,1%
Plásticos	15,0	3,6%
Instrumentos de precisão	12,2	2,9%
Farmacêuticos	11,4	2,7%
Ouro e pedras preciosas	10,9	2,6%
Obras de ferro ou aço	9,8	2,3%
Aviões	8,8	2,1%
Subtotal	269,0	64,2%
Outros	149,8	35,8%
Total	418,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos importados

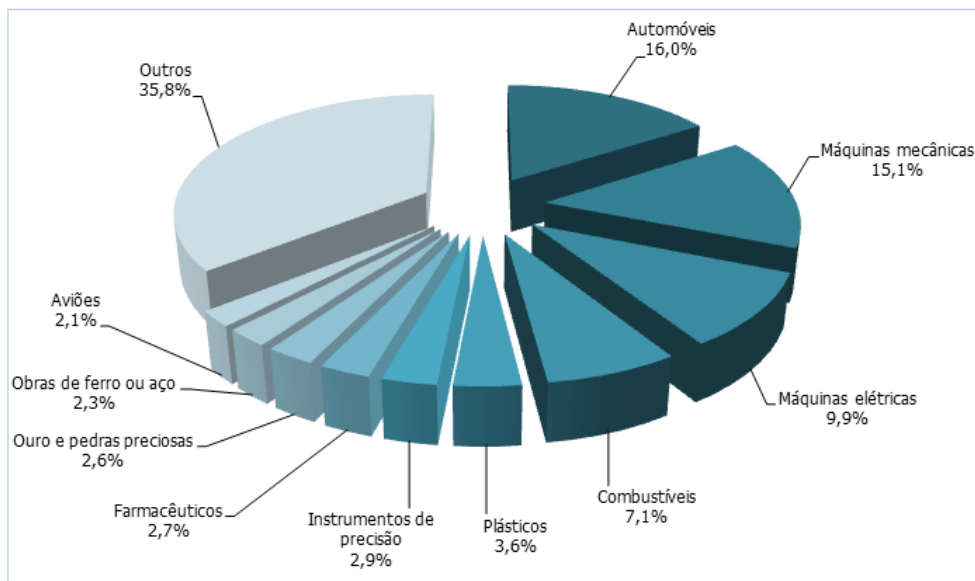


Tabela VII – Evolução do Intercâmbio Brasil-Canadá



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Canadá
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	2.281	17,1%	1,66%	1.194	17,2%	1,31%	3.475	17,1%	1,52%	1.087
2007	2.362	3,6%	1,47%	1.708	43,1%	1,42%	4.070	17,1%	1,45%	653
2008	1.866	-21,0%	0,94%	3.210	87,9%	1,86%	5.077	24,7%	1,52%	-1.344
2009	1.712	-8,3%	1,12%	1.602	-50,1%	1,25%	3.314	-34,7%	1,18%	110
2010	2.321	35,6%	1,15%	2.714	69,4%	1,49%	5.035	51,9%	1,31%	-393
2011	3.130	34,8%	1,22%	3.556	31,0%	1,57%	6.686	32,8%	1,39%	-427
2012	3.080	-1,6%	1,27%	3.074	-13,6%	1,38%	6.154	-8,0%	1,32%	6
2013	2.702	-12,3%	1,12%	3.002	-2,3%	1,25%	5.703	-7,3%	1,18%	-300
2014	2.316	-14,3%	1,03%	2.713	-9,6%	1,18%	5.029	-11,8%	1,11%	-398
2015	2.363	2,0%	1,24%	2.421	-10,8%	1,41%	4.784	-4,9%	1,32%	-59
2016 (jan-abr)	669	-10,7%	1,20%	636	-17,9%	1,49%	1.306	-14,4%	0,36%	33
Var. % 2006-2015	3,6%		--	102,8%		--	37,7%		--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

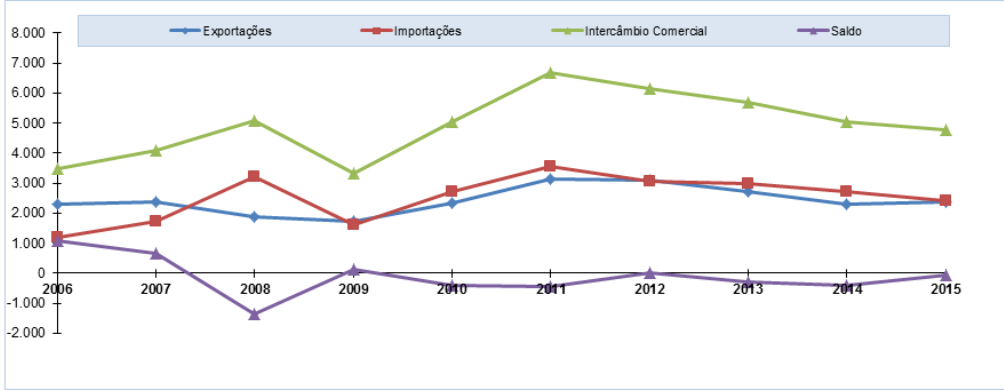


Tabela VIII – Participação do Brasil no Comércio Global do Canadá



Part. % do Brasil no comércio do Canadá
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para o Canadá (X1)	3.130	3.080	2.702	2.316	2.363	-24,5%
Importações totais do Canadá (M1)	450.580	462.366	461.764	463.029	418.801	-7,1%
Part. % (X1 / M1)	0,69%	0,67%	0,59%	0,50%	0,56%	-18,8%
Importações do Brasil originárias do Canadá (M2)	3.556	3.074	3.002	2.713	2.421	-31,9%
Exportações totais do Canadá (X2)	450.430	454.099	456.605	473.557	407.140	-9,6%
Part. % (M2 / X2)	0,79%	0,68%	0,66%	0,57%	0,59%	-24,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Canadá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

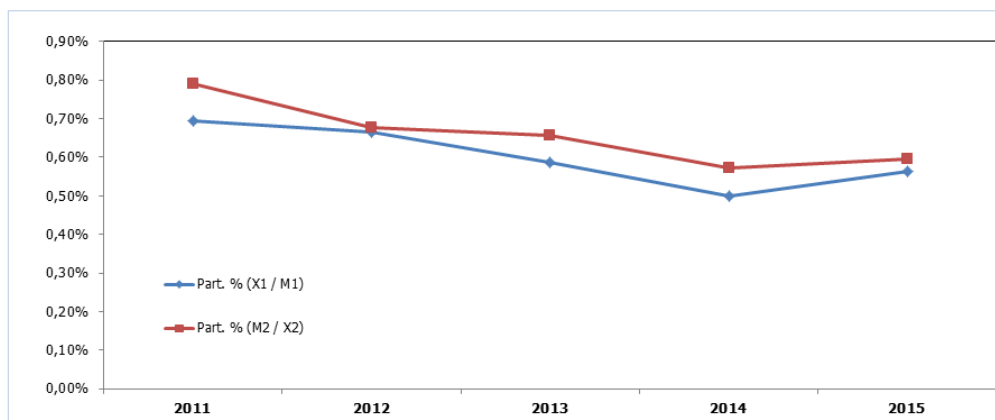
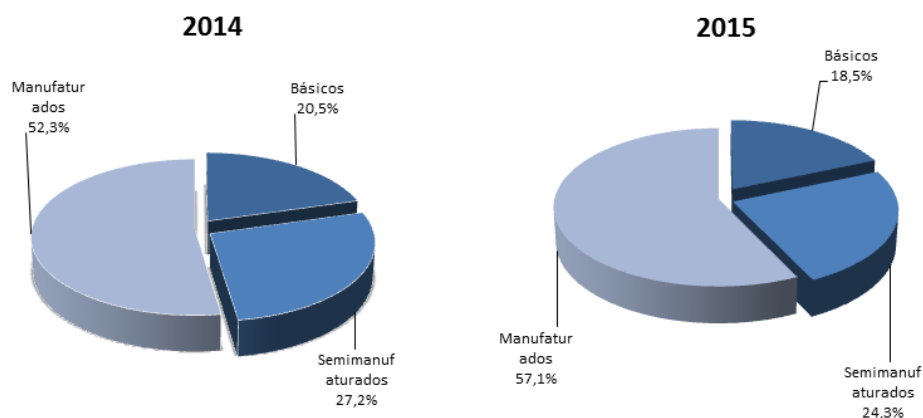
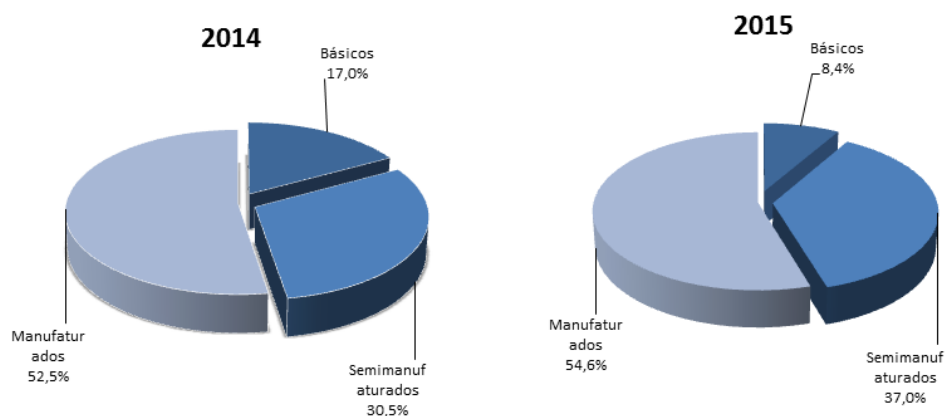


Tabela IX – Exportações e Importações Brasil-Canadá por Fator Agregado



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**US\$ milhões****Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras⁽¹⁾****Importações Brasileiras**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

Tabela X – Composição das Exportações do Brasil para o Canadá

Composição das exportações brasileiras para o Canadá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	576	21,3%	640	27,6%	738	31,2%
Açúcar	432	16,0%	343	14,8%	255	10,8%
Ouro e pedras preciosas	199	7,4%	198	8,6%	225	9,5%
Café	88	3,3%	141	6,1%	140	5,9%
Máquinas mecânicas	160	5,9%	151	6,5%	130	5,5%
Ferro e aço	67	2,5%	103	4,4%	127	5,4%
Combustíveis	580	21,5%	147	6,3%	113	4,8%
Aviões	14	0,5%	5	0,2%	104	4,4%
Minérios	86	3,2%	97	4,2%	79	3,3%
Máquinas elétricas	79	2,9%	62	2,7%	46	1,9%
Subtotal	2.281	84,4%	1.887	81,5%	1.957	82,8%
Outros produtos	421	15,6%	429	18,5%	406	17,2%
Total	2.702	100,0%	2.316	100,0%	2.363	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

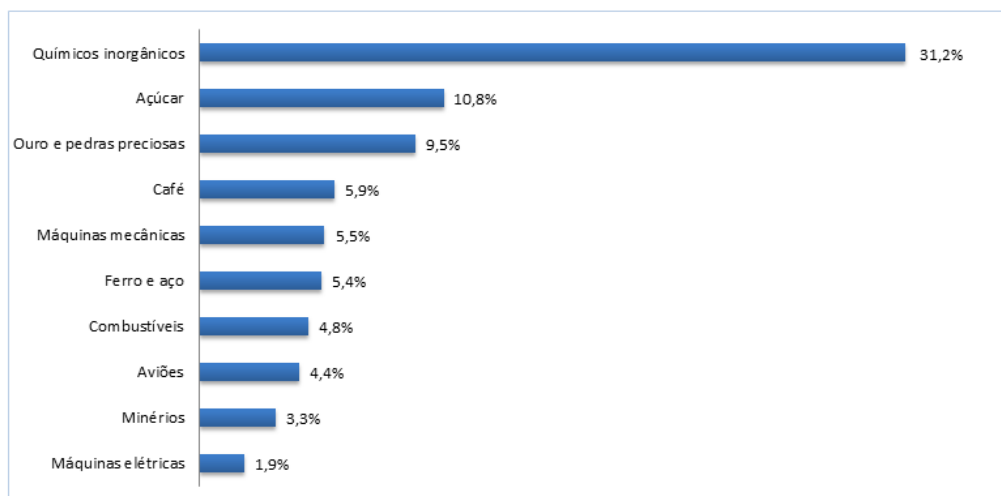


Tabela XI – Composição das Importações do Canadá para o Brasil



Composição das importações brasileiras originárias do Canadá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alubos	1.039	34,6%	772	28,5%	850	35,1%
Máquinas mecânicas	412	13,7%	327	12,1%	304	12,6%
Aviões	117	3,9%	221	8,1%	260	10,7%
Farmacêuticos	44	1,5%	76	2,8%	148	6,1%
Combustíveis	284	9,5%	289	10,7%	147	6,1%
Máquinas elétricas	129	4,3%	87	3,2%	100	4,1%
Papel	170	5,7%	161	5,9%	98	4,0%
Plásticos	119	4,0%	107	3,9%	93	3,8%
Instrumentos de precisão	70	2,3%	58	2,1%	53	2,2%
Automóveis	133	4,4%	104	3,8%	51	2,1%
Subtotal	2.517	83,9%	2.202	81,2%	2.104	86,9%
Outros produtos	485	16,1%	511	18,8%	317	13,1%
Total	3.002	100,0%	2.713	100,0%	2.421	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015

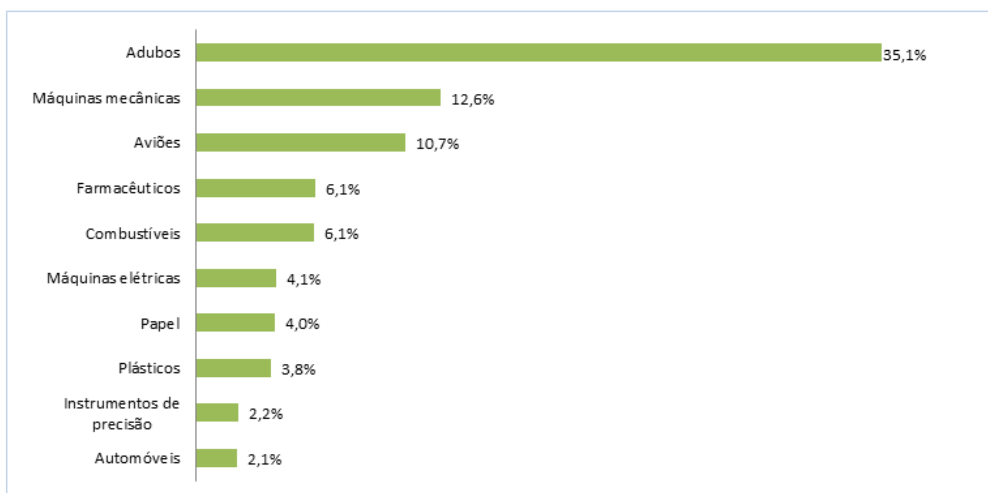


Tabela XII – Composição do Intercâmbio Brasil-Canadá (dados parciais - 2016)



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Químicos inorgânicos	264	35,2%	213	31,8%	Químicos inorgânicos 31,8%
Ouro e pedras preciosas	63	8,4%	138	20,6%	Ouro e pedras preciosas 20,6%
Máquinas mecânicas	60	8,0%	44	6,6%	Máquinas mecânicas 6,6%
Açúcar	45	6,0%	41	6,1%	Açúcar 6,1%
Café	43	5,7%	37	5,5%	Café 5,5%
Minérios	18	2,4%	21	3,1%	Minérios 3,1%
Máquinas elétricas	17	2,3%	20	3,0%	Máquinas elétricas 3,0%
Ferro e aço	41	5,5%	17	2,5%	Ferro e aço 2,5%
Químicos orgânicos	10	1,3%	11	1,6%	Químicos orgânicos 1,6%
Obras de pedra, gesso, cimento	13	1,7%	11	1,6%	Obras de pedra, gesso, cimento 1,6%
Subtotal	574	76,6%	553	82,6%	
Outros produtos	175	23,4%	116	17,4%	
Total	749	100,0%	669	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Adubos	166	21,4%	197	31,0%	Adubos 31,0%
Farmacêuticos	31	4,0%	177	27,8%	Farmacêuticos 27,8%
Máquinas mecânicas	115	14,8%	86	13,5%	Máquinas mecânicas 13,5%
Combustíveis	79	10,2%	23	3,6%	Combustíveis 3,6%
Papel	38	4,9%	21	3,3%	Papel 3,3%
Plásticos	35	4,5%	19	3,0%	Plásticos 3,0%
Máquinas elétricas	30	3,9%	19	3,0%	Máquinas elétricas 3,0%
Instrumentos de precisão	21	2,7%	13	2,0%	Instrumentos de precisão 2,0%
Aviões	135	17,4%	11	1,7%	Aviões 1,7%
Hortalças	2	0,3%	6	0,9%	Hortalças 0,9%
Subtotal	652	84,1%	572	89,9%	
Outros produtos	123	15,9%	64	10,1%	
Total	775	100,0%	636	100,0%	



Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente**SENADO FEDERAL****OFÍCIO Nº S/21, de 2016**

(Nº 1.177/2016, na origem)

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes
74160-900 – Brasília – DF

Assunto: Envio de Relatório de Gestão de 2015 do ICMBio

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

1. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

2. A Lei nº 9.985, de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, no artigo nº 51, estabelece que o Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País.



3. Em 2015, o Acórdão nº 1206/15, do Tribunal de Contas da União, determinou ao ICMBio a elaboração e a entrega do relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País para a apreciação do Congresso Nacional.

4. Nesse contexto, o ICMBio encaminha o anexo Relatório de Gestão de 2015, que pretende mostrar ao Congresso Nacional e, conseqüentemente à sociedade brasileira o conjunto das ações desenvolvidas, visando ao cumprimento de sua missão institucional, qual seja a de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

Respeitosamente,



SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente





Relatório de Gestão 2015

Foto da capa: Acervo Flona Carajás



República Federativa do Brasil**Presidenta**

Dilma Vana Rousseff

Vice-presidente

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministra do Meio Ambiente

Izabella Monica Vieira Teixeira

Presidentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Roberto Ricardo Vizontin

Cláudio Carrera Maretti

Diretores de Planejamento, Administração e Logística

Anna Flávia de Senna Franco

Rogério Guimarães

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Sérgio Brant Rocha

Diretores de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação

João Arnaldo Novaes Júnior

Renato José Rivaben de Sales

Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

Marcelo Marcelino de Oliveira





Foto:Rubens Matsushita

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio



Organização do material

Gabinete da Presidência

Revisão

Fernanda Oliveto

Projeto gráfico/Diagramação

Bruno Bimbato - DCOM

Celise Duarte - DCOM

Narayanne Miranda - DCOM

 Relatório de Gestão - 2015

Sumário

17	Pesquisa e monitoramento da biodiversidade	
31	Manejo para conservação	
49	Populações tradicionais, consolidação territorial e gestão socioambiental	
67	Criação, planejamento e avaliação de unidades de conservação	
91	Gestão de pessoas	
99	Planejamento operacional e orçamento	
104	Finanças e arrecadação	
111	Administração e tecnologia da informação	



Siglas

ACADEBio – Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
AGU – Advocacia-Geral da União
APA – Área de Proteção Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
Arpa – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CCDRU – Contratos de Concessão de Direito Real de Uso
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CR – Coordenação Regional
Deter – Detecção de Desmatamento em Tempo Real
Encea – Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação
Esec – Estação Ecológica
Flona – Floresta Nacional
Funai – Fundação Nacional do Índio
GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente
GDAEM – Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN – Instrução Normativa
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTur – Ministério do Turismo
MMA – Ministério do Meio Ambiente
Mona – Monumento Natural
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAN – Plano de Ação Nacional
Parna – Parque Nacional
PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PM – Plano de Manejo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
PPA – Plano Plurianual



PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais
Prodes – Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REB – Relação de Extrativistas Beneficiários
Rebio – Reserva Biológica
Resex – Reserva Extrativista
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS – Refúgio de Vida Silvestre
Sisbio – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SMI – Sala de Monitoramento e Informações Ambientais
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação



Tabelas

Tabela 1. Número de espécies avaliadas, por grupo taxonômico

Tabela 2. Total de espécies ameaçadas, por grupo taxonômico

Tabela 3. Número de famílias cadastradas por UC

Tabela 4. Subsídios resultantes do cadastramento que são utilizados no processo de definição do perfil de família beneficiária da Resex Marinha de Soure

Tabela 5. Número de CCDRU por UF

Tabela 6. Unidades de conservação federais de posse e domínio públicos

Tabela 7. Listagem dos conselhos criados e das correspondentes Portarias de instituição

Tabela 8. Servidores capacitados em gestão participativa

Tabela 9. Número de pessoas capacitadas em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Tabela 10. Número de projetos elaborados na formação em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Tabela 11. RPPNs criadas em 2015

Tabela 12. Planos de manejo publicados em 2015

Tabela 13. Avanços obtidos junto aos projetos especiais

Tabela 14. Número de visitantes em UCs, de 2007 a 2015

Tabela 15. Portarias de ordenamento das atividades turísticas em UCs

Tabela 16. Ações de estruturação nas UCs

Tabela 17. Desmatamento PRODES das 18 unidades de conservação com maiores valores de desmatamento

Tabela 18. Quantitativo total de servidores capacitados: 1.591

Tabela 19. EaD: Relação dos cursos prontos e em desenvolvimento

Tabela 20. Relação das comunidades de pesquisa

Tabela 21. Aposentadorias até 2015

Tabela 22. Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020

Tabela 23. Contratações e desligamentos de brigadistas em 2015

Tabela 24. Servidores do quadro efetivo por cargo

Tabela 25. Nomeações por cargo

Tabela 26. Macroprocessos selecionados para o mapeamento

Tabela 27. Evolução dos valores depositados na Caixa Econômica Federal

Tabela 28. Execução anual de compensação ambiental

Tabela 29. Evolução da execução por ação no período de 2009 a 2015

Tabela 30. Demonstrativo da estimativa e arrecadação das receitas próprias do ICMBio

Tabela 31. Análise da evolução da arrecadação no período de 2011 a 2015 por tipo de receita

Tabela 32. Resultados da Ouvidoria em 2015

Tabela 33. Resultados do SIC em 2014

Tabela 34. Resultados do SIC em 2015



Gráficos

- Gráfico 1.** Número de projetos de pesquisa para conservação e manejo da biodiversidade, de 2010 a 2015
- Gráfico 2.** Número de bolsistas e voluntários a cada Ciclo PIBIC
- Gráfico 3.** Número de participantes nos seminários de pesquisa, por ano
- Gráfico 4.** Solicitações de autorização analisadas antes do término do prazo, de 2010 a 2015
- Gráfico 5.** Tempo médio de análise de solicitações de autorização, em dias corridos, de 2010 a 2015
- Gráfico 6.** UCs com maior quantidade de autorizações Sisbio emitidas em 2015
- Gráfico 7.** Tempo para manter os dados das pesquisas sigilosos e a frequência das escolhas dos pesquisadores
- Gráfico 8.** Indivíduos registrados por grupo taxonômico verificado a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio
- Gráfico 9.** Ocorrências por grupo taxonômico verificadas a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio
- Gráfico 10.** Publicações, por tipo, a partir das informações prestadas nos relatórios recebidos por meio do Sisbio
- Gráfico 11.** Distribuição do número de autorizações emitidas, por coordenação regional
- Gráfico 12.** Número de espécies avaliadas no primeiro ciclo (valor acumulado por ano)
- Gráfico 13.** Número de oficinas realizadas por ano
- Gráfico 14.** Número de pesquisadores envolvidos no processo por ano
- Gráfico 15.** Porcentagem das espécies ameaçadas com registros em UCs
- Gráfico 16.** Número de espécies ameaçadas e número de espécies ameaçadas contempladas em PAN, por grupo taxonômico
- Gráfico 17.** Desempenho das ações estratégicas constantes nos PANs
- Gráfico 18.** Número de CCDRU por UF
- Gráfico 19.** Situação atual dos planos de manejo
- Gráfico 20.** Distribuição de planos de manejo publicados por categoria de unidade de conservação
- Gráfico 21.** Evolução do número de unidades de conservação com plano de manejo
- Gráfico 22.** Comparativo de visitação em UCs do âmbito federal e parques nacionais
- Gráfico 23.** Percentual de polígonos de desmatamento DETER com relação à localização (interior e entorno de UC)
- Gráfico 24.** Total desmatado (DETER) por UC – Comparativo anual
- Gráfico 25.** Desmatamento PRODES (total e dentro de UCs): antes e depois do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam)
- Gráfico 26.** Desmatamento PRODES - Quatro unidades de conservação respondem por quase 80% do desmatamento total em UCs
- Gráfico 27.** Tipos de infração (2015)
- Gráfico 28.** Área atingida por incêndios em unidades de conservação federais desde 2010
- Gráfico 29.** Número de brigadistas contratados em unidades de conservação
- Gráfico 30.** Período de ocorrência de incêndios
- Gráfico 31.** Distribuição total de ações de fiscalização autorizadas em 2015
- Gráfico 32.** Visitação – Acumulado de R\$ 168.202.342,70, entre 2011 a 2015
- Gráfico 33.** Arrendamento – Acumulado de R\$ 89.211.366,63, entre 2011 a 2015
- Gráfico 34.** Licenciamento – Acumulado de R\$ 168.768.590,60, entre 2011 a 2015



Figuras

Figura 1. Capa da revista Biodiversidade Brasileira

Figura 2. Tela inicial do Portal da Biodiversidade – PortalBio

Figura 3. Tela do PortalBio disponibilizando os registros de ocorrência da biodiversidade brasileira

Figura 4. Ciclo de Capacitação do Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio

Figura 5. UCs de elevada importância para espécies ameaçadas de extinção e altamente pressionadas por atividades antrópicas (tons de laranja mais escuros)

Figura 6. Distribuição geográfica de espécies ameaçadas capturadas na pesca industrial

Figura 7. Orientação para discussão do perfil das famílias beneficiárias

Figura 8. Capa do Guia dos Conselhos Gestores

Figura 9. Unidades onde ocorrem ações de educação ambiental

Figura 10. Mapa das UCs e suas interfaces territoriais

Figura 11. Alertas PREPS enviados aos chefes das unidades

Figura 12. Sistema de Voluntariado acessível pela Intranet

Figura 13. Mapa estratégico

Figura 14. Mapa estratégico



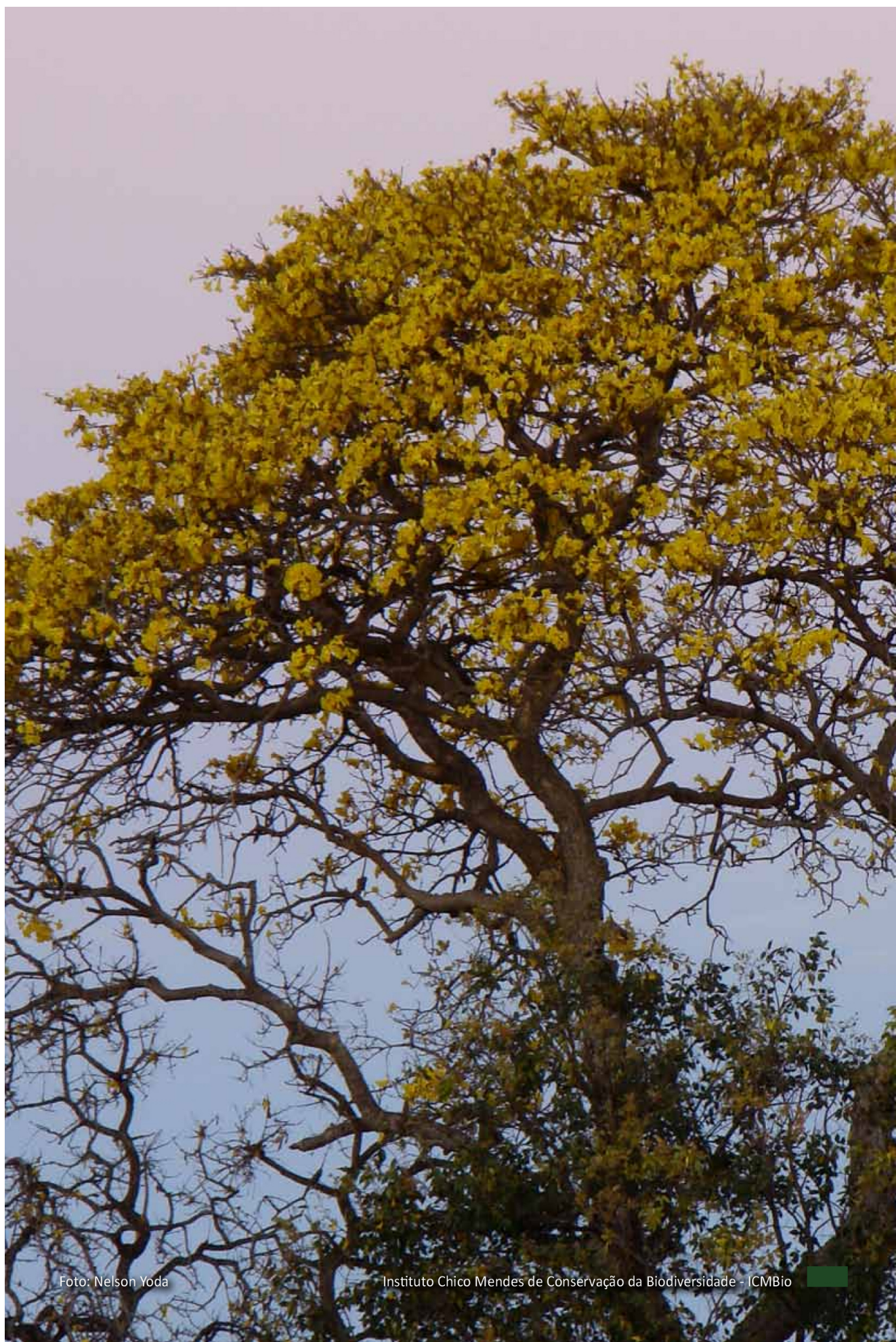
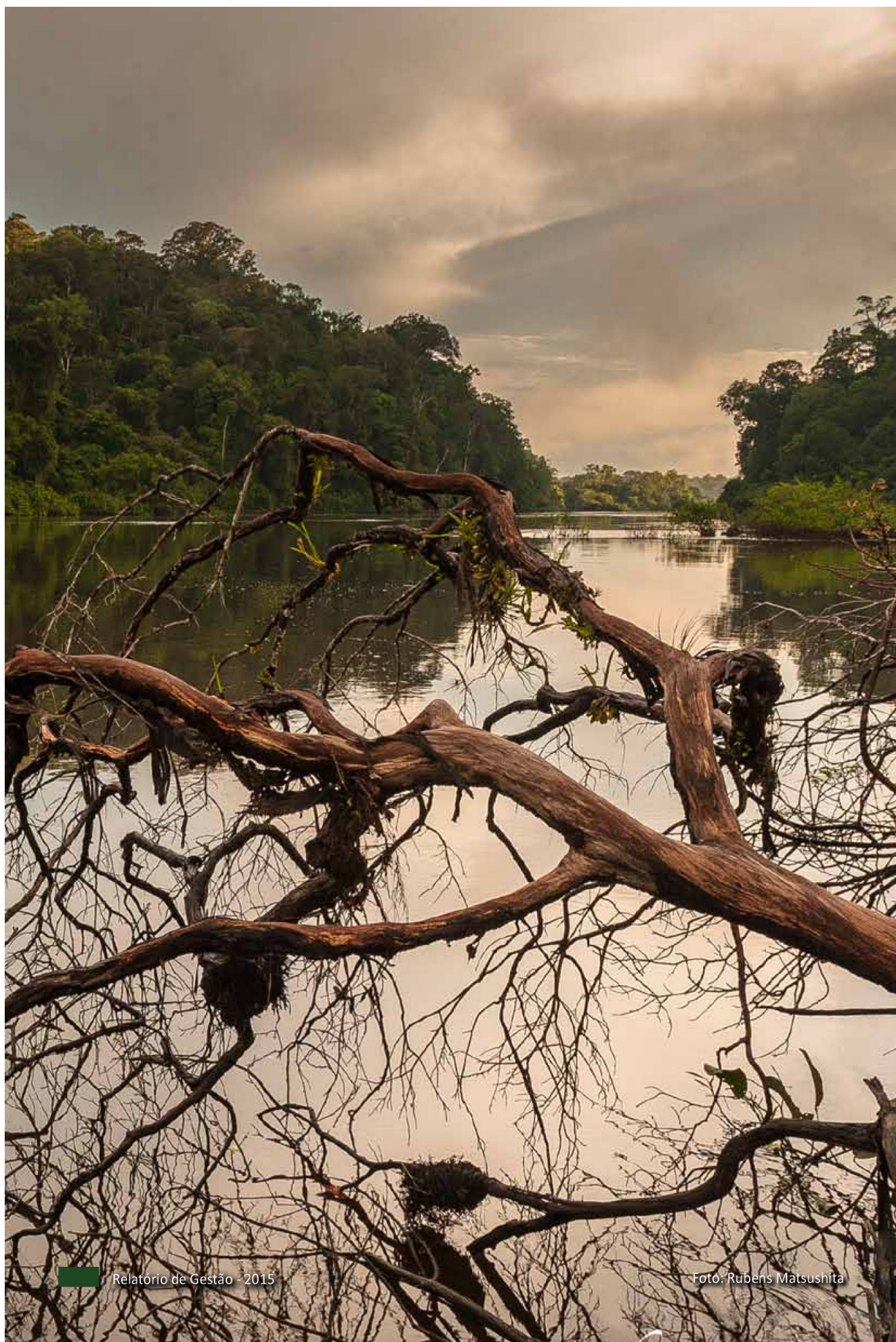


Foto: Nelson Yoda

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio





Relatório de Gestão - 2015

Foto: Rubens Matsushita



Apresentação

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio apresenta para a sociedade suas realizações no ano de 2015.

O conjunto dos servidores e o corpo diretivo trabalharam dedicadamente em 2015 para servir a sociedade e implementar um conjunto de ações que podem ser observadas no presente Relatório. Mesmo enfrentando um ano desafiador à luz dos ajustes orçamentários e dos acontecimentos políticos, procurou-se cumprir a missão de conservar a biodiversidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Buscou-se a inovação por meio de uma série de ações a serem implementadas em 2016 e a integração entre o conhecimento do Instituto, dos centros, da

academia, das comunidades locais, da ciência e do saber tradicional às diretrizes e à gestão. Trabalhou-se para consolidar as UCs, ampliar as unidades planejadas, regularizar áreas nas unidades de domínio público, além de melhorar as condições de visitação de algumas UCs e, conseqüentemente, ampliar a visitação, incrementar as pesquisas e consolidar a gestão sustentável, contribuindo para a melhoria da condição de vidas das comunidades locais extrativistas.

Além dos avanços que podem ser observados neste Relatório, o presente documento é uma forma de prestar contas à sociedade de como o ICMBio está cuidando deste valioso patrimônio que pertence a nós todos: a biodiversidade.



Introdução

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem como principais atribuições a gestão das unidades de conservação – UCs do nível federal, incluindo a proposição de novas UCs ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, e as avaliações do estado de conservação de espécies, em particular as da fauna, ameaçadas de extinção, além de coordenar ou promover planos de ação nacional para redução das suas ameaças, sempre como executor das políticas públicas definidas pelo Governo Federal por Meio do Ministério do Meio Ambiente. Assim, o ICMBio foi criado para promover maior eficiência e eficácia na implementação das ações da natureza, como citado, bem como apoiar as populações tradicionais extrativistas e promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis.

Essencialmente, sua criação possibilitou a existência de uma instituição especializada na gestão das unidades de conservação e proteção da biodiversidade, seguindo os principais exemplos no mundo. Desde sua criação, há pouco mais de oito anos, o Instituto Chico Mendes tem envidado esforços e apresentado resultados positivos na proteção das espécies ameaçadas e na gestão de unidades de conservação federais distribuídas por todos os estados da federação, por meio de atividades de proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento, entre outras, que envolvem desde o combate armado à liderança de redes de cientistas e instituições de pesquisa.

As unidades de conservação são o instrumento mais eficaz de conservação da natureza e da sua biodiversidade. Das 320 UCs geridas diretamente pelo ICMBio, uma parte significativa colabora com a proteção social. São 83 as unidades de conservação de uso sustentável destinadas à conservação da biodiversidade aliada ao uso sustentável dos recursos naturais e à manutenção do modo de vida dos povos tradicionais. Mais de 60 mil famílias de extrativistas dependem dessas UCs, e a proteção dessas áreas está relacionada diretamente com o desenvolvimento cultural e econômico das comunidades locais.

Uma parte importante dessas áreas está localizada na região Amazônica e em locais de acesso difícil, berço do movimento de luta para garantia dos territórios dos povos da floresta. Uma outra parte, abrangendo um número ainda maior de famílias, está no litoral marinho, com atenção especial às áreas como o Salgado Paraense e o litoral da Bahia.

O volume das tarefas operacionais cotidianas e de enfrentamento de situações difíceis é muito significativo, o que pode ser traduzido pelo fato de o ICMBio ser responsável pela gestão de cerca de 76 milhões de hectares (aproximadamente 9% do território brasileiro terrestre), em 320 unidades de conservação, além da supervisão de outras quase 660 reservas privadas oficialmente reconhecidas (as reservas particulares do patrimônio natural), além de 14 centros de pesquisa e conservação, 11 coordenações regionais e nove unidades avançadas de administração e finanças.

O ICMBio possui estrutura com altíssima capilaridade, sendo atualmente um dos órgãos públicos federais com maior presença permanente em municípios, atuando diretamente em mais de 1.000, em grande parte remotos, com baixo índice de desenvolvimento humano, de difícil acesso ou em áreas de fronteiras.

Por ser, em muitos casos, o único órgão público federal presente, inevitavelmente o Instituto é demandado a apoiar diversas ações que aproximem a população das políticas públicas de desenvolvimento social, justiça, saúde e educação. Tal atuação tão descentralizada requer um esforço de gestão, além de, principalmente, pessoas qualificadas para atividades específicas ligadas às unidades de conservação.

Assim, procurando superar os desafios e desempenhar com qualidade suas atribuições, o ICMBio apresenta neste Relatório os principais resultados obtidos em 2015.



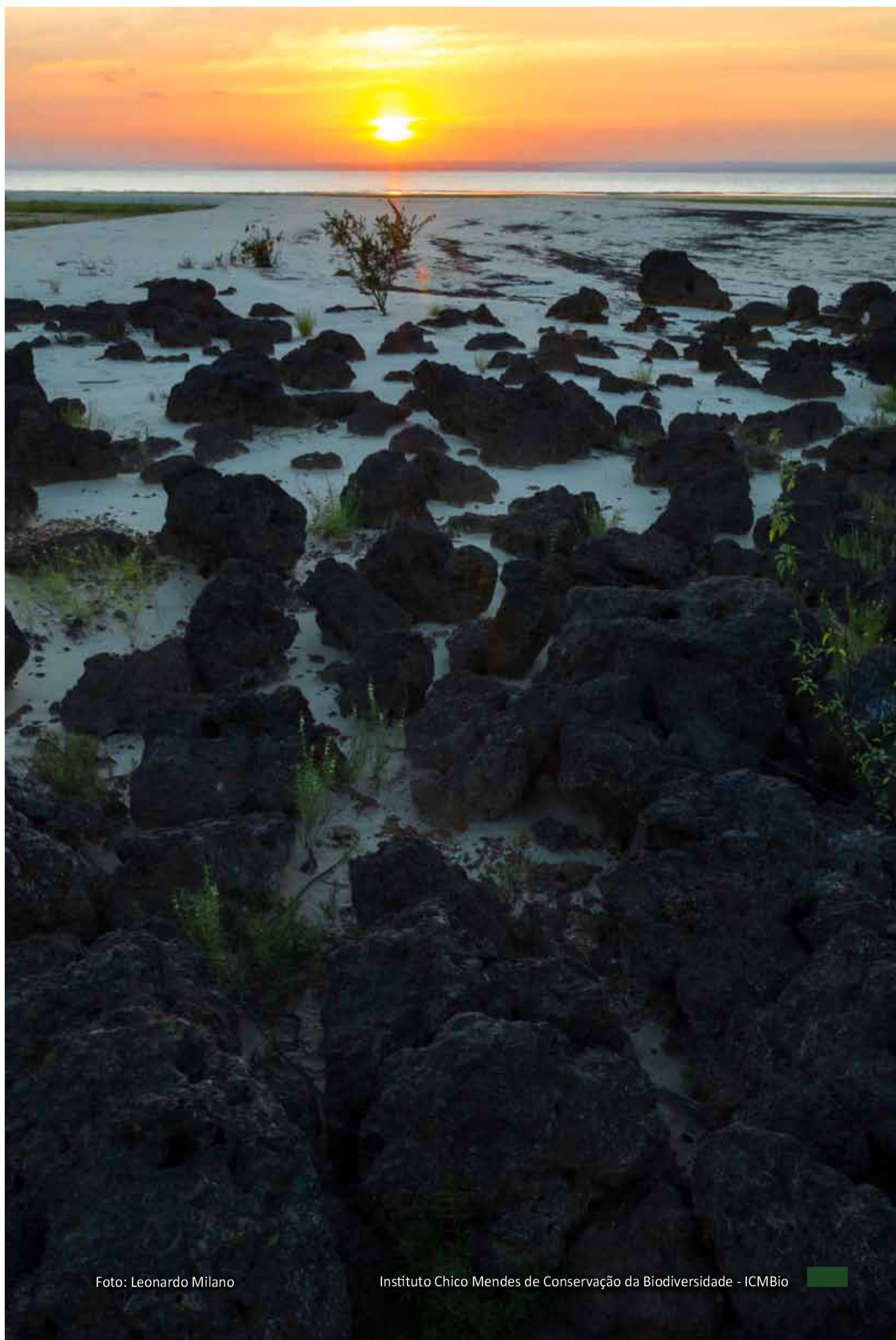


Foto: Leonardo Milano

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio





Relatório de Gestão - 2015

Foto: Néio Cruz



PESQUISA E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Fomento e execução de pesquisa para conservação da biodiversidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem como missão “fomentar e gerar conhecimento para a conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação, por meio da execução de pesquisas, para responder a demandas específicas, e por meio da geração contínua de informações sobre a biodiversidade, visando o monitoramento do seu estado de conservação”.

Para o alcance desse objetivo e, ainda, com o intuito de estimular o pensamento e o conhecimento sobre temas-chave para o manejo de unidades de conservação e a recuperação de espécies ameaçadas de extinção, o Instituto conta com a Coordenação de Apoio à Pesquisa – COAPE, que implementa diversas ações para apoiar a pesquisa, sendo esta realizada por pesquisadores do próprio ICMBio, por meio de parcerias ou mesmo por outras instituições. Abaixo destacam-se algumas dessas iniciativas:

Apoio a projetos com recursos orçamentários

Nesta linha são apoiados projetos de pesquisa propostos diretamente por técnicos do Instituto com seus parceiros. Além dos projetos, todo ano são realizados seminários coordenados pelos centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto e por unidades de conservação, que constituem importantes fóruns de compartilhamento de conhecimento e de articulação de ações.

Em 2015 a chamada restringiu-se aos projetos de pesquisa já iniciados. Foram totalizados 29 projetos, dentre os 44 avaliados, além de eventos a serem realizados.

Gráfico 1. Número de projetos de pesquisa para conservação e manejo da biodiversidade, de 2010 a 2015



Apoio a projetos com recursos de compensação ambiental

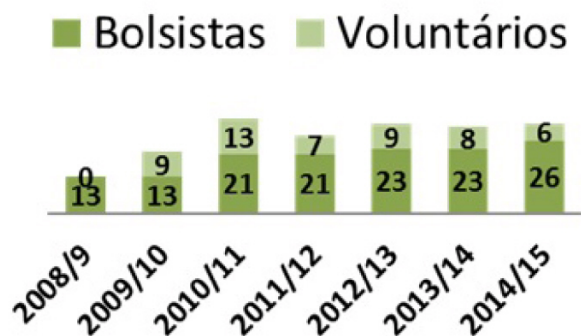
Em 2015 foram elaborados protocolo de cooperação com o CNPq, termo de cooperação e plano de trabalho para aplicação de recursos de compensação ambiental destinados à pesquisa em 2016. O ICMBio estabeleceu parceria com o CNPq para lançar editais de pesquisa objetivando a adoção de estratégias para maior internalização e sociabilização do conhecimento gerado e fortalecer a relação entre pesquisa e gestão.

Programa de Iniciação Científica – PIBIC – CNPq/ICMBio

O Programa de Iniciação Científica do ICMBio é realizado em parceria com o CNPq desde 2007, com contrapartida em bolsas pelo Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. No ano de 2015, foram concluídos os trabalhos dos 26 bolsistas e seis voluntários de iniciação científica do Ciclo PIBIC 2014/2015 (Gráfico 2). Os trabalhos foram apresentados no VII Seminário de Pesquisa e VII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio.



Gráfico 2. Número de bolsistas e voluntários a cada Ciclo PIBIC



Seminários de pesquisa

Em setembro de 2015, foi realizado o VII Seminário de Pesquisa e VII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio. O Seminário abordou o tema “Conservação e Sociedade” e teve uma participação recorde desde a sua primeira edição – ao todo foram 176 participantes (Gráfico 3).

Para fazer o evento, o ICMBio contou com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – Fap/DF (R\$ 41.500). Durante o Seminário, foram apresentados 84 trabalhos. Os anais do encontro estão disponíveis no link <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/seminarios-de-pesquisa.html>.

Revista Biodiversidade Brasileira

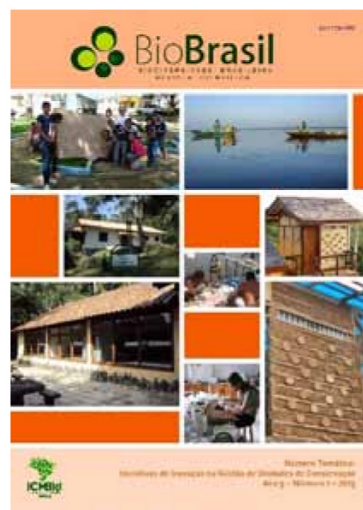
Em 2015 foi lançado o número 1 (Ano 5) da revista Biodiversidade Brasileira com o tema “Iniciativas de inovação na gestão de unidades de conservação”. Esta edição buscou valorizar algumas das experiências de inovação na gestão de unidades de conservação em diálogo direto com a conservação da biodiversidade, apresentadas no Seminário de Práticas Inovadoras, realizado em 2014, com detalhamento de métodos, resultados, discussão e com aprofundamento teórico e reflexivo sobre a contribuição para a gestão das unidades.

Gráfico 3. Número de participantes nos seminários de pesquisa, por ano



Foram abertas, ainda, três chamadas para a Revista, com os seguintes temas: (i) monitoramento de biodiversidade e gestão de unidades de conservação; (ii) manejo integrado e adaptativo do fogo em áreas protegidas; e (iii) efetividade das ações de conservação de peixes ameaçados de extinção. A edição está disponível em <http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/issue/view/36>.

Figura 1. Capa da revista Biodiversidade Brasileira



Portfólios de pesquisa

O ICMBio conta com a publicação Venha Pesquisar Conosco, lançada em 2014, que apresenta as condições para a realização de pesquisa e as linhas prioritárias, associada a *links* com informações atualizadas sobre as unidades de conservação e os centros nacionais de pesquisa e conservação. A publicação está disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/venha-pesquisar-conosco.html>. Tem-se ainda a estratégia de elaboração de portfólios regionais ou temáticos, mais detalhados.

Em 2015 foi lançado o Portfólio de Pesquisa sobre as Florestas Nacionais (Flonas) do Sul. A publicação tem como objetivos apresentar a importância das Flonas do Sul; caracterizá-las e localizá-las, bem como descrever o que oferecem ao pesquisador; e fornecer sugestões de pesquisas e indicar como contatá-las.

O destaque da publicação está na oportunidade de implementar experimentos de restauração florestal com vegetação nativa e consórcios com espécies exóticas, aproveitando ampla rede de pesquisadores na região e o *timing* da venda de pinus e eucalipto.

Projeto Estratégia para Conservação da Savana Metalófila da Floresta Nacional de Carajás – Projeto Cenários

O ICMBio participa das ações do Projeto Cenários, auxiliando no planejamento, na execução e na revisão dos produtos da equipe científica. Em março de 2015, foi realizada a Oficina de Produção de Cenários de Priorização de Áreas para a Conservação da Flona de Carajás, que gerou subsídios para uma negociação com a Vale a respeito do zoneamento da Floresta Nacional de Carajás, com a definição de zonas de conservação e zonas com mineração suspensa. Ainda em 2015, foi realizada uma reunião com a equipe científica do Projeto Cenários, que definiu fundamentos para o Plano de Pesquisa da Flona de Carajás e o planejamento das etapas finais do Projeto Cenários, cuja conclusão está prevista para outubro de 2016.

Oficina de Gestão do Conhecimento com UC do Arpa

Visando a maior integração no planejamento e na identificação de questões-chave para investigação, de modo a subsidiar as estratégias de conservação, foi realizada, em agosto de 2015, a Oficina de Gestão do Conhecimento para as Unidades de Conservação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) com Metas de Pesquisa e Monitoramento, com o objetivo de orientar o planejamento das atividades de pesquisa e monitoramento do biênio 2016–2017. Participaram da Oficina 24 gestores de UC do Arpa, representantes de 7 centros nacionais de pesquisa e conservação, além de representantes do ICMBio, Ministério do Meio Ambiente – MMA, WWF/Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ.

As orientações voltaram-se à integração das atividades de pesquisa, monitoramento e manejo, bem como a gestão do conhecimento resultante. Além das orientações para o planejamento do próximo biênio, foi traçado um plano emergencial para a execução do saldo restante dos recursos do biênio 2014–2015.

Gestão da informação

A Coordenação de Autorização e Informação Científica em Biodiversidade – COINF visa o desenvolvimento, gerenciamento e articulação de sistemas de informação e bases de dados de biodiversidade. Além de gerenciar o Sisbio (ver abaixo), coordena o Portal da Biodiversidade com o objetivo de disponibilizar à sociedade os dados de diversas bases científicas sobre biodiversidade mantidas pelo ICMBio.

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio

O Sisbio permite aos pesquisadores a solicitação, a distância, de autorizações para a realização de pesquisas e a coleta de material biológico em todo o território



nacional, sobretudo aquelas que envolvem espécies ameaçadas, pesquisa em unidades de conservação federais ou cavernas. O Sistema possibilita ao ICMBio gerir a informação resultante das pesquisas por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Instituto e que agregam sugestões de manejo e conservação para as unidades de conservação e espécies ameaçadas. Graças a seu formato automatizado, interativo e simplificado, o Sisbio melhorou significativamente o atendimento e a prestação de serviços junto aos pesquisadores e a interação entre estes e os gestores.

O Sistema opera de forma descentralizada, dando celeridade à tramitação das solicitações de autorização. Ao longo de 2015, foram concedidos, por meio do Sisbio, 2.993 documentos contemplando projetos a serem executados dentro ou fora das UCs federais, incluindo 2.249 autorizações com finalidade científica, 239 autorizações para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, 439 comprovantes de registro para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico e 66 licenças permanentes.

Considerando o período de 2007 (ano de lançamento do Sisbio) a 2015, foram emitidos 22.412 documentos, incluindo 15.998 autorizações com finalidade científica, 1.503 autorizações para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, 3.507 comprovantes de registro para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico e 1.404 licenças permanentes. Atualmente, há 43.873 pesquisadores cadastrados no Sistema.

Até o final 2015, 99,07% das solicitações de autorização foram analisadas antes do término do prazo de 45 dias úteis estipulado na Instrução Normativa nº 03/2014, que regulamenta essas atividades. A média de dias transcorridos para a análise das solicitações, considerando a manifestação de todas as UCs e centros envolvidos até o recebimento da resposta, foi de 18

dias. O aumento da média, se comparado ao ano de 2013, deve-se, principalmente, à diminuição no número de pareceristas colaboradores, sendo estes, servidores do ICMBio com especialização em determinado grupo taxonômico que analisam as solicitações de pesquisa para os quais não existe centro nacional de pesquisa e conservação específico. As providências para solução dessa questão já foram tomadas e a expectativa para 2016 é a diminuição no tempo de análise das solicitações.

Mesmo com esse leve aumento na média, os resultados, observados nos Gráficos 4 e 5, demonstram a eficiência e o comprometimento do Instituto na prestação de um relevante serviço à comunidade científica brasileira e com a geração de conhecimento sobre a biodiversidade.

Gráfico 4. Solicitações de autorização analisadas antes do término do prazo, de 2010 a 2015

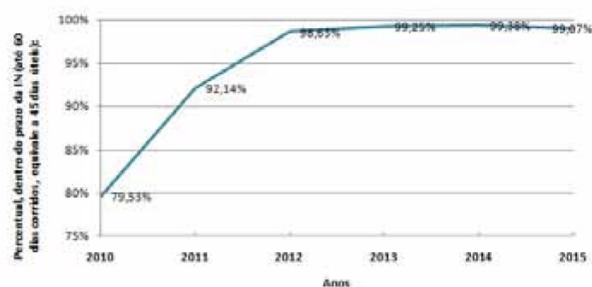
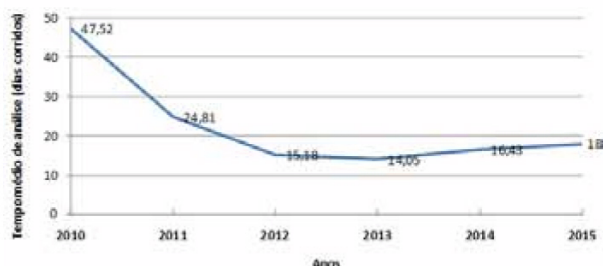


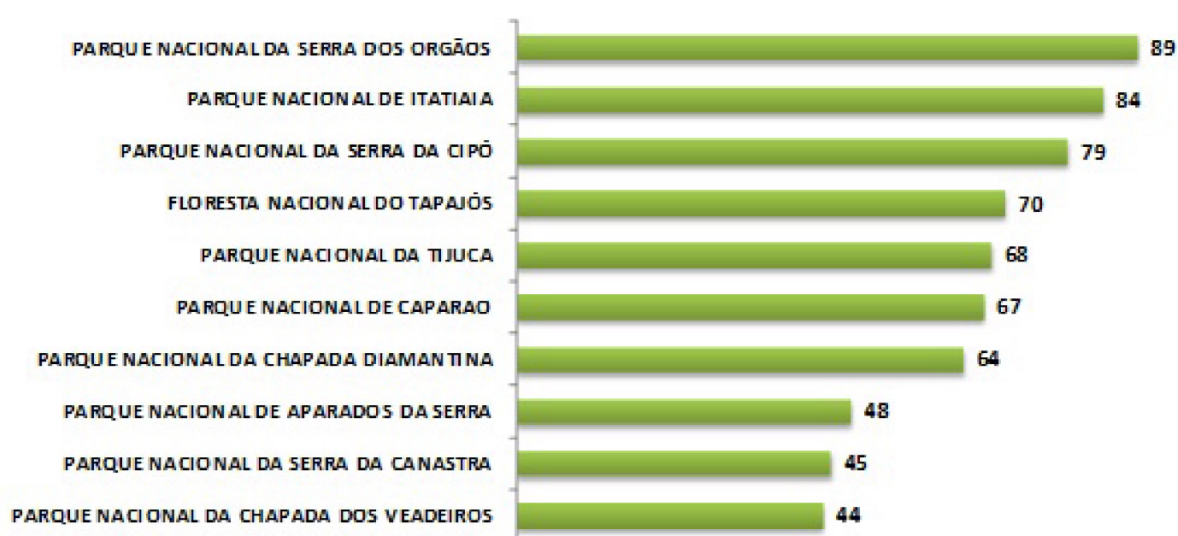
Gráfico 5. Tempo médio de análise de solicitações de autorização, em dias corridos, de 2010 a 2015



Pesquisas em unidades de conservação federais

Em 2015 foram autorizados 1.453 projetos de pesquisa científica em UCs federais, envolvendo a participação de cerca de 2.615 pesquisadores. As UCs com maior número de autorizações emitidas em 2015 estão dispostas abaixo, no Gráfico 6.

Gráfico 6. UCs com maior quantidade de autorizações Sisbio emitidas em 2015



Dados de biodiversidade provenientes dos projetos autorizados

O módulo relatório do Sisbio possibilita ao pesquisador informar ao ICMBio os resultados e produtos da sua pesquisa. As informações fornecidas são armazenadas em um banco de dados, facilitando a busca e permitindo a melhor utilização para planejamento e manejo de espécies, ecossistemas e unidades de conservação. Até dezembro de 2015, foram submetidos 13.770 relatórios.

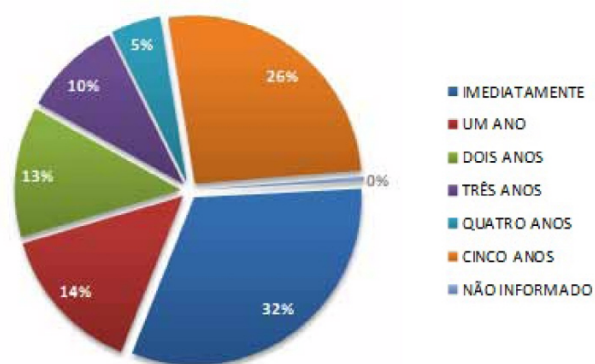
Os dados gerados pela pesquisa são de propriedade intelectual do pesquisador, que, ao preencher o relatório, informa um período de carência para os dados que está

relatando, que pode variar de 0 a 5 anos. Os dados podem ser utilizados durante esse período de carência para processos de planejamento e gestão da biodiversidade, mas apenas após transcorrido o período determinado podem ser disponibilizados à sociedade em geral.

Ao analisar os períodos de carência selecionados, foi verificado que cerca de 32% dos pesquisadores optaram por disponibilizar seus dados imediatamente (Gráfico 7), sendo que aproximadamente 59% deles optam por disponibilizar os dados em até dois anos, indicando que os dados poderão ser disponibilizados publicamente em um período bastante curto.



Gráfico 7. Tempo para manter os dados das pesquisas sigilosos e a frequência das escolhas dos pesquisadores



Nos estudos autorizados, foram registrados, até 2015, 33.333.895 indivíduos da biodiversidade brasileira em 414.145 registros de ocorrência (coordenadas geográficas), totalizando 43.048 espécies registradas. A distribuição por grupo taxonômico pode ser observada no Gráfico 8.

Os relatórios ainda permitem conhecer o quantitativo de registros de ocorrência de táxons dentro e fora de unidades de conservação (126.321 e 287.824, respectivamente), o quantitativo dos registros de ocorrência por grupo taxonômico (Gráfico 9) e das publicações originadas das pesquisas realizadas (Gráfico 10). As publicações são anexadas ao formulário de relatório e ficam disponíveis para serem consultadas pelos servidores do ICBio cadastrados no Sisbio.

Gráfico 8. Indivíduos registrados por grupo taxonômico verificado a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio

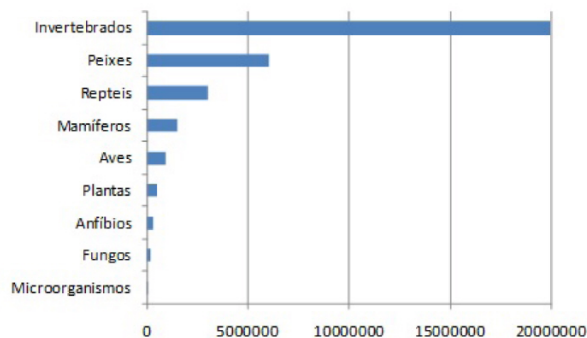


Gráfico 9. Ocorrências por grupo taxonômico verificadas a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio

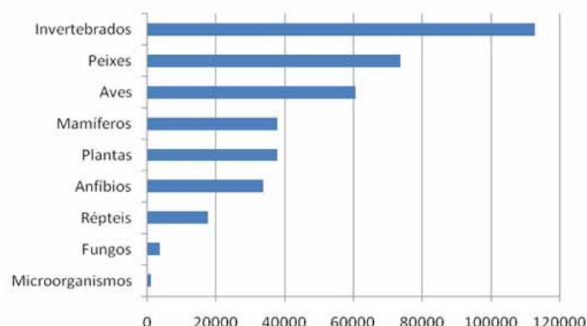
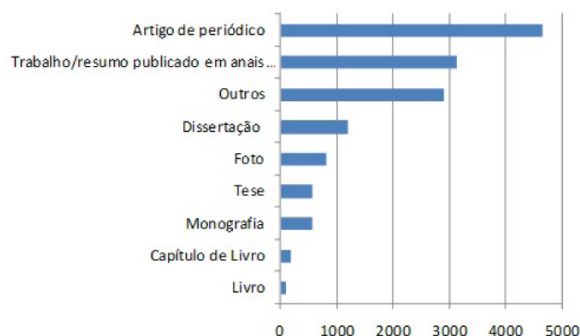


Gráfico 10. Publicações, por tipo, a partir das informações prestadas nos relatórios recebidos por meio do Sisbio



A sistematização dos dados gerados nos estudos autorizados e sua disponibilização constituem um importante mecanismo para possibilitar o acesso e uso da informação sobre a biodiversidade nacional para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores.



Portal da Biodiversidade – PortalBio

Foi iniciado em 2013 um projeto visando a integração de sistemas de informação e bancos de dados de biodiversidade do ICMBio, realizado em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Epusp, com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável – GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH).

O projeto tinha como visão agregar conhecimentos e apoiar a gestão de informação de biodiversidade gerada ou custodiada pelo Instituto. A primeira atividade realizada no âmbito do projeto foi o levantamento dos

sistemas e bases de dados sobre biodiversidade existentes nos centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio.

Os resultados apontaram que o ICMBio custodiava aproximadamente 1,2 milhão de coordenadas de ocorrência de espécies em seus diferentes sistemas. No ano de 2013 foram realizados o “Workshop para testes de integração de bases de dados de biodiversidade” e a “Capacitação em ferramentas para integração de sistemas e bancos de dados de biodiversidade”. Após dois anos de muito empenho de toda equipe técnica, em novembro de 2015 foi lançado o Portal da Biodiversidade (Figura 2).

Figura 2. Tela inicial do Portal da Biodiversidade – PortalBio



O objetivo do Portal da Biodiversidade (<https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br>) consiste em disponibilizar à sociedade dados e informações sobre a biodiversidade brasileira gerados ou recebidos pelo

Ministério do Meio Ambiente e pelas instituições a ele vinculadas. Atualmente, 10 bases de dados estão disponíveis no Portal:

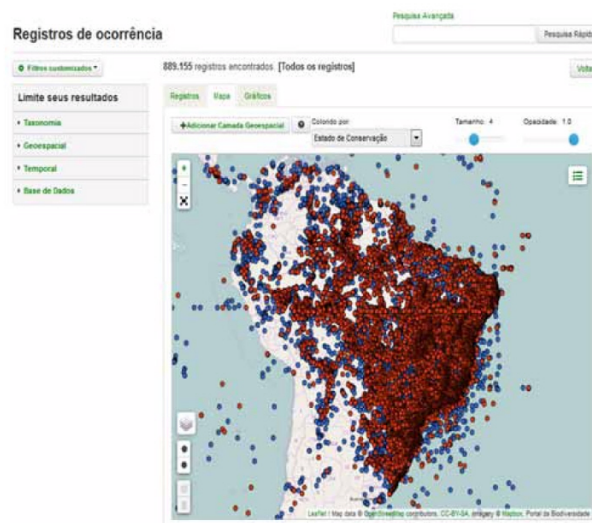


Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:

- Atlas de Registros de Aves Brasileiras – ARA;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros – CENAP;
- Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação Federais – Programa de Monitoramento;
- Sistema de Apoio ao Monitoramento de Mamíferos Marinhos – SIMMAN;
- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio;
- Sistema de Gestão e Informação dos Quelônios Amazônicos – SisQuêlonios;
- Sistema de Informação sobre Tartarugas Marinhas – SITAMAR;
- Sistema Nacional de Anilhamento de Aves Silvestres – SNA;
- Sistema para Avaliação do Estado de Conservação de Primatas Xenartros Brasileiros – SAGU-Í;
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e
- Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – RB

O Portal da Biodiversidade disponibiliza dados de ocorrência espacial da biodiversidade brasileira, possibilitando visualizar e consultar os registros de ocorrência das espécies em um mapa (Figura 3). O PortalBio permite a realização de buscas textuais e geoespaciais, visualização e *download* de registros de ocorrência de espécies. Pode-se, a partir de seu nome científico ou popular, realizar a busca dos registros de ocorrência de cada espécie, individualmente. Os registros podem ser usados para subsidiar o mapeamento da distribuição das espécies, elaboração de modelos de distribuição potencial e diagnósticos sobre a biodiversidade brasileira, por exemplo, para as avaliações do estado de conservação das espécies da fauna brasileira.

Figura 3. Tela do PortalBio disponibilizando os registros de ocorrência da biodiversidade brasileira



Política de Dados de Biodiversidade do ICMBio

Atualmente, o Portal da Biodiversidade disponibiliza 1.824.182 registros de ocorrência de espécies brasileiras, sendo 210.575 de espécies ameaçadas de extinção, correspondendo a 43.740 espécies registradas. No entanto, nem todos os dados estão disponíveis a todos os usuários. Os dados em carência não são disponibilizados publicamente. A Instrução Normativa nº 03/2014 (que fixa as normas do Sisbio) e a Instrução Normativa nº 02/2015 (que trata da Política de Dados de Biodiversidade do ICMBio) possibilitam aos provedores de dados definirem um prazo de carência de até cinco anos para sua disponibilização pública. Este prazo foi idealizado para que os pesquisadores possam dispor de tempo para realizar análises e elaborar publicações com base em seus dados, e também está condizente com os prazos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Os



registros que já se encontram fora do período de carência são disponibilizados imediatamente. Estes totalizam atualmente 899.226 registros de ocorrência. Já o conjunto total de dados (com e sem carência) pode ser acessado apenas por servidores do ICMBio, de acordo com regras específicas, visando sempre a gestão e o planejamento de ações de conservação da biodiversidade. É importante ressaltar, no entanto, que a restrição de acesso é temporária e todos os dados serão disponibilizados publicamente, em até 5 anos.

O Portal da Biodiversidade tem potencial para se tornar um integrador de bases de dados de biodiversidade de diversas instituições relacionadas ao MMA e tem como perspectiva o alinhamento com iniciativas de maior abrangência como o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira – SIBBr, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

Monitoramento in situ da Biodiversidade

A Coordenação-geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade – COMOB tem como meta prevista no Plano Plurianual – PPA a efetivação de 40 UCs no Programa Nacional de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade.

Até 2015 foram efetivadas 34 unidades de conservação, em diferentes graus de implementação do Programa (nas UCs marinhas foi implementado o protocolo Reef Check, nas demais está em fase de implantação em campo o monitoramento de indicadores globais):

Unidades de Conservação Marinhas

- Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha;
- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos;
- Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais;
- Reserva Biológica do Atol das Rocas; e
- Reserva Extrativista Marinha do Corumbau

Unidades de Conservação da Caatinga

- Estação Ecológica Raso da Catarina;
- Parque Nacional da Serra da Capivara; e
- Floresta Nacional Contendas do Sincorá

Unidades de Conservação do Cerrado

- Parque Nacional de Brasília;
- Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;
- Parque Nacional da Chapada dos Guimarães;
- Parque Nacional da Serra do Cipó;
- Parque Nacional da Serra da Bodoquena; e
- Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins

Unidades de Conservação da Mata Atlântica

- Parque Nacional da Serra dos Órgãos;
- Parque Nacional do Superagui;
- Parque Nacional do Iguaçu;
- Parque Nacional da Serra da Bocaina; e
- Reserva Biológica de Una

Unidades de Conservação da Amazônia

- Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;
- Parque Nacional do Jaú;
- Parque Nacional do Cabo Orange;
- Parque Nacional do Juruena;
- Parque Nacional da Serra do Pardo;
- Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema;
- Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns;
- Reserva Extrativista Rio Unini;
- Reserva Extrativista Arapixi;
- Floresta Nacional do Jamarí;
- Reserva Biológica do Uatumã;
- Reserva Biológica do Gurupi;
- Reserva Biológica do Jarú;
- Reserva Biológica do Tapirapé; e
- Estação Ecológica da Terra do Meio



Como importantes resultados no período, pode-se citar a aprovação do Protocolo Mínimo dos Indicadores Globais (Componente continental, Ambiente florestal) no comitê científico do Arpa para sua execução obrigatória

por todas as UCs; a inserção do Programa do ICMBio no Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas; e ainda o suporte às UCs estaduais apoiadas pelo Arpa para planejamento da implementação do referido Protocolo.





Etapas do Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade – capacitação, deslocamento, obtenção de dados



Participação social

O Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio tem como diretrizes a promoção e o fortalecimento do envolvimento social, em diferentes graus, conforme contexto e desenvolvimento do Programa. Na Amazônia, essas diretrizes vêm sendo reforçadas com o apoio do Projeto Monitoramento Participativo da Biodiversidade em Unidades de Conservação da Amazônia, coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas, com recursos da Fundação Moore. Foram desenvolvidos e implementados protocolos complementares aos globais, com foco em espécies/questões prioritizadas localmente, tais como manejo de quelônios, pressão de felinos, manejo florestal comunitário, dentre outros.

O Programa Reef Check também tem ênfase no envolvimento social, com discussão local dos dados, decisões de manejo e envolvimento de voluntários. Os demais programas se beneficiam dessas experiências.

Capacitação para monitoramento de biodiversidade e clima

Em processos participativos é importante que ocorram eventos formativos constantes visando o alinhamento de saberes dos diversos envolvidos. Neste sentido, foi publicado o livro Monitoramento da Biodiversidade – Estrutura Pedagógica do Ciclo de Capacitação. Abaixo está, de forma esquemática, o Ciclo de Capacitação do Programa

Figura 4. Ciclo de Capacitação do Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio



de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio:

Em 2015 foram realizados o 4º e o 5º Curso de Capacitação no Protocolo Mínimo dos Indicadores Globais (Componente continental, Ambiente florestal) orientado aos indicadores globais (em maio de 2015, na Resex Tapajós-Arapiuns; e em novembro de 2015, na Esec de Maracá) voltados para as UCs apoiadas pelo Programa Arpa – Grau II e Fase III, além das UCs apoiadas pelo Fundo Clima (via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD). Desta forma, até o momento, 43 UCs foram capacitadas no Programa (27 na Amazônia, 10 na Mata Atlântica e 6 no Cerrado).

Bioma marinho e costeiro

Em 2015 foram realizadas reuniões de planejamento do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (conhecido como GEF-Mar), algumas delas coordenadas pelo MMA. O GEF-Mar é um projeto do Governo Federal, com duração de cinco anos, com vistas a promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O projeto busca apoiar a criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – AMCPs no Brasil, a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. O Sistema integra diferentes categorias de UCs e outras áreas protegidas, sob diferentes estratégias de gestão.

Visando promover a articulação entre os Programas GEF-Mar e GEF-Mangue para inserção de estratégia de monitoramento da biodiversidade em UCs de manguezal na Estratégia Nacional de Monitoramento da Biodiversidade em Áreas Marinho-Costeira, foram realizadas as seguintes ações coordenadas pela equipe do Projeto Manguezais do Brasil e equipe da Coordenação-geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade – CGPEQ, com recursos do GEF-Mangue:

- Oficina para Coleta de Pressupostos para a Elaboração da Estratégia Integrada de Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação de Manguezal, realizada em 26/08/2015; e
- Oficina para definição das Bases Estruturantes da Estratégia Integrada de Monitoramento da Biodiversidade



em Unidades de Conservação de Manguezal, realizada no período de 10 a 12/11/2015.

Em relação ao monitoramento de recifes de corais, em 23/10/2015 foi realizada uma reunião com a Coordenação-geral do Reef Check Brasil/UFPE para retomar o planejamento das ações do mesmo com a proposição de metas de curto prazo e levantamento de metas de médio e longo prazos, tendo também em vista a reflexão de como promover o caráter de participação e envolvimento social intrínseco ao Reef Check.

Os centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio voltados à agenda marinha têm focado o monitoramento no impacto da atividade pesqueira sobre espécies ameaçadas, que podem ser alvo direto da pesca ou afetadas indiretamente, no que se chama de *bycatch*. É feito o monitoramento da pesca industrial, principalmente na região Sul (pelo Cepsul e Tamar) e na região Norte (pelo Cepnor).

A pesca artesanal é monitorada por todos os centros marinhos, especialmente dentro de unidades de conservação, de forma atrelada aos instrumentos de gestão – acordos de pesca e melhoria de práticas, por exemplo. São atividades realizadas em parceria com ampla rede de pesquisadores e instituições. Os dados e análises resultantes apoiam diversos outros processos, como as propostas de criação de unidades de conservação, avaliação continuada do estado de conservação das espécies da fauna, estratégias de conservação como a interação com licenciamento ambiental, dentre outras. Tem-se ainda a promoção do monitoramento participativo por meio da aplicação da metodologia SOCMON, principalmente pelo Cepsul nas UCs do sul do País.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO

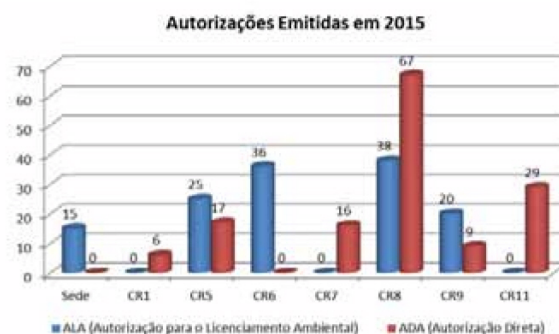
Cabe ao ICMBio a emissão de Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA de empreendimentos e atividades que possam afetar as unidades de conservação ou sua zona de amortecimento, assim considerado pelo órgão licenciador, com fundamento em Estudo de

Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, conforme disposto no artigo 36, da Lei nº 9.985 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), de 18 de junho de 2000.

No que tange às atividades não sujeitas ao processo de licenciamento ambiental, que possam afetar diretamente a UCs federais ou sua zona de amortecimento, o ICMBio autoriza diretamente as atividades, de acordo com as regras estabelecidas no plano de manejo da referida unidade, e também em conformidade com os objetivos de sua criação.

No exercício de 2015, o Instituto Chico Mendes emitiu 278 autorizações, sendo 134 ALAs e 144 Autorizações Diretas – ADAs (Gráfico 11), envolvendo as demandas de licenciamento ambiental regidas pela Resolução Conama nº 428/2010, e internamente, pelas Instruções Normativas nº 04/2009 e 007/2014.

Gráfico 11. Distribuição do número de autorizações emitidas, por coordenação regional



Foi realizada também a revisão e atualização da Instrução Normativa nº 005/2009, que dispõe sobre os procedimentos para autorização no âmbito do licenciamento ambiental, culminando na publicação da Instrução Normativa nº 007/2014. Ainda foi efetuada a revisão do Roteiro de Valoração dos Produtos não Madeireiros, subsídio para atualização e revisão (em andamento) da Instrução Normativa nº 009/2010, que dispõe sobre procedimentos para supressão da vegetação em unidades de conservação de uso sustentável.





Relatório de Gestão - 2015

Foto: Ana Luzia



MANEJO PARA CONSERVAÇÃO

Avaliação do estado de conservação da fauna brasileira

Promove o levantamento, a organização e a análise de dados da fauna brasileira, em um processo cíclico, executado pelos centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio. O primeiro ciclo de avaliação foi encerrado no final de 2014, com a avaliação do risco de extinção de todos os vertebrados da fauna brasileira e de alguns grupos de invertebrados. Ao todo, foram avaliados 8.922 vertebrados e 3.332 invertebrados, totalizando 12.254 táxons (Tabela 1 e Gráfico 12). Em todo o processo, foram realizadas 73 oficinas de avaliação, que contaram com a participação de mais de 1.100 colaboradores da comunidade científica brasileira e internacional.

O resultado subsidiou o MMA na publicação das listas oficiais de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção (Portarias MMA nºs 444/2014 e 445/2014).

A Portaria nº 445/2014 (peixes e invertebrados aquáticos) gerou reação do setor pesqueiro que, através do então Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, solicitou a revisão das categorias de ameaça de algumas espécies. O ICMBio, juntamente com o MMA, coordenou uma série de reuniões para a elaboração de estratégias que garantissem os interesses de todos os setores envolvidos (pesqueiro, meio ambiente e científico). Ficou acordado também que apenas uma espécie seria reavaliada ainda em 2015, o atum-azul. Em dezembro, o Cepsul organizou uma oficina para a avaliação da espécie.

Tabela 1. Número de espécies avaliadas, por grupo taxonômico

Grupo biológico	Número de espécies	Centros responsáveis
Mamíferos	732	Cecav, CMA, Cenap, CPB
Aves	1979	Cemave
Répteis	732	RAN, Tamar
Anfíbios	973	RAN
Peixes continentais	3149	Cepan, Cepta
Peixes marinhos	1357	Cepsul
Invertebrados terrestres	2423	Cecat, CGESP
Invertebrados aquáticos	909	Cepsul, CGESP
TOTAL	12.254	



32

Gráfico 12. Número de espécies avaliadas no primeiro ciclo (valor acumulado por ano)

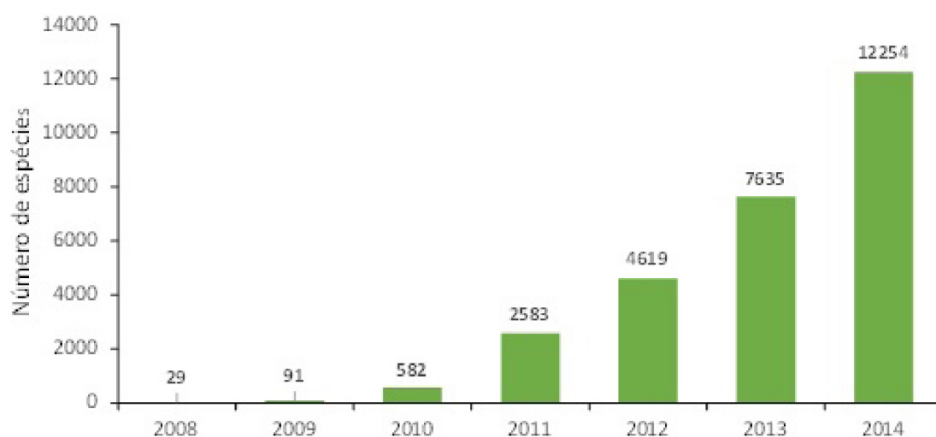


Gráfico 13. Número de oficinas realizadas por ano

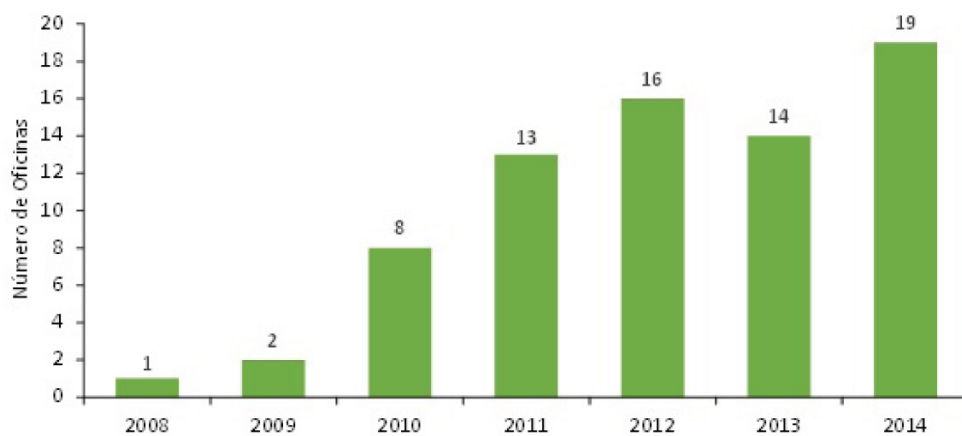
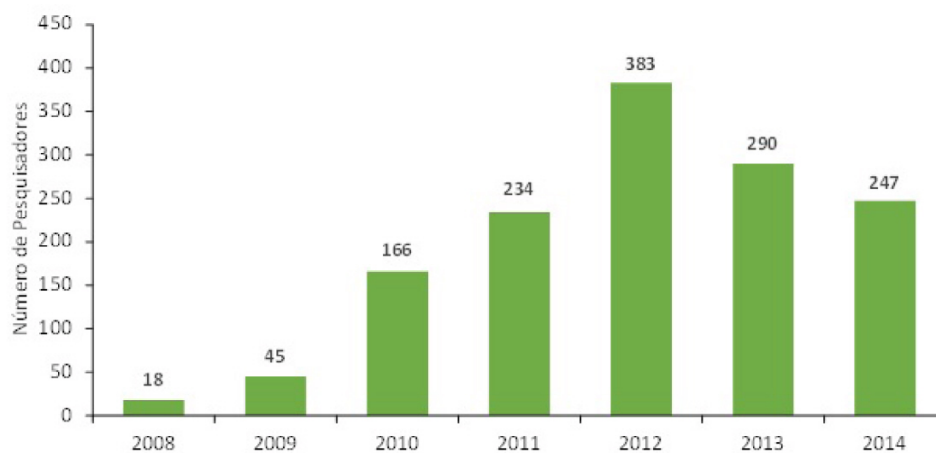


Gráfico 14. Número de pesquisadores envolvidos no processo por ano



Em 2015 as informações das espécies ameaçadas geradas pelo processo, incluindo distribuição geográfica, foram mais bem organizadas para posterior publicação. O próximo passo é dar início a um novo ciclo de avaliação, cujos resultados permitirão identificar tendências no estado de conservação dos diferentes grupos da fauna brasileira.

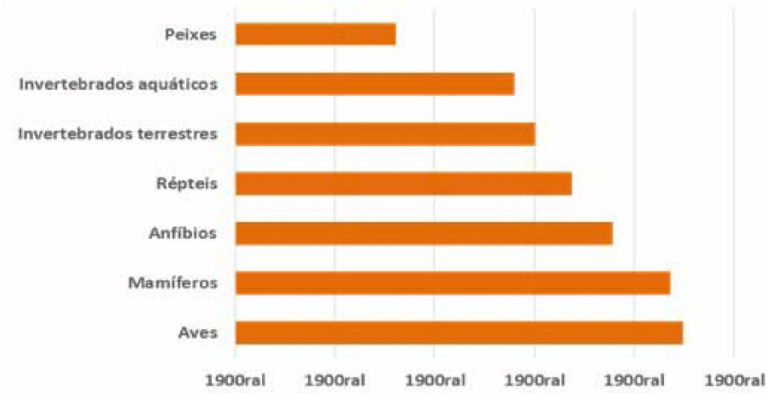
Identificação de oportunidades de conservação e risco de extinção de espécies

De acordo com dados da avaliação do estado de conservação da fauna, atualmente são 700 espécies ameaçadas com registro em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais (Tabela 2), que correspondem a cerca de 60% das espécies ameaçadas de extinção. A porcentagem das espécies ameaçadas com registros em UCs, por grupo taxonômico, é mostrada no Gráfico 15.

Tabela 2. Total de espécies ameaçadas, por grupo taxonômico

Grupo biológico	Total de espécies ameaçadas	Número de espécies registradas em UCs
Mamíferos	110	96
Aves	234	210
Répteis	80	54
Anfíbios	41	31
Peixes	409	132
Invertebrados terrestres	233	140
Invertebrados aquáticos	66	37
TOTAL	1.173	700

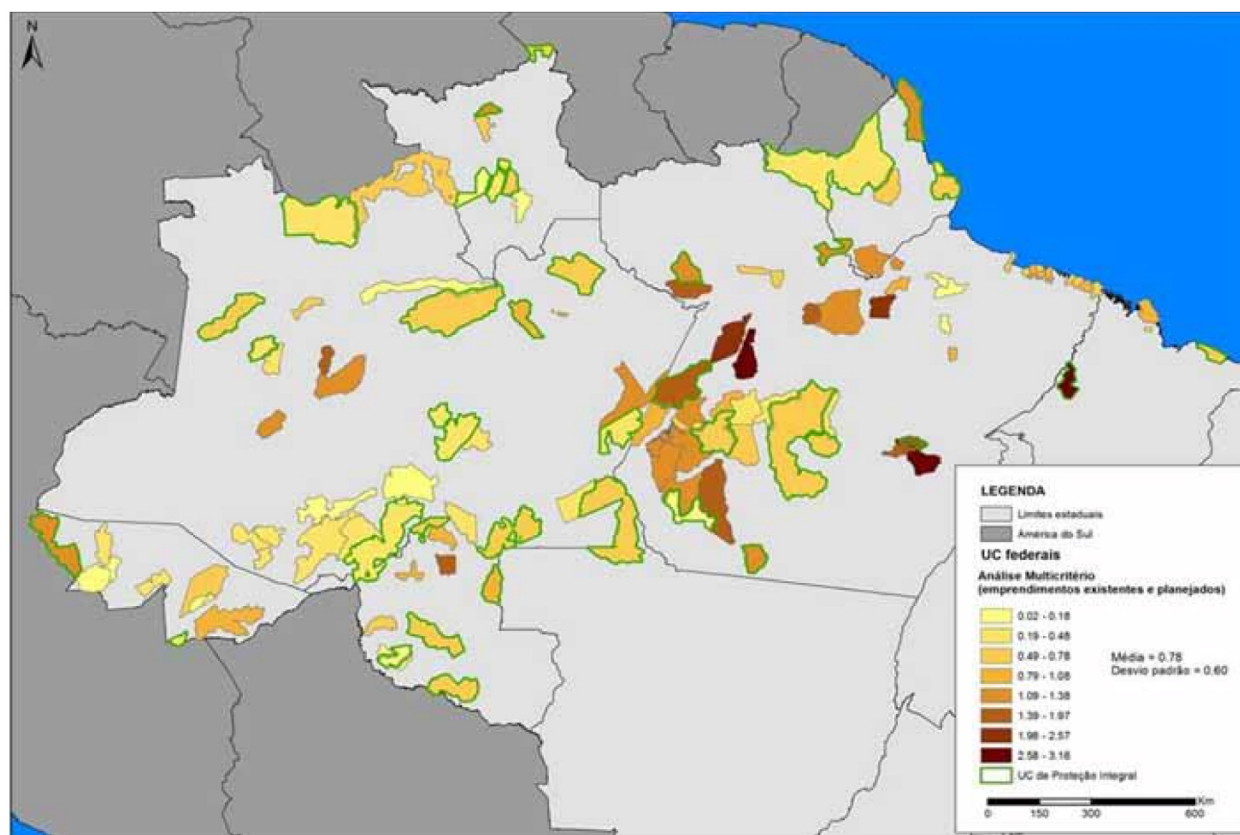
Gráfico 15. Porcentagem das espécies ameaçadas com registros em UCs



A parte de compilação de dados sobre as espécies do Projeto Vulnerabilidades, em parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG, foi finalizada em 2015, permitindo a realização de análises iniciais que identificaram as espécies mais suscetíveis à perda de hábitat devido a empreendimentos atuais e planejados em sua área de distribuição. Deste modo, é possível identificar também quem são e onde estão os empreendimentos com maior potencial de impacto sobre as espécies ameaçadas. Serão realizadas análises ainda mais robustas em 2016, objetivando-se produtos específicos por tipologias de empreendimentos, como espécies ameaçadas mais afetadas por mineração e petróleo.

Devido à recorrente situação de recursos escassos, um dos projetos realizados em 2015 foi o estabelecimento de critérios e metodologias para identificar unidades de conservação com elevada importância biológica e, simultaneamente, bastante pressionadas por atividades antrópicas. Assim, em um primeiro trabalho realizado para o bioma Amazônia, constatou-se que as áreas protegidas do Pará são as que mais precisam de urgência em sua implementação (Figura 5).

Figura 5. UCs de elevada importância para espécies ameaçadas de extinção e altamente pressionadas por atividades antrópicas (tons de laranja mais escuros)



Em 2015 iniciou-se o trabalho com análises de planejamento sistemático de conservação considerando também as mudanças climáticas e as possíveis alterações nas áreas de distribuição das espécies ameaçadas. Este trabalho inicial consistiu no mestrado profissional do servidor Tiago Castro, da COAPRO/CGESP/DIBIO, e os resultados foram apresentados em reuniões da DIBIO, com a presidência do ICMBio e com o MMA. A inclusão das mudanças climáticas nas análises de vulnerabilidade do SNUC está prevista como projeto estratégico para 2016.

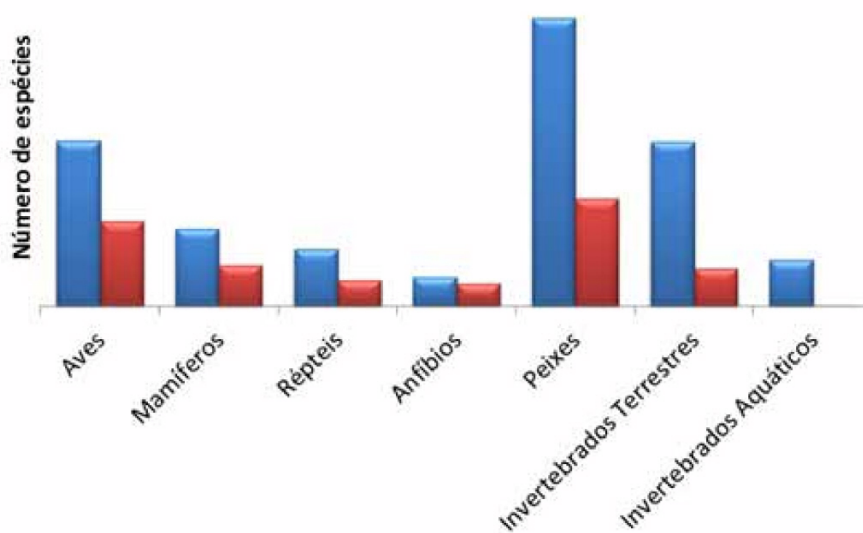
Elaboração de planos de ação

Dentre as ferramentas focadas na conservação de espécies ameaçadas, têm-se os Planos de Ação Nacionais – PANs. Neles são pactuadas ações estratégicas envolvendo diversos setores, com vistas a diminuir o risco de extinção das espécies ameaçadas da fauna brasileira (universo amostral = 1.173) e do patrimônio espeleológico.

Foram elaborados e aprovados, em 2015, quatro PANs (Manguezal, Quelônios, Fauna Aquática do São Francisco e Herpetofauna do Sudeste). Também foi elaborado, num novo conceito de planejamento estratégico para a conservação da biodiversidade, tomando-se como base uma tipologia de ameaça, um PAN referente ao impacto da infraestrutura viária nas populações de espécies ameaçadas de extinção e outras, o PAN Estradas. Esses cinco PANs abrangem 44 novas espécies, aumentando para 455 (39%) as espécies ameaçadas com estratégia para conservação, no formato de Plano de Ação (Gráfico 16).

As oficinas de elaboração dos PANs contaram com a presença de 308 participantes e de 160 instituições parceiras que se prontificaram a articular várias das ações constantes dos PANs.

Gráfico 16. Número de espécies ameaçadas e número de espécies ameaçadas contempladas em PAN, por grupo taxonômico



Total de espécies ameaçadas = 1.173

Total de espécies ameaçadas com PANs = 455



Todos os planos de ação são coordenados pelos centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio, seguindo uma lógica de descentralização dos processos. Cada PAN possui um Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, num conceito de trabalho em rede, que auxilia o centro coordenador na monitoria, avaliação e implementação dos PANs. Os centros são responsáveis por todas as etapas de elaboração e acompanhamento do PAN, desde as reuniões preparatórias para a organização do planejamento, bem como sua logística e a organização do documento final do PAN para publicação. Também coordenam as monitorias anuais dos PANs, os momentos de averiguação do andamento das ações pactuadas e as avaliações, momento de análise da eficácia e efetividade do plano, quando se observam se as mudanças de patamar necessárias à conservação das espécies ameaçadas estão, de fato, ocorrendo.

Monitoria e avaliação dos planos de ação nacionais

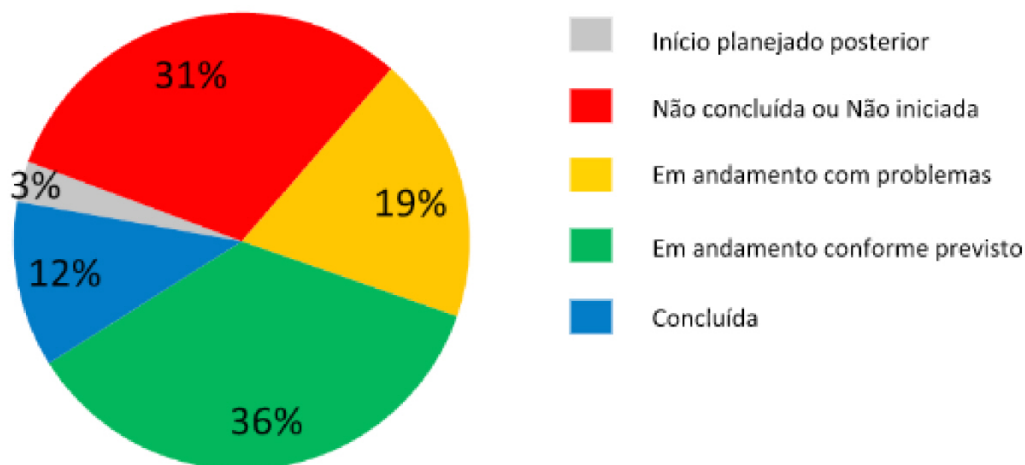
Foram realizadas 24 oficinas de monitoria, contemplando 24 PANs. Ao todo, cerca de 70% das ações previstas estão em andamento ou concluídas. Estiveram

presentes nessas oficinas 308 participantes e cerca de 150 instituições.

Como se observa no Gráfico 17, houve uma melhoria no desempenho das ações estratégicas constantes nos PANs quando comparado aos exercícios de 2013 e 2014: cerca de 60% das ações estão em andamento e mais de 10% foram finalizadas (o horizonte temporal dos planos, em média, é de cinco anos). Essa melhoria se deve à experiência adquirida pelos centros e os respectivos Grupos de Assessoramento Técnico dos PANs que passaram, cada vez mais, a incluir ações focadas numa abordagem de caráter estratégico para a conservação das espécies.

Em virtude da limitação do orçamento do ICMBio, não foi possível realizar as monitorias e avaliações de todos os planos de ação previstos para 2015, com exceção dos marinhos, que contaram com recursos oriundos de doação internacional do Projeto Manguezais do Brasil – GEF-Mangue e do Projeto Áreas Marinhas Costeiras Protegidas – GEF-Mar.

Gráfico 17. Desempenho das ações estratégicas constantes nos PANs



Diagnóstico das ações prioritárias para a conservação das espécies ameaçadas

Os PANs, como ferramenta de planejamento sistemático da conservação, apontam e coordenam as diversas ações necessárias para garantir a execução das estratégias de conservação para espécies ameaçadas e seu habitat. No entanto, a gestão e o planejamento dessas ações enfrentam vários entraves que comprometem o andamento dos planos e, consequentemente, reduzem sua eficácia como estratégia de conservação.

Para melhor entender os fatores que dificultam sua implementação, foi iniciado um diagnóstico amplo de todas as ações em andamento nos 52 PANs. Esse levantamento identifica entraves estruturais que afetam a principal ferramenta que monitora e avalia o desempenho dos planos: a matriz de monitoria. Além do mais, esse diagnóstico analisará padrões que permeiam múltiplos PANs.

Resultados preliminares desse diagnóstico também fundamentarão eventuais revisões de certos elementos na matriz de monitoria e no processo de elaboração dos PANs. As recomendações dessa análise possuem potencial de detalhar melhor o estado das ações individuais. Atualmente, tal nível de análise ainda não está automatizado dentro do painel de gestão e, portanto, sua implantação facilitará o processo de tomada de decisões.

Ao pesquisar ações comuns e transversais nos PANs, o diagnóstico traz insumos para que recortes alternativos sejam trabalhados na elaboração de novos planos. Não obstante, a forma de inserção das novas atividades associadas à gestão da fauna ameaçada também está sendo reavaliada. Assim, é necessário considerar e planejar como tais inovações deverão ser monitoradas futuramente. Valendo-se de um viés analítico mais forte que compara a efetividade das ações individuais usando novas métricas, tais como temporalidade, abrangência institucional e financiamento, o diagnóstico incentiva uma mudança de ótica na definição de “ações prioritárias”. A construção desse conceito está sendo refinado pelo ICMBio.

Relatório de áreas sensíveis e seu papel no licenciamento ambiental

Uma das maiores dificuldades da sociedade moderna é a ambivalência entre o crescimento econômico e a conservação da biodiversidade. Neste cenário, o licenciamento ambiental se destaca por acompanhar e propor obrigações legais prévias à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora ou degradadora ao meio ambiente.

Para auxiliar a eficiência e eficácia do licenciamento ambiental surgiu a iniciativa de antecipar e subsidiar os órgãos licenciadores com um arcabouço técnico das pressões ambientais causadas pelos diversos empreendimentos, de forma espacialmente explícita e com orientações estratégicas de medidas preventivas e mitigadoras. Essa proatividade resultou em relatórios de áreas sensíveis às atividades impactantes focadas nas espécies ameaçadas de extinção atingidas. Os relatórios permitem aos licenciadores uma análise mais célere e minuciosa da severidade do impacto. Já para os empreendedores, os relatórios podem orientar as operações para áreas consideradas de menor impacto ambiental que resultarão em menores passivos ambientais.

Com esse intuito, foram produzidos três relatórios. A atualização do Relatório Anual de Rotas e Áreas de Concentração de Aves Migratórias no Brasil, pelo Cemave, apresenta áreas sensíveis a aves migratórias frente à pressão de parques eólicos. O Guia de Diretrizes para Avaliação e Mitigação de Impactos de Empreendimentos Costeiros e Marinhos sobre as Tartarugas Marinhas, produzido pelo Tamar, apresenta áreas da costa brasileira relevantes para as populações de tartarugas, suas sensibilidades aos diferentes empreendimentos impactantes e orientação mitigadoras aos danos ambientais. O Relatório de Áreas Sensíveis de Espécies Ameaçadas de Extinção Relacionadas a Aeroportos, fruto de uma parceria do ICMBio e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em breve apontará áreas do território brasileiro com maior sensibilidade para a fauna e flora brasileiras ameaçadas à instalação e operação de aeroportos.



Há previsões para que os principais empreendimentos impactantes ao meio ambiente sejam contemplados com relatórios de orientações estratégicas ao licenciamento ambiental, e que estes sejam revisitados ciclicamente para atualizações.

Papel dinamizador dos centros no alcance das metas da Diretoria

Há 14 centros nacionais de pesquisa e conservação vinculados à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO. Trata-se de unidades descentralizadas que coordenam e executam a avaliação do risco de extinção de espécies ameaçadas, subsídio para as listas oficiais publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Também são responsáveis pela coordenação, elaboração, monitoria, avaliação e implementação de PANs, que são a estratégia para reverter o quadro de risco de extinção das espécies ameaçadas. Ademais, executam atividades de elaboração de relatórios de orientações prévias ao licenciamento ambiental, também visando à conservação das espécies ameaçadas. Participam ainda da seleção de espécies

indicadoras, culminando na formulação de protocolos de monitoramento da biodiversidade, que objetivam aferir o grau de efetividade das unidades de conservação, no que tange à proteção da biodiversidade nelas circunscritas.

São também operadores do Sisbio, responsáveis pela emissão de autorização para pesquisa em unidades de conservação, e como ação estratégica da Diretoria, orientam e recomendam condicionantes e a execução destas para proteção de espécies ameaçadas de ocorrência nas áreas de influência de empreendimentos licenciados pelo Ibama e órgãos estaduais de meio ambiente. Executam ainda atividades de pesquisa, em sua maioria aplicada à conservação de espécies ameaçadas de extinção com registros dentro e fora de UCs.

Destacam-se as seguintes realizações dos centros nacionais de pesquisa e conservação, no âmbito da missão da DIBIO:





Cecat – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga



Fonte: Cecat (Ricardo Augusto Gomes)

Em 2015 o Cecat foi reestruturado, com nova sede no Jardim Botânico de Brasília, fruto de Termo de Reciprocidade Conjunta ICMBio/JBDF. Coordenou e consolidou o ciclo de cinco anos (2010–2015) do PAN Lepidópteros, absorvendo as lições apreendidas do PAN, com foco em novo escopo, em termos de recorte geográfico para abarcar mais espécies e ecossistemas. Além disso, contribuiu para definição de Protocolo Global de Monitoramento de Lepidópteros, como espécies indicadoras de conservação da biodiversidade. Encerrou o Projeto Rede Nacional de Pesquisa e Conservação dos Lepidópteros – RedeLep, que subsidiou boa parte das ações do PAN Lepidópteros. Foram publicados vários artigos sobre conservação de espécies de lepidópteros ameaçadas. O Cecat publicou o Guia de Restauração de Áreas do Cerrado, executou o Projeto Restauração do Cerrado da Chapada dos Veadeiros e realizou um seminário para estabelecimento do Museu do Cerrado, sendo ponto focal deste.



Fonte: Cecav



Cecav – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas

O Cecav, tendo como norteador de suas ações o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358/2009), vem desenvolvendo suas ações nos projetos: Inventário Anual do Patrimônio Espeleológico Nacional, Monitoramento e Avaliação de Impactos sobre o Patrimônio Espeleológico, Definição de Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro e

Estudo em Áreas Piloto para Definição de Área de Influência sobre o Patrimônio Espeleológico, bem como na implementação das ações do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco – PAN Cavernas do São Francisco. Um dos resultados foi o inventariamento de 567 cavernas no ano de 2015. Foram realizadas também atividades de inventário e monitoramento do patrimônio espeleológico na Flona de Carajás, Parnas da Furna Feia, das Sempre Vivas, de São Joaquim, da Serra do Gandarela e APA de Chapada do Araripe com objetivo de contribuir com o plano de manejo dessas UCs.





Cemave – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves

O Cemave desenvolveu uma plataforma digital sobre a avifauna brasileira, o ARA – Atlas de Registros de Aves Brasileiras. O objetivo do ARA é reunir e disponibilizar para consulta, continuamente, diferentes informações sobre as espécies de aves do Brasil, incluindo história natural, dados populacionais, estado de conservação e distribuição geográfica. O Atlas já está disponível e contém quase 150 mil registros de ocorrência de aves. O ARA possui uma interface colaborativa que permite aos interessados cadastrar-se e enviar dados, seja por meio de foto, vocalização ou mesmo



Fonte: Cemave (Ciro Albano)

observação pessoal. Atualmente coordena e implementa 15 PANs.



Fonte: Cecat (Ricardo Augusto Gomes)



Cepam – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica

Após concluir a avaliação do estado de conservação de cerca de 1.660 espécies amazônicas de peixes, em 2015 focou-se na revisão e formatação das fichas de avaliação para publicação, dando atenção especial às espécies ameaçadas. Como parte desse processo

contínuo também foi aprovado, junto ao CNPq, um projeto em parceria com o Cepta que, além de dar continuidade ao processo de avaliação do estado de conservação das espécies, visa o planejamento e implementação dos planos de ação nacionais para a conservação das espécies de peixes ameaçadas, com o objetivo de melhorar o estado de conservação dos táxons ou dos ambientes que são focos dos respectivos planos. O Centro também organizou as reuniões de revisão do defeso, demandadas pela Portaria Interministerial nº 152/2015, articulando diferentes pesquisadores e parceiros para aprimorar medidas de gestão pesqueira para a Amazônia.

Ainda no que se refere aos planos de ação nacionais, o Cepam concluiu a revisão de meio termo do PAN Xingu – Fauna, onde pelo menos 45% das ações estão em andamento ou foram concluídas. Em relação à execução do PAN Sauim de Coleira (*Saguinus bicolor*), o Centro conseguiu realizar algumas campanhas de conscientização em 2015, como a Campanha do Ano do Sauim, em março, e, posteriormente, a Campanha SOS Sauim, em outubro,



articulando diversas parcerias. Como resultado de alguns estudos e levantamentos, foram encaminhadas propostas para o Secretário Municipal de Meio Ambiente e representantes do Ministério Público Federal e Estadual para a criação de um corredor ecológico urbano, ligando o Parque Municipal do Mindu à Reserva Adolpho Ducke. Também foi apresentada outra proposta envolvendo áreas prioritárias para a conservação e potenciais locais para a criação de UCs nas regiões de Itacoatiara e Rio Preto da Eva, que compreende o corredor ecológico do sauí de coleira. Além disso, realizou o 1º Encontro da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN do Estado do Amazonas: “Do processual à efetivação”, como uma das estratégias para conservar áreas onde a espécie ocorre.



Fonte: Cenap (Adriano Gambarini)



Cenap – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros

Durante o ano de 2015, o Cenap realizou atividades de pesquisa, educação ambiental, monitoramento da biodiversidade em unidades de conservação e controle de conflitos relativos aos mamíferos carnívoros, com vistas à execução dos planos de ação do lobo-guará, onça-pintada, cachorro vinagre, pequenos felinos, Xingu, ariranha e cervídeos.

O Centro analisou dados provenientes do processo de avaliação do risco de extinção de espécies ameaçadas, para subsidiar as listas oficiais de espécies ameaçadas.

Também foram realizadas apresentações e treinamentos sobre ações emergenciais de manejo de carnívoros, métodos de prevenção de predação de animais domésticos e mitigação de conflitos direcionados a produtores rurais, técnicos ambientais e outros profissionais. Ainda podem ser citadas visitas em locais de conflito para fins de avaliação, orientação e monitoramento, como em condomínios e centros urbanos nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Realizaram-se, além disso, atividades experimentais relacionadas ao monitoramento de área protegidas e amostragem de fauna.

O Cenap passou a dar apoio ao Programa de Monitoramento in situ da Biodiversidade em diferentes UCs da Amazônia. Foram feitas oficinas de avaliação final dos Planos de Ação Nacional para a Conservação da Ariranha e Cervídeos Brasileiros; monitorias virtuais dos planos de onça-parda, onça-pintada e lobo-guará; oficina de Avaliação de Viabilidade Populacional – PVA de cachorro-vinagre; além da coordenação das oficinas de elaboração e de consolidação do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Fauna Afetada por Infraestrutura Viária – PAN Estradas (Brasília/DF) e monitoria do PAN-Xingu (Belém/PA).

O Cenap também esteve envolvido na preparação das fichas e dos mapas das espécies de roedores, carnívoros, lagomorfos, artiodáctilos e marsupiais, para a publicação oficial do Livro Vermelho das Espécies de Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.





Cepnor – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte

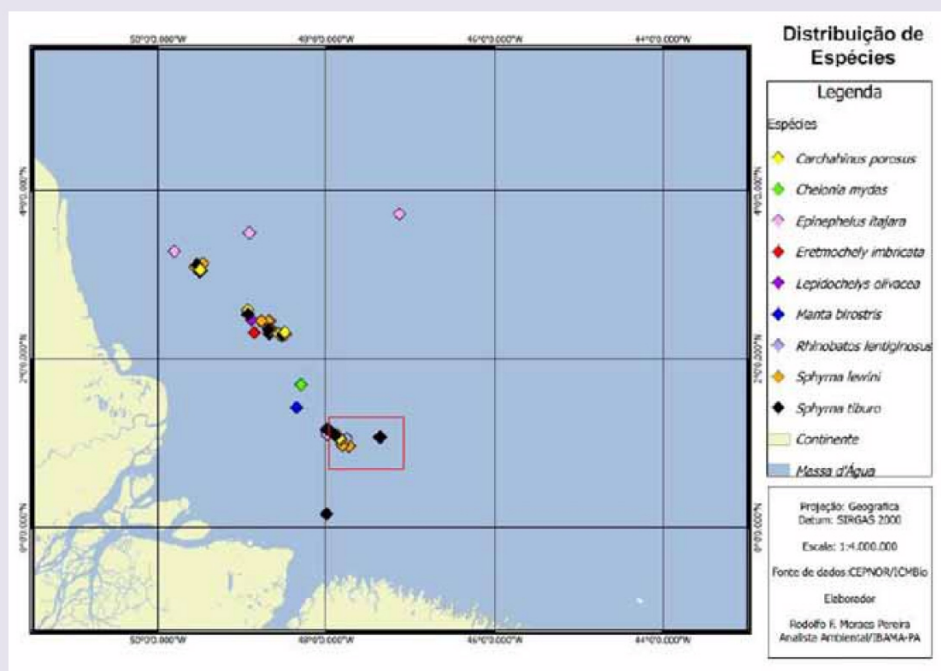


Fonte e Foto: Cepnor

O Centro realizou pesquisas variadas com o objetivo final de identificar espécies ameaçadas de extinção, impactadas pela pesca industrial, e desenvolver estratégias para a sua conservação. Em 2015 o maior impacto diagnosticado foi sobre as espécies de tubarão *Sphyrna tiburo*, *Sphyrna lewini* e *Carcharhinus porosus*. Além dessas, duas espécies de peixes ósseos (*Epinephelus itajara*, *Lutjanus purpureus*), três de tartarugas marinhas (*Chelonia mydas*, *Eretmochely imbricata*, *Lepidochelys olivacea*) e seis de elasmobrânquios foram também afetadas pela pesca industrial.

Através desses estudos foi também possível identificar duas áreas de agregação de espécies ameaçadas, especialmente elasmobrânquios neonatos (00°58'N, 01°02' N e 47°47'W, 47°58'W e 00°20'N, 01°10'N e 47°00'W, 47°55'W). Uma dessas coordenadas coincide com a área conhecida como “lixreira”, o que reafirma a importância deste pesqueiro como ponto de agregação e reprodução de espécies ameaçadas de tubarões, sendo essencial sua proteção permanente (Figura 6).

Figura 6. Distribuição geográfica de espécies ameaçadas capturadas na pesca industrial





Necropsia de *Prochilodus* sp no laboratório da Rebio Comboios, peixe que morreu no rio Doce



Cepta – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental

O Cepta elaborou nota técnica, que avaliou os impactos na biodiversidade aquática da bacia do rio Doce, provocados pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco Mineradora S.A e identificou os tributários com potencial de fornecer espécies para repovoar o rio Doce. Iniciou um banco genético *ex situ* com peixes ameaçados do rio Doce, para possíveis trabalhos de recuperação da ictiofauna

afetada. Em conjunto com o Parque Nacional do Jurueña, realizou expedição ao rio Jurueña, dando início ao monitoramento da ictiofauna do Parque. A ictiofauna que ocorre na calha do rio Jurueña é em parte resguardada pela existência do Parque Nacional do Jurueña, o qual abrange trecho do rio que segue em direção à sua foz no rio Tapajós. Contudo, caso os planos de implantação de várias usinas hidrelétricas na bacia do Tapajós venham a se concretizar, a ictiofauna da região deverá ser grandemente afetada. Em conjunto com a Universidade Estadual Paulista – UNESP, o Cepta mapeou as populações naturais de Piracanjuba (*Brycon orbignyanus*) e propôs área de conservação para a espécie, que servirá como espécie guarda-chuva. Com relação às pesquisas desenvolvidas no Cepta, destaca-se o “Laboratório de Biotecnologia de Peixes”, que atua na coleta, manutenção, reprodução e desenvolvimento de tecnologias avançadas em peixes, objetivando o estabelecimento de um efetivo banco genético *ex situ*. O Cepta participou da reunião de ordenamento da pesca para subsidiar a revisão do defeso na Região Amazônica e Bacia do Nordeste. Ao todo, os analistas do Cepta publicaram nove trabalhos científicos e participaram de 20 congressos.

Além disso, o Cepta executou ações prioritárias para a implementação de quatro PANs sob sua coordenação: PAN Paraíba do Sul – 11 espécies de peixes ameaçadas e uma de quelônio; PAN Rivelídeos – 125 espécies de peixes ameaçadas; PAN São Francisco – oito espécies de peixes ameaçadas; e PAN MSPG – 10 espécies de peixes ameaçadas. Dentre elas, destacam-se os cursos de capacitação para policiais ambientais sobre identificação de espécies ameaçadas de extinção, contempladas nos PANs Paraíba do Sul e PAN MSPG. Também foi realizada campanha de coleta na bacia do rio São Francisco, a fim de gerar informações primárias sobre o estoque de quatro espécies de peixes de interesse comercial (*Conorhynchus conirostris* – pirá, *Lophiosilurus alexandri* – pacamã, *Pseudoplatystoma corruscans* – surubim e *Salminus franciscanus* – dourado). Atualizou também as espécies ameaçadas desses PANs, visando medidas de conservação e a diminuição do risco de extinção, após a publicação da Portaria MMA nº 445/2014 (alterada pela Portaria MMA nº 98/2015). Ações de educação ambiental, pesquisa e articulação institucional também foram desenvolvidas.

Com relação à Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, foram consolidadas 224 fichas de espécies de peixes ameaçadas, para publicação do Livro Vermelho.

Devido ao início do projeto “Diagnóstico de peixes e invertebrados aquáticos continentais”, o Cepta, em conjunto com o Cepam e em parceria com o CNPq, passou a coordenar o projeto, que tem como objetivo a continuidade do processo de avaliação do estado de conservação dos peixes continentais do Brasil e a implementação dos planos de ação nacionais para peixes e invertebrados aquáticos brasileiros ameaçados de extinção.





Fonte: Cepene (Antônio Henrique)



Cepene – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste

Alinhado ao planejamento institucional do ICMBio, o Cepene realiza pesquisas e desenvolve atividades de monitoramento da biodiversidade marinha e avaliação do estado de conservação das espécies. Em 2015 o Centro retomou as atividades de monitoramento das pescarias mais impactantes sobre a fauna acompanhante, com ênfase nas espécies ameaçadas na costa nordeste.



CMA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos



Fonte: CMA (Fabia Luna)

Em 2015 o CMA, que foi reestruturado e teve a sua nova sede transferida para o município de Santos, em São Paulo, participou de fórum sobre conservação da toninha, articulando estratégias para conservação da espécie, como a execução do PAN Toninha. Integrou, como implementação do PAN de Pequenos Cetáceos, o grupo de discussão de minuta de portaria que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na autorização e desenvolvimento de atividades de interação intencional com a finalidade de lazer e/ou turismo com cetáceos e sirênios em águas jurisdicionais brasileira. Como efetivação do PAN Sirênios, executou a translocação de três espécimes de peixes-bois marinhos, além de ter participado, como representante brasileiro, nos fóruns internacionais sobre conservação de grandes cetáceos, em especial para execução da Comissão Internacional da Baleia – CIB, em cumprimento ao PAN Grandes Cetáceos.





Fonte: Cepsul (Guy Marcovaldi)



Cepsul – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul

O Cepsul, em 2015, ampliou áreas e metodologias de monitoramento da biodiversidade associada à atividade pesqueira artesanal e industrial no sul do Brasil, agregando também protocolos de monitoramento socioeconômico em unidades de conservação.

Em paralelo, a partir da publicação da Portaria MMA nº 445/2014 (alterada pela Portaria MMA nº 98/2015), que determina as espécies de peixes e invertebrados marinhos ameaçados de extinção, o Centro atuou ativamente na proposição de planos de recuperação e na disseminação de informação sobre as espécies ameaçadas, bem como na discussão e proposição de medidas e políticas para sua conservação.

Além disso, o ano de 2015 marcou o início das atividades do projeto “Ação integrada para melhoria do estado de conservação das espécies marinhas ameaçadas”, a partir da articulação dos centros nacionais de pesquisa e conservação da biodiversidade marinha do ICMBio. Coordenado pelo Cepsul e apoiado pelo CNPq, o projeto tem como foco ampliar a avaliação do estado de conservação das espécies marinhas, fortalecer e integrar processos de monitoramento da biodiversidade, otimizar ações de monitoramento e pesquisa nos PANs de ambientes costeiros e marinhos e propor novas metodologias para o desenvolvimento de planos com abordagem territorial e ecossistêmica, tendo o ecossistema de marismas (RS e sul de SC) como área piloto.



CPB – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros



Fonte: CPB (Adriano Gambarini)

O CPB publicou no site do ICMBio as fichas sobre o estado de conservação dos 139 primatas e dos 19 xenartros que tiveram seu risco de extinção avaliado. Dentre os cinco planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas de extinção coordenados pelo Centro, o destaque ficou para o *Saguinus bicolor*, que foi contemplado pelas campanhas “Ano do Sauim” e “S.O.S. Sauim” e foi abordado durante o 2º Workshop para Manejo de Calitriquídeos.

Foram realizados também inventários e diagnósticos sobre os primatas na Reserva Biológica do Jarú (RO) e Parque Nacional da Serra do Pardo (PA), no âmbito do projeto Primatas em Unidades de Conservação da Amazônia – PUCA.





Fonte e foto: CNPT



CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais

O CNPT tem a responsabilidade de possibilitar a incorporação dos saberes tradicionais aos processos de conservação da biodiversidade. Atua no desenvolvimento de projetos de manejo e de pesquisa, destacando-se: Manejo

Participativo de Tracajás, Caracterização da Atividade da Caça de Subsistência (ambos executados na Resex do Alto Tarauacá) e Etnoconhecimento Zooterápico de Populações Tradicionais (executado nas Reservas Extrativistas do Cazumbá-Iracema, do Alto Tarauacá e entorno da Resex Chico Mendes, além das Flonas Macauã e São Francisco, no estado do Acre). Acompanhou as ações de monitoramento de 24 ninhos de *Podocnemis expansa* na Resex Lago do Cedro, em Aruanã/GO, com a liberação de 2.014 filhotes da espécie em áreas próximas aos tabuleiros de desova, porém mais protegidos (em parceria com o RAN). Realiza pesquisa e manejo do turismo interativo com botos-vermelhos no Parque Nacional de Anavilhanas/AM.

Desenvolve estudos socioambientais, visando a ampliação de áreas protegidas no ecossistema manguezal, em processos de criação das Reservas Extrativistas Itapetininga, Porto Rico, Baía do Tubarão e Arapiranga Tromai (nesta última, em parceria com o Cepene), com o apoio do Projeto Manguezais do Brasil e da Coordenação de Criação de Unidade de Conservação – COCUC/DIMAN.

Em parceria com a Coordenação-geral de Populações Tradicionais – CGPT trabalha na facilitação do processo de elaboração de Perfil de Beneficiários nas Resex Marinha do Arraial do Cabo/RJ, do Rio Cajari/AP, Marinha da Baía do Iguape, de Canavieiras/BA, do Ciriaco, Chapada Limpa, do Quilombo Frechal/MA, Lago do Cedro/GO, do Alto Tauruacá, Chico Mendes/AC e Pirajuabaé/SC. Coordena o PAN Manguezal, que se estende por toda a costa brasileira, aprovado em portaria, em 2015, tendo sido publicado o Sumário Executivo. Na fase atual, encontra-se a elaboração de livro sobre o ecossistema manguezal e processo de elaboração do PAN, bem como os arranjos necessários para a continuidade de sua realização.



RAN – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios

Coordenou e executou ações de quatro PANs: Herpetofauna do Sul, Herpetofauna do Espinhaço, Herpetofauna do Nordeste e Herpetofauna do Sudeste. Além disso coordenou, em parceria com o Ibama e Cepta, outros dois PANs: Quelônios Amazônicos e Paraíba do Sul.



Fonte e foto: RAN



Foram concluídos o PAN Insular, com 51% das ações implementadas; um roteiro metodológico para inventários e monitoramentos populacionais de quelônios continentais, publicado pela Revista Biodiversidade Brasileira; e um manual técnico para o manejo conservacionista e monitoramento de quelônios amazônicos, a ser publicado pelo CNIA/Ibama.

Foram disponibilizados no *site* do ICMBio fichas e mapas resultantes da avaliação do risco de extinção dos quelônios continentais e dos crocodilianos. Realizaram-se expedições científicas nos diferentes biomas nacionais para inventariar áreas com lacunas amostrais de espécies da herpetofauna ameaçadas ou com dados insuficientes. O RAN também consolidou uma Área Técnica de referência em geoprocessamento e gestão de banco de dados geoespaciais. Além disso, ministrou cursos de educação socioambiental e manejo reprodutivo de quelônios da Amazônia por demanda de UCs.

Por mais de duas décadas, o Centro tem coordenado e executado projetos de pesquisa e socioambientais na região do médio Araguaia, visando a proteção, educação e manejo para a conservação dos quelônios e crocodilianos historicamente explorados pelo turismo desordenado e o comércio ilegal local.



Fonte e Foto: Tamar

“tartarugueiros”, monitores e pesquisadores. Com este esforço, houve um incremento médio de 10% no número de desovas por temporada.

Também foi feito o monitoramento de esforço de pesca e de índices de captura e de mortalidade por pescarias prioritárias, ou seja, aquelas que interagem mais fortemente com as espécies de tartarugas marinhas – este monitoramento é efetuado nos principais portos de pesca que acolhem essas frotas, e por meio de observadores de bordo, que embarcam em viagens de pesca para coletar informação e testar medidas mitigadoras para cada caso.

O Centro realizou a oficina de elaboração do PAN Tartarugas Marinhas Fase II, em novembro, em Regência, Linhares, no Espírito Santo.

Em função do desastre ambiental do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG, o Centro Tamar atuou, desde o início, nas áreas de desova de tartarugas marinhas, próximas da foz do rio Doce, contemplando estratégias de coleta de dados de toxicologia, de qualidade ambiental das praias de desova e efetuando transposições de ninhos, localizados em áreas impactadas pela lama do rejeito. Ademais, tem atuado como ponto focal do ICMBio para o tema, em articulação com outras unidades do ICMBio, Ibama, MMA e órgãos ambientais estaduais e municipais, universidades e Marinha do Brasil.

Além disso, o Tamar integrou o conjunto de autores de 12 publicações científicas, abordando temas de biologia e ecologia de tartarugas marinhas – revistas internacionais, nacionais e eventos, tendo analistas ambientais como autores ou coautores.



Tamar – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas

O Tamar, em 2015, realizou o acompanhamento dos processos de reprodução de tartarugas marinhas, que compreendem o registro de desovas e de nascimento de filhotes nas praias e, ao mesmo tempo, a proteção dessas áreas, mediante a presença constante de





Relatório de Gestão - 2015

Foto: Rubens Matsushita



POPULAÇÕES TRADICIONAIS, CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Inclusão social e políticas públicas

Para propiciar condições de inclusão social às populações tradicionais beneficiárias das unidades de conservação federais de uso sustentável e possibilitar o acesso às políticas públicas e aos programas específicos destinados a esses grupos, o ICMBio tem o importante papel de buscar soluções interinstitucionais efetivas, em articulação com lideranças, organizações representativas locais e movimentos sociais. Cabe ainda ao Instituto planejar, juntamente aos demais órgãos competentes, as estratégias para o atendimento desse objetivo, respeitando as especificidades das populações envolvidas.

Cabe assinalar que, a despeito dos desafios implicados, pode-se registrar, com relação ao ano de 2015, importantes iniciativas promovidas pelo ICMBio que se destacaram em função de seu caráter estruturante, cujas ações mostram-se especialmente relevantes porque concorrem para que, em longo prazo, seja propiciado um acesso mais abrangente das famílias extrativistas aos programas e às políticas públicas que estão voltados às comunidades tradicionais. Neste sentido, cumpre sublinhar as ações que foram viabilizadas a partir do cadastramento de beneficiários de unidades de conservação com populações tradicionais.

Políticas universais e específicas

Objetivando viabilizar a ampliação do acesso das comunidades tradicionais beneficiárias de unidades de conservação federais a diversas políticas universais (como as de saúde, educação e segurança, entre outras), o ICMBio priorizou, no ano de 2015, os esforços de cadastramento e as ações de diagnóstico produtivo e de políticas públicas nas 77 áreas protegidas que são foco dessa iniciativa, medidas por meio das quais se buscou alcançar a maioria das populações extrativistas reconhecidamente beneficiárias desses espaços.

Como resultado de tal esforço, destaca-se a promoção de direitos no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde – PBV),

do Programa Luz para Todos e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

Cadastramento de beneficiários das UCs com populações tradicionais

Nos anos de 2014 e 2015, foi finalizada a coleta de dados referentes às famílias que vivem em 77 unidades de conservação de uso sustentável ou que dependem dessas áreas protegidas para seu sustento e reprodução social. Esse trabalho contou com o apoio dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e com a parceria com a Universidade Federal de Viçosa. Além dos dados relativos às famílias, também foram coletados dados sobre o acesso a serviços e políticas públicas, bem como dados referentes à produção e às ações para a conservação ambiental.

Para essa ação foram necessárias mais de 900 pessoas em campo, entre coordenadores de campo, entrevistadores e guias locais, e cerca de mil diárias de embarcações. Em razão da dificuldade de acesso a diversas unidades de conservação federais, foi necessária a utilização de praticamente todos os meios de transporte, como avião, camionete, carros, motos, mula e barcos. Em alguns casos, o entrevistador teve que caminhar oito horas para entrevistar uma única família, isolada.





Foram cadastradas cerca de 57 mil famílias, com informações sobre escolaridade e porte de documentos de aproximadamente 280 mil pessoas



Tabela 3. Número de famílias cadastradas por UC

UF	nº UCs	nº de Famílias	%
PA	25	27974	49,31
BA	4	8944	15,76
AC	8	3552	6,26
AM	16	3723	6,56
MA	5	2320	4,09
PI/MA	1	2193	3,86
AL	1	1716	3,02
RJ	1	1610	2,83
PB/PE	1	1438	2,53
RO	6	803	1,41
CE	2	621	1,09
TO	1	227	0,4
SC	1	88	0,15
AP	2	1413	2,49
GO	2	76	0,13
SP	1	22	0,03
Total	77	56.720	100,00

Os resultados dessa ação foram apresentados em seis seminários para os gestores das unidades e lideranças locais, a fim de corrigirem e validarem as informações coletadas nos seguintes eixos: a) Caracterização do Grupo Familiar; b) Caracterização da Área de Moradia e Uso; c) Educação e Saúde, Acesso a Serviços; d) Produção e Comercialização; e) Uso da Terra e Práticas de Conservação; f) Renda; g) Organização Social, Aspectos Ambientais; e h) Relação com a Gestão da Unidade.

Como resultado de tais esforços, diversas informações importantes foram geradas com vistas à definição de estratégias e ao subsídio da implementação de políticas públicas de maneira mais assertiva.

Para o gerenciamento dos dados relativos às famílias, o ICMBio desenvolveu um sistema chamado de Sistema de Informações das Famílias em UCs Federais – Sisfamília. O sistema está em sua primeira versão e, entre outros aspectos, propicia a pesquisa de informações sobre o total de famílias por região e por unidade de conservação, podendo-se verificar a localização geográfica, em imagem de satélite, das respectivas moradias, além de se ter acesso às fotografias dessas famílias e de se poder gerar relatórios referentes, por exemplo, ao porte de documentos e à escolaridade.





Seminário para os gestores das unidades e lideranças locais

Ainda no que se refere à ação de cadastramento das famílias, cumpre ressaltar que, após a coleta de dados em campo e apresentação de resultados para validação, deve-se definir o perfil da família beneficiária e homologar a lista de famílias beneficiárias. Com efeito, os resultados obtidos a partir da ação de cadastramento servem de subsídio para a discussão posterior, que envolve, necessariamente, a realização de diversas oficinas comunitárias para a elaboração

de uma proposta apta a ser levada à apreciação do conselho da respectiva UC. Um exemplo claro de como esses subsídios podem ser úteis com vistas a se qualificar o processo de definição do perfil de família beneficiária de uma unidade de conservação de uso sustentável pode ser observado à luz do caso da Resex Marinha de Soure, conforme ilustrado na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4. Subsídios resultantes do cadastramento que são utilizados no processo de definição do perfil de família beneficiária da Resex Marinha de Soure

Característica	Observações
Laços de ancestralidade	Os laços de ancestralidade são cruciais no que tange à transmissão do conhecimento necessário para a realização das atividades do dia-a-dia: quase 70% apontaram que aprenderam a desempenhar tais atividades através de seus ancestrais – avós e pais.
Principais atividades de ocupação	Em termos de ocupação, percebe-se que a pesca e os cuidados com as atividades da casa são as principais atividades realizadas pelos responsáveis familiares e seus respectivos cônjuges. Isto demonstra que parte significativa das famílias depende do acesso aos recursos da UC para sua sobrevivência.
Valorização da UC e do local onde vivem	Os dados apontam que 98,48% responderam que gostam do lugar onde vivem. Essas respostas estão associadas, principalmente, a questões referentes a laços de solidariedade, autonomia, contato com a natureza e segurança alimentar, dentre outros.



Além dos subsídios gerados a partir da referida ação de cadastramento, foi produzido um documento de orientação aos gestores das UCs para facilitar o desenvolvimento do processo de discussão e elaboração do perfil de família beneficiária.

Figura 7. Orientação para discussão do perfil das famílias beneficiárias



No final do ano de 2015, doze unidades definiram o seu perfil de família beneficiária.

Bolsa Verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde – PBV) é a base de uma ação estruturante de fortalecimento do extrativismo nas UCs. O PBV teve seu início no ano de 2011, com 4.170 beneficiários.

No ano de 2015, o PBV atingiu o número de 25.123 beneficiários em 68 unidades de conservação federais, propiciando melhores condições de vida a famílias em situação de extrema pobreza que exercem atividades de conservação dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

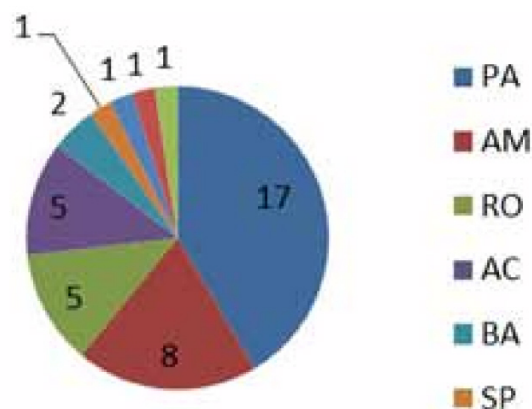
Contrato de Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU

A celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com as organizações representativas das comunidades beneficiárias de unidades de conservação de uso sustentável permite que essas coletividades obtenham o reconhecimento formal do seu direito de uso ao território tradicionalmente ocupado. Além de atender à reivindicação histórica das populações tradicionais contempladas por tais concessões, o reconhecimento formal do direito de ocupação e uso dos territórios protegidos é fundamental para se viabilizar o acesso às políticas públicas e aos programas sociais extensíveis às comunidades em questão. Neste sentido, até 2015 foram emitidas 41 concessões às famílias beneficiárias de UCs, distribuídas nos seguintes estados:

Tabela 5. Número de CCDRU por UF

UF	nº de CCDRU
PA	17
AM	8
RO	5
AC	5
BA	2
SP	1
SC	1
RJ	1
MA	1
Total	41

Gráfico 18. Número de CCDRU por UF



Luz para Todos

No ano de 2015, o ICMBio articulou com o Ministério de Minas e Energia – MME a inclusão de UCs no Programa Luz para Todos. Assim, foram elaboradas as curvas de cargas, tanto residenciais como de prédios públicos, para a Resex Verde para Sempre, no Pará. Com início da implantação em 2016, o Projeto de Referência da Resex Verde para Sempre tem o objetivo de atender às famílias que vivem naquela região, o que se dá por intermédio do Programa Luz para Todos, que leva a energia elétrica até suas residências a partir de geradores solares. Serão utilizados painéis fotovoltaicos com a conversão para corrente alternada. Essa solução já foi implantada no atendimento de comunidades ribeirinhas nos estados do Amazonas, Acre, Pará e Maranhão.

Pronatec

Assim como o Programa Bolsa Verde, o Pronatec foi criado no âmbito das discussões do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM. É parte da estratégia de inclusão produtiva e tem como público:

1. estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
2. trabalhadores (compreendidos aqui agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores); e
3. beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

A qualificação e a capacitação tecnológicas são ferramentas poderosas para criar bases para o desenvolvimento das cadeias produtivas nas unidades de conservação.

Com efeito pode-se destacar, com base no diagnóstico socioprodutivo realizado pelo ICMBio em UCs de uso sustentável, que prevalece o cenário de um

grande leque de produtos disponíveis nesses territórios, mas baixa organização produtiva nas comunidades e pouquíssimo acesso a capacitações e assistência técnica. Neste sentido, o Pronatec é um programa que pode proporcionar uma mudança de realidade e uma abertura de horizontes por meio da qualificação profissional voltada às potencialidades locais.

Cabe ressaltar, não obstante, o desafio que envolve a implementação deste Programa em UCs: há um conjunto de etapas e articulações indispensáveis para que as ações previstas se tornem factíveis diante da dificuldade de acesso, do isolamento das comunidades, grandes distâncias e da agenda de trabalho cotidiana nas UCs.

No ano de 2015 foram abertos cursos para beneficiários em nove UCs com aproximadamente 800 vagas. Os cursos foram diversificados e buscaram atender às demandas de capacitação locais.

Produção e uso sustentável

Com o objetivo de fortalecer a gestão das áreas protegidas com foco na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento socioambiental, as ações do ICMBio pautam-se, no caso das Resex, Flonas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, pelo incentivo às estratégias promissoras de produção extrativista e de uso sustentável dos recursos naturais, bem como pelo subsídio à formulação e à implementação de políticas públicas universais e específicas voltadas às comunidades tradicionais beneficiárias das UCs. Tem-se, desta forma o uso sustentável de recursos naturais, assim como o próprio controle social nas áreas protegidas, como estratégia para a conservação da biodiversidade, para o alcance dos objetivos de criação das UCs e para o fortalecimento da gestão e do papel do ICMBio.

Neste sentido, as ações do ICMBio contemplam esforços ou têm interface orientada para:



- Fortalecimento da gestão das instituições das comunidades tradicionais para a organização produtiva;
- Assessoria técnica para manejo e beneficiamento dos produtos;
- Capacitação dos extrativistas nas ações de manejo;
- Intercâmbios entre experiências produtivas e cooperação técnica;
- Pesquisa e inovação tecnológica; e
- Estudo e mapeamento de arranjos produtivos.

A partir desses componentes, o ICMBio tem oferecido apoio à consolidação de cadeias produtivas; elaboração, execução e monitoramento de projetos de manejo da fauna, flora e de recursos pesqueiros; formulação e implementação de políticas que possibilitem o acesso das populações tradicionais em UCs às atividades de assistência técnica e aos mercados institucionais; articulação direta com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Serviço Florestal Brasileiro – SFB, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e outras instituições com papel importante com vistas a se viabilizar o acesso das populações tradicionais das UCs às diferentes políticas governamentais afetas à questão produtiva.

Promoção do uso sustentável de recursos naturais em Resex, Flona e RDS

- **Manejo florestal madeireiro comunitário**

Até 2015 foram aprovados cinco Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS Comunitário na Amazônia brasileira. Esses Planos estão relacionados às seguintes áreas protegidas: Resex Chico Mendes/AC; Resex Ituxi/AM; Flona do Purus/AM; Flona do Tapajós/PA; e Resex Verde para Sempre/PA.

- **Manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*)**

O manejo do pirarucu em lagos vem sendo trabalhado nas Resex Ituxi, Rio Unini, do Rio Jutai, do Baixo Juruá, do Médio Purus, do Médio Juruá e Auatí-Paraná, todas no estado do Amazonas. Com o estabelecimento de cotas anuais pelo Ibama e, juntamente ao ICMBio, com envolvimento direto das comunidades no controle social, tem-se obtido ótimos resultados referentes à conservação da espécie.

- **Manejo de fauna (*Melanosuchus niger* e *Caiman crocodilus*)**

O manejo de crocodilianos é realizado na Resex do Lago do Cuniã/RO com envolvimento direto das 93 famílias beneficiárias dessa unidade de conservação. As cotas de abate anuais são estabelecidas pelo ICMBio seguindo as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 28, de 05/09/2012.

- **Iniciativas produtivas**

Dentre as diversas iniciativas de inclusão produtiva para UCs em que o ICMBio está diretamente envolvido, estão a produção de óleos (região do Bico do Papagaio); o manejo e boas práticas para beneficiamento da castanha do Brasil (baixo rio Negro, sul do estado do Amazonas e Amapá); a produção de borracha natural (sul do estado do Amazonas, região de Santarém e Acre); a produção, o beneficiamento e a comercialização de açaí (região do Marajó, médio Solimões, região de Santarém, Acre e Terra do Meio); e a pesca tradicional nas Resex Marinhas do Salgado Paraense.

Consolidação territorial

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC determina que as áreas particulares inseridas nos limites das UCs de posse e domínio públicos (especificadas na Tabela 6, por categoria de manejo) deverão ser desapropriadas, nos termos do que dispõe o Decreto-lei nº 3.365, de 1941, ou a Lei nº 4.132, de 1962.



Tabela 6. Unidades de conservação federais de posse e domínio públicos

CATEGORIA	ÁREA (Milhões de ha)
Estação Ecológica	7,50
Floresta Nacional	16,40
Parque Nacional	25,30
Reserva Biológica	3,90
Reserva Extrativista	12,50
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0,10
Total	65,70

Regularização fundiária

As ações da Coordenação de Regularização Fundiária – COREG abrangem a transferência de domínio de terras públicas, desapropriação de imóveis e indenização de benfeitorias, compensação de reserva legal e apoio técnico à Procuradoria Federal Especializada nas desapropriações judiciais, além do controle da malha fundiária e a avaliação de imóveis rurais.

Foram emitidas, no ano de 2015, 49 certidões de habilitação para compensação de reserva legal, que totalizaram 127.847,00 hectares a serem doados ao ICMBio por meio do mecanismo da compensação de reserva legal. A relação de imóveis já habilitados foi disponibilizada aos interessados no *site* da autarquia (<http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/compensacao-de-reserva-legal.html>).

Foram doados ao ICMBio, a título de compensação de reserva legal, 2.009,62 hectares, distribuídos nos Parques Nacionais de Ilha Grande, Grande Sertão Veredas, Serra da Canastra, Itatiaia, Araucárias e Serra da Bodoquena.

Em 2015 cinco unidades de conservação foram repassadas, totalizando 627 mil hectares regularizados no ano. De 2012 a 2015, 21 unidades de conservação receberam Certificado de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU no bioma Amazônia e dois no bioma Mata Atlântica, totalizando 23 unidades de conservação atendidas por CCDRU.

No que tange à indenização de imóveis privados, em 2015 foram desapropriados 2.486,27 hectares, distribuídos nos Parques Nacionais da Serra Geral/RS/SC, de Itatiaia/RJ, da Serra do Itajaí/SC, da Serra da Bodoquena/MS, da Chapada Diamantina/BA e das Araucárias/SC, Reservas Biológicas de Pedra Talhada/PE/AL, da Mata Escura/MG e de Una/BA; Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins BA/TO; e na Reserva Extrativista do Ciríaco/MA, perfazendo R\$ 4.149.920,95 em indenizações.

O resultado do Edital de Concorrência Pública nº 02/2015 possibilitou a emissão de ordens de serviço para execução de atividades de avaliação de imóveis e benfeitorias, certificação de imóveis rurais, elaboração

de cadeia dominial sucessória e instrução processual em 18 unidades de conservação (Reserva Biológica da Mata Escura/MG; Parques Nacionais da Serra da Canastra/MG, de São Joaquim/SC, da Serra do Itajaí, Serra de Itabaiana/SE, da Serra da Bocaina/RJ/SP, Restinga de Jurubatiba/RJ, da Chapada dos Guimarães/MT, da Serra da Bodoquena/MS, da Serra das Lontras/BA e do Catimbau/PE; Estações Ecológica da Serra Geral do Tocantins BA/TO, da Mata Preta e de Murici/AL).

No ano de 2015 foi lançado o Sistema de Informações sobre Consolidação Territorial de Unidades de Conservação Federais – Sigterra visando qualificar a gestão e o compartilhamento das informações que versam sobre consolidação territorial das unidades de conservação federais. O Sistema possibilitará ao ICMBio o acompanhamento, em tempo real, de processos administrativos e judiciais de obtenções de terras, de imóveis já adquiridos, de CCDRU e de demarcação e sinalização das UCs federais.

Para dinamizar os procedimentos de aquisição de imóveis inseridos em UCs, superar as deficiências operacionais e qualificar as informações acerca da situação fundiária das unidades de conservação, foram celebrados contratos de prestação dos serviços técnicos na área de engenharia consultiva. Esses serviços têm por escopo subsidiar a feitura de atos administrativos, conduzidos pelo ICMBio, no âmbito de suas políticas públicas de consolidação territorial.

Consolidação de limites

A Divisão de Consolidação de Limites – DCOL/CGTER é responsável pela verificação de limites, disponibilização dos arquivos vetoriais e produção do *layout* do mapa das UCs, pela sinalização especificamente dos limites oficiais (sinalização de perímetro) e pela demarcação das unidades.

Com relação ao ano de 2015, a Divisão de Consolidação de Limites realizou 19 verificações de limites, com revisão e refinamento das poligonais das seguintes UCs, a seguir discriminadas: três Áreas de Proteção Ambiental (Carste de Lagoa Santa/MG; do Igarapé Gelado/PA; Serra da

Tabatinga, MA/PI); três Estações Ecológicas (da Serra das Araras/MT; de Caracará/RR; Niquiá/RR); três Florestas Nacionais (de Açú/RN; de Brasília/DF; do Tapirapé-Aquiri/PA); quatro Parques Nacionais (da Serra do Cipó/MG; da Serra do Itajaí/SC; de Anavilhanas/AM; de Ilha Grande/MS/PR); quatro Reservas Biológicas (Bom Jesus/PR; da Mata Escura/MG; das Araucárias/PR; do Rio Trombetas/PA); duas Reservas Extrativistas (de Canavieiras/BA; Maracanã/PA).

As unidades de conservação federais cujos limites foram verificados em 2015 tiveram seus dados atualizados na base de dados oficial do ICMBio neste mesmo ano. Destaca-se que os dados geoespaciais relacionados aos limites das UCs, como tabelas de áreas e o mapa oficial das unidades de conservação federais, estão intrinsecamente ligados à verificação de limites e também foram atualizados. Por sua vez, a atualização das informações geoespaciais de limites das UCs é uma ação realizada trimestralmente, e sua disponibilização é feita de forma contínua no *site* do ICMBio e no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. O trabalho envolve atualização de tabelas, dos *shapefiles*, do Keyhole Markup Language – KML, geração de novo mapa das unidades, entre outras providências.

O serviço especializado de demarcação necessita de profissional habilitado e exige conhecimento técnico aprofundado em geoprocessamento e georreferenciamento de imóveis rurais. Assim, este processo é, em geral, objeto de contratação. A elaboração do termo de referência, o acompanhamento e a fiscalização de todas as etapas demarcatórias e a correção das peças técnicas são executadas na divisão de consolidação de limites, com apoio dos gestores das UCs.

Em 2015 a Divisão de Consolidação de Limites acompanhou a execução dos contratos que tratam da demarcação de limites das Florestas Nacionais de Itaituba I/PA, de Itaituba II/PA, de Altamira/PA, do Crepori/PA, do Amaná/PA, do Trairão/PA, de Jacundá/RO, do Jatuarana/AM, do Macauã/AC e de São Francisco/AC. Os contratos estão em vigência e as atividades estão sendo desenvolvidas.



Essas demarcações têm apoio do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – KFW. Ademais, em 2015 foi executada a demarcação da Reserva Biológica do Guaporé, estando as peças técnicas finais em análise.

A Divisão também acompanhou a sinalização de 11 unidades de conservação federais: Florestas Nacionais de Itaituba I, de Itaituba II, de Altamira, do Crepori, do Amaná, de Altamira, do Trairão, de Jacundá, do Jatuarana, do Macauã e de São Francisco. Estão vigentes os contratos nºs 52/2014, 53/2014, 54/2014, 55/2014 e 56/2014, que também tratam da sinalização de perímetro das unidades de conservação, com suas atividades sendo desenvolvidas mediante apoio do Projeto KFW.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A gestão socioambiental constitui-se como área de interface entre diferentes linhas de ação do ICMBio, contribuindo para a elaboração, implementação, avaliação e revisão de instrumentos de gestão pública da biodiversidade. Visa promover a conservação e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das UCs e dos centros nacionais de pesquisa e conservação. Sua atuação é pautada pela valorização da participação social, pelo diálogo interinstitucional e pelo desenvolvimento de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade.

Divisão de Gestão Participativa – DGPAR

O objetivo da gestão participativa é estimular o envolvimento da sociedade civil na gestão dos espaços especialmente protegidos, para que colabore com os processos de tomada de decisão de forma qualificada, promovendo o fortalecimento das resoluções institucionais, em especial junto aos conselhos das UCs.

Conselhos de unidades de conservação federais

Os conselhos das UCs constituem importante instrumento com vistas à efetividade das ações de conservação ambiental, contribuindo para o envolvimento e a participação da sociedade no estabelecimento de diretrizes e ações para a gestão dessas áreas protegidas. Sua implementação é prevista na Lei nº 9.985/2000, que institui o SNUC, bem como no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – Pnap, instituído através do Decreto nº 5.758/2006.

Ao longo de 2014 foram criados onze conselhos gestores de unidades de conservação federais, e em 2015 foram instituídos outros oito, o que, perfazendo um total de 271 conselhos criados, conduziu à marca de 84,7% de unidades de conservação federais com esses fóruns participativos já estabelecidos. A este respeito, e com relação ao biênio 2014–15, a listagem dos conselhos criados e das correspondentes Portarias de instituição está especificada a seguir:



Tabela 7. Listagem dos conselhos criados e das correspondentes Portarias de instituição

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PORTARIA ICMBIO (Nº)
Parna dos Lençóis Maranhenses	Portaria 16/2014
Esec do Jari	Portaria 20/2014
Rebio da Mata Escura	Portaria 60/2014
Flona de Caçador	Portaria 67/2014
APA do Igarapé Gelado	Portaria 73/2014
Rebio da Contagem	Portaria 90/2014
Esec Raso da Catarina	Portaria 105/2014
APA da Bacia do Rio Descoberto	Portaria 133/2014
Arie Mata de Santa Genebra	Portaria 135/2014
Flona do Bom Futuro	Portaria 138/2014
Parna das Nascentes do Rio Parnaíba	Portaria 142/2014
Rebio de Santa Isabel	Portaria 12/2015
Mona do Rio São Francisco	Portaria 29/2015
Arie Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	Portaria 37/2015
Flona do Ibura	Portaria 38/2015
Revis de Boa Nova	Portaria 39/2015
Parna de Boa Nova	Portaria 40/2015
Parna de Ilha Grande	Portaria 44/2015
Arie Serra da Abelha/ Rio da Prata	Portaria 50/2015



Em termos percentuais, 90% das unidades de conservação federais que contam com equipes gestoras já possuem seus conselhos constituídos, 2% estão com tais conselhos em processo de formação e outros 8% não possuem procedimentos iniciados para a sua constituição.

Cabe ressaltar que, em janeiro de 2016, existem cinco unidades de conservação federais desenvolvendo atividades para a criação dos seus respectivos conselhos gestores:

- Parna da Furna Feia;
- RDS Nascentes Geraizeiras;
- Parna do Jamanxim;
- Flona do Rio Preto; e
- Revis da Ilha dos Lobos.

Com a ampliação do número de conselhos gestores e o consequente alcance da marca de quase 85% das UCs com esses fóruns participativos já instituídos, o ICMBio passa a direcionar esforços para qualificar e dar efetivo funcionamento à atuação dessas instâncias de diálogo com a sociedade, de modo que tais fóruns possam ampliar sua contribuição para a gestão das áreas protegidas e para a conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, o Instituto Chico Mendes editou a Instrução Normativa nº 09/2014, sobre conselhos gestores de UCs, que, dentre seus avanços, unifica as diretrizes institucionais para a formação, implementação, monitoramento e avaliação dos conselhos deliberativos e consultivos, a partir de uma abordagem territorial; amplia a legitimidade na composição e representação dos setores que se relacionam com os usos do território de influência das UCs.

Além disso, fortalece o papel das coordenações regionais, que passaram a acompanhar a agenda de criação e emitir portarias de modificação na composição dos conselhos, homologando administrativamente o quantitativo de vagas e a lista das instituições representativas dos setores.

Por fim, a Instrução Normativa introduz o conceito de planejamento, monitoramento e a avaliação de efetividade dos conselhos como ferramenta de gestão desses espaços.

Associada à nova Instrução Normativa, foi lançada a publicação intitulada Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: um guia para gestores e conselheiros (Figura 8), que constitui um esforço institucional inédito na orientação à formação, implementação, monitoramento e avaliação dos conselhos deliberativos e consultivos.

Figura 8. Capa do Guia dos Conselhos Gestores



O Guia dos Conselhos está disponível em meio digital no site do ICMBio, podendo ser acessado através do link: <http://www.icmbio.gov.br/porta/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>.

Comunidade de Gestão Participativa

Foi criada, em parceria com o World Wildlife Fund – WWF, a comunidade de gestão participativa em Áreas Protegidas, que atua como uma rede de estudos da qual participam servidores de órgãos ambientais, lideranças comunitárias, consultores e acadêmicos.



O resultado dos trabalhos foi debatido e sistematizado em uma publicação com previsão de lançamento em 2016. Outros temas relacionados à gestão participativa de unidades de conservação serão abordados no âmbito dessa iniciativa, com o objetivo de apresentar análises e proposições para os órgãos gestores de UCs e para a sociedade envolvida.

Ciclo de capacitação em gestão participativa

Desde 2010 a Divisão de Gestão Participativa – DGPAR oferece uma formação para gestores públicos, o Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa, que tem como objetivo principal capacitar para o aprimoramento da gestão ambiental por meio da participação social. O curso visa contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do ICMBio, ao qualificar a interação das equipes gestoras com os diversos segmentos da sociedade em busca da efetividade da conservação e do uso sustentável da biodiversidade.

Ao longo do curso são elaborados e executados projetos ligados aos mais diversos temas de gestão junto às unidades de conservação, coordenações regionais e centros de pesquisa do Instituto.

Entre os anos de 2014 e 2015 foram concluídas a 4ª e 5ª edições do Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa e a 6ª edição foi iniciada, com previsão de conclusão para o 2º semestre de 2016. O Ciclo é voltado tanto para servidores do ICMBio quanto para representantes de órgãos estaduais de meio ambiente, envolvendo até hoje mais de 150 técnicos e gestores públicos, conforme a Tabela 8.

Segundo dados da Coordenação-geral de Gestão de Pessoas, a formação em gestão participativa é uma das maiores demandas do quadro técnico à Educação Corporativa do Instituto, e dispõe da melhor avaliação pedagógica e de impacto local.

Tabela 8. Servidores capacitados em gestão participativa

Edição/ano	Servidores ICMBIO	Servidores OEMAs/MMA/IBAMA
1º Ciclo (2010)	36	5
2º Ciclo (2011)	26	4
3º Ciclo (2012)	28	4
4º Ciclo (2013)	26	3
5º Ciclo (2014)	20	5
TOTAL	136	21



Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa – COEDU

Uma das competências do ICMBio é implementar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental – Pnea e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – Encea nas UCs e nos centros de pesquisa para conservação. Para tanto, busca-se fortalecer de ações institucionais finalísticas por meio de processos educativos que promovam a cidadania ambiental, a sociobiodiversidade e a conservação da biodiversidade.

Mais especificamente, as ações de educação ambiental contribuem para o aperfeiçoamento dos instrumentos e processos de gestão do ICMBio na medida em que promovem e qualificam a atuação da sociedade na gestão pública da biodiversidade, particularmente que no que se refere às UCs. Para a implementação de tais ações, a Coordenação de Educação Ambiental conta com as seguintes estratégias:

- Formação de educadores ambientais;
- Promoção da educação ambiental nas UCs e centros de pesquisa para conservação;
- Comunicação e produção de materiais pedagógicos; e

- Articulação intra e interinstitucional, de modo a contribuir para a qualificação dos processos de gestão das unidades de conservação.

Formação de educadores ambientais

Desde 2011 a COEDU promove um curso de formação em educação ambiental, que em 2014 passou a compor o Curso de Gestão Socioambiental por intermédio da linha temática “Educação ambiental na gestão pública da biodiversidade”. Essa linha temática é aberta para a participação de servidores do ICMBio, de representantes da sociedade civil no interior e entorno das unidades de conservação e de representantes de outros órgãos do Sisnama. Em 2015 foi concluída a 3ª edição do curso e iniciada sua 4ª edição.

A formação em educação ambiental tem sido um importante catalisador na formulação e implementação de ações e projetos estruturados de educação ambiental no âmbito das unidades descentralizadas do ICMBio. Essa formação tem apresentado uma das melhores avaliações no âmbito da educação corporativa, em especial no quesito relativo à avaliação das chefias quanto à melhora na atuação profissional do cursista após a conclusão do curso.

Tabela 9. Número de pessoas capacitadas em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Edição/ano	Servidores ICMBIO	Parceiros do ICMBio
1ª Edição (2011)	28	15
2ª Edição (2011)	18	14
3ª Edição (2011)	14	9
4ª Edição (2011)	12	15
Subtotal	72	53
TOTAL	125	



Tabela 10. Número de projetos elaborados na formação em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Edição/ano	Número de cursistas	Número de projetos elaborados
1ª Edição (2011)	43	09
2ª Edição (2012)	32	09
3ª Edição (2014)	23	20
TOTAL	98	38

Promoção da educação ambiental nas unidades de conservação e nos centros de pesquisa para conservação

Em 2015 a COEDU apoiou 68 ações/projetos de educação ambiental implementados em unidades de conservação e centros de pesquisa, atingindo em torno de 4.619 pessoas. Foram programas, projetos estruturados, ações continuadas e ações pontuais de educação ambiental.

Essas ações e projetos de educação ambiental envolveram diversos sujeitos, tais como comunidades em geral, jovens em unidades de conservação, pescadores tradicionais, comunidades escolares, gestores, produtores rurais, conselheiros, lideranças comunitárias, mulheres extrativistas e extrativistas em geral.

Em 2015 foram capacitados 1.041 jovens em unidades de conservação, o que representa quase 25% do total de pessoas capacitadas em processos apoiados ou coordenados pela COEDU. Também foi expressiva a capacitação de pescadores tradicionais (12%) e comunidade escolar (11%).

Comunicação e produção de materiais pedagógicos

Em 2015 a COEDU continuou a desenvolver ações para a implementação da Encea por meio da manutenção de seus canais de comunicação, da produção de material educativo audiovisual e da divulgação das ações de educação ambiental. A COEDU possui três canais de comunicação e divulgação de informações sobre educação ambiental:

- o site da COEDU, hospedado no portal do ICMBio (<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/>);
- o canal Educachico (www.youtube.com/user/educachico); e
- a página no Facebook (www.facebook.com/educachico?fref=ts).

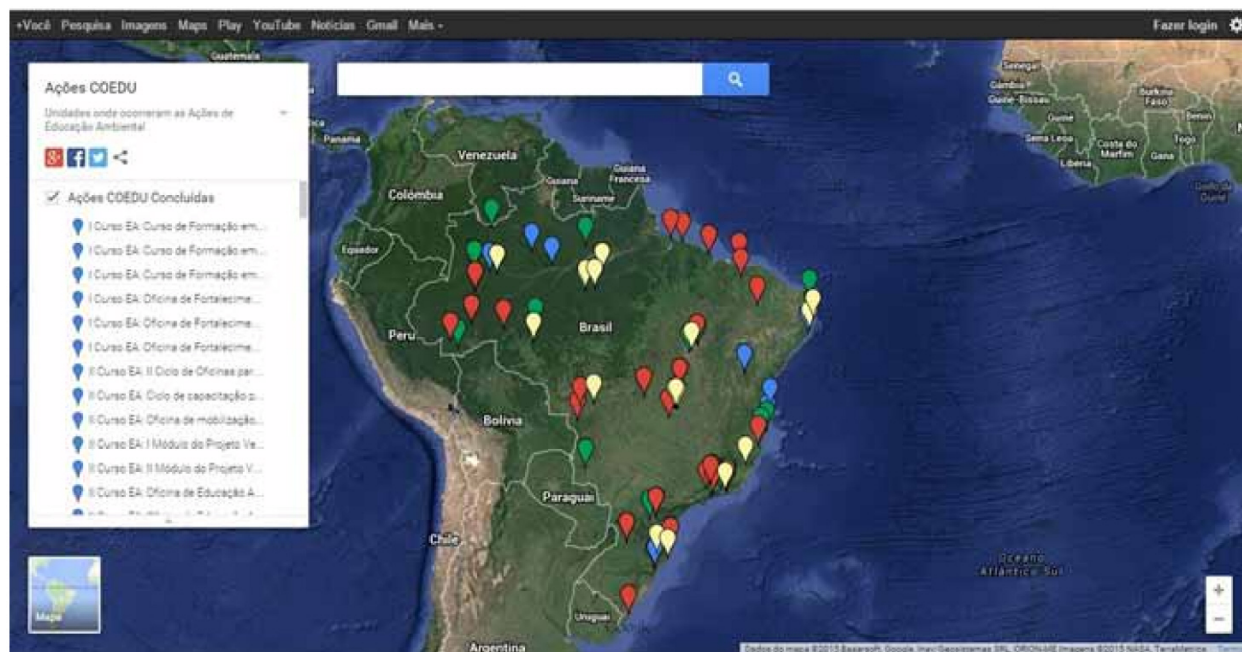
Além disso, em 2015 a COEDU continuou a sistematizar informações sobre ações e projetos de educação ambiental desenvolvidos pelo ICMBio, a serem inseridos no mapa de ações de educação ambiental, disponível no site da COEDU (<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/acoes.html>).

Também em 2015, foram lançadas sete publicações:

- Guia de diretrizes e orientações para elaboração de ações, projetos e programas de educação ambiental em UCs;
- Cinco cadernos da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em UCs; e
- Guia de diretrizes e orientações para ações de educação ambiental em comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade.

A COEDU também realiza a análise das demandas das unidades descentralizadas do ICMBio quanto à sua inclusão no Programa de Voluntariado do ICMBio, regido pela Instrução Normativa nº 03, de 02/09/2009, na linha temática gestão socioambiental. Em 2015 foram analisadas e aprovadas as demandas de 13 UCs, ampliando assim em quase 50% o número de unidades

Figura 9. Unidades onde ocorrem ações de educação ambiental



com ação do voluntariado nessa temática em relação ao ano de 2014.

Gestão de conflitos

Conflitos territoriais são consequência de divergências de interesses e de necessidades que surgem com a criação e a gestão de unidades de conservação, de qualquer grupo e categoria.

A partir de uma gestão qualificada sobre as formas de conflitos existentes, são estabelecidas estratégias de interação, presenciais ou não, para se gerar um diálogo adequado com as partes interessadas, de modo que se possa reduzir a polarização e ampliar as possibilidades de construção de soluções, minimizando o impacto ou pressão ambiental sobre as UCs, com justiça social.

À luz da Instrução Normativa ICMBio nº 26, de 4 de julho de 2012, e especificamente em relação ao estabelecimento formal de instrumentos de gestão territorial com povos e comunidades tradicionais,

em 2014 e 2015 foram celebrados ou renovados tais instrumentos conforme a relação abaixo:

- 1) Parna do Jaú/AM – Ribeirinhos;
- 2) Parna do Juruena/MT-AM – Ribeirinhos;
- 3) Rebio do Rio Trombetas/PA – Castanheiros (Renovação de três Termos de Compromisso – TC com Associações de Coletores de Castanha-do-Brasil);
- 4) Esec Serra Geral do Tocantins/BA/TO – Quilombolas (Renovação de TC com a Associação das Comunidades Quilombolas do Rio Novo, Rio Preto e Riachão); e
- 5) Parna do Cabo Orange/AP – Pescadores (Renovação de TC com a Colônia de Pescadores de Oiapoque).

Complementarmente, outros instrumentos de gestão territorial com populações tradicionais estão em finalização. São eles: Esec da Terra do Meio/PA – ribeirinhos, Parna da Serra do Pardo/PA – ribeirinhos, Esec Serra Geral do Tocantins/TO – agricultores familiares e Rebio do Guaporé/RO – quilombolas.



3º Curso de Gestão de Conflitos

O Curso de Gestão de Conflitos tem como principal objetivo contribuir com a ampliação da capacidade institucional para lidar com as múltiplas dimensões de conflitos relacionados à gestão das UCs e à execução das políticas de conservação da biodiversidade, possibilitando melhor desempenho das atividades inerentes à atribuição do Instituto.

Em 2014 foi realizado na ACADEBio, Iperó/SP, o 3º Curso de Gestão de Conflitos, cuja fase presencial ocorreu no período de 02 a 11 de dezembro de 2014, envolvendo 20 cursistas, entre gestores de unidades de conservação federais e estaduais, bem como servidores das coordenações regionais. O curso contou também com etapa a distância em ambiente virtual, totalizando 28 horas/aula. Com apoio da GIZ/GOPA e do Programa Arpa, o curso foi concluído em 2015.

Em 2015 teve início a 4ª edição do Curso de Gestão de Conflitos, agora integrada ao 2º Curso de Gestão Socioambiental, também na ACADEBio, envolvendo 20 cursistas gestores de UCs, num total de 80 horas/aula, tanto presenciais quanto a distância. No componente curricular do curso, quatro temas específicos foram abordados: contexto e conceitos da gestão de conflitos, elementos do conflito, interação estratégica em conflitos socioambientais e construção de propostas de intervenção.

Sistema de Informações sobre Interfaces Territoriais com Unidades de Conservação – SIT

O SIT é um banco de dados que reúne e sistematiza informações das UCs com relação à existência de populações tradicionais, grupos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária ou agricultores familiares que fazem usos de recursos naturais no interior das unidades de conservação federais em desacordo com a categoria ou instrumentos de gestão previstos pela Lei nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC.

O objetivo do SIT é disponibilizar aos gestores das unidades de conservação, às coordenações regionais e à direção do ICMBio dados atualizados e sistematizados sobre as interfaces territoriais identificadas, sejam elas

apenas reivindicações de um grupo social específico ou demandas territoriais em fases mais adiantadas de reconhecimento pelas instituições públicas competentes. Considerando as especificidades das unidades de conservação federais, o ordenamento jurídico vigente e o contexto socioambiental regional, o gerenciamento de informações que o Sistema propicia para cada caso favorece a qualificação da gestão e dos processos de tomada de decisão, contribuindo para o cumprimento da missão institucional do ICMBio.

O levantamento realizado com as equipes gestoras, concluído em 2014, apontou a existência de interfaces territoriais com povos e comunidades tradicionais em cerca de 43% das UCs.

Mapa das UCs federais e a existência de interfaces territoriais

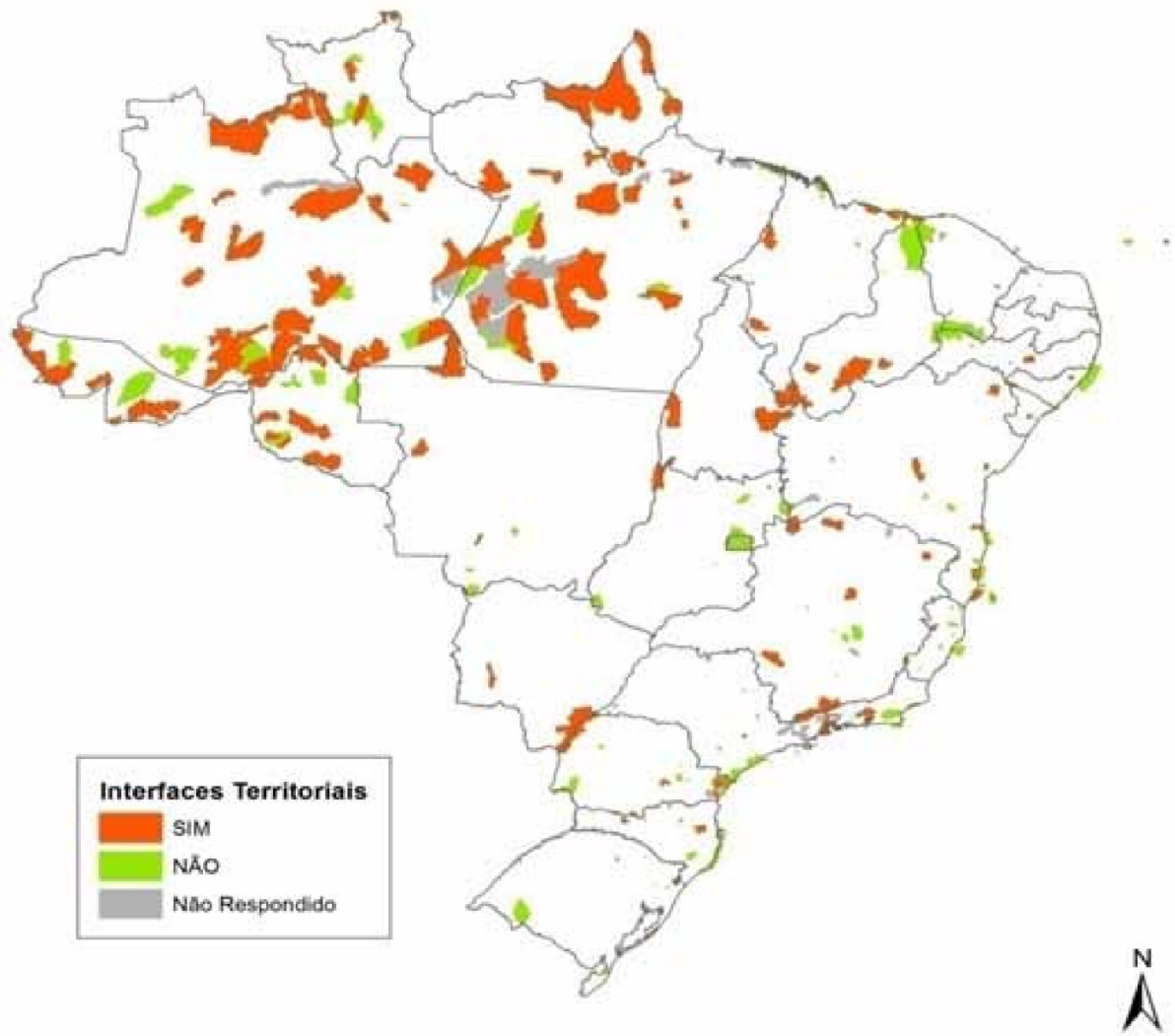
Ações vinculadas à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Pngati

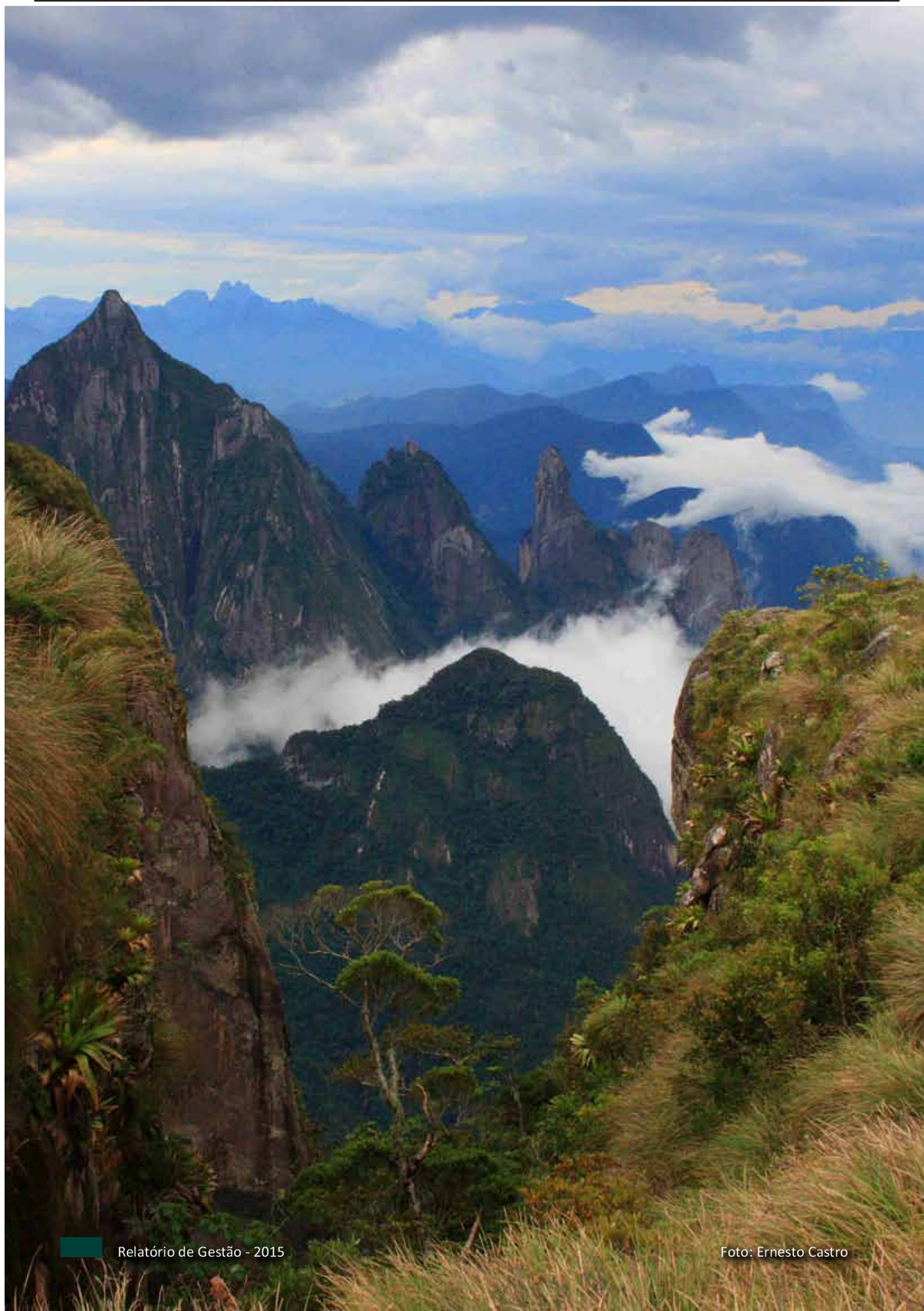
No âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Pngati (Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012), e particularmente em relação aos territórios onde unidades de conservação apresentam forte interação com as terras indígenas, a Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio – Funai, tem desenvolvido as seguintes atividades:

- 1) apoio e execução do Curso de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Pngati, Bioma Mata Atlântica Sul/Sudeste;
- 2) apoio na participação de servidores do ICMBio em formações na Pngati implementadas por outras instituições;
- 3) apoio na participação de servidores do ICMBio em agendas de gestão territorial nas áreas de interfaces entre UCs e terras indígenas; e
- 4) apoio à participação de servidores do ICMBio nas etapas regionais da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.



Figura 10. Mapa das UCs e suas interfaces territoriais





Relatório de Gestão - 2015

Foto: Ernesto Castro



CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Criação de unidades de conservação

Os processos de criação de unidades de conservação vêm se consolidando de forma adequada a cada ano. Além disso, tem havido um fortalecimento da relação institucional com as unidades de conservação particulares (RPPN), favorecendo a sua criação e a sua gestão.

Em 2015 foi realizada a consulta pública e a finalização da instrução dos processos de criação do conjunto de unidades do sul do estado do Amazonas: Parque Nacional do Acari, APA Campos de Manicoré, Reserva Biológica Manicoré, Reserva Extrativista Guaribas, Florestas Nacionais Aripuanã, Sumauma e Urupadi.

Também foram finalizados os processos de ampliação dos Parques Nacionais dos Campos Amazônicos, do Juruená e da Floresta Nacional do Amaná. Essas propostas representam um incremento de 3.908.027 hectares.

Foi realizada a consulta pública para ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO e finalizados os processos de revisão de limites da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná/PR e da Reserva Biológica de Santa Izabel/SE.

Por fim, em 2015 foram criadas quatro RPPNs e realizadas 27 consultas sobre a criação de novas reservas particulares.

Tabela 11. RPPNs criadas em 2015

Nome da RPPN	Estado	Área ha
Posse dos Franciosi	RS	268,52
Heinz Bahr	SC	85,20
Santuário Ecológico Olhos d'Água	GO	11,98
Fazenda Catadupa	SP	38,18
Área total	403,88	

Elaboração de planos de manejo

O esforço para aperfeiçoar o processo de elaboração e revisão de planos de manejo é contínuo. A busca pela dinamização dos processos, sem perder a qualidade do produto, é um desafio constante e tem apresentado bons resultados.

Entre as estratégias utilizadas para qualificar o planejamento, atendendo melhor a realidade das unidades de conservação, está a adoção dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. A aplicação do método tem sido aprimorada a cada experiência, aproximando a técnica às exigências legais e às especificidades do sistema federal. As experiências estão relatadas a seguir.



Experiência 1

Elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica da Serra das Araras

Plano de manejo integralmente elaborado pela equipe da unidade de conservação com o apoio e orientação técnica do ICMBio. Adotou-se como premissa que a caracterização e o diagnóstico da UC fossem elaborados a partir de dados pré-existentes nas pesquisas e avaliações realizadas na unidade de conservação, sem a necessidade de contratação de novos levantamentos de dados.

O protagonismo da equipe fortaleceu muito o processo decisório sobre o planejamento e diminuiu os custos das atividades, já que não houve nenhuma contratação, e as ações previstas foram realizadas com recursos orçamentários. O processo adotou as bases conceituais e metodológicas dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, sendo um dos pontos-chave para o método o desenvolvimento de um modelo conceitual para o sistema a ser planejado, priorizando claramente os alvos de conservação – espécies, ecossistemas ou processos ecológicos. Foram incluídos os indicadores de sucesso para o alcance dos objetivos de conservação estabelecidos para cada alvo, bem como as ameaças e os fatores contribuintes mais significativos que orientam estratégias melhor direcionadas aos mesmos.

Outro aspecto positivo do método é o estabelecimento de objetivos mensuráveis, realísticos, limitados no tempo e voltados ao impacto desejado na conservação do alvo. Esse passo promove a priorização das estratégias a serem adotadas e a possibilidade de repetidas avaliações e priorizações baseadas nas medidas dos resultados, imprimindo os conceitos da participação adaptativa explicitamente nos Padrões Abertos.

Outra estratégia é o processo integrado de elaboração do planejamento, com o objetivo de potencializar o uso de recursos humanos e financeiros que, além de resultar

em melhor nivelamento de informações, propicia um melhor ordenamento territorial e em maior escala (experiência 2).



Experiência 2

Processo Integrado de Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira

A área de influência da rodovia BR-319 é chamada de Região do Interflúvio Purus-Madeira e abrange 11 UCs no âmbito federal, que totalizam cerca de 7,6 milhões de hectares. A elaboração dos planos de manejo dessas UCs, de forma integrada, foi um compromisso assumido pelo ICMBio para, especialmente, prevenir os impactos derivados da repavimentação da rodovia em questão.

Para realizar o diagnóstico ambiental desse extenso território, compreendendo estudos do meio físico, meio biótico e uso público, foi estabelecido o uso de unidades de paisagem natural como base para os levantamentos de campo, visando a possibilidade de extrapolação de dados georreferenciados, maximizando o alcance dos resultados obtidos, o conhecimento dos padrões ambientais da região e o delineamento dos locais de amostragens.

O levantamento de dados primários do diagnóstico ambiental foi realizado em duas etapas e, posteriormente, os dados foram consolidados na Oficina de Consolidação do Diagnóstico, com base nos preceitos dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, já fornecendo subsídios ao planejamento das UCs envolvidas.

Além de mais uma oportunidade para amadurecer a aplicação do método, observou-se claramente a importância da aproximação e complementação de informações entre as áreas e os gestores, sendo possível enxergar uma caracterização e análise de todo o território do Interflúvio e os principais papéis de cada UC na gestão do mesmo. No entanto, avaliou-se também que a dimensão do projeto, considerando o contexto da gestão pública, acarretou em uma complexidade para a execução e supervisão do processo que, por sua vez, levou a um atraso indesejável e à mudança de estratégia para a próxima etapa de planejamento, quando o mesmo será trabalhado em grupos de três ou quatro UCs por vez.

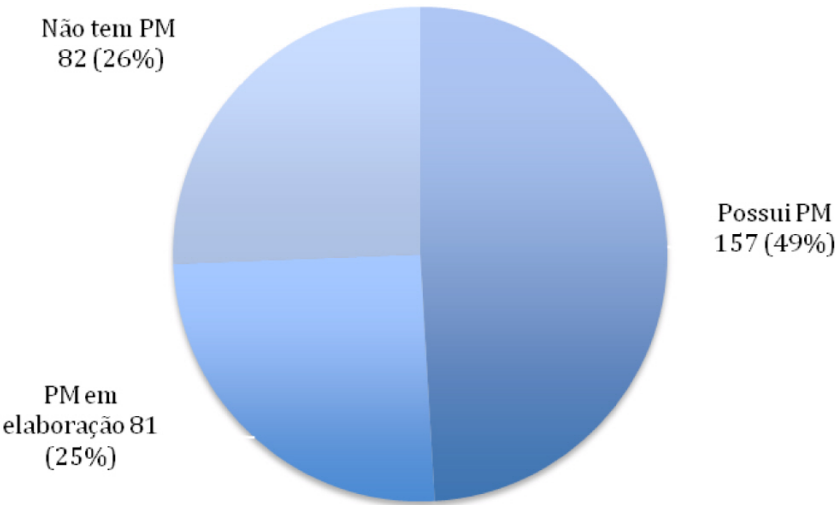
Sendo assim, considera-se que a inovação do planejamento de UCs, de forma integrada e em maior escala territorial, traz bons resultados no que diz respeito à otimização de recursos humanos e financeiros, no processo de elaboração dos documentos e, possivelmente, na gestão das áreas, sem perda de qualidade. No entanto, a abrangência da atuação deve ser melhor dimensionada, ao menos até que haja melhor estrutura institucional para a gestão de projetos em maior escala.

Observando essas premissas, 81 planos de manejo estão sendo elaborados e 34 estão sendo revisados, totalizando 115 unidades de conservação com processos em andamento. Atualmente, 157 unidades de conservação possuem o instrumento de gestão, sendo

123 sem demanda de revisão registrada. Restam, pois, 82 áreas com o passivo de elaboração do documento (Gráfico 19). Destaca-se também a existência de 69 planos de manejo de Reserva Particular de Patrimônio Natural.



Gráfico 19. Situação atual dos planos de manejo



Em 2015 foram publicados 17 planos de manejo, sendo 6 de UCs de domínio público e 11 de unidades de conservação de domínio privado (APA e RPPN), conforme tabela 12. O Gráfico 20 apresenta a distribuição do total de planos de

manejo já publicados, por categoria de UC, e o Gráfico 21, a evolução do número de unidades dotadas com o plano de manejo.

Tabela 12. Planos de manejo publicados em 2015

Nome da RPPN	Portaria
Esec de Maracá	Portaria nº 11, de 03/02/15
Resex Barreiro das Antas	Portaria nº 13, de 03/02/15
Flona de Silvânia	Portaria nº 21, de 01/04/15
APA do Planalto Central	Portaria nº 28, de 17/04/15
Parna de Caparaó (revisão)	Portaria nº 59, de 22/12/15
Parna da Serra do Pardo	Portaria nº 60, de 22/12/15
Esec da Terra do Meio	Portaria nº 61, de 23/12/15
RPPN Mata do Sossego	Portaria nº 01, de 07/01/15
RPPN Fazenda Bom Retiro	Portaria nº 17, de 09/03/15
RPPN Comodato Reserva do Peti	Portaria nº 18, de 09/03/15
RPPN Curucaca 3	Portaria nº 19, de 27/03/15
RPPN Reserva Ecológica do Panga	Portaria nº 23, de 07/04/15
RPPN Fazenda Almas	Portaria nº 36, de 02/07/15
RPPN Galheiro	Portaria nº 58, de 22/12/15
RPPN Ouro Verde	Portaria nº 63, de 30/12/15
RPPN O Bosque	Portaria nº 64, de 30/12/15
RPPN Barra Mansa	Portaria nº 65, de 30/12/15



Gráfico 20. Distribuição de planos de manejo publicados por categoria de unidade de conservação

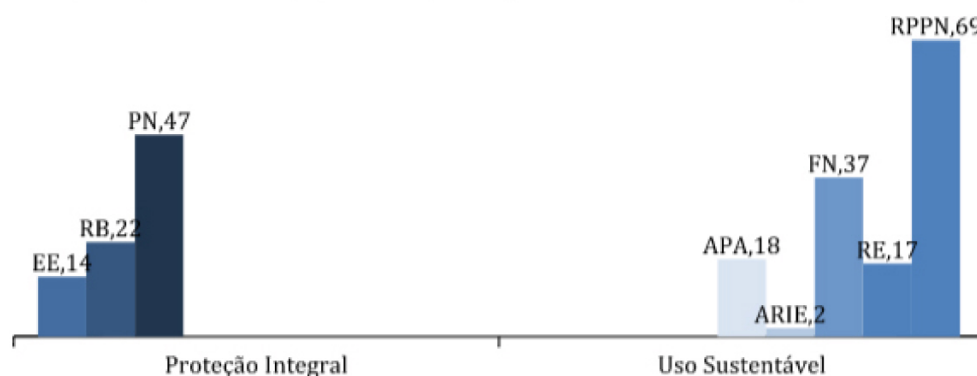
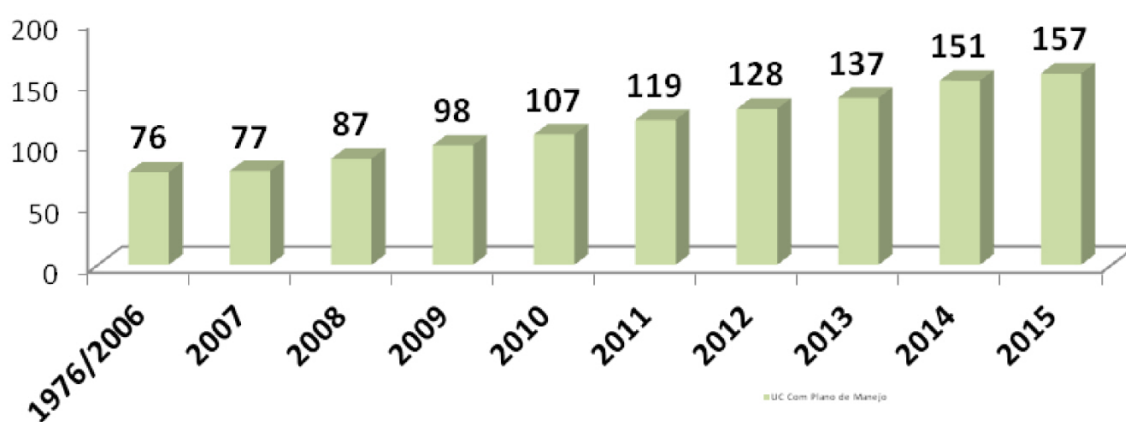


Gráfico 21. Evolução do número de unidades de conservação com plano de manejo



Monitoramento e avaliação de gestão de unidades de conservação

No ano de 2015, foi concluída a versão do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe, com aplicação nas UCs de âmbito federal da Amazônia Brasileira. Também foi aplicado o terceiro ciclo da ferramenta Rappam – Rapid Assessment Priorization of Protected Areas Management para essas unidades, ficando as demais para o primeiro trimestre de 2016.

O SAMGe foi discutido internamente, apresentado para o Ministério do Meio Ambiente, parceiros e para a sociedade

civil. Depois de sua validação foram capacitados pontos focais, tanto para sua aplicação, quanto para a aplicação do método Rappam. Além disso, houve a divulgação de sua importância e aplicabilidade, aumentando o alcance e o número de participantes.

Das 119 unidades de conservação federais consideradas como Amazônia Brasileira, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, 97 responderam a caracterização avaliativa do SAMGe; 79 responderam a espacialização do SAMGe e 96 responderam ao Rappam.



Projetos especiais

Os projetos especiais voltados para a criação e consolidação de unidades de conservação também obtiveram avanços.

Tabela 13. Avanços obtidos junto aos projetos especiais

Projeto	Ações
Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa	a) Houve a melhoria da execução do Programa Arpa (Planejamento Operativo 2014/15) em 37%, em relação ao período anterior (Planejamento Operativo 2012/13), elevando a média de execução de 37% para 51% dos recursos disponíveis. Essa melhoria reflete o processo de revisão e reforma dos procedimentos adotados pelo próprio Programa, bem como o alinhamento estratégico do planejamento/implementação do Arpa com as instâncias superiores do ICMBio. Além disso, mais 12 unidades de conservação federais entraram no Programa.
Projeto Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas – GEF-Mar	a) Ocorreu a finalização do planejamento e o início da execução efetiva do Projeto com apoio às atividades de 11 UCs e cinco centros de pesquisa, bem como apoio à criação de novas áreas protegidas, conforme metas do projeto, garantindo o aporte de recursos na ordem de US\$ 80 milhões para os próximos cinco anos.
Projeto de Consolidação do SNUC – <i>LifeWeb</i>	a) Foi dado apoio à realização do 3º Curso de Capacitação em Gestão para Resultados – GPR; b) Realizou-se a contratação de consultoria para consolidar as duas últimas etapas das diretrizes para o planejamento de UCs (planejamento e monitoramento) no âmbito da comunidade de ensino e aprendizagem que discute temas referentes ao plano de manejo de UCs; c) Realizou-se a revisão do planejamento operativo do Projeto, subsídio para a contratação de gestor financeiro, a fim de liberar o recurso financeiro para execução.
Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica	a) Realização do planejamento operativo.
Projeto de Consolidação do SNUC e Ampliação da Proteção da Fauna e Flora – GEF-Terrestre	a) Definição das áreas de atuação, com indicação de UCs a serem envolvidas e elaboração do documento final do projeto a ser aprovado pelo doador.
Projeto Conservação de Recursos Biológicos na Amazônia	a) Elaboração do documento geral do Projeto e encaminhamento ao MMA para consolidação e envio para assinatura entre os governos dos países envolvidos.



Uso público e negócios

Uma das premissas para o alcance da missão do ICMBio – “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental” – é o fortalecimento e a qualificação da visitação nas UCs. A visitação é uma ferramenta estratégica de sensibilização para a conservação e o estímulo ao desenvolvimento de um sentimento de pertencimento da sociedade em relação a essas áreas.

Para qualificar as ações institucionais relacionadas à visitação nas UCs, de forma continuada, tem-se priorizado o investimento em ações estruturantes, tais como a capacitação de servidores, o estabelecimento de diretrizes e normas gerais, a delegação de serviços de apoio à visitação e a atuação em conjunto com instituições parceiras. Desta forma, com orientações técnicas estabelecidas, as experiências adquiridas são multiplicadas regionalmente, diminuindo os custos e levando à implantação de atividades de uso público com maior agilidade, maior ou menor grau de complexidade e em diferentes categorias de unidades de conservação.

Visitantes registrados

O aprimoramento das formas de registro do número de visitantes é um dos desafios prioritários para o ICMBio, especialmente nas UCs onde há várias formas de acesso, como as áreas costeiras e em áreas remotas. Assim, considera-se que o total de visitantes registrados representa uma parcela daqueles que usufruem dos benefícios do contato com a natureza, história e cultura protegidas nas UCs.

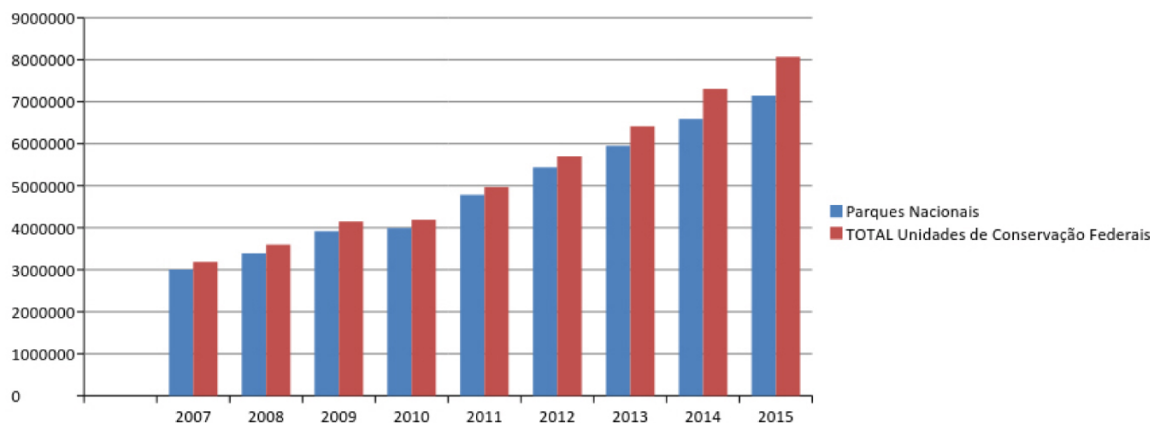
Em 2014, ano de Copa do Mundo, foram registrados 7.305.178 visitantes em 54 unidades de conservação federais, representando um incremento de 13,93% em relação ao ano anterior. Em 2015, esse número teve um aumento de 10,43%, totalizando 8.067.017 visitantes registrados em 64 unidades de conservação. Destaca-se o crescimento da visitação em algumas unidades, como o Parque Nacional do Iguaçu /PR, que recebeu 1.642.093 visitantes em 2015, representando um crescimento de 5,90% em relação a 2014. Outros que tiveram aumento significativo da visitação foram o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO, com 44%; o Parque Nacional de Ilha Grande/PR/MS, com 30%; o Parque Nacional de Brasília/DF, com crescimento de 29%; e o Parque Nacional de Caparaó/MG, com 26%.

Tabela 14. Número de visitantes em UCs, de 2007 a 2015

	Parques Nacionais	Florestas Nacionais	Outras categorias	TOTAL UCs	% Crescimento UCs
2007	2.997.450	184.367	...	3.181.817	...
2008	3.383.794	207.826	...	3.591.620	12,88%
2009	3.914.709	236.132	...	4.150.841	15,57%
2010	3.990.658	195.715	1.078	4.187.451	0,88%
2011	4.781.139	183.661	864	4.965.664	18,58%
2012	5.431.319	270.989	1.398	5.703.706	14,86%
2013	5.951.642	324.051	136.177	6.411.870	12,42%
2014	6.594.870	364.294	346.014	7.305.178	13,93%
2015	7.149.112	371.339	550.567	8.071.018	10,48%
TOTAL	44.194.693	2.338.374	312.524	47.569.165	



Gráfico 22. Comparativo de visitação em UCs do âmbito federal e parques nacionais



A cobrança de ingressos para acesso às UCs e demais serviços e atividades de uso público é realizada em 13 unidades de conservação, e com a atualização anual de valores.

Maior atenção à região Amazônica

É reconhecido o potencial da região norte do País para desenvolvimento dos segmentos turísticos “de natureza” e “cultural”. A Amazônia, entretanto, exige uma atuação diferenciada, tanto por suas características particulares, como pelo perfil do público – em grande parte distinto dos turistas do restante do País – quanto por apresentar grandes desafios para a estruturação e ordenamento da visitação nas extensas áreas das UCs.

Para preparar adequadamente as unidades situadas naquela região, o ICMBio priorizou, a partir de 2014, um processo intenso de capacitação de pessoal, por meio de cooperação técnica com o Serviço Florestal Americano e apoio financeiro da Usaid, dentro do programa de Parcerias para Conservação da Biodiversidade na Amazônia, estabelecido entre o governo brasileiro e o governo norte-americano.

O trabalho em parceria direciona esforços para unidades de conservação que funcionam como áreas demonstrativas: áreas piloto onde experiências de

excelência em gestão da visitação são discutidas, implementadas e avaliadas, podendo ser adaptadas em UCs com desafios de gestão semelhantes. Uma característica importante desta forma de atuação é o envolvimento e a contratação de pessoal e empreendedores locais. A Floresta Nacional do Tapajós e o Parque Nacional de Anavilhanas são as duas áreas demonstrativas atualmente trabalhadas pelo ICMBio e instituições parceiras na região Amazônica.

Floresta Nacional do Tapajós

Localizada às margens do rio Tapajós, no estado do Pará, esta unidade de conservação de uso sustentável registrou 31.492 visitantes em 2015. O trabalho de qualificação da visitação iniciado em 2014 resultou, até o momento, na avaliação das condições de diversas trilhas, inclusive uma interpretativa; na sinalização de parte dos acessos e dos pequenos núcleos populacionais inseridos na UC; e na capacitação de 18 moradores das comunidades, que atuam no atendimento e condução dos visitantes. As atividades incluem, ainda, um estudo do perfil dos visitantes, tendo já sido aplicados 2.304 questionários. Os resultados desta pesquisa vêm orientando o planejamento e aprimoramento das atividades e estruturas de visitação.



O envolvimento das comunidades e instituições locais levou à ampliação do trabalho, resultando na recuperação das instalações do Centro de Atendimento ao Turista – CAT em Alter do Chão, distrito do município de Santarém, estado do Pará, e montagem de uma exposição sobre as áreas protegidas daquela região do

Tapajós. Além de informações sobre o rio Tapajós e a Floresta Amazônica, no CAT são divulgados os atrativos e produtos artesanais confeccionados pelas comunidades da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, ambas unidades de conservação de uso sustentável situadas na região.



Trilha interpretativa Terra Rica, implantada na Flona do Tapajós
Fotos: Acervo da Flona do Tapajós/ICMBio



Centro de Atendimento ao Turista em Alter do Chão, Santarém, Pará
Fotos: Ryan Finchum – CSU-USA





Visitação no Parna de Anavilhanas
Foto: Daniel Castro

Parque Nacional de Anavilhanas

Localizada no rio Negro, estado do Amazonas, esta UC registrou 10.684 visitantes em 2015. O trabalho de qualificação da visitação, iniciado no último ano, contribuiu de forma preponderante para o planejamento do uso público com base nas experiências a serem proporcionadas aos visitantes.

Para atender aos diversos perfis de público, estão previstas desde atividades recreativas até aquelas de aventura, observação e contemplação da natureza, em diferentes regiões do Parque. A disponibilização dos serviços turísticos prioriza a capacitação e o envolvimento dos empreendedores locais – o que, além de fortalecer a atividade turística como geradora de renda, enriquece

a experiência dos visitantes pelo contato com a cultura e modo de vida da região. O trabalho também inclui um estudo do perfil dos visitantes, tendo já sido aplicados 2.295 questionários.

Parcerias

Na gestão e implementação do uso público, o ICMBio trabalha em parceria com diversas instituições, comunidades locais e com um importante e dedicado conjunto de voluntários.

A cooperação interinstitucional ocorre tanto na esfera internacional como nacional, regional e local. Dentre os parceiros internacionais estão incluídos os



governos dos Estados Unidos e Itália que, por meio de agências governamentais e instituições acadêmicas, realizam intenso intercâmbio técnico que contribui para fortalecimento e qualificação das ações de uso público.

Como resultados de curto prazo destacam-se:

- atividades na Floresta Nacional do Tapajós realizadas em parceria com o Serviço Florestal Americano, descrita anteriormente; e
- infraestrutura para visitação no Parque Nacional da Serra das Confusões/PI. O programa de cooperação intitulado Brasil Próximo, entre os governos brasileiro e italiano, possibilitou a construção do Centro de Visitantes, dotado de equipamentos e exposição interpretativa, implantação de duas trilhas e construção dos museus da Farinha e do Homem do Sertão, melhorias nas vias internas e de acesso ao Parque, além de amplo trabalho de sensibilização da população do entorno do Parque e capacitação de condutores de visitantes e de outros prestadores de serviços turísticos.

Em âmbito nacional, encontra-se a parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, pela qual são desenvolvidas ações voltadas à aproximação de um conjunto de UCs ao empresariado local, com o objetivo de aprimorar e incentivar o desenvolvimento de atividades turísticas em consonância com a conservação ambiental e com o fortalecimento da economia local e regional. Salienta-se o trabalho do Sebrae do Rio de Janeiro junto aos Parques Nacionais da Tijuca, da Restinga de Jurubatiba, da Serra dos Órgãos e de Itatiaia e à Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo; e do Sebrae de Minas Gerais na capacitação de condutores de visitantes que atuam no Parque Nacional de Caparaó.

Um Termo de Cooperação Técnica assinado com o Ministério do Turismo em anos anteriores viabilizou, em 2015, a construção da Trilha das Corredeiras, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO, uma trilha inclusiva, preparada para possibilitar o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção.

Trilha inclusiva no Parna da Chapada dos Veadeiros/GO

Foto: Ion David



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio



Inúmeras outras parcerias são estabelecidas com governos municipais e estaduais, organizações não governamentais de atuação internacional ou nacional e entidades locais, as quais se revestem de grande importância para o fortalecimento da visitação em UCs de todo o território nacional.

Também merece destaque o trabalho de voluntários que contribuem, de forma significativa, para as ações relacionadas ao uso público, orientando e informando os visitantes, na manutenção, conservação e sinalização de trilhas e tantas outras atividades fundamentais para o funcionamento da visitação em unidades de todo o País. Desde as unidades mais estruturadas, como os Parques Nacionais da Tijuca e da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e da Serra do Cipó, em Minas Gerais, até outras em estágios iniciais de implantação, como os Parques Nacionais da Serra da Bocaina, entre São Paulo e Rio de Janeiro e Cavernas do Peruaçu, em Minas Gerais, muitas são as áreas que contam com o trabalho de voluntários.



Voluntários atuando na sinalização do Parna da Chapada dos Veadeiros
Foto: Luis Henrique Neves/ICMBio



Grupo de voluntários no Parna da Chapada dos Veadeiros
Foto: Carla Guaitanele/ICMBio

Capacitações

Como ação estruturante, priorizou-se a realização e participação em cursos e seminários técnicos de servidores lotados em diferentes regiões do País, de forma que as experiências adquiridas fossem capilarizadas regionalmente. Os temas abordados foram o planejamento de uso público, monitoramento de impactos da visitação, interpretação ambiental e técnicas de excelência ao visitante e gestão do turismo em áreas protegidas da Amazônia. Em 2015 foram capacitados aproximadamente 100 servidores, dos quais 19 por meio de visitas técnicas e seminários internacionais e 83 em eventos realizados no Brasil.

Além dos servidores, também se investiu em cursos de capacitação para condutores de visitantes, parceiros estratégicos na aproximação das unidades de conservação com a sociedade. O curso de capacitação em interpretação ambiental e excelência no atendimento ao visitante, realizado para os condutores de visitantes na Floresta Nacional do Tapajós, foi piloto no desenvolvimento de um módulo específico sobre interpretação ambiental.

Delegação de serviços de apoio à visitação

O ICMBio vem se estruturando no sentido de alavancar as delegações de serviços de uso público em UCs e aprofundando temas como as Parcerias Público-Privadas – PPP à luz da Lei nº 11.079/2004 e da Lei Geral de Concessões de Permissões nº 13.097, publicada em 20/01/2015. O principal objetivo na busca de alternativas de parcerias com o setor privado, com a finalidade de exploração econômica dos atrativos das UCs para potencialização do uso público, visa melhorar a experiência do visitante e a promoção da conservação nessas áreas.

Atualmente quatro parques nacionais possuem contrato de concessão de uso, estabelecidos com o setor privado para prestação de serviços de maior dimensão e complexidade: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/PE, Parques Nacionais do



Iguaçu/PR, da Tijuca e da Serra dos Órgãos, ambos no Rio de Janeiro. Além desses, outras unidades oferecem diversos serviços de menor escala, delegados por meio de autorizações e permissões de uso.

O ordenamento das atividades turísticas em UCs tem sido feito por meio de portarias de ordenamento. Esses documentos estabelecem regras e requisitos para que uma

atividade, como condução de visitantes, por exemplo, seja oferecida aos visitantes de maneira uniforme, segura e de acordo com diretrizes institucionais.

Essas portarias são de extrema importância por ordenar serviços oferecidos pelas comunidades locais aos visitantes e por oferecerem uma alternativa de geração de renda para essas populações.

Tabela 15. Portarias de ordenamento das atividades turísticas em UCs

Unidade de conservação	Objeto da Portaria
Parna de Ilha Grande Estabelece normas para o ordenamento de atividades náuticas de lazer na lagoa Xambrê, interior do Parque Nacional de Ilha Grande Portaria nº 20, de 30 de março de 2015	Atividades náuticas de lazer
Resex Marinha do Arraial do Cabo Renova os prazos de validade dos termos de autorização concedidos pela Portaria nº 119/2014 e define critérios e procedimentos para a concessão de novas autorizações precárias referentes ao surgimento das vagas residuais para o verão 2015/2016. Processo nº 02126.000113/2012-66 Portaria nº 57, de 21 de dezembro de 2015	Ordenamento do Turismo Náutico para o verão 2015/2016
Parna Cavernas do Peruaçu Estabelece normas e procedimentos para o ordenamento da visitação e para o credenciamento e a autorização de uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Processo nº 02167.000004/2015-13 Portaria nº 62, de 23 de dezembro de 2015	Condução de visitantes

Implementação de infraestrutura de uso público

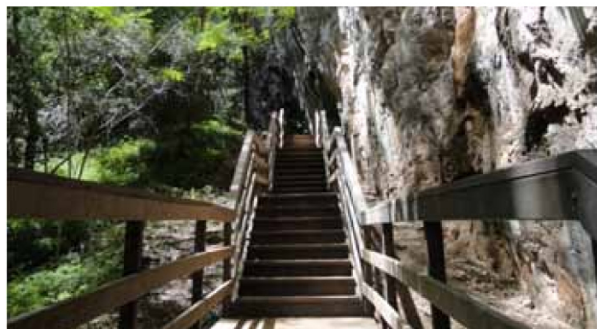
Estruturar a visitação em UC é um desafio institucional e também uma meta a ser alcançada. Com administração eficiente e comunicação adequada, a visitação ocorre de forma qualificada e com bom padrão qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira.

Fruto de um processo de planejamento e ordenamento do uso público, em que são definidos critérios para a implementação de infraestruturas em áreas de

visitação, tem-se priorizado a estruturação de áreas que proporcionem, além de experiências positivas, o acesso democrático a diferentes perfis de público, como a oferta de trilhas inclusivas, trilhas para ciclismo ou mesmo trilhas de longo curso.

Destaca-se a estruturação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, em que foram definidos parâmetros técnicos para execução de infraestruturas em ambientes de cavernas, garantindo a proteção do patrimônio espeleológico e arqueológico.





Estruturas com tamanhos e materiais diferentes, adequadas aos ambientes de fora e de dentro da Gruta do Janelão, no Parna Cavernas do Peruaçu
Foto: Beatriz Gomes/Acervo CGEUP/ICMBio

Tabela 16. Ações de estruturação nas UCs

Unidade de conservação	Ações de estruturação
Rebio União	Trilha inclusiva
Parna do Viruá	Trilha inclusiva
Parna do Pau Brasil	Trilha inclusiva
Parna da Chapada dos Veadeiros	Trilha inclusiva
Flona do Tapajós	Trilha interpretativa
Parna das Araucárias	Trilha interpretativa
Parna da Serra das Confusões	Centro de visitantes, guaritas de acesso, melhorias dos acessos internos e implementação de exposição interpretativa para o centro de visitantes
Parna Grande Sertão Veredas	Trilha interpretativa
Parna Cavernas do Peruaçu	Trilhas interpretativas, passarelas e centro de visitantes
Parna da Serra do Cipó	Trilha de longo curso
Parna de Brasília	Trilha para passeio de bicicleta
Parna da Restinga de Jurubatiba	Centro de visitantes, ciclovia, torre de observação, estacionamento e guarita



Serviços ambientais

O ICMBio formalizou, em 2015, o processo de valoração de duas unidades de conservação: Parques Nacionais de Brasília e da Chapada dos Veadeiros. Esse trabalho faz parte de um projeto-piloto para definição de metodologias que poderão ser replicadas em outras unidades de conservação federais. A ideia é focar no uso da água no Parque Nacional de Brasília, para dar início a uma tratativa de negociação da cobrança pelo uso da água. No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, objetiva-se criar elementos favoráveis de valoração da unidade de conservação, como subsídios para favorecer o processo de ampliação da unidade. Além disso, foi elaborada uma capacitação para o desenvolvimento da visão ecossistêmica na elaboração do plano de manejo das UCs.

Negócios florestais

Em 2015 novos estudos e propostas foram trabalhados para aprimorar o aproveitamento das áreas ocupadas com plantios florestais nas florestas nacionais, não tendo sido lançados novos editais.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Com a missão de proteger as unidades de conservação no âmbito federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade estrategicamente planeja

operações de fiscalização, executa ações de prevenção e combate a incêndios florestais, dentre outras atividades.

Ações de combate ao desmatamento

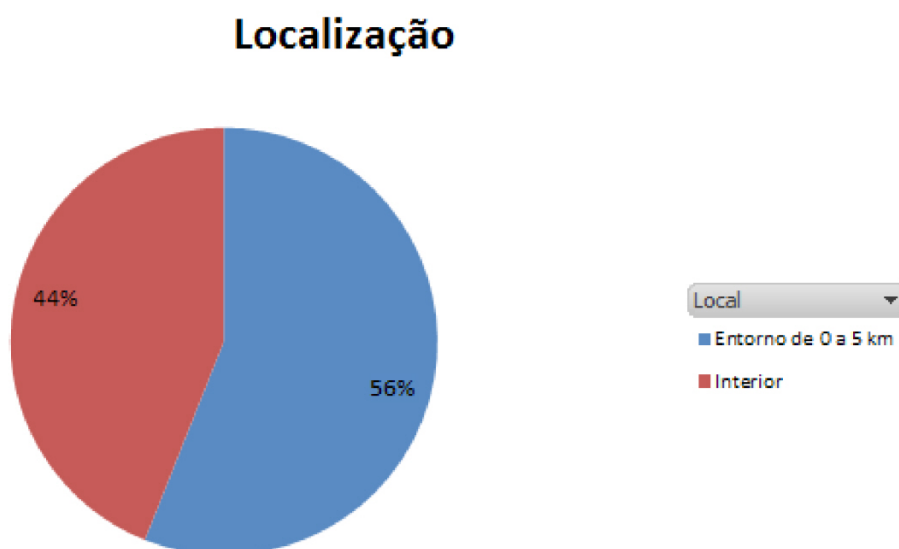
Foram recebidos e processados os dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, pelo Programa DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real e do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES e elaborados os mapas para as unidades de conservação atingidas.

Os resultados das análises do desmatamento DETER, quando considerados valores do interior e entorno das unidades de conservação, confirmam o pressuposto, amplamente divulgado na literatura, de que as unidades de conservação funcionam como barreiras ao avanço do desmatamento.

No ano de 2015, por exemplo, o DETER mapeou alertas em 25 unidades de conservação. Desse total, 316 polígonos de desmatamento, o que corresponde a 44% (25.794,87 ha), estão situados no interior das áreas protegidas, enquanto para o entorno de 0 a 5 quilômetros são 501 polígonos, que respondem por 56% (32.889,12 ha) do total (Gráfico 24). Para toda a Amazônia, o valor total medido pelo DETER foi de 489.870 hectares. Traduzindo em porcentagens, aproximadamente 5% dos desmatamentos DETER estão dentro das unidades de conservação.



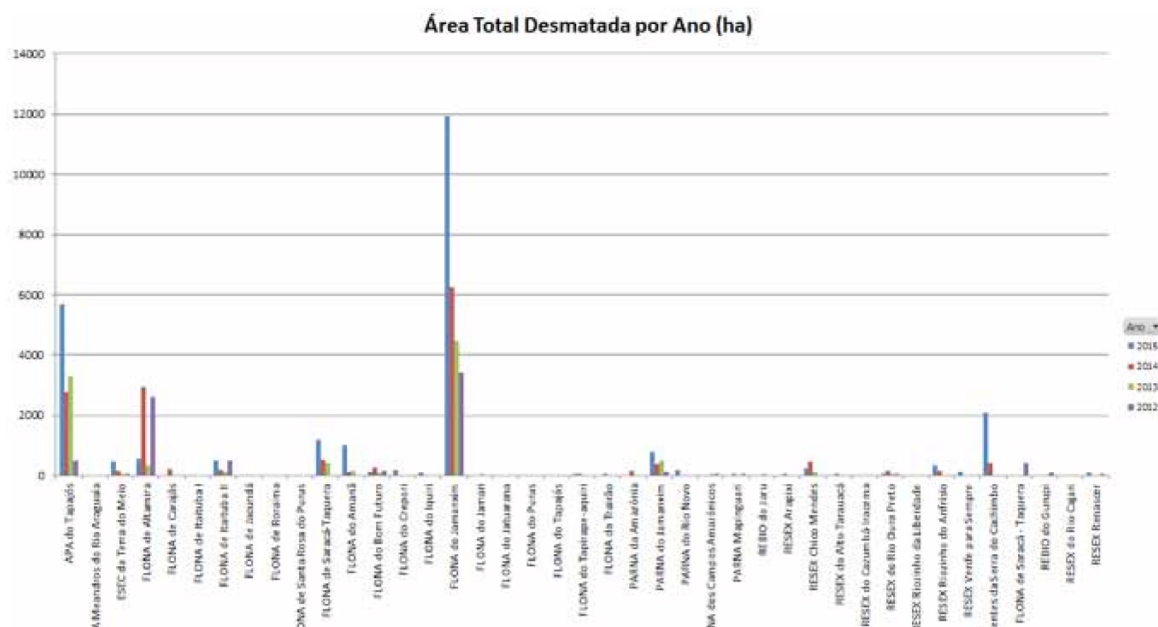
Gráfico 23. Percentual de polígonos de desmatamento DETER com relação à localização (interior e entorno de UC)



Do valor total DETER (25.794,87), em 2015, a Flona do Jamanxim (11.950,39 ha) teve maior contribuição em relação às demais unidades de conservação, mantendo-

se no topo da lista, seguida da APA do Tapajós (5.700,90 ha) e Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo (2.059,07 ha).

Gráfico 24. Total desmatado (DETER) por UC – Comparativo anual

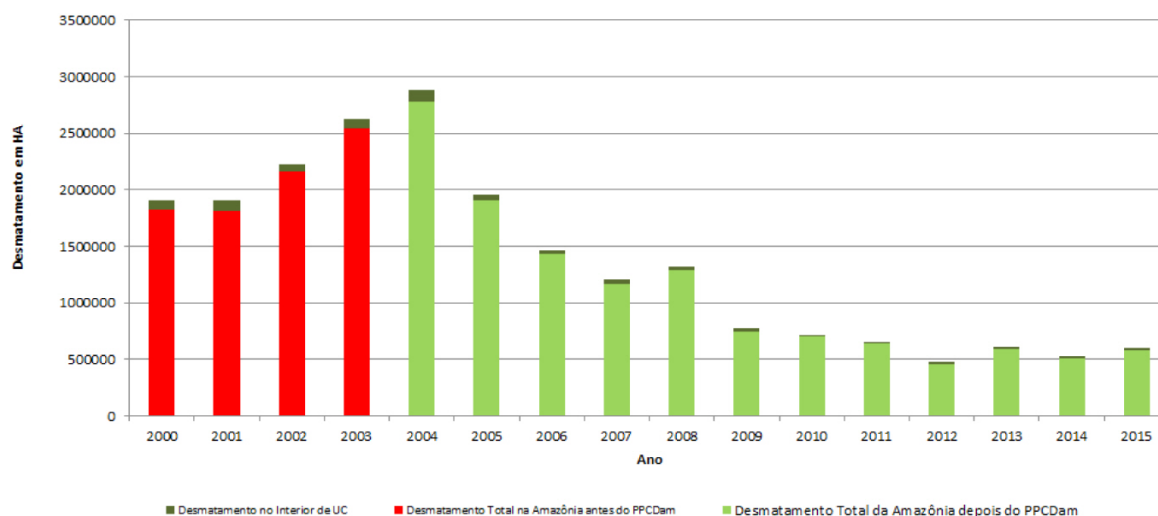


No caso do PRODES, foram elaborados mapas para 49 unidades de conservação. Essas unidades de conservação responderam por parcela mínima (19.609,71 ha) do total desmatado na Amazônia (583.100 ha), permanecendo menor que 4% sua contribuição (Gráfico 25).

Tabela 17. Desmatamento PRODES das 18 unidades de conservação com maiores valores de desmatamento

Nome UC	2015	2014	2013	2012	2011	2010
FLONA do Jamanxim	9.052,49	4.922,49	6.462,44	2.975,89	1.301,28	1.186,74
APA do Tapajós	2.609,15	2.843,12	3.170,22	2.267,56	1.356,14	854,34
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	1.936,14	422,11	31,12	32,28	295,14	573,60
RESEX Chico Mendes	1.827,00	2.170,57	1.047,24	1.226,33	1.187,01	630,23
PARNA do Jamanxim	578,87	203,60	518,69	179,59	101,09	180,07
REBIO do Gurupi	539,97	49,96	669,91	839,74	696,58	1.170,53
RESEX Verde para Sempre	465,34	743,52	242,56	242,59	817,28	1.300,63
ESEC da Terra do Meio	325,33	124,62	57,45	406,84	63,29	501,88
RESEX Renascer	282,00	126,44	229,88	69,48	201,77	455,19
FLONA de Itaituba II	269,25	281,34	416,06	818,41	444,35	167,01
RESEX do Rio Ouro Preto	229,06	245,21	428,69	126,67	137,02	96,03
RESEX Riozinho do Anfrísio	191,51	226,86	0,00	111,82	104,21	106,94
FLONA do Tapirape-Aquiri	180,67	126,83	100,34	6,32	51,84	91,02
FLONA de Carajás	116,82	108,52	19,88	142,54	31,86	58,48
PARNA do Rio Novo	102,71	74,96	64,10	11,39	75,73	126,42
RESEX do Cazumbá-Iracema	92,71	170,21	177,07	187,23	275,72	230,10
FLONA do Bom Futuro	92,36	141,33	435,38	108,87	219,84	157,80
FLONA do Iquiri	70,80	14,14	139,18	61,57	308,04	52,96
RESEX Tapajós-Arapiuns	53,78	370,73	67,11	14,10	228,44	388,99
Soma Total	19.609,71	19.830,78	20.401,78	19.161,22	13.675,33	17.689,51

Gráfico 25. Desmatamento PRODES (total e dentro de UCs): antes e depois do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam)



No arco do desflorestamento ou arco do povoamento adensado, onde estão localizadas as unidades de conservação com maiores percentuais de áreas desmatadas, quatro unidades de conservação

responderam por quase 80% do desmatamento bruto em áreas protegidas, a saber: Flona do Jamanxim, APA do Tapajós, Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo e Resex Chico Mendes (Gráfico 26).

Gráfico 26. Desmatamento PRODES – Quatro unidades de conservação respondem por quase 80% do desmatamento total em UCs

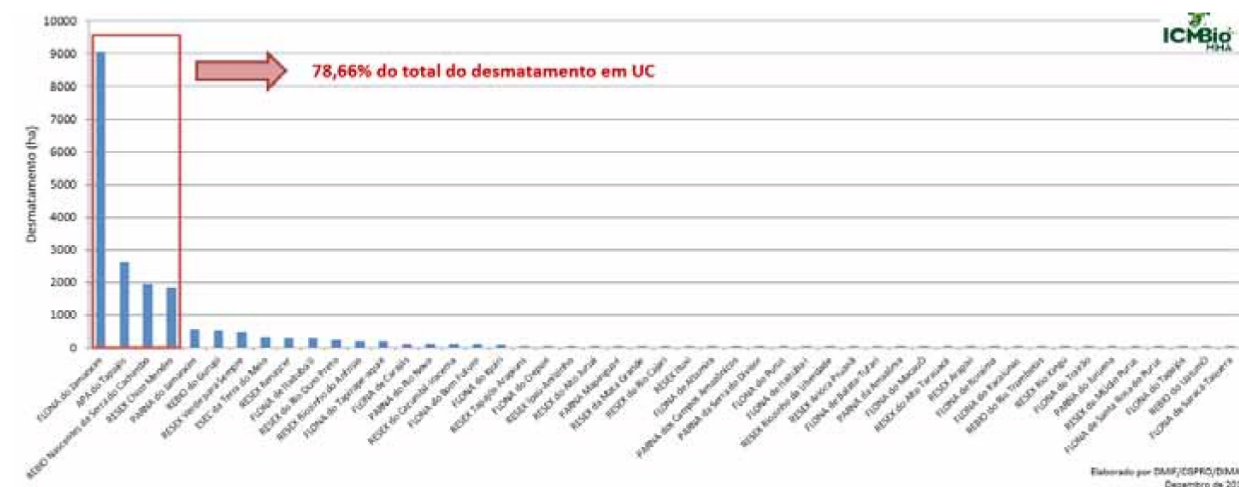
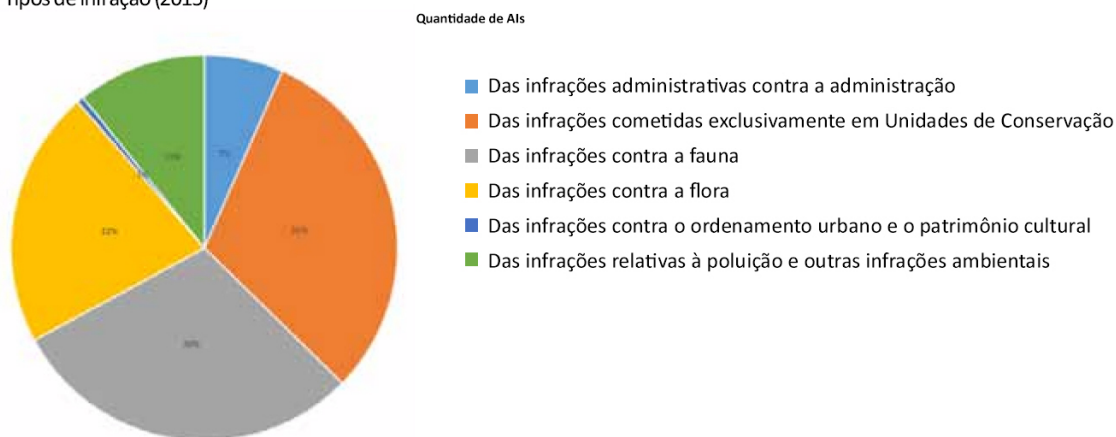


Gráfico 27. Tipos de infração (2015)



Programa de voluntariado

Foi desenvolvido e implantado o Sistema de Cadastro Nacional de Voluntariados do ICMBio. Além do cadastro, diversas funcionalidades foram implementadas, otimizando e padronizando rotinas de trabalho como emissão de certificados, tabelas e dados dos voluntários, dentre outros (Figura 12).

O Sistema está em fase de inserção de dados. Até o momento, 144 voluntários de 11 unidades de

conservação estão cadastrados. Além disso, foram recebidas e encaminhadas, para análise, previsões anuais de voluntariado de 24 UCs. O Programa conta com uma página no Facebook, onde são postadas notícias de editais, práticas divulgadas pelas unidades do ICMBio. Além de ser uma ferramenta de publicidade do voluntariado e comunicação com o público, também possibilita a identificação preliminar do público atingido pelo Programa de Voluntariado por meio de análise de perfil.

Figura 12. Sistema de Voluntariado acessível pela Intranet

VOLUNTARIADO Início Sistemas

Menu

- Voluntários
- Pesquisa
- Cadastro
- Relatórios Gerenciais
- Voluntários

Pesquisar Voluntário

Pelo menos um dos filtros deve ser preenchido

Filtros

Nome

Nacionalidade

CPF

Unidade de Conservação

Situação

Cadastrar

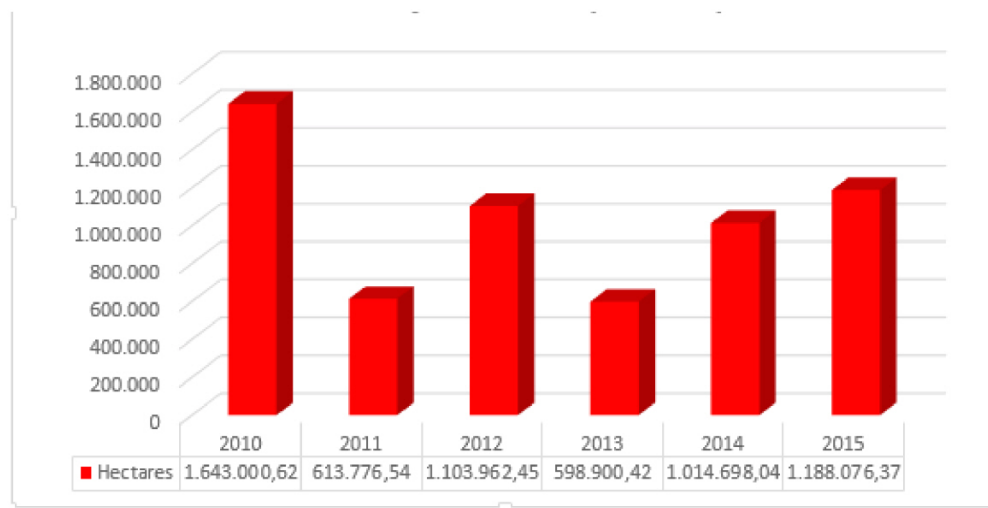


Ações de prevenção e combate aos incêndios florestais

O planejamento de enfrentamento dos incêndios florestais entre 2010 e 2015, com melhorias na capacitação e na relação com as comunidades, aquisição de equipamentos e início da implementação de ações

de Manejo Integrado do Fogo – MIF, incluindo algumas queimas prescritas, ainda que experimentais, resultaram na redução da área atingida por incêndios nas UCs. Tal conclusão é por comparação a 2010, quando se registrou a maior área atingida por incêndios em UCs, desde que o ICMBio assumiu a gestão desse processo (Gráfico 28).

Gráfico 28. Área atingida por incêndios em unidades de conservação federais desde 2010



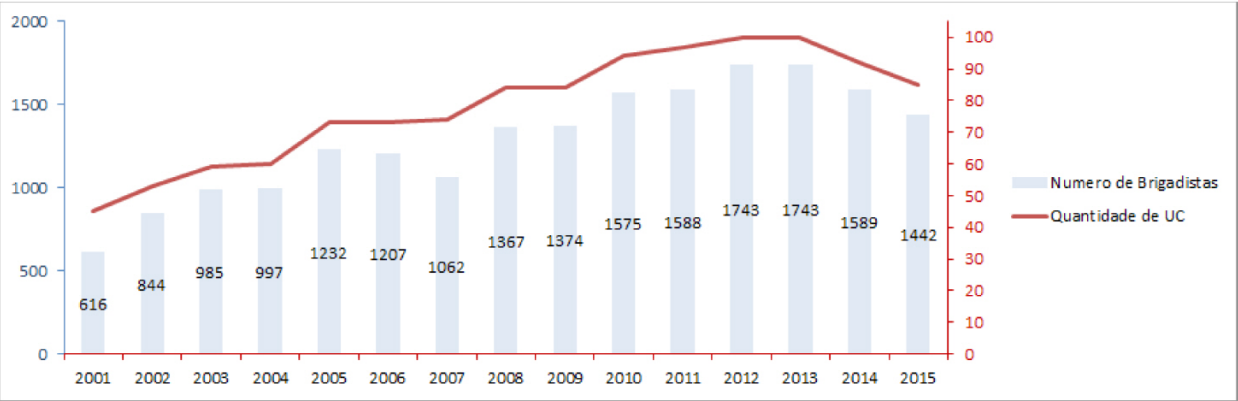
Em 2015 ocorreu o fenômeno El Niño mais forte da história, trazendo chuvas abaixo do normal para o Centro-oeste, Norte e Nordeste, além de temperaturas mais elevadas, propiciando a ocorrência de incêndios, muitos de origem criminosos.

Brigadas de combate a incêndios florestais

Foram contratados 1.442 brigadistas, atendendo a 85 UCs e realizados 16 cursos para formação de novos brigadistas.



Gráfico 29. Número de brigadistas contratados em unidades de conservação



Manejo integrado do fogo

Ações de manejo integrado do fogo ocorreram em cinco unidades de conservação: Parques Nacionais da Chapada das Mesas/MA, das Sempre Vivas/MG, da Serra do Cipó/MG, do Araguaia/TO e Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/TO.

Ainda que em caráter experimental, alguns resultados já foram observados, como a redução do tamanho de cada evento de incêndio e tendência a mudança de ocorrências na época de maior severidade (usualmente de meados de agosto a meados de outubro, no cerrado). Esforços de manejo resultaram no incremento da queima precoce (Gráfico 30).

Gráfico 30. Período de ocorrência de incêndios



Parcerias interinstitucionais

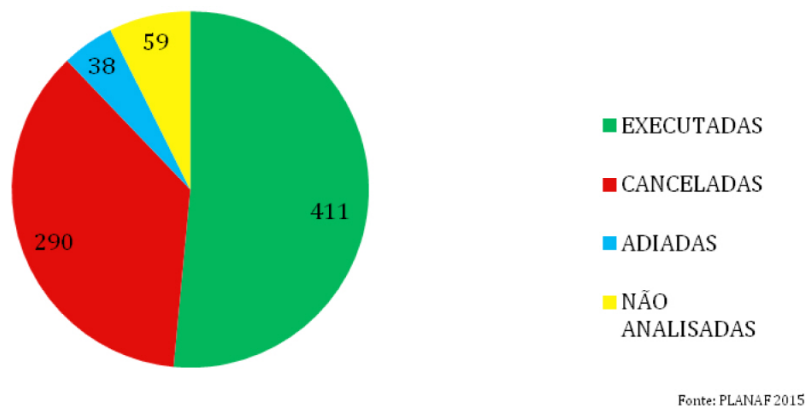
Além de recursos do Programa Arpa e GEF-Cerrado, foram utilizados recursos de compensação ambiental e de projetos especiais, destacando-se o Projeto Cerrado Jalapão (Brasil-Alemanha) e Usaid (Brasil-EUA).

Esses projetos auxiliaram na aquisição de equipamentos, contratação de consultores, atividades de prevenção, como queimas prescritas, capacitações nacionais e internacionais e produção de material educativo.

Ações de fiscalização permanentes

Quatro atividades de fiscalização ocorrem de forma permanente e são consideradas prioritárias para execução pelo Instituto Chico Mendes: Unidades de Conservação na área de influência da BR-163, Reservas Biológicas do Gurupi e do Abufari e Floresta Nacional do Bom Futuro.

Gráfico 31. Distribuição total de ações de fiscalização autorizadas em 2015



Fiscalização ambiental

Em 2015 foram planejadas 1.125 ações de fiscalização nas unidades de conservação federais; das quais 798 foram aprovadas e 411 executadas.

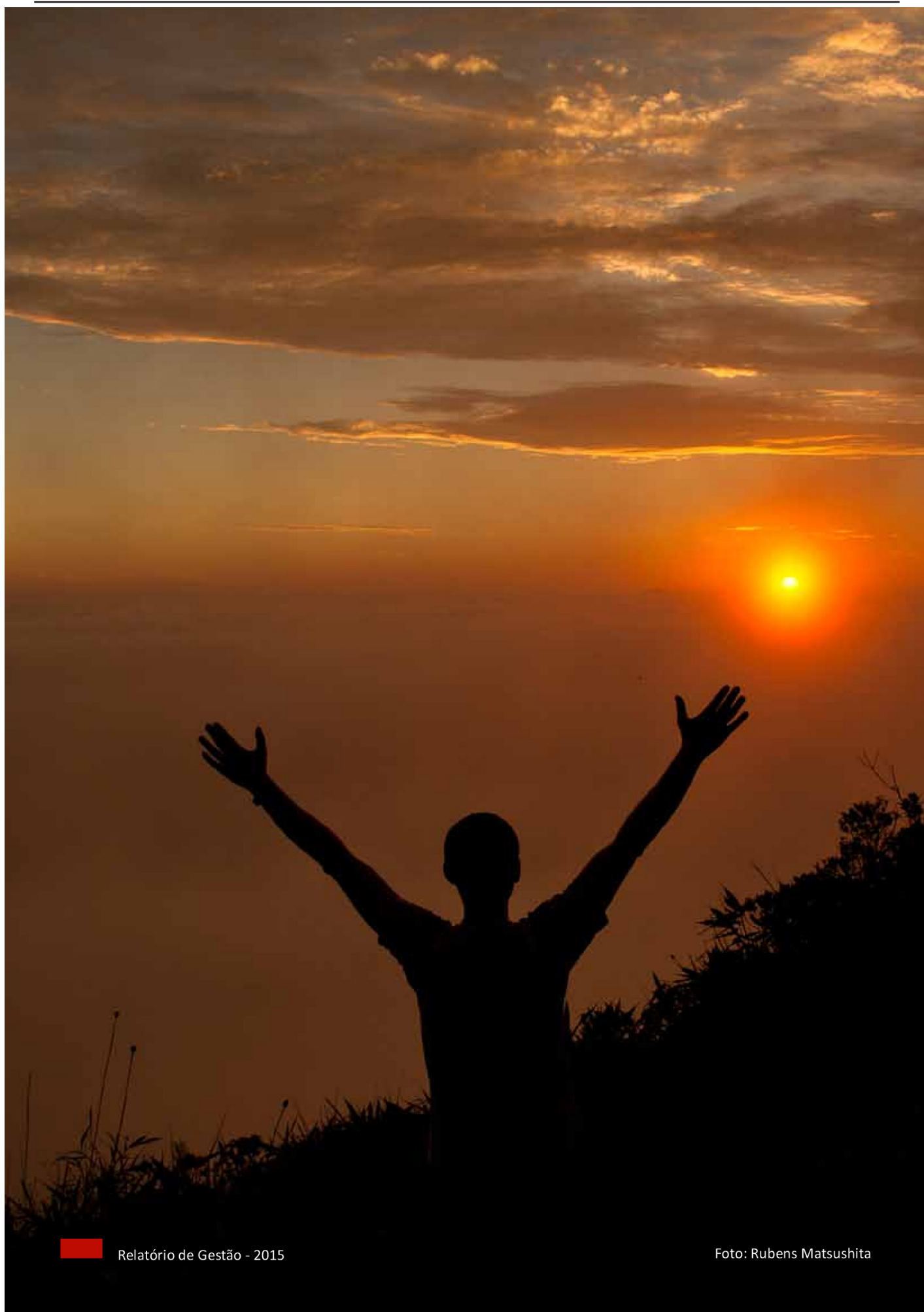
As equipes do ICMBio estiveram em campo efetuando fiscalização nas UCs, por tempo total equivalente a 1.934 dias, considerando a concomitância entre atividades.

Houve um total de 803 participações de servidores do ICMBio em campo.

BR-163

As ações de fiscalização nas unidades de conservação na área de influência do eixo da BR-163, que juntas somam cerca de 15 milhões de hectares, foram ininterruptas a partir de março, sendo realizadas em 13 etapas, envolvendo um efetivo de 153 servidores do Instituto.





Relatório de Gestão - 2015

Foto: Rubens Matsushita



GESTÃO DE PESSOAS

ACADEBio – Centro de Formação

A ACADEBio faz parte da estratégia criada pelo ICMBio para propiciar formação e capacitação continuada ao quadro de servidores. Além disso, é o local adequado para execução de outros eventos de curta e longa duração, tanto para o Instituto como para parceiros, possibilitando qualidade e baixo custo.

A unidade tem como missão “promover a construção e difusão de conhecimentos para a conservação da biodiversidade por meio de processos educacionais” e como visão de futuro “ser referência nacional, com reconhecimento internacional, em capacitação para conservação da sociobiodiversidade”.

A ACADEBio completou seis anos em setembro de 2015 e neste período tornou-se destaque como boa prática de gestão. Em 2015 foram executados 42 eventos envolvendo um total de 2.478 participantes (em 33 eventos do ICMBio e 9 eventos de outras instituições).

Entre 2009 e 2015, executou 342 eventos, totalizando cerca de 13.000 participantes, e apoiou uma série de outros realizados em unidades do ICMBio. Entre os eventos realizados na unidade nesses anos, destacam-se 191 cursos previstos nos Planos Anuais de Capacitação – PAC do ICMBio e outros 151 eventos, tais como oficinas de planejamento de cursos, reuniões institucionais, oficinas para a elaboração de planos de ação nacional para conservação de espécies ameaçadas de extinção e para a avaliação do estado de conservação de espécies ameaçadas, bem como eventos de outras instituições.

Para atender sua missão, a ACADEBio conta com ampla estrutura física, que é dividida em dois grandes blocos: o bloco administrativo/pedagógico, espaço destinado às atividades administrativas, logísticas e pedagógicas, onde ocorrem o planejamento e a execução dos cursos e demais eventos. Nesse bloco, localizam-se as salas de aula e de reuniões, os escritórios, o auditório e os demais espaços para as atividades educacionais, além de um local para lazer e realização de atividades físicas; e o bloco do alojamento, espaço destinado aos serviços de recepção, hospedagem, alimentação e lavanderia.

Mudanças ocorridas

Entre as mudanças ocorridas em 2015, destacam-se: elaboração e encaminhamento de termo de referência para contratação de estudo de viabilidade econômica para exploração comercial; alteração no contrato de alimentação com redução nos valores das refeições; e redução do contrato de veículos com motoristas. Também houve um avanço na prospecção de parcerias institucionais.

Enfatiza-se ainda a decisão de incorporação da Coordenação de Educação Corporativa à ACADEBio, centralizando as ações de capacitação da Instituição. Essa mudança é uma estratégia de fortalecimento da ACADEBio como Escola de Governo e de otimização da estrutura e serviços de capacitação do ICMBio.

Principais ações de capacitação

A cada ano, o Instituto Chico Mendes elabora, aprova e publica o Plano Anual de Capacitação, alinhado a seu planejamento estratégico. O PAC/2015 está balizado pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e pela Portaria Normativa/ICMBio nº 106, de 30 de dezembro de 2008, que institui a Política de Desenvolvimento de Pessoas, por se tratarem de documentos orientadores da ação educacional corporativa e cujas finalidades são o desenvolvimento profissional e gerencial permanente, contínuo e sistêmico dos servidores.

A primeira etapa de construção do PAC foi a elaboração e disponibilização da Avaliação de Necessidades de Capacitação – ANC para todos os servidores. A partir das respostas ao formulário da ANC, o Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP construiu a proposta do PAC/2015, que foi aprovada pelo Comitê Gestor do ICMBio. Em 18 de dezembro de 2014, por meio da Portaria nº 140, o PAC/2015 foi publicado no DOU nº 246, de 19 de dezembro de 2014.

O PAC foi dividido em quatro eixos: Formação Técnica, Formação Gerencial, Formação Específica e Formação Inicial, com a seguinte subdivisão dentro dos eixos:



Administrativo, Conservação e Manejo da Biodiversidade, Consolidação Territorial, Formação de Instrutores, Geoprocessamento, Gestão de UC, Uso Público, Gestão Participativa e Educação Ambiental, Monitoramento da Biodiversidade, Proteção, Comunicação e Licenciamento.

O PAC dialoga com o planejamento estratégico do Instituto Chico Mendes e busca o alcance do objetivo estratégico de “Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto”. Possui como indicador o “Percentual de servidores que passaram por, pelo menos, uma capacitação prevista no PAC no período 2012–2015”.

O ICMBio realizou, em 2015, 1.052 capacitações. Do total, 652 diferentes servidores passaram por diferentes ações de capacitação. Esse número é o que alimenta o indicador acima descrito.

Segundo a Tabela 18, é possível perceber que a meta de 75% de servidores capacitados foi ultrapassada e atingiu um índice de 83%. Com relação à capacitação dos servidores detentores de cargo comissionado ou função gratificada, 99 servidores passaram por capacitação do ciclo de formação gerencial. A meta era capacitar 20% de gestores em formação gerencial. Segundo dados acima, é possível perceber que a meta foi alcançada, pois se obteve 21% de índice, considerando o quantitativo de 464 gestores.

Outra ação importante prevista no PAC era o apoio à participação de servidores em programas de pós-graduação. A Portaria nº 160, de 10 de abril de 2015, instituiu critérios e quantitativo de vagas relativos à participação de servidores do ICMBio em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, com afastamento, nos exercícios de 2015-2016. Participaram desses programas 65 servidores em 2015, incluindo graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Vale destacar, também, a participação dos servidores no Programa de Incentivo ao Estudo de Línguas Estrangeiras – Biolíngua, 3ª e 4ª edições. O Programa é normatizado pela Portaria nº 76, de 07 de março de

Tabela 18. Quantitativo total de servidores capacitados: 1.591

2012	326
2013	121
2014	492
2015	652
TOTAL	1.591

2014, e os editais são abertos semestralmente. Em 2015, 67 servidores alcançaram os resultados esperados no 1º semestre, e 66 no 2º, totalizando 133 bolsas semestrais e alcançando 81 servidores no acumulado dos dois semestres.

Por fim, em 2015 o PAC previu executar 90% dos eventos de capacitação do Plano, capacitar 20% dos gestores do ICMBio e ampliar em 100% os cursos na modalidade a distância. O orçamento inicial de R\$ 3 milhões sofreu cortes orçamentários, passando a R\$ 2 milhões, o que ocasionou o replanejamento no meio do ano. Desta forma, e seguindo o novo plano, o ICMBio ultrapassou a meta e executou 92% dos cursos planejados. A meta de capacitação de gestores também foi atingida, assim como a meta para educação a distância. Parte do sucesso de alcance das metas do PAC se deve ao apoio de diversos parceiros e à utilização de recursos advindos de projetos nacionais e internacionais, que financiaram cerca de 30% dos custos dos cursos realizados, inclusive custos para o desenvolvimento da plataforma EaD do ICMBio e de diversos cursos semipresenciais e a distância. Destacam-se alguns dos principais parceiros e projetos desenvolvidos: Arpa, PNUD, Serviço Florestal Americano, ANA, TCU, GIZ, GEF e Life-WEB.



Educação a distância

A estruturação da Educação a Distância – EaD no Instituto avançou com a customização da nova Plataforma Moodle, em 2014, e sua migração para o servidor do ICMBio finalizada em 2015, que já pode ser acessada pelo endereço: www.icmbio.gov.br/ava.

Durante os meses de fevereiro e março, foram realizados diversos testes na nova plataforma, e ações de construção de conteúdo EaD foram iniciadas. Nesse período, foi criada a Comunidade “Manifestação para Licenciamento Ambiental”, coordenada pela DIBIO, com o objetivo de envolver os conteudistas responsáveis pela produção do material didático do curso presencial em um canal aberto para troca de informações.

Entre o fim de março e abril, outras duas comunidades foram criadas: EaD para Instrutores do Curso de Gestão Socioambiental (DISAT/Educação Ambiental/Gestão Participativa) e Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – também da DIBIO, esta última contando com a participação de mais de 70 usuários.

Os cursos “Plano de Proteção, Introdução ao Combate de Incêndios Florestais e Regularização Fundiária” foram desenvolvidos durante março e abril pela empresa Avante Brasil e entregues para análise das áreas técnicas.

Em novembro, mais uma comunidade de aprendizagem foi criada: Programa para Gestão de Resultados, Ciclo IV, pela Coordenação de Planejamento – COPLAN.

Tabela 19. EaD: Relação dos cursos prontos e em desenvolvimento

Cursos prontos	Cursos em desenvolvimento
Geoprocessamento com QGIS, Turma III/2015	Curso de Formação de Instrutores (Pré-CFI)
Curso de Gestão Socioambiental	Fundamentos de Cartografia e Geoprocessamento
Introdução ao Combate de Incêndios Florestais	Procedimentos do Arpa
Elaboração do Plano de Proteção	Educação Corporativa
Regularização Fundiária	Curso de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental
Curso em EaD: conteúdo, tutoria e administração da plataforma Moodle	

Tabela 20. Relação das comunidades de pesquisa

Comunidades de pesquisa
Sisbio – Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade
Comunidade do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade
Regime Jurídico das Áreas Protegidas no Direito Estrangeiro
EaD para Instrutores do Curso de Gestão Socioambiental
Manifestação para o Licenciamento Ambiental
Programa para Gestão de Resultados, Ciclo IV

Aposentadoria

Tabela 21. Aposentadorias até 2015

Desde a criação do Instituto até 2015		No exercício de 2015	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	83	Analista ambiental	19
Analista administrativo	34	Analista administrativo	8
Assistente administrativo	1	Assistente administrativo	1
Auxiliar administrativo	16	Auxiliar administrativo	3
Técnico administrativo	136	Técnico administrativo	28
Técnico ambiental	74	Técnico ambiental	15
Total	344	Total	74

Tabela 22. Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020

Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020			
2015		2016	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	17	Analista ambiental	14
Analista administrativo	5	Analista administrativo	1
Assistente administrativo	0	Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	4	Auxiliar administrativo	3
Técnico administrativo	25	Técnico administrativo	25
Técnico ambiental	22	Técnico ambiental	15
Total	73	Total	58



Tabela 22. Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020 (continuação)

Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020			
2017		2018	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	19	Analista ambiental	17
Analista administrativo	10	Analista administrativo	6
Assistente administrativo	0	Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	6	Auxiliar administrativo	7
Técnico administrativo	28	Técnico administrativo	27
Técnico ambiental	6	Técnico ambiental	10
Total	69	Total	67
2019		2020	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	12	Analista ambiental	10
Analista administrativo	0	Analista administrativo	5
Assistente administrativo	0	Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	3	Auxiliar administrativo	10
Técnico administrativo	30	Técnico administrativo	33
Técnico ambiental	13	Técnico ambiental	19
Total	58	Total	77



Brigadistas

Tabela 23. Contratações e desligamentos de brigadistas em 2015

Data de ingresso	Quantitativo	Data de exclusão	Quantitativo
Janeiro	0	Janeiro	225
Fevereiro	14	Fevereiro	141
Março	0	Março	36
Abril	7	Abril	63
Maio	123	Maio	147
Junho	438	Junho	54
Julho	114	Julho	13
Agosto	361	Agosto	28
Setembro	103	Setembro	26
Outubro	57	Outubro	38
Novembro	93	Novembro	162
Dezembro	65	Dezembro	461
Total de Ingressos	1375	Total de desligamentos	1394
Total geral do cadastro de brigadistas (ingressos e desligamentos)			2769



Concurso público

Tabela 24. Servidores do quadro efetivo por cargo

Cargo	Total
Analista administrativo	61
Analista ambiental	1091
Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	54
Técnico administrativo	457
Técnico ambiental	218
Total de Ingressos	1881

Em 2015 foram publicadas quatro Portarias de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2014:

- Portaria nº 47, de 21 de janeiro de 2015, publicada no DOU em 23/01/2015;
- Portaria nº 131, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 27/03/2015;
- Portaria nº 289, de 22 de junho de 2015, publicada no DOU em 23/06/2015; e
- Portaria nº 489, de 10 de novembro de 2015, publicada no DOU em 11/11/2015.

Em decorrência dessas nomeações, 45 (quarenta e cinco) cargos efetivos foram ocupados em 2015, conforme tabela abaixo:

Tabela 25. Nomeações por cargo

Cargo	Total
Analista administrativo	1
Técnico administrativo	36
Técnico ambiental	8
Total	45





Relatório de Gestão - 2015

Foto: Fabiano Peppes



PLANEJAMENTO OPERACIONAL E ORÇAMENTO

Planejamento operacional

Revisão do modelo de gestão

Foi realizado um estudo de caracterização e proposição de arranjos institucionais e modelos de gestão integrada para as UCs. Os trabalhos foram conduzidos pela The Nature Conservancy Brasil – TNC, por meio do Acordo de Cooperação assinado entre a TNC e o Ministério do Meio Ambiente, o qual designou o ICMBio para coordenar essa parte dos trabalhos. Foi a continuação de um esforço iniciado em 2012, no âmbito do ICMBio, visando aprimorar a gestão das unidades descentralizadas.

O estudo tomou como base a experiência de gestão integrada das UCs das regiões de Itaituba e de Altamira. Tais iniciativas, implementadas no final de 2014, visam a união, numa mesma sede, de uma equipe que fica responsável pela gestão de um conjunto de unidades da região. Também foram levantadas outras formas de arranjos de gestão envolvendo mais de uma UC.

Essas experiências balizaram propostas tanto de modelos de gestão integrada quanto de arranjos institucionais, quando apenas alguns processos comuns às UCs são integrados. O estudo ainda previa a existência de UCs agindo de forma individualizada. Essas propostas tinham como objetivo promover ganho de eficiência na gestão das unidades do ICMBio.

Planejamento estratégico

Desde 2011 o ICMBio realizava seu planejamento estratégico para períodos de dois anos. No ano de 2014, iniciou a revisão do planejamento que vigeu para 2013–2014.

Foi feita uma alteração e o novo horizonte considera o período compreendido entre os anos de 2015 a 2018.

Isso permitiu que o escopo de atuação pudesse ser totalmente revisto, considerando-se todas as finalidades previstas no ato de criação do ICMBio (Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007).

Essa revisão de escopo propiciou que o planejamento do Instituto deixasse de ter uma carga maior no nível tático e se voltasse para o nível estratégico, buscando, inclusive, referenciais comparativos e o alinhamento institucional com o Ministério do Meio Ambiente.

O ICMBio ainda carece de maior maturidade no que tange à aplicação integral do planejamento estratégico, seus desdobramentos até o nível operacional, a execução anual e a relação direta com as atividades desenvolvidas, mesmo que estas estejam alinhadas às finalidades previstas na sua Lei de criação.

O Instituto dispõe de um sistema informatizado para a gestão da estratégia, que permite o acompanhamento e controle do planejamento estratégico do ICMBio, possibilitando a emissão de relatórios periódicos e subsidiando os dirigentes para tomadas de decisão.

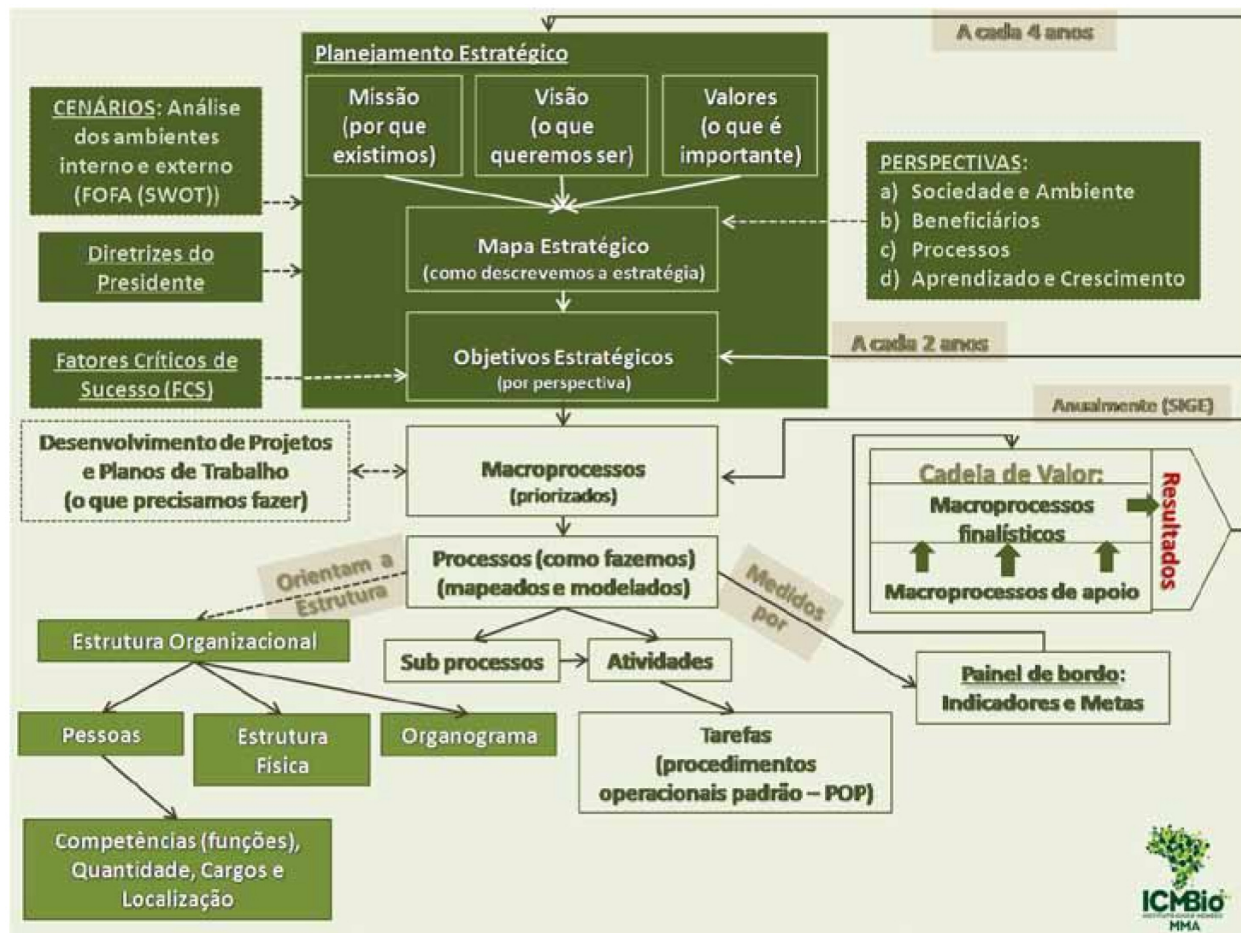
Os indicadores seguem padrão histórico e desde 2014 são mantidas as mesmas métricas. Isso se dá de forma a atender os fundamentos da constância de propósitos do GesPública, programa de modernização da Administração Pública.

Paralelamente a isso, o ICMBio está realizando o mapeamento e a modelagem dos processos.

Assim, é ponto forte assinalar o Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE, a revisão periódica do planejamento estratégico, associada à prática de gestão de indicadores para as atividades. Por outro lado, o ICMBio ainda necessita de aplicação mais efetiva do seu planejamento estratégico, de forma a mensurar melhor os impactos produzidos no cumprimento da sua missão institucional.



Figura 13. Mapa estratégico



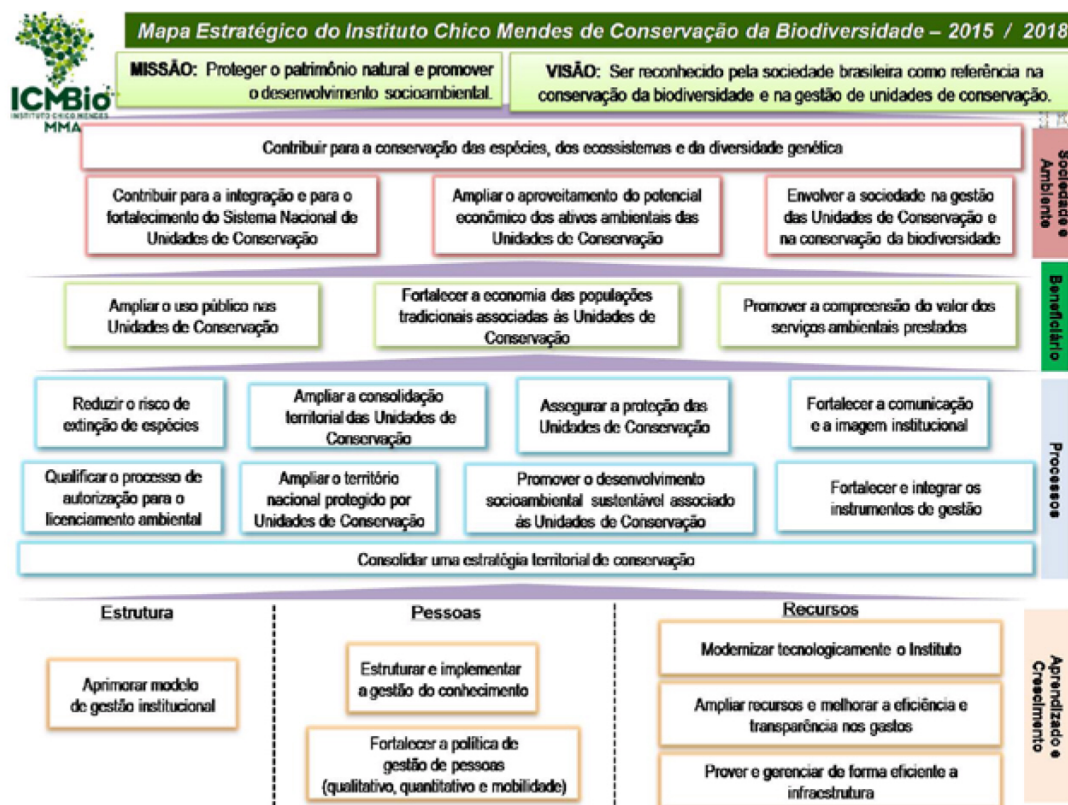
PDCA: Planejar, Executar (do termo em inglês, Do), Checar (ou Monitorar) e Avaliar são as etapas do planejamento estratégico. Ao final do ciclo, promove-se uma avaliação da execução no período, a qual servirá de subsídio para planejar as metas e ações para o próximo período. Em referência a esse reinício do ciclo do planejamento estratégico, usa-se a expressão “girar o PDCA”.

No mapa estratégico do ICMBio para o período de 2015–2018, estão presentes, direta ou indiretamente, os demais fundamentos do GesPública. Suas perspectivas foram aprimoradas, totalizando quatro, a saber: Sociedade e Ambiente, Beneficiários, Processos e Aprendizagem, e Crescimento. Os objetivos estratégicos foram alterados, mas não em sua

totalidade, e introduzidos novos. Com base nesse novo mapa, no segundo semestre de 2015 teve início o giro do PDCA, considerando não apenas os novos objetivos estratégicos, mas também as diretrizes do novo presidente do Instituto, que tomou posse em 21 de maio de 2015.



Figura 14. Mapa estratégico



Recentemente diversas unidades do ICMBio vêm tomando a iniciativa de realizar seu próprio planejamento estratégico, sempre em consonância com a estratégia do Instituto como um todo. Neste aspecto vale ressaltar o planejamento da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO, que contou com as etapas de análise ambiental e formulação da estratégia, desdobramento da estratégia, e alinhamento.

Plano Plurianual 2016–2019

Por meio de orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi elaborado o Plano Plurianual 2016–2019 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, tendo como subsídios o planejamento estratégico e as articulações com as áreas finalísticas.

A partir desse processo, houve alterações em relação ao PPA 2012–2015 de forma a melhor destacar as agendas prioritárias do ICMBio e a tornar a atuação do órgão mais organizada e inteligível à sociedade. Assim, ocorreram adequações nas ações orçamentárias para melhor aderência à missão do Órgão.

Mapeamento de processos

Em 2014 houve uma integração direta e participativa dos servidores para o mapeamento dos processos do Instituto, através da qual foram escolhidos alguns processos prioritários a serem mapeados. Dentre os 39 macroprocessos existentes, foram selecionados dez, conforme o quadro:



Tabela 26. Macroprocessos selecionados para o mapeamento

Unidade responsável	Macroprocesso
Gabinete do Presidente	Comunicação
Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN	Fiscalização
	Elaboração e revisão de planos de manejo
	Uso público e negócios
	Autorização para licenciamento
Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO	Monitoramento da biodiversidade
	Regularização fundiária
Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação – DISAT	Produção e uso sustentável
	Licitações e contratos
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN	Concessões

Foi utilizada a metodologia *Business Process Modeling* – BPM, por meio de *software* gratuito. O trabalho contou com o apoio de consultoria que o realizou parcialmente. Há esforços em andamento para retomar o mapeamento já iniciado pelo Órgão.

Ressalta-se que o mapeamento e a modelagem de processos institucionais são primordiais para o bom funcionamento da organização, sem os quais as rotinas de trabalho, a cadeia de valor e o atendimento aos cidadãos não são otimizados. Além disso, o mapeamento contribui para o autoconhecimento institucional, o entendimento das lacunas e a formulação de melhorias nos processos de trabalho. Dar continuidade e ênfase no mapeamento de processos é urgente e imperativo, principalmente no momento de mudança organizacional que o ICMBio enfrenta desde outubro de 2015.

Programa de gestão por resultado

O ICMBio, considerando a melhoria constante de seus processos, adota a Gestão para Resultados como uma das suas metodologias de trabalho. Para tanto, um dos seus principais expoentes é o Programa de Gestão por Resultados – PGR, em sua quarta edição.

O Programa conta com mais de 60 formados, subdivididos entre servidores da União e dos estados. Atualmente, é desenvolvido o IV Ciclo, para o qual há 21 partícipes, também nesta lógica. Recentemente o

Programa foi redesenhado e, hoje, está dividido em três módulos presenciais e dois a distância. O PGR está previsto no Plano Anual de Capacitação para todos os servidores com cargos gerenciais do ICMBio, especialmente os de UCs, que devem cursá-lo para que estejam ainda mais aptos a realizar a gestão das suas unidades organizacionais.

Orçamento

A Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.115, de 2015, foi publicada em 20/04/2015 com um total de R\$ 601.932.068,00 destinados ao ICMBio, porém, R\$ 120.228.587,00 a menos do que o destinado na LOA de 2014, ou seja, houve uma redução de, aproximadamente, 16,6% em um período em que a economia brasileira atravessa uma de suas piores crises com altas taxas de inflação, desemprego e estagnação.

Além da redução orçamentária de um ano para o outro, houve contingenciamento determinado pelos Decretos nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e nº 8.496, de 30 de julho de 2015, resultando em um corte total de 23,46% nas ações discricionárias.

Este contingenciamento afetou diretamente a prestação de serviços básicos essenciais ao cumprimento da missão institucional do ICMBio, como a contratação de serviços e a concessão de diárias e passagens.

A maior parte do orçamento discricionário do Instituto é destinado a despesas de custeio dos meios para provimento de serviços básicos e de manutenção de suas atividades (serviços de apoio administrativo, vigilância, limpeza, material de consumo, fornecimento de energia elétrica, entre outros). Assim, houve redução

de postos de trabalho como vigilância e limpeza, reajustes contratuais e redução de emissão de diárias e passagens. A fim de se compensarem essas perdas, foram solicitados créditos adicionais no total de R\$ 111.077.014,00, sendo aprovada a quantia de R\$ 86.077.014,00, o que atendeu parcialmente às demandas da Instituição.

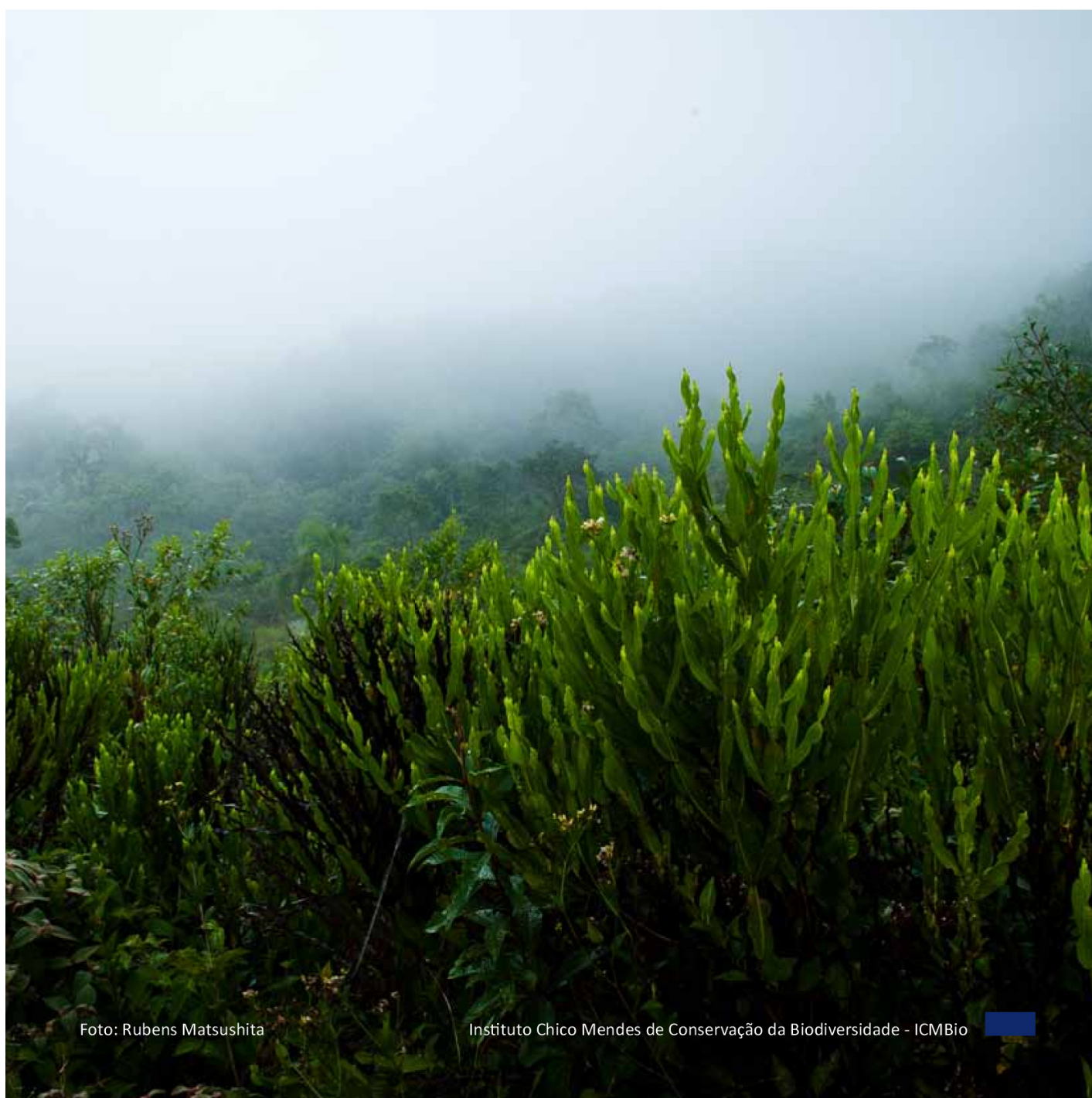


Foto: Rubens Matsushita

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio



104

FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

Compensação ambiental

Durante o exercício de 2015, os procedimentos relativos à compensação ambiental foram baseados na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2014, publicada em 08 de dezembro de 2014. A referida norma retomou a possibilidade de cumprimento da compensação ambiental na modalidade de execução indireta, permitindo o depósito dos recursos pelos empreendedores em contas escriturais junto à Caixa Econômica Federal, considerando o efeito suspensivo do Acórdão nº 1.853/2013 – TCU.

Desta forma, o ICMBio retomou as tratativas com os empreendedores para celebração dos Termos de Compromisso para o Cumprimento da Compensação Ambiental – TCCA, disponibilizando as modalidades de execução direta e indireta dos recursos.

Assim, em 2015 foram assinados 20 TCCAs e um Termo Aditivo, dos quais apenas cinco TCCAs e o Termo Aditivo tiveram efeito financeiro no referido ano, tendo em vista que os demais TCCAs foram assinados em dezembro de 2015, e, portanto, com efeito financeiro apenas em 2016. Ressalta-se que o saldo depositado em 2015 foi acrescido da 7ª parcela do Termo de Compromisso do empreendimento Usina Hidrelétrica Itapebi, assinado em 2010.

Conforme detalhado na Tabela 27, no exercício de 2015 foi aportado nas contas escriturais abertas na Caixa Econômica Federal o valor total de R\$ 27.628.840,71 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta reais e setenta e um centavos), referente à compensação ambiental dos seguintes empreendimentos: Sistema de Produção de Petróleo e Gás no Campo Parque das Conchas – Bacia de Campos (Bloco BC-10); Atividade de Aquisição de Dados Sísmicos Marítimos na Bacia do Jequitinhonha (Blocos BM-J-01 e BM-J-02); Segmento III do Trecho Alto Araguaia/MT – Rondonópolis/MT; Rodovia MG-050 Trecho Juatuba a São Sebastião do Paraíso; Estrada Municipal CS-012 (do km 3+300 ao km 14+480); Linha de Transmissão Ibiúna-Batéias (Termo Aditivo); 7ª parcela do TCCA/2010 do empreendimento UHE Itapebi.

Tabela 27. Evolução dos valores depositados na Caixa Econômica Federal

ANO	DEPÓSITO ANUAL (R\$)
2009	41.779.783,07
2010	88.945.359,94
2011	32.247.648,88
2012	35.307.206,77
2013	19.319.953,70
2014	308.911,44
2015	27.628.840,71
TOTAL	245.537.704,51

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN

Relatório de Gestão - 2015



Evolução da execução dos recursos de compensação ambiental

Comparativamente em relação ao ano anterior, a execução de compensação ambiental no exercício de 2015 apresentou um aumento de cerca de 30%, conforme demonstrado na Tabela 28.

Tabela 28. Execução anual de compensação ambiental

ANO	EXECUÇÃO ANUAL (R\$)
2009	158.917,45
2010	5.725.860,74
2011	16.144.080,05
2012	15.434.818,09
2013	21.538.139,69
2014	15.638.782,67
2015	20.197.222,86
TOTAL	94.837.821,55

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN



Tabela 29. Evolução da execução por ação no período de 2009 a 2015

AÇÃO	EXECUÇÃO							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Regularização fundiária e demarcação de terras	0,00	1.419.051,40	3.337.679,81	5.527.466,80	10.321.811,48	4.924.965,61	3.296.952,22	28.827.780,16
Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo	0,00	0,00	58.842,70	155.229,69	147.241,55	307.050,36	124.341,64	792.705,94
Aquisição de bens e serviços	158.917,45	4.306.809,34	9.080.057,54	9.752.121,60	10.862.848,90	10.220.896,28	16.762.560,90	61.142.808,54
Estudos para criação de UC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento de pesquisas	0,00	0,00	3.667.500,00	0,00	206.237,76	185.870,42	13.368,10	4.074.526,92
TOTAL	158.917,45	5.725.860,74	16.144.080,05	15.434.818,09	21.538.139,69	15.638.782,67	20.197.222,86	94.837.821,55

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN

Fazendo uma análise detalhada da execução por ação, constata-se que:

- Em 2015 a execução das ações de “Regularização fundiária e demarcação de terras”, “Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo” e “Desenvolvimento de pesquisa” apresentou decréscimo em relação ao ano anterior.
- Na ação “Aquisições de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade”, o valor executado em 2015 apresentou crescimento de 64% quando comparado com a execução

do ano anterior. Destaca-se que a utilização dos recursos para custear os contratos de manutenção das unidades de conservação beneficiadas com compensação ambiental contribuiu para tal resultado.

- Ressalta-se, por fim, que a ação de regularização fundiária, responsável pelo maior aporte de recursos, apresentou em 2015 um decréscimo de 33% de execução em relação a 2014, impactando a execução total da compensação ambiental no exercício.



Arrecadação de receitas

Conforme demonstrado na Tabela 30, destaca-se a elevação da arrecadação no exercício de 2014, quando comparada aos demais exercícios. Tal acréscimo deve-se, principalmente, aos aumentos dos licenciamentos concedidos para supressão de vegetação nas Flonas de Carajás, do Tapirapé-Aquiri, do Jamari, e de Saracá-Taquera.

Em decorrência, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF fez uma superestimativa da arrecadação voltada para as receitas com licenciamento para supressão vegetal, contribuindo para o valor estimado em R\$ 1,3 milhão em 2015.

Tabela 30. Demonstrativo da estimativa e arrecadação das receitas próprias do ICMBio

Ano	Valor estimado ¹ R\$	Valor arrecadado ² R\$	% Arrecadado/previsto	% Arrecadado /arrecadado no ano anterior
2011	43.317.472,00	50.598.371,37	116,81%	
2012	45.432.901,00	72.313.001,79	159,16%	142,92%
2013	64.810.293,00	78.215.761,64	120,68%	108,16%
2014	73.604.182,00	146.018.546,37	198,38%	186,69%
2015	131.711.907,00	95.601.294,37	72,58%	65,47%
Total	358.876.755,00	442.746.975,54	123,37%	

Fonte: ¹SIOP – ²SIAFI

Tabela 31. Análise da evolução da arrecadação no período de 2011 a 2015 por tipo de receita

TIPO	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Visitação	24.377.889,48	26.755.547,38	26.272.779,89	34.174.737,13	56.621.388,82	168.202.342,70
Arrendamento/concessão uso	11.425.534,47	12.122.629,15	20.593.771,28	30.608.409,30	14.461.022,43	89.211.366,63
Licenciamento	13.405.452,41	32.091.229,39	26.691.145,29	77.449.048,73	19.131.714,78	168.768.590,60
Venda florestal/outras receitas	1.389.495,01	1.343.595,87	4.658.065,18	3.786.351,21	5.387.168,34	16.564.675,61
TOTAL	50.598.371,37	72.313.001,79	78.215.761,64	146.018.546,37	95.601.294,37	442.746.975,54

FONTE: SIAFI



A Tabela anterior detalha a evolução das receitas próprias por tipo de receita, em que se observa o seguinte comportamento:

- No item “Visitação”, em 2015 houve um aumento de R\$ 22.446.651,69 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos) em relação ao ano de 2014, em pontos percentuais de 39,64%. Além da arrecadação real, em 2015 houve alteração no código de recolhimento das Guias de Recolhimento da União – GRU pelas Concessionárias, gerando elevação dessa modalidade de receita e redução no item “Arrendamento”, conforme constatação comentada a seguir.
- Dessa forma, no item “Arrendamento” verificou-se uma redução no exercício de 2015 em torno de R\$ 16.147.386,87 (dezesseis milhões, cento e quarenta e

sete mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), ou seja, de 52,75% em relação a 2014.

- No item “Licenciamento” ocorreu uma redução de R\$ 58.317.333,95 (cinquenta e oito milhões, trezentos e dezessete mil, trezentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos) em 2015, ou seja, de 75,30% em relação a 2014. Os fatores determinantes foram:

- elevação dos licenciamentos concedidos para supressão de vegetação nas Flonas de Carajás, do Tapirapé-Aquiri, do Jamari, e de Saracá-Taquera no exercício de 2014;
- em 2015, redução das demandas relativas aos pedidos de licenciamento pelas empresas interessadas; e
- restrições orçamentárias para pagamento de diárias e passagens para realização dos trabalhos em campo.

Evolução das principais receitas de arrecadação

Gráfico 32. Visitação – Acumulado de R\$ 168.202.342,70, entre 2011 a 2015

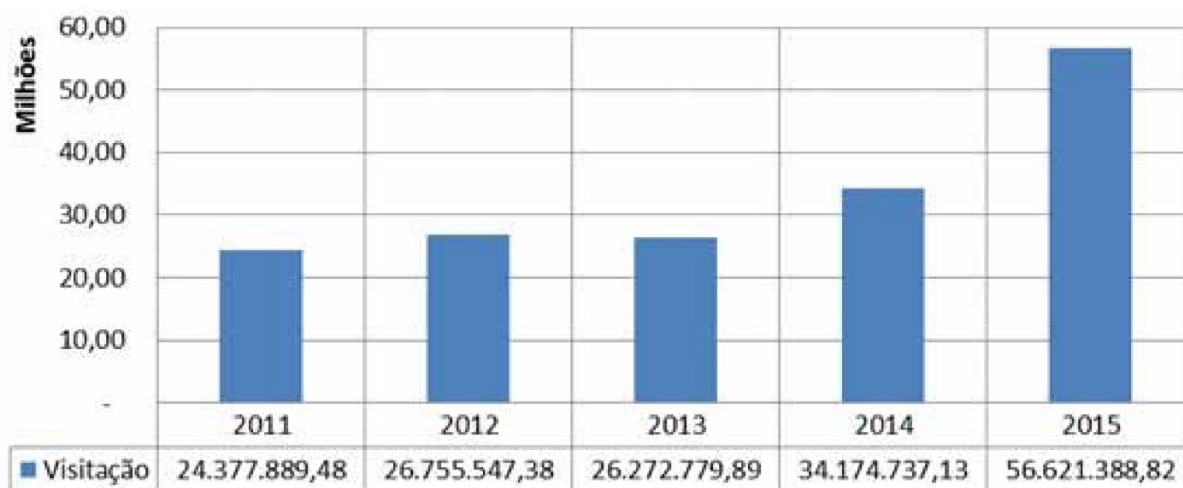
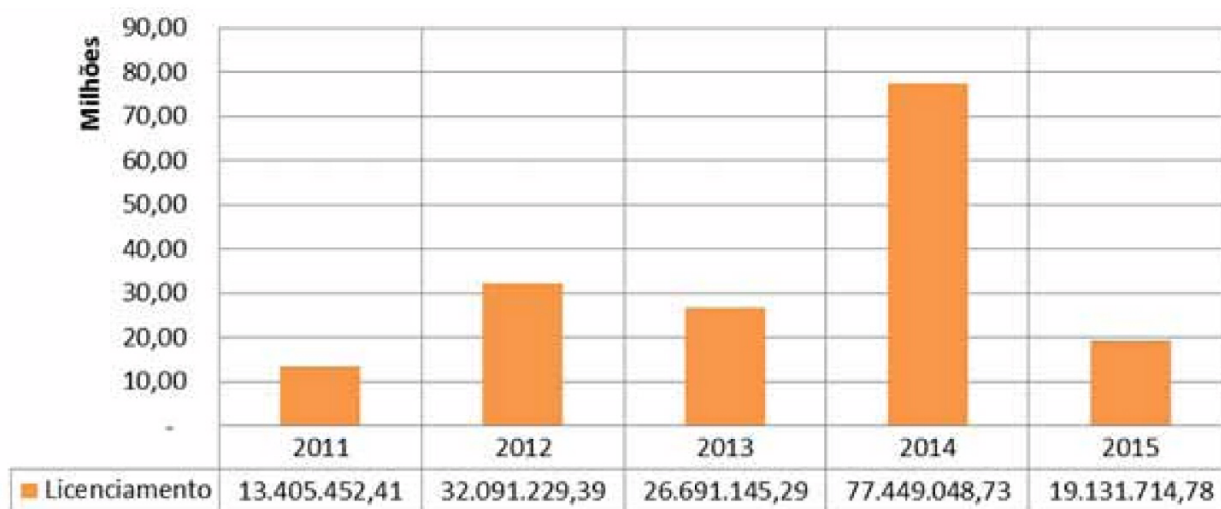


Gráfico 33. Arrendamento – Acumulado de R\$ 89.211.366,63, entre 2011 a 2015



Gráfico 34. Licenciamento – Acumulado de R\$ 168.768.590,60, entre 2011 a 2015



60

 Relatório de Gestão - 2015

Foto: Rubens Matsushita



ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

111

Contratos

Para suportar as ações finalísticas desenvolvidas pelas UCs do ICMBio, bem como a infraestrutura necessária ao funcionamento do Instituto, foram realizados, em 2015, 227 novos contratos, entre aquisições de bens e de serviços.

A operacionalização dos contratos ocorre por meio das Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAFs, que são responsáveis pela contratação, gestão e fiscalização dos contratos de sua região de atuação.

Está em andamento a reestruturação do Instituto Chico Mendes iniciada no fim do segundo semestre de 2015, tendo como base a reforma administrativa implementada pelo Governo Federal, que visa à uniformidade dos procedimentos adotados em todas as unidades do Órgão para tornar o processo mais célere e dar maior transparência. Para isso, estão sendo elaborados *check lists* para os procedimentos de formalização de contrato, de liberação de garantia contratual, de prorrogação contratual, de aplicação de penalidade, de repactuação e de orientação para pagamento.

Resultado da reestruturação iniciada é a gestão centralizada dos processos, para a uniformização destes; como exemplo, as contratações nacionais, cuja estimativa gerar economia de escala e maior eficiência na fiscalização dos contratos.

Para os próximos anos, o Instituto, com vistas à melhoria contínua, buscará aprimorar a padronização nos procedimentos de contratação (englobando os documentos que compõem os processos), atualizar dos fluxogramas existentes (devido à reformulação do ICMBio) e melhorar o planejamento na contratação.

Licitações

As UAAFs, de acordo com a estrutura regimental, possuem competência administrativa como unidades gestoras para realizarem licitações desde a sua fase inicial até a efetiva execução financeira e patrimonial.

De forma geral, em 2015 os processos que foram finalizados sofreram um aumento em relação ao ano

de 2014, mesmo com o contingenciamento de gastos imposto pelo Governo Federal. Um dos motivos foi a necessidade de novas licitações para contratar serviços e fornecimento de bens essenciais ao funcionamento do ICMBio que tiveram seus contratos finalizados. Entretanto, alguns procedimentos licitatórios foram cancelados em razão do referido corte orçamentário.

No ano de 2015, dentro dos procedimentos licitatórios, o ICMBio realizou, em sua maioria, aquisições e contratações consideradas como “bens ou serviços comuns”, conforme parágrafo único do art 1º da Lei nº 10.520/2002.

Grande parte do elevado número de dispensas realizadas refere-se a cursos de capacitação para os servidores, contratação de serviços de monopólio público, como fornecimento de energia elétrica, e contratações para atender demandas pontuais dos centros de pesquisas, como Projeto Tamar, além de compra de alimentos para os peixes-boi. Já as inexigibilidades, na maioria, se referem à contratação de serviços de entes públicos, como fornecimento de água potável e tratamento de esgoto.

Devido à reestruturação institucional, parte dos processos licitatórios começaram a ser centralizados e realizados em âmbito nacional para atender às demandas de todas as unidades descentralizadas, respeitando as respectivas especificidades, com o intuito de observar os princípios da economicidade e eficiência por meio da redução dos custos licitatórios e celebração de contratos com menores preços (economia de escala).

Por exemplo, foram iniciados dois processos, paralelamente, um para contratação de serviço de vigilância e outro para contratação de serviço de porteiro e vigia, ambos para atender todas as unidades descentralizadas do ICMBio. Esses processos objetivam, além da economia de escala, uma redução dos custos, sem a perda de qualidade, na segurança patrimonial, porque haverá uma substituição gradual dos postos de vigilância armada em lugares que não necessitam de tamanha especialização por postos de porteiro/vigia com qualificações e custos menores.



Seguindo determinações dos Órgãos de Controle e da própria Presidência do Instituto, conforme dispõe a Portaria nº 199, de 26 de junho de 2013 do ICMBio, os procedimentos de aquisições e contratações seguem as minutas-padrão da Advocacia-Geral da União – AGU. E antes da remessa dos autos à Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio são incluídos nos processos os *check lists* disponíveis pela AGU.

Um aspecto importante, na transição entre os anos de 2014 e 2015, foi o impacto positivo do ingresso de servidores (em um total de seis lotados no Serviço de Licitações e Compras – SELIC) em substituição aos terceirizados. Junto a essa substituição e a capacitação desses servidores, que ainda precisa ser intensificada, obteve-se melhoria nas instruções processuais.

Terceirização

Observa-se que, de uma maneira geral, em 2015 os contratos de terceirização sofreram redução significativa em relação ao ano de 2014. Um dos motivos da redução foi o contingenciamento de gastos imposto pelo Governo Federal e a substituição de terceirizados por servidores, resultado da autorização do Ministério do Planejamento para a execução de concurso público para provimento de vagas do quadro pessoal efetivo do ICMBio, desde que realizasse a total substituição dos trabalhadores terceirizados.

Após a publicação da Portaria, e em conformidade com as informações preambulares, o Instituto, entre os dias 16/09/2014 a 15/10/2014, deu posse à primeira turma de novos servidores. Esclarece-se que, além dessa, publicaram-se no Diário Oficial da União outros períodos de nomeações, fato que fez com que o Instituto, em janeiro de 2015, atingisse a soma de 241 servidores nomeados. Diante de tais fatos, os contratos que contemplavam atividades exercidas por colaboradores terceirizados foram extintos, não existindo, atualmente, no âmbito do Instituto, ajustes cujas atribuições estejam em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997.

No entanto, alguns serviços do Instituto demandam a contratação de mão-de-obra terceirizada, tais como: atividades de conservação, limpeza, informática,

copeiragem, recepção, segurança, transportes. Essas contratações estão em conformidade com a legislação vigente.

Há, ainda, profissões específicas que atendem às unidades descentralizadas, as quais existem somente em alguns estados, não abrangendo todas as unidades existentes, tais como: camareira, bombeiro hidráulico, guia florestal, eletricista, guardião de piscina, monitor ambiental em área marinha, operador de máquinas, piloto fluvial, salva-vidas, tratorista, tratador de animal, dentre outros. A contratação desses serviços decorre da necessidade de conceder à Administração Pública prestação de serviços que garantam que a ação estatal apresente resultados significativos e coerentes, permitindo ao ICMBio ampliar sua capacidade de funcionamento.

A terceirização desses serviços é de caráter eminentemente acessório e não ligada diretamente à atividade-fim do Instituto. Objetiva a contratação de equipe de apoio para assegurar a continuidade da prestação dos serviços que se fazem essenciais à Administração Pública no cumprimento das ações finalísticas, à medida que seja necessária a execução das atividades de nível operacional técnico.

Encontra-se em andamento também processo para licitação nacional de contratação dos serviços terceirizados de limpeza e conservação, dentre outros.

Patrimônio mobiliário e imobiliário

Ao Serviço de Controle de Bens – SECOB compete gerir os bens patrimoniais móveis, imóveis e os materiais de consumo.

Com o intuito de melhorar o desempenho das atividades que lhe são atribuídas, o Instituto vem buscando consolidar parcerias com outros órgãos da administração direta e indireta para a utilização de imóveis. O principal instrumento utilizado tem sido a formalização de termos de cessão em suas diversas modalidades; com isso, a Instituição tenta maximizar os recursos previstos em seu orçamento.



No início do ano de 2014, foi realizado inventário geral para controle de materiais no Almoxarifado, com o objetivo de controlar o estoque, os procedimentos e as rotinas operacionais de modo a incorporar os interesses da administração quanto a um controle eficaz, permitindo um melhor gerenciamento e planejamento do patrimônio público. De acordo com a atualização realizada, tornou-se possível o acompanhamento do estoque mínimo, momento em que devem ser realizadas novas compras para reabastecer o estoque.

Ainda nesse ano, foi dada continuidade à implantação de um novo sistema, inicialmente com o apoio da empresa LinkData, que acompanhava os trabalhos realizados pela equipe do SECOB. Ao mesmo tempo, foram realizadas correções que eram necessárias, como a incorporação de bens que não possuíam tombamento.

Posteriormente, foram inseridos no sistema os bens adquiridos com recursos de compensação ambiental, dos projetos especiais e recebidos por doação; foram também transferidos para a unidade de conservação a qual pertenciam e emitidos os seus devidos termos de transferência interna e então encaminhados por memorando.

Já no ano de 2015, o inventário geral foi atualizado. No mesmo ano, a equipe fez o treinamento do sistema ASI para dar início ao processo de inserção de dados do inventário que havia sido realizado.

Tecnologia da informação

As mudanças de gestão ocorridas no âmbito do ICMBio durante o exercício de 2015 contribuíram fortemente para a mudança no direcionamento da gestão da Coordenação de Tecnologia da Informação – COTEC. Assim, em 2015, foram desenvolvidas as seguintes atividades pelo setor de tecnologia:

Elaboração do PDTI

O ICMBio possuía o Plano de Tecnologia da Informação – PDTI, elaborado em 2011, relativo ao período de 2011–2013. Com a mudança de gestão, foi iniciada, imediatamente, a elaboração de novo PDTI,

objetivando definir as bases estratégicas para atuação da COTEC. Neste sentido, foram analisadas as necessidades das áreas de negócio, bem como as demandas da própria coordenação nas áreas de sistemas, de infraestrutura e de gestão. Os estudos para elaboração do referido documento se encerraram em dezembro de 2015.

A partir disso, foi iniciado o processo de elaboração dos documentos, contemplando todos seus artefatos essenciais, a ser aprovado até o segundo semestre de 2016.

Análise da infraestrutura de TI

De forma a melhorar a gestão da infraestrutura de TI do Instituto Chico Mendes e modernizar o parque ora instalado, elaborou-se estudo técnico de inventário dos equipamentos e *softwares* a serem adquiridos ou substituídos. O estudo também apresentou estimativa de recursos necessários para operacionalizar as aquisições. O trabalho foi consolidado e utilizado na elaboração do PDTI.

Proposta orçamentária da área de TI

Com base no inventário de necessidades de TI, a COTEC fez constar no PDTI intenção de investimento ao longo do período de vigência do Plano, que poderá ser utilizada para elaboração da proposta orçamentária de TI para o biênio 2016–2017.

Tal proposta tem por objetivo sensibilizar a alta gestão do Instituto quanto à importância do fortalecimento da Tecnologia da Informação na Instituição, tendo em vista o caráter altamente descentralizado do Instituto e os potenciais avanços que investimentos nesta área poderão trazer.

Estratégia de contratações de TI

Para melhorar o processo de planejamento e de contratações de TI, foi alocado um servidor do quadro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da carreira de analista em tecnologia da informação, para realizar a gestão das contratações de TI no âmbito do Instituto.



O objetivo foi otimizar as contratações de TI, além garantir a aderência das contratações à Instrução Normativa nº 04/2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP e demais normas aplicáveis vigentes.

Definição do procedimento de fiscalização de contratos de TI

Buscando a excelência dos processos de fiscalização dos contratos de TI, foram definidos, revisados e melhorados os procedimentos de fiscalização, de acordo com as recomendações da citada IN. Para tanto, estão sendo tomadas as seguintes providências:

- as ordens de serviço foram reestruturadas para contemplar os requisitos essenciais para à sua abertura;
- a fiscalização dos contratos é realizada de forma mais criteriosa, verificando se ocorreu o efetivo cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os níveis de serviço contratados, por meio de *check list*, quando aplicável;
- para todos os serviços foram elaborados os procedimentos operacionais de fiscalização, bem como os artefatos de recebimento provisório e definitivo, de acordo com a legislação vigente; e
- estabeleceu-se procedimento para participação das áreas de negócio no recebimento dos serviços de TI.

Comitês de Governança de TI

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC são os mecanismos de deliberação acerca dos principais assuntos tratados pelo setor.

O CGTIC retomou seus trabalhos no quarto trimestre de 2015 com a análise da proposta de Política de Geoinformação do Instituto e caminha em 2016 para análise e aprovação do PDTI.

O CSIC iniciou seus trabalhos em 2016 revendo sua

estrutura e ratificando seus participantes, por meio da indicação dos diretores do ICMBio. Foi pautada a análise para atualização de sua Política de Segurança e para elaboração de seus planos complementares.

Aumento do quadro dos servidores na COTEC

Em 2015 a COTEC conseguiu ampliar seu quadro de servidores, chegando ao número de oito. Esse aumento no quantitativo representou um grande avanço para o setor.

Análise das unidades

O Instituto possuía informações fragmentadas do parque de TI das unidades e também sobre suas necessidades de aquisição. Para solucionar o problema e levantar adequadamente as demandas das unidades, tendo em vista a presença do Instituto em diversos pontos descentralizados do território nacional, foram desenvolvidas as ferramentas abaixo:

Sistema de Gerenciamento de Demandas – SGD

Visa prover os gestores das unidades de um instrumento para apresentar suas demandas ao órgão central do ICMBio. Cabe destacar que este Sistema não se resume a demandas de TI. Tal ferramenta foi desenvolvida no ano de 2015 e pretende-se que seja utilizada por todas as unidades até o segundo semestre de 2016.

Formulário de Inventário de TI das Unidades – FIU

Busca reunir informações detalhadas em relação à infraestrutura implantada em todas as unidades. Com esse Sistema será possível a construção de um panorama da TI no Instituto, favorecendo as ações em âmbito nacional, o ganho de escala nas aquisições e a padronização dos recursos nas unidades. Tal ferramenta foi desenvolvida no ano de 2015 e pretende-se que sua utilização por todas as unidades se dê até o segundo semestre de 2016.

Cabe destacar que essas duas ferramentas são complementares, uma vez que a primeira apresenta as demandas das unidades e a segunda permite ao gestor realizar análise qualitativa e quantitativa das demandas de TI.



Sistema Eletrônico de Informações – SEI

O SEI faz parte do Processo Eletrônico Nacional – PEN, que visa à implantação de infraestrutura de processo administrativo eletrônico. A implantação do SEI obedece ao Decreto Presidencial nº 8.539, de 08 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Pelo decreto, os órgãos têm até dois anos para concluir a estruturação de sistemas eletrônicos para tramitação de documentos e processos.

Neste sentido, a COTEC realizou a implantação técnica do serviço em sua infraestrutura, reservando para 2016 a finalização dos preparativos para o Sistema.

Sistema de inventário

Foi implantado, a pedido do setor de patrimônio, a Solução CITSMART, *software* de inventário disponível no Portal de Software Público Federal (www.softwarepublico.gov.br).

A solução foi implantada visa reduzir dos custos com utilização de *software* proprietário.

Aquisições

A COTEC vem empreendendo esforços para viabilizar contratações em âmbito nacional objetivando garantir o ganho em escala, a padronização dos equipamentos e serviços. Além da melhoria na eficiência e eficácia dos contratos, tem buscado se adequar à limitação orçamentária vivida pelo Governo Federal.

Foram adquiridos de três equipamentos para expansão do *storage* para armazenamento de dados dos equipamentos do Centro de Dados do ICMBio, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 60/2013 do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Empresa Contratada: COMPWIRE INFORMÁTICA S/A.

Adquiriram-se dois equipamentos de *nobreak* para garantir o fornecimento de energia elétrica para o Centro de Dados do ICMBio, por meio de adesão à Ata

de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 027/2013, do Ministério da Defesa/Gabinete do Comando do Exército. Empresa Contratada: GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.

Também foi contratada de empresa especializada para prestação do serviço contínuo de manutenção preventiva de quatro *nobreaks* e quatro banco de baterias na Sede do ICMBio, por meio do Pregão nº 03/2015. Empresa Contratada: JK Energia Ltda.

Por fim, contratou-se empresa especializada em *outsourcing* de impressão, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº 80/2013 do IFB. Empresa Contratada: TYPE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.

A Coordenação de Tecnologia da Informação, a partir da reestruturação da DIPLAN, vem empreendendo diversas ações para a melhoria na gestão de TI no Instituto.

O processo ainda se encontra em fase inicial, mas já apresenta resultados significativos. Além disso, vislumbra-se cenário propício ao desenvolvimento planejado da área TI objetivando maximizar recursos e alterar o cenário ora implantado.



116

OUVIDORIA

Foram recebidas em 2015, no âmbito da Auditoria Interna, por meio eletrônico, 1712 manifestações referentes a assuntos de ouvidoria, das quais foram atendidas 1194, (representando 69,74%), as 518 restantes (30,26%), encontravam-se em atendimento no dia 31/12/2015, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 32. Resultados da Ouvidoria em 2015

Manifestações	Recebidas	Atendidas	Resultados
Denúncias	281	172	61,21%
Solicitações	16	12	75%
Reclamações	115	63	54,78%
Consultas	1215	862	70,94%
Sugestões	56	56	100%
Elogios	29	29	100%
Total	1712	1194	



SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

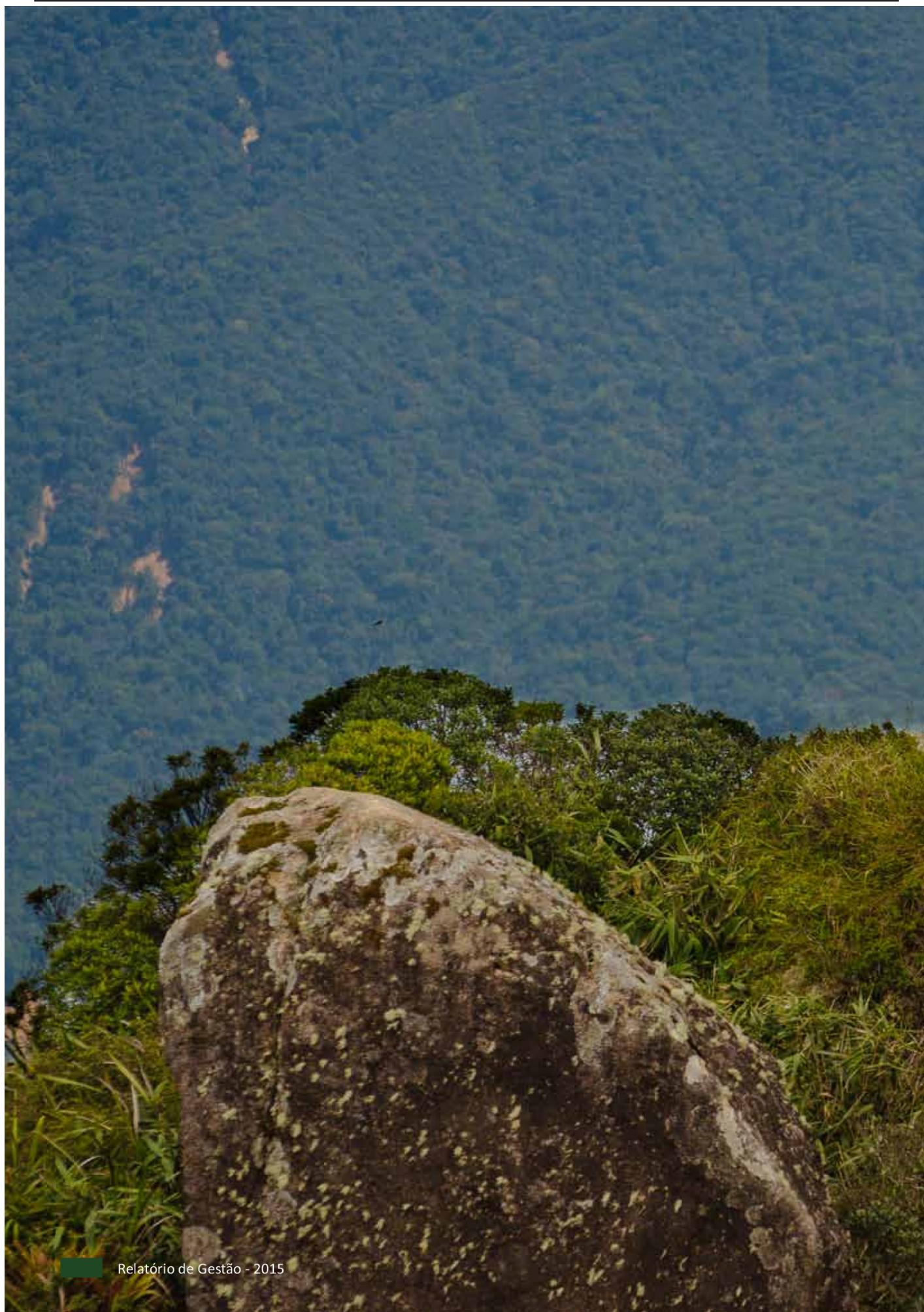
Informações solicitadas com base na Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011:

Tabela 33. Resultados do SIC em 2014

DESCRIÇÃO	2014												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Pedidos recebidos	11	22	26	27	16	20	20	15	27	13	18	19	234
Pedidos atendidos	11	22	26	27	16	20	20	15	27	13	18	19	234
Pedidos reencaminhados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 34. Resultados do SIC em 2015

DESCRIÇÃO	2015												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Pedidos recebidos	12	21	22	30	22	20	25	35	25	30	25	15	282
Pedidos atendidos	12	21	22	30	22	20	25	35	25	30	25	15	282
Pedidos reencaminhados	3	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	0	11



Relatório de Gestão - 2015



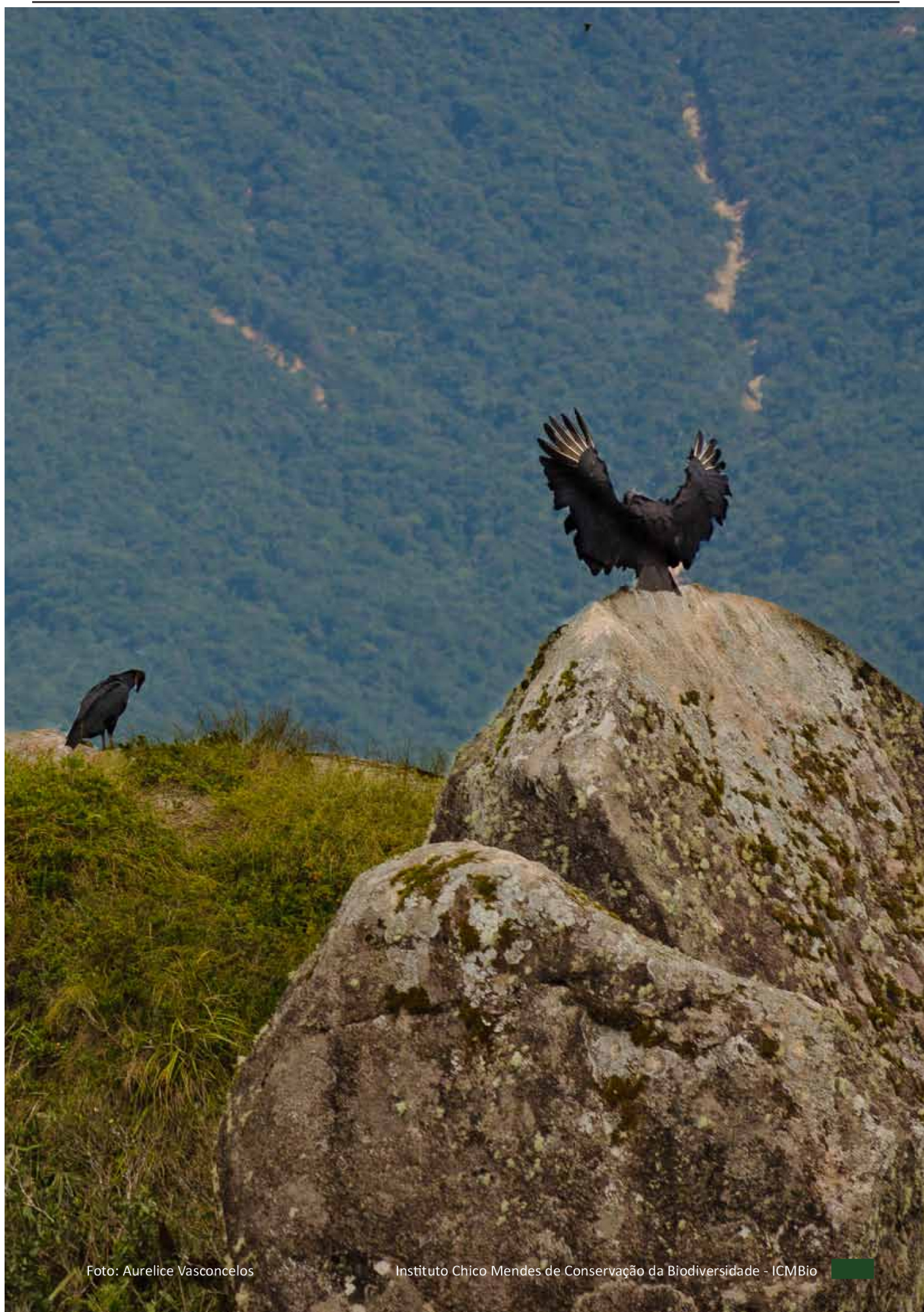


Foto: Aurelice Vasconcelos

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio



À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do
Consumidor e Fiscalização e Controle.



Ministério do
Meio Ambiente



Parecer

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 799, DE 2016

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS Nº 521/2011 na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil.

RELATOR: Senador **HÉLIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Emenda da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2015.

Trata-se de emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2011, na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

O Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, tem por objetivo acrescentar o inciso IV ao art. 8º da Lei nº 11.771, de 2008, a fim de incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.

Em 20 de dezembro de 2011, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou substitutivo apresentado pela Senadora Ana Amélia à proposição.

Em 14 de fevereiro de 2012, a CDR adotou, de forma definitiva, o substitutivo oferecido ao PLS nº 521, de 2011, em turno suplementar e em



caráter terminativo, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Após a leitura do Parecer da CDR em Plenário e esgotado o prazo estabelecido no art. 91, § 3º, do RISF, a matéria foi encaminhada, para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, em 9 de março de 2012, à Câmara dos Deputados, onde passou a tramitar como Projeto de Lei (PL) nº 3.401, de 2012.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída às Comissões de Turismo e Desporto e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta última, foi aprovada emenda para suprimir a expressão “do Ministério do Turismo” do texto do projeto.

Uma vez aprovada a redação final da proposta em 8 de setembro de 2015, a proposição foi remetida ao Senado Federal.

II – ANÁLISE

De acordo com o parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei que for objeto de emenda pela Casa revisora deverá voltar à Casa iniciadora.

É inequívoco o mérito do PLS nº 521, de 2011, ao incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo, previsto no art. 8º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. A proposta torna mais plural o principal fórum de articulação das políticas públicas de valorização do turismo nacional, o que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento da intervenção estatal nessa seara.

No Senado Federal, a redação aprovada do referido projeto dispôs que devem integrar o Sistema Nacional “os representantes dos municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo”.

Na Câmara dos Deputados, aprovou-se emenda para suprimir a expressão “do Ministério do Turismo”, por se entender que a definição do Programa de Regionalização do Turismo representa assunto interno do Poder Executivo.



Em nosso entendimento, a emenda deve ser aprovada, tendo em vista que não prejudica o louvável propósito do PLS nº 521, de 2011, e, ao mesmo tempo, evita possíveis questionamentos acerca da constitucionalidade da proposição.

Como é sabido, o alcance da previsão do art. 84, VI, *a*, o qual dispõe que é competência privativa do Presidente da República dispor acerca da organização e do funcionamento da administração federal, comporta diferentes interpretações. Assim, a preocupação levantada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – no sentido de que a referência ao Ministério do Turismo no PLS nº 521, de 2011, pode gerar um problema de constitucionalidade formal – é legítima e merece ser respeitada.

Por tais razões, entendemos que a emenda em questão deve ser aprovada.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS nº 521, de 2011, na origem).

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2016.

Senador Wellington Fagundes, Presidente eventual

Senador Hélio José, Relator





SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 16ª Reunião, Extraordinária, da CDR

Data: 13 de setembro de 2016 (terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
José Pimentel (PT)		1. Walter Pinheiro	
Paulo Rocha (PT)		2. Regina Sousa (PT)	
Humberto Costa (PT)		3. Fátima Bezerra (PT)	
VAGO		4. VAGO	
Gladson Cameli (PP)		5. Ciro Nogueira (PP)	
Maioria (PMDB)			
Simone Tebet (PMDB)		1. VAGO	
Jader Barbalho (PMDB)		2. Hélio José (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PSDB)		3. Garibaldi Alves Filho (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)		4. Romero Jucá (PMDB)	
VAGO		5. Dário Berger (PMDB)	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
Davi Alcolumbre (DEM)		1. Ronaldo Caiado (DEM)	
Dalirio Beber (PSDB)		2. Deca (PSDB)	
Ricardo Franco		3. Tasso Jereissati (PSDB)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
José Medeiros (PSD)		1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)	
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Lúcia Vânia (PSB)	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Wellington Fagundes (PR)		1. Eduardo Amorim (PSC)	
Elmano Férrer (PTB)		2. Armando Monteiro (PTB)	



Requerimentos**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO
Nº 711, DE 2016**

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2015 seja enviado à apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

AUTORIA: Senador Telmário Mota

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o envio, para apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do PLC nº 39, de 2015, que criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências.

Sala da Comissão,

Senador TELMÁRIO MOTA





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 712, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, encaminhamento de pedido de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre pronunciamento do Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro da Justiça, antecipando ações da Polícia Federal na Operação Lava-Jato.

AUTORIA: Senadora Gleisi Hoffmann

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº , de 2016

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Exmo. Sr. **Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República** para que providencie, no prazo constitucional, e sob pena de prática de crime de responsabilidade, informações referentes ao suposto pronunciamento do Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro da Justiça, em evento político-eleitoral de campanha do candidato do PSDB à Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, Duarte Nogueira, no qual Sua Excelência teria declarado, segundo informações da imprensa (1ª reportagem sobre o caso de Gustavo Porto e Carla Araújo, O Estado de S. Paulo 25 Setembro 2016 | 16h27), antecipando ações da Polícia Federal na 35ª fase da chamada Operação Lava-Jato, que:

“Teve a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos. Quando vocês virem esta semana, vão se lembrar de mim”

Desse modo, requer-se ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as seguintes informações:

- 1) Quais providências foram tomadas por parte da Presidência da República em relação ao Exmo Sr. Ministro de Estado da Justiça acerca dos fatos acima descritos, eis que constituem-se em ilegalidades graves, com possível cometimento de crime comum



SF/16995.62801-95





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

de violação de sigilo funcional (Código Penal, *in verbis*: Art. 325 - *Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave*) e crime de improbidade administrativa (Lei 8.429/92, Art. 11, *in verbis*: “art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;”), entre outras tipificações previstas em lei?

- 2) Vossa Excelência tem conhecimento antecipado de ações da Polícia Federal na condução de operações, inclusive naquelas determinadas por ordem judicial, ainda que em segredo de justiça?
- 3) Qual a orientação da Presidência da República ao Ministro da Justiça em relação às ações da Polícia Federal de que tenha conhecimento em razão da subordinação daquele órgão a sua pasta?
- 4) O Ministro da Justiça pode revelar ao público em geral ou tornar pública de qualquer forma ações da Polícia Federal de que tenha conhecimento em razão do cargo que ocupa?

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2016.

Gleisi Hoffmann
Vice-líder do Bloco Resistência Democrática



SF/16995.62801-95





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 713, DE 2016

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça para que providencie informações referentes a suposto seu pronunciamento em evento político-eleitoral, de campanha do candidato do PSDB à Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, Duarte Nogueira, no qual Sua Excelência teria, segundo informações da imprensa (1ª reportagem sobre o caso de Gustavo Porto e Carla Araújo, O Estado de S. Paulo 25 Setembro 2016 | 16h27), antecipado ações da Polícia Federal na 35ª fase da chamada Operação Lava-Jato.

AUTORIA: Senadora Gleisi Hoffmann

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº , de 2016

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao **Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça** para que providencie, no prazo constitucional, e sob pena de prática de crime de responsabilidade, informações referentes a suposto seu pronunciamento em evento político-eleitoral, de campanha do candidato do PSDB à Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, Duarte Nogueira, no qual Sua Excelência teria declarado, segundo informações da imprensa (1ª reportagem sobre o caso de Gustavo Porto e Carla Araújo, O Estado de S. Paulo 25 Setembro 2016 | 16h27), antecipando ações da Polícia Federal na 35ª fase da chamada Operação Lava-Jato, que:

“Teve a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos. Quando vocês virem esta semana, vão se lembrar de mim”

Desse modo, requer-se ao Sr. Ministro de Estado da Justiça as seguintes informações:

- 1) Vossa Excelência é o autor da frase que lhe é atribuída pela imprensa, pronunciada em evento eleitoral?
- 2) Vossa Excelência tem conhecimento antecipado de ações da Polícia Federal na condução de operações, inclusive naquelas



SF/16063.40998-41





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

determinadas por ordem judicial, ainda que em segredo de justiça?

Qual a autonomia da Polícia Federal na condução de tais operações?

- 3) São sigilosas as ações da Polícia Federal no âmbito das operações, sejam elas conduzidas pela própria Polícia Federal, ou em conjunto com o Ministério Público Federal, ou ainda por determinação judicial?
- 4) O Ministro da Justiça pode revelar ao público em geral ou tornar pública de qualquer forma ações da Polícia Federal de que tenha conhecimento em razão do cargo que ocupa?
- 5) Vossa Excelência tem conhecimento de ações ou conluíus internos ao governo federal que tenham por objetivo criar obstáculos à operação lava jato?
- 6) Vossa Excelência esteve presente ou teve conhecimento de reuniões com o ex-Advogado Geral da União, Fábio Medina Osório, para tratar de assuntos referentes à operação lava jato?



SF/16063.40998-41

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2016.

Gleisi Hoffmann
Vice-líder do Bloco Resistência Democrática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2016

Nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requer afastamento do país com o intuito de, na qualidade de Membro da Comissão Mista de Representação no Parlasul, participar da Reunião da "Bancada Progresista" e das "Reuniones de las Comisiones Permanentes y de la Sesión Ordinaria del Parlasur" em Montevideu, Uruguai, no período de 05 a 07 de outubro de 2016. Comunica ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, ausência do País para cumprimento da Missão Oficial especificada.

AUTORIA: Senador Humberto Costa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

*Deferido.
Em 27/09/16
Mish.*

REQUERIMENTO nº *714*, de 2016

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro afastamento do país com o intuito de, na qualidade de Membro da Comissão Mista de Representação no Parlasul, participar da Reunião da “Bancada Progresista” e das “ Reuniones de las Comisiones Permanentes y de la Sesión Ordinaria del Parlasur ” a ocorrerem nos dias 05 e 06 de outubro de 2016, em Montevideu, Uruguai.

Dessa forma, como se trata de um deslocamento internacional com início da primeira reunião no final da tarde do primeiro dia, necessito de um dia adicional para o retorno, e por conseguinte, **com fundamento naquele mesmo artigo do RISF, a autorização deve ser de 05 a 07 de outubro do corrente ano.**

Assim, se este requerimento for aprovado, comunico, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do país para cumprimento da Missão Oficial especificada.

Sala das Sessões, de setembro de 2016

Humberto Costa
Senador **HUMBERTO COSTA**

*26/09/2016
13/51.
Patrícia de Oliveira Nóbrega*
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa





OF. P/094/2016

Brasília, 16 de setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
N e s t a

Assunto: Reunião do Parlamento do Mercosul – Montevideu - Uruguai

Senhor Presidente,

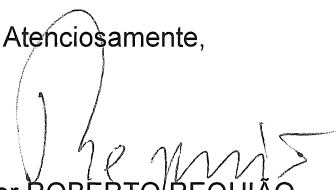
Informo a Vossa Excelência que as próximas atividades do Parlamento do Mercosul ocorrerão nos dias **5 e 6 de outubro de 2016, quarta e quinta-feira**, em Montevideu, no Uruguai, ocasião em que serão realizadas as **Reuniões da Bancada Progressista; de Mesa Diretora; Comissões Permanentes e a XLII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul**, conforme convocatórias cujas cópias seguem anexas.

2. Trata-se, Senhor Presidente, da continuidade aos trabalhos do Parlamento, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o art. 17 do seu Protocolo Constitutivo.

3. Assim, solicito a Vossa Excelência sejam autorizadas as providências necessárias à participação do **Senador Humberto Costa**, entre os dias **4 e 7 de outubro de 2016**, como a justificativa de eventuais ausências, liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados pelo gabinete do parlamentar, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia.

4. Na oportunidade, renovo a V.Exa. meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF
Fones: (55) 61 3216-6873 – 3216-6874 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br
Visite nossa página na Internet: [http:// www.camara.leg.br/representacaomercosul](http://www.camara.leg.br/representacaomercosul)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

REQUERIMENTO Nº *715*, DE 2016

*Deferido
Em 27/09/16
link.*

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 5 a 7 de outubro do corrente ano, para participar, como membro da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, das Reuniões de Comissões Permanentes e da XLII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada no dia 6 do referido mês na cidade de Montevideo, Uruguai, com ônus para o Senado.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país no período de 5 a 7 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões,

Gleisi Hoffmann
Senadora **GLEISI HOFFMANN**

Recebido em *26/09/16*
Hora *17:23*

Debora
Débora Rodrigues Matos - Mat. 257695
SGM - Senado Federal

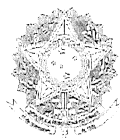


SF/16192.97329-60

Página: 1/3 20/09/2016 10:58:16

99569bf5048c206cfb4560e76358381e2883ff49





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

REQUERIMENTO

716, de 2016
Deferido
em 27/09/16
minh.

Requerimento nº /2016/GSFBEZER

Senhor Presidente,

Requeiro com base nos termos dos artigos 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; licença dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de outubro de 2016, para participar das reuniões do Parlamento do Mercosul, no dia 6 de outubro de 2016, quinta-feira, em Montevidéu, no Uruguai, ocasião em que serão realizadas as reuniões da Mesa Diretora e XLII Sessão Ordinária, conforme atos convocatórios do Presidente do Parlamento, anexados a este documento.

Sala das Sessões, de setembro de 2016.

MARIA DE
FATIMA BEZERRA

Assinado de forma digital por MARIA DE
FATIMA BEZERRA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa Física A3,
ou=ARSERPRO, ou=Autoridade Certificadora
SERPROACF, cn=MARIA DE FATIMA BEZERRA
Dados: 2016.09.26 10:24:44 -03'00'

FÁTIMA BEZERRA
Senadora da República pelo Rio Grande do Norte



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-1884 – fatima.bezerra@senadora.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CE23821E0013FE29.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Secretaría Parlamentaria



XLII SESIÓN ORDINARIA

A los Sres. Parlamentarios:

Se comunica que la XLII Sesión Ordinaria convocada para el día **viernes 14 de octubre a las 13 horas en la ciudad de Montevideo – Uruguay**, pasará a realizarse el día **jueves 6 de octubre de 2016 a las 13 horas**.

Montevideo, 16 de Setiembre de 2016



Edgar Lugo
Secretario Parlamentario



Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel. (5982) 410.97.97
www.parlamentodelmercosur.org

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CE23821E6013FE29.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 76E5CA89001431D3.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

**PARLAMENTO DEL MERCOSUR**

Secretaría Parlamentaria

**REUNION DE MESA DIRECTIVA****Jueves, 6 de octubre 2016****Hora 10:00****A los Sres. Parlamentarios:**

Se comunica que la reunión de Mesa Directiva convocada para el día **viernes 14 de octubre a las 10 horas en la ciudad de Montevideo – Uruguay**, pasará a realizarse el día **jueves 6 de octubre de 2016 a las 10 horas**.



Edgar Lugo
Secretario Parlamentario

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel: (5982) 410.97.97 www.parlamentodelmercosur.org
www.parlamentodelmercosur.org
Secretaría Parlamentaria



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CE28821E0013FE29.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 76E5CA89001431D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO do Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, DE 2016

Requerimento nº 717, de 2016.

*Deferido.
 Em 27/09/16
 Minh.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa durante o período de 05 a 07 de outubro de 2016, tendo em vista minha participação na Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, em que serão realizadas a Reunião de Mesa Diretora, Reunião de Comissão Permanentes e XLII Sessão Ordinária.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País durante o período acima citado.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
 Líder do PSB-SE

Recebi em 26/09/2016 15:00
Patrícia de Oliveira Nóbrega
 Matrícula 187048
 Secretária-Geral da Mesa



*Deferido
em 27/09/16
Mia M.*

**SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO**

718

REQUERIMENTO Nº, DE 2016



Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requero licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 5 e 7 de Outubro de 2016, para, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XLII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas no dia 6 do referido mês e ano, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 5 a 7 de outubro de 2016.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2016.

Requis

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Ass. digital
Recebido em 27/09/16
Hora 15:33
Débora Rodrigues Matos - Mat. 25766
SGM / Senado Federal

Página: 1/1 26/09/2016 16:06:31

b1d02623fd4b123b83d864540885d496b3ba2fcb



**PARLAMENTO DEL MERCOSUR****Secretaría Parlamentaria****REUNION DE MESA DIRECTIVA****Jueves, 6 de octubre 2016****Hora 10:00****A los Sres. Parlamentarios:**

Se comunica que la reunión de Mesa Directiva convocada para el día **viernes 14 de octubre a las 10 horas en la ciudad de Montevideo – Uruguay**, pasará a realizarse el día **jueves 6 de octubre de 2016 a las 10 horas**.



Edgar Lugo
Secretario Parlamentario



**PARLAMENTO DEL MERCOSUR**

Secretaría Parlamentaria

**REUNION DE MESA DIRECTIVA****Viernes, 14 de octubre 2016****Hora 10:00**

Se convoca a los señores Vicepresidentes del Parlamento del Mercosur, y a los Presidentes de Delegaciones Nacionales para la reunión de Mesa Directiva a realizarse el día viernes 14 de octubre de 2016, a las 10 horas en Montevideo, Uruguay.



Parlamentario Jorge Taiana
Presidente



Edgar Lugo
Secretario Parlamentario

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel: (5982) 410.97.97 www.parlamentodelmercosur.org
www.parlamentodelmercosur.org
Secretaría Parlamentaria





PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Secretaría Parlamentaria



XLII SESIÓN ORDINARIA

A los Sres. Parlamentarios:

Se comunica que la XLII Sesión Ordinaria convocada para el día **viernes 14 de octubre a las 13 horas en la ciudad de Montevideo – Uruguay**, pasará a realizarse el día **jueves 6 de octubre de 2016 a las 13 horas**.

Montevideo, 16 de Setiembre de 2016



Edgar Lago
Secretario Parlamentario



**PARLAMENTO DEL MERCOSUR****Secretaría Parlamentaria****XLII SESIÓN ORDINARIA****Viernes, 14 de octubre de 2016****13:00 horas**

Se convoca a los Señores Parlamentarios integrantes del Parlamento del MERCOSUR, para la XLII Sesión Ordinaria a realizarse el día **viernes 14 de octubre de 2016**, a las 13 horas en Montevideo, Uruguay.



Parlamentario Jorge Taiana
Presidente



Edgar Lugo
Secretario Parlamentario





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 719, DE 2016

Requer, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de missão como membro da delegação que representa a Casa nas Sessões do Parlamento do Mercosul, de 05 a 07 de outubro próximo, em Montevidéu, Uruguai. Na oportunidade, comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, ausência do País no período de 05 a 07 de outubro do corrente ano, para o desempenho desta missão.

AUTORIA: Senadora Lídice da Mata



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

*Deferido
Em 27/09/16
Lidice*

REQUERIMENTO Nº 719, DE 2016

Requer, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de missão como membro da delegação que representa a Casa nas Sessões do Parlamento do Mercosul, de 05 a 07 de outubro próximo, em Montevidéu, Uruguai.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 05 a 07 de outubro do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões,

Lidice

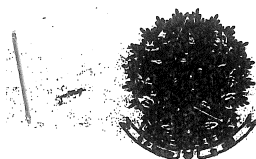
LÍDICE DA MATA
Senadora

Ass. digital
Recebido em 27/09/16
Hora 10:54
Débora Rodrigues Mota - Ma.
FEB - Senado Fed.

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 15, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6408 Fax 6414

lidice.mata@senadora.gov.br / secgabsenlidice@senado.gov.br





CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

OF. P/092/2016

Brasília, 16 de setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
N e s t a

Assunto: Reunião do Parlamento do Mercosul – Montevideu - Uruguai

Senhor Presidente,

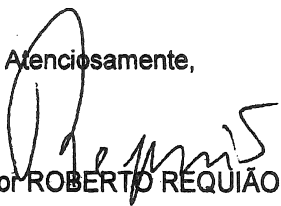
Informo a Vossa Excelência que as próximas reuniões do Parlamento do Mercosul ocorrerão no **dia 6 de outubro de 2016, quinta-feira, em Montevideu, no Uruguai**, ocasião em que serão realizadas as **Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XLII Sessão Ordinária**, conforme Atos convocatórios do Presidente do Parlamento, cujas cópias seguem anexas.

2. Trata-se, Senhor Presidente, da continuidade aos trabalhos do Parlamento do Mercosul, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o seu Protocolo Constitutivo.

3. Assim, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao deslocamento da delegação de senadores brasileiros relacionados em quadro anexo, entre os dias **5 e 7 de outubro de 2016**, bem como a liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados no referido quadro, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia, onde acontecerão as referidas Sessões do Parlamento do Mercosul.

4. Na oportunidade, renovo a V.Exa. meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C – 70160-900 Brasília - DF
Fones: (55) 61 3216-6873 – 3216-6874 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br
Visite nossa página na Internet: [http:// www.camara.leg.br/representacaoomercosul](http://www.camara.leg.br/representacaoomercosul)

266.726
Wilda
27.9.2016
15:25





CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

DESLOCAMENTO DOS SENADORES – OUTUBRO/ 2016

SENADOR	DATA/TRECHO DE IDA	DATA / TRECHO DE VOLTA
Senador Antônio Carlos Valadares	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/Aracaju
Senador Cidinho Santos	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/Cuiabá
Senador Davi Alcolumbre	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/Macapá
Senadora Fátima Bezerra	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/Natal
Senadora Gleisi Hoffmann	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10–Montevidéu/ Curitiba
Senadora Lídice da Matta	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10–Montevidéu/ Salvador
Senador Lindbergh Farias	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/Rio de Janeiro
Senador Paulo Bauer	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/ Florianópolis
Senador Roberto Requião	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/Curitiba
Senador Valdir Raupp	05/10– Brasília/Montevidéu	07/10– Montevidéu/ Porto Velho

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF
 Fones: (55) 61 3216-6873 – 3216-6874 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br
 Visite nossa página na Internet: [http:// www.camara.leg.br/representacaomercosul](http://www.camara.leg.br/representacaomercosul)



Término de prazos

Encerrou-se no dia 21 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 50, de 2016.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à CCJ onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal.

Encerrou-se em 22 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

Há sobre a mesa requerimento de audiência de comissão. **(Requerimento nº 711/2016 - Vide item 2.1.4 do sumário)**

O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Pastor Valadares.	PDT / RO
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfê Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Deca* (Bloco-PSDB-PB)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,69,72,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Regina Sousa (40) Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,72,101) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,96) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (22) Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,80) Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (60,80) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Omar Aziz - PSD (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11 Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,83) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,79) Eduardo Amorim (81) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,79) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,82) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (81) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (92) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,83)	PMDB - 19 Líder Eunício Oliveira - PMDB Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,97) Ricardo Ferraço (89,96)	Minoria Líder Lindbergh Farias - PT (34,69,72,101)	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
81. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 30/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 03/10/2016 a 17/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 18/10/2016 a 24/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 25/10/2016 a 01/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** . Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁶⁾

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Magno Malta (PR-ES) ^(11,14)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁴⁾	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁹⁾	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁹⁾
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,13)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ^(1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

*** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

**** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

***** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

***** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
11. Em 23.06.2016, a Senadora Rose de Freitas renunciou à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco da Maioria.
12. Em 28.06.2016, o Senador José Pimentel renuncia à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (Of. 105/2016).
13. Em 28.06.2016, foi eleita a Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 76/2016-GLPRD)
14. Em 28.06.2016, foi eleito o Senador Magno Malta para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco da Maioria, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Moderador (Of. 126/2016-GLPMDDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta ⁽²⁾
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



15) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽²⁾
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)	3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁰⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).



16) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



18) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/2016-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/2016-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(11,21,35)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15,23,27)	1. Senador Deca (PSDB-PB) ^(17,34)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(29,32)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
35. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,56,57)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁶⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
57. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,20,26)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- ** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
VAGO ⁽²³⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18,22,24)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(15,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(23,25)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽³⁹⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽³⁸⁾	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) ^(5,16,37)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(36,37)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
36. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
37. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽²⁸⁾	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽²²⁾	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).

2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSR SOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PTVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PRSenador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(4,6)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
Representante da sociedade civil organizada	
	VAGO
Pesquisador com produção científica relevante	
	VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente	
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



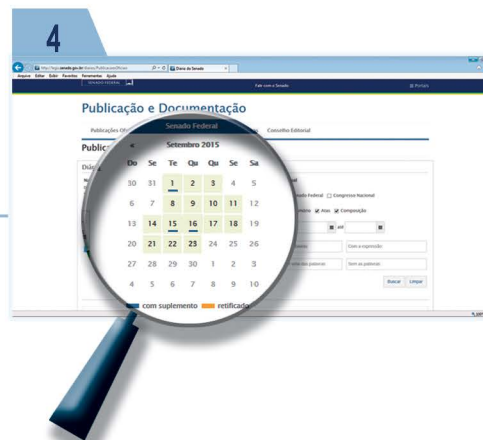
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



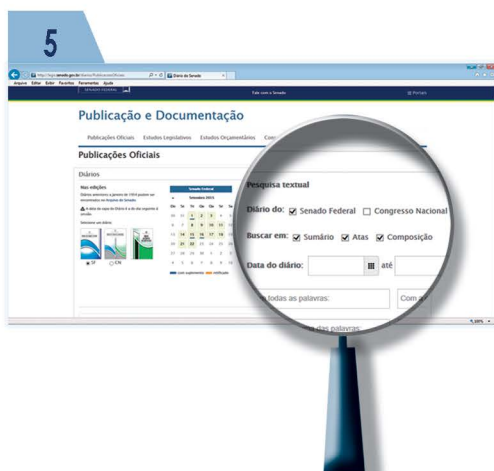
Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

